



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E GESTÃO**  
**DE POLÍTICAS PÚBLICAS (FACE)**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E AUTÁRIAS (CCA)**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS (PPGCONT)**

**O DISCURSO DO RELATO INTEGRADO SOB A PERSPECTIVA DA**  
**CONTABILIDADE DIALÓGICA**

**ISABELLE CAROLINE BEVILAQUA**

**BRASÍLIA**  
**2024**

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura

**Reitora da Universidade de Brasília**

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen

**Vice-Reitor da Universidade de Brasília**

Professor Doutor Lúcio Remuzat Rennó Junior

**Decano de Pós-graduação**

Professor Doutor José Márcio Carvalho

**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de  
Políticas Públicas**

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré

**Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais**

Professor Doutor Jomar Miranda Rodrigues

**Coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis da UnB**

ISABELLE CAROLINE BEVILAQUA

**O DISCURSO DO RELATO INTEGRADO SOB A PERSPECTIVA DA  
CONTABILIDADE DIALÓGICA**

Tese apresentada como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, da Universidade de Brasília.

Área: Mensuração Contábil.

Linha de Pesquisa: Impactos da Contabilidade no Setor Público, nas Organizações e na Sociedade.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Fátima de Souza Freire

BRASÍLIA

2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

B174d Bevilaqua, Isabelle Caroline  
O DISCURSO DO RELATO INTEGRADO SOB A PERSPECTIVA DA  
CONTABILIDADE DIALÓGICA / Isabelle Caroline Bevilaqua;  
orientador Fátima de Souza Freire. -- Brasília, 2024.  
174 p.

Tese(Doutorado em Ciências Contábeis) -- Universidade de  
Brasília, 2024.

1. Relato Integrado. 2. Contabilidade Dialógica. 3. Setor  
Público. 4. Prestação de Contas. 5. Accountability. I.  
Freire, Fátima de Souza, orient. II. Título.

ISABELLE CAROLINE BEVILAQUA

Tese apresentada para obtenção do título de Doutora em Ciências Contábeis pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais, da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas, da Universidade de Brasília.

Aprovado em 23 de julho de 2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Profa. Dra. Fatima de Souza Freire

Universidade de Brasília

Presidente

---

Prof. Dr. José Ribamar Marques de Carvalho

Universidade Federal de Campina Grande

Examinador Externo

---

Prof. Dr. Anailson Marcio Gomes

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Examinador Externo

---

Prof. Dr. Abimael De Jesus Barros Costa

Universidade de Brasília

Examinador Interno

---

Profa. Dra. Danielle Montenegro Salamone Nunes

Universidade de Brasília

Examinadora Interna

## AGRADECIMENTOS

Meus sinceros agradecimentos...

À Deus por guiar os meus passos e dar força, sabedoria e perseverança para concluir essa jornada.

À minha família, por todo amor e compreensão durante esses anos de estudos. Sem vocês, essa conquista não seria possível.

Aos meus amigos, por sempre estarem do meu lado e dar apoio em diversos momentos.

Aos meus colegas do doutorado, pela troca de conhecimentos, discussões enriquecedoras e companheirismo ao longo desse caminho.

À minha orientadora, professora Dra. Fátima Freire, por me acolher e aceitar me orientar. Seu incentivo e dedicação foram fundamentais para a construção dessa tese.

Aos professores da banca examinadora, por suas valiosas contribuições para o aprimoramento deste estudo.

Aos professores do PPGCont, por compartilharem seu conhecimento e experiência, contribuindo significativamente para minha formação acadêmica.

À UnB, pelo ensino de qualidade e gratuito.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão deste trabalho.

Muito obrigada!

## RESUMO

A proposta de adoção do Relato Integrado reside na busca pela melhoria da qualidade das informações divulgadas pelas organizações, a partir de uma visão a longo prazo e que considera a integração de informações financeiras e não financeiras. O Relato Integrado sob a perspectiva da contabilidade dialógica é capaz de incluir a diversidade de pontos de vistas e englobar os discursos da sociedade e dos grupos minoritários em seu conteúdo e a partir da oportunidade de engajar seus *stakeholders* ocorre a melhoria da prestação de contas e da *accountability*. No setor público brasileiro, o Relato Integrado foi adotado como modelo para elaboração do Relatório de Gestão das Unidades Prestadoras de Contas controladas pelo Tribunal de Contas da União, obrigatoriamente desde 2020. Tal fato, conduziu o objetivo geral da tese que consiste em analisar como a contabilidade dialógica atua na análise da construção discursiva sobre a adoção do Relato Integrado no contexto internacional e como ferramenta de Prestação de Contas e *Accountability* no Setor Público Brasileiro. Para atender ao propósito da tese foi adotada a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e aplicada uma abordagem qualitativa e documental. Foram analisados 18 documentos que compreendem o desenvolvimento do relato no contexto internacional publicados entre os anos de 2011 e 2021 e 5 documentos relacionados a adoção do relato no setor público brasileiro abrangendo o período de 2018 a 2022. Para análise dos documentos utilizou-se a Lógica de Explicação Crítica criada por Glynos e Howarth (2007, 2008) como metodologia para identificação dos discursos. Adicionalmente, os Relatórios de Gestão do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima referente aos anos de 2020 a 2023 foram analisados com base em um modelo de avaliação da prestação de contas que considera os princípios do Relato Integrado em conjunto com os princípios da contabilidade dialógica, cujo tratamento dos dados foi realizado por intermédio do *software* IRaMuTeQ®. Os resultados evidenciam que o *International Integrated Reporting Council* abre o diálogo com os interessados favorecendo um cenário para o desenvolvimento da democracia, em linha com os pressupostos da contabilidade dialógica. No entanto, seu discurso é hegemônico e tem como foco a informação direcionada ao provedor de capital financeiro e com enquadramento voltado para o cenário capitalista e do *business case*, ou seja, alinhado com a contabilidade monológica. Identificou-se que o discurso do Tribunal de Contas da União é antagônico ao discurso internacional do relato integrado, pois amplia o público do RI para a sociedade. A partir da aplicação das lógicas sociais, políticas e fantasmáticas é possível inferir que a busca pela integração, comunicação empresarial e o envolvimento com os *stakeholders* explicam o discurso identificado. Adicionalmente, a adoção do RI no setor público tem como motivação a melhoria da transparência, da prestação de contas da entidade e da *accountability*. Os resultados da análise empírica permitem concluir que o Relatório de Gestão do ministério possui indícios de contabilidade dialógica ao reconhecer a existência de múltiplas orientações ideológicas na divulgação das informações no relatório, bem como ao permitir acesso à não especialistas. Entretanto, há princípios da contabilidade dialógica que não são atendidos na publicação do relatório. Portanto, a tese contribui para a compreensão das formas discursivas dominantes e dos interesses políticos subjacentes em tornar o modelo do Relato Integrado obrigatório para a amostra delimitada. Ainda, o avanço de pesquisas que vinculem as propostas da Contabilidade Dialógica na área pode facilitar a discussão crítica e diferenciada do valor do Relato Integrado como uma iniciativa de mudança para promover relatórios democráticos e transparentes.

**Palavras-chave:** Relato Integrado. Contabilidade Dialógica. Setor Público. Prestação de Contas. *Accountability*.

## ABSTRACT

*The proposal to adopt Integrated Reporting is the search for improving the quality of information disclosed by organizations, based on a long-term vision and which considers the integration of financial and non-financial information. Integrated Reporting from the perspective of dialogical accounting can include a diversity of points of view and encompassing the discourses of society and minority groups in its content and, from the opportunity to involve its stakeholders, there is an improvement in accountability and accountability. In the Brazilian public sector, the Integrated Report was adopted as a model for preparing the Management Report of the Accounting Units controlled by the Federal Audit Court, obligatorily since 2020. This fact, converted to the general objective of the thesis, which consists of analyzing how the Dialogic accounting operates in the analysis of the discursive construction on the adoption of Integrated Reporting in the international context and as a tool for Accountability and Accountability in the Brazilian Public Sector. To meet the purpose of this thesis, Laclau and Mouffe's Discourse Theory was applied, and a qualitative and documentary approach was applied. 18 documents were analyzed that comprise the development of the report in the international context published between the years 2011 and 2021 and 5 documents related to the adoption of the report in the Brazilian public sector covering the period from 2018 to 2022. For analysis of the documents used the Logic of Critical Explanation created by Glynos and Howarth (2007, 2008) as a methodology for identifying discourses. Additionally, the Management Reports of the Ministry of Environment and Climate Change for the years 2020 to 2023 were analyzed based on an accountability assessment model that considers the principles of Integrated Reporting in conjunction with the principles of dialogical accounting, whose data processing was carried out using the IRaMuTeQ® software. The results show that the International Integrated Reporting Council opens the dialogue with details, supporting a scenario for the development of democracy, in line with the assumptions of dialogical accounting. However, its discourse is hegemonic and focuses on information directed to the provider of financial capital and with a framework focused on the capitalist scenario and the business case, that is, aligned with monological accounting. It was identified that the discourse of the Federal Audit Court is antagonistic to the international discourse of integrated reporting, as it expands the IR audience to society. From the application of social, political and fantastic logics, it is possible to infer that the search for integration, business communication and involvement with stakeholders explain the identified discourse. Furthermore, the adoption of IR in the public sector is motivated by improving transparency, the entity's accountability and accountability. The results of the empirical analysis allow us to conclude that the ministry's Management Report has dialogical accounting skills when considering the existence of multiple ideological orientations in the dissemination of information in the report, as well as allowing access to non-specialists. However, there are dialogical accounting principles that are not met in the publication of the report. Therefore, this thesis contributes to the understanding of the dominant discursive forms and the underlying political interests in making the Integrated Report model mandatory for the delimited sample. Even so, the advancement of research that links Dialogic Accounting proposals in the area can facilitate a critical and differentiated discussion of the value of Integrated Reporting as an initiative for change to promote democratic and transparent reporting.*

**Keywords:** *Integrated Report. Dialogic Accounting. Public sector. Accountability. Accountability.*



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Princípios da Contabilidade Dialógica.....	24
<b>Quadro 2</b> - Contabilidade Dialógica versus Relato Integrado.....	32
<b>Quadro 3</b> – Documentos do IIRC analisados na pesquisa .....	40
<b>Quadro 4</b> – Documentos do TCU analisados na pesquisa .....	42
<b>Quadro 5</b> – Documentos do Ministério do Meio Ambiente analisados na pesquisa.....	43
<b>Quadro 6</b> – Aplicação das Lógicas Sociais, Políticas e Fantasmáticas .....	45
<b>Quadro 7</b> – Constructo da Pesquisa.....	50
<b>Quadro 8</b> – Definição do Relato Integrado .....	57
<b>Quadro 9</b> – Respostas do Feedback: Summary Report .....	65
<b>Quadro 10</b> – Questão 11 e síntese das respostas .....	68
<b>Quadro 11</b> – Lógicas Sociais, Políticas e Fantasmáticas Identificadas.....	72
<b>Quadro 12</b> – Elementos de conteúdo aplicados ao setor público.....	77
<b>Quadro 13</b> – Comparação entre o modelo anterior e o relato integrado .....	78
<b>Quadro 14</b> – Evolução do termo nas cartilhas do TCU.....	80
<b>Quadro 15</b> – Princípios para elaboração do relatório de gestão .....	82
<b>Quadro 16</b> – Significados e Conceitos de Accountability no Setor Público.....	85
<b>Quadro 17</b> – Evolução do termo nas cartilhas do TCU.....	86
<b>Quadro 18</b> - Relação dos Programas Temáticos do MMA dispostos no PPA.....	90
<b>Quadro 19</b> – Relação das Menções e Frequências das Variáveis no corpus da pesquisa .....	92
<b>Quadro 20</b> – Menções e Frequências das categorias de análise em relação as classes geradas .....	97
<b>Quadro 21</b> – Constructo da Pesquisa Adaptado .....	114

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>Figura 1</b> – Aplicação da LCE .....	46
<b>Figura 2</b> – Relacionamento do Relatório de Gestão com a Contabilidade Dialógica .....	48
<b>Figura 3</b> – Matriz de Amarração da Tese .....	53
<b>Figura 4</b> – Eixos-temáticos propostos para as discussões do Framework do RI.....	56
<b>Figura 5</b> – Dendrograma gerado pela Classificação Hierárquica Descendente .....	97
<b>Figura 6</b> - Análise de Similitude da Classe 1 .....	99
<b>Figura 7</b> - Análise de Similitude da Classe 2. ....	103
<b>Figura 8</b> - Análise de Similitude da Classe 3. ....	105
<b>Figura 9</b> – Análise de Similitude da Classe 4.....	108
<b>Figura 10</b> - Análise de Similitude da Classe 5. ....	111

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P)

Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO)

Decisão Normativa (DN-TCU)

Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil (EFD)

Global Reporting Initiative (GRI)

Instrução Normativa (IN-TCU)

International Accounting Standards Board (IASB),

International Financial Reporting Standards Foundation (IFRS)

International Integrated Reporting Council (IIRC)

IRaMuTeQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)

Lógica de Explicação Crítica (LCE)

Método de Classificação Hierárquica Descendente (CHD)

Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

Pequenas e Médias Empresas (PMEs)

Plano Plurianual (PPA)

Relato Integrado (RI)

Relatório de Gestão (RG)

Tribunal de Contas da União (TCU)

Unidades Prestadoras de Contas (UPC)

Value Reporting Foundation (VRF)

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>1.1 Objetivos</b> .....	17
1.1.1 Objetivo Geral .....	17
1.1.2 Objetivos Específicos .....	17
<b>1.2 Justificativa e Relevância</b> .....	18
<b>2 REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	22
<b>2.1 Contabilidade Dialógica</b> .....	22
<b>2.2 Reportes Corporativos</b> .....	27
<i>2.2.1 Relato Integrado no Setor Público</i> .....	28
<i>2.2.2 Contabilidade Dialógica e Relato Integrado: Oportunidades e Desafios</i> .....	30
<b>2.3 Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe</b> .....	33
<b>3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	39
<b>3.1 Delimitação e Coleta dos Dados</b> .....	39
<b>3.2 Lógica da Explicação Crítica: Análise dos Dados</b> .....	44
<b>4 DISCUSSÕES E ANÁLISES: APLICAÇÃO DA EXPLICAÇÃO CRÍTICA</b> .....	54
<b>4.1 Descrição do Processo do IIRC</b> .....	54
<i>4.1.1 Criação do Framework do Relato Integrado</i> .....	55
4.1.1.1 Conceitos Subjacentes à definição do RI .....	56
4.1.1.2 Público-alvo do Relato Integrado .....	59
4.1.1.3 Aplicabilidade do Relato Integrado em Diferentes Setores .....	63
<i>4.1.2 Adoção Global do Framework do Relato Integrado</i> .....	64
<i>4.1.3 Convergência do Framework do Relato Integrado</i> .....	67
<i>4.1.4 Problematização e Lógicas Sociais, Políticas e Fantasmáticas</i> .....	70
<b>4.2 Articulação, Julgamento e Críticas</b> .....	74
<i>4.2.1 Mudança em busca da Accountability e Prestação de Contas</i> .....	74
<i>4.2.2 Significantes Vazios</i> .....	84

<b>4.3 Aspectos Fundamentais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima...</b>	<b>89</b>
<i>4.3.1 Caracterização dos Relatórios do MMA</i> .....	92
<i>4.3.2 Análise das Classes obtidas nos Relatórios do MMA</i> .....	96
4.3.2.1 Classe 1 (Cor Vermelha) – Resultados de Projetos Técnicos relacionados ao Meio Ambiente .....	98
4.3.2.2 Classe 2 (Cor Cinza) – Gestão, Governança e Desenvolvimento .....	102
4.3.2.3 Classe 3 (Cor Verde) – Agenda Nacional, Gestão e Qualidade .....	105
4.3.2.4 Classe 4 (Cor Azul) – Divulgação de Informações Estratégicas .....	107
4.3.2.6 Análise do Constructo da Pesquisa em relação aos dados obtidos.....	113
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>120</b>
<b>APÊNDICE A – CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS</b> .....	<b>139</b>
<b>APÊNDICE B – PALAVRAS QUE COMPÕE AS CLASSES DA ANÁLISE</b> .....	<b>172</b>
<b>APÊNDICE C – REPRESENTAÇÃO VISUAL DO MODELO CONCEITUAL</b> .....	<b>175</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Os relatórios corporativos passaram por mudanças ao longo dos anos objetivando fornecer informações úteis com transparência e *accountability* (Zaro, 2021). Frente a isso, as organizações passaram a revisar seus modelos de negócios em busca de uma abordagem pluralista e que considere os *stakeholders*, a sustentabilidade, a ética e a transparência (Frías-Aceituno et al., 2013; Villiers, Rinaldi, & Unerman, 2014; Dumay, Bernardi, Guthrie, & Demartini, 2016).

O Relato Integrado (RI) foi proposto devido a busca por uma narrativa confiável e qualificada das atividades da organização (Lai, Melloni & Stacchezzini, 2018). Isso ocorre pois o RI resulta em um reporte periódico da criação de valor a longo prazo (IIRC, 2013), fornecendo informações sobre o contexto comercial e socioambiental, bem como das estratégias, governança e perspectivas futuras (García-Sánchez et al., 2013; Cheng, Green, Conradie, Konishi & Romi, 2014).

O RI possuía como foco inicial a integração de informações relacionadas aos impactos gerados pela atividade corporativa e a divulgação para diversos *stakeholders* (Villiers et al., 2014). No entanto, as adaptações elaboradas pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC) enfatizou a linguagem do RI para um direcionamento estratégico e específico para a criação de valor aos acionistas e investidores (Villiers et al., 2014; Villiers & Sharma, 2018), tornando o público-alvo do RI restrito.

Nesse sentido, o RI enfrenta a crítica de ser limitado e unilateral, abrangido por uma ideologia fechada (Brown & Dillard, 2014). O enquadramento de *business case* para evidenciar informações não financeiras no RI ignoram ou subordinam importantes perspectivas socioeconômicas e políticas, além de não integrar valores e perspectivas conflitantes, dificultando a crítica e visão holística (Brown, George & Dillard, 2020).

Ganha destaque a discussão da contabilidade tradicional, ou seja, *mainstream*, conhecida por possuir uma abordagem monológica, em que os valores e premissas pré-determinadas estão centrados nas necessidades de capital financeiro e negam voz a perspectivas alternativas (Brown, 2009; Manetti, Bellucci & Oliva, 2021). A contabilidade monológica é estruturada para garantir que as necessidades de informação dos investidores sejam priorizadas e conduzam a definição dos valores dos sistemas de informação contábeis e dos relatórios (Manetti, Bellucci & Oliva, 2021).

A contabilidade, sob a perspectiva tradicional é vista como fornecedora de uma estrutura neutra, incapaz de envolver o relato das outras partes interessadas (Brow, 2009). O objetivo principal da contabilidade monológica é fornecer informações aos investidores atuais e potenciais, bem como satisfazer suas necessidades. Ao fazer isso, é esperado que a contabilidade seja capaz de servir a todos os interessados, independente de seus pontos de vista políticos (Manetti, Bellucci & Oliva, 2021).

De acordo com Brown et al. (2020) a contabilidade tradicional não lida com questões abrangentes, pois suas técnicas, modelos e métodos visam atender as necessidades e interesses das elites dominantes. Nesse sentido, para democratizar as contas contábeis é necessária uma mudança dos princípios monológicos para dialógicos (Brown, 2009). A aplicação dos princípios dialógicos, ou seja, da contabilidade dialógica fomenta uma contabilidade receptiva às necessidades da sociedade pluralista, com múltiplas vozes e sintonizada com a diversidade de valores e interesses dos *stakeholders* (Brown, 2009).

O pluralismo oferecido pela contabilidade dialógica é responsável por oferecer uma base promissora para o desenvolvimento de vínculos com os discursos de outras partes interessadas (Brown & Dillard, 2013). Dessa forma, o diálogo com as partes interessadas estabelece relações de poder. No entanto, é a partir do diálogo que os relatórios podem propiciar aos *stakeholders* as informações importantes para cada grupo (Adams, 2002).

Para desenvolver o pluralismo é necessário a identificação dos *stakeholders*, os quais possuem valores, expectativas e necessidades de informações diferentes e que devem ser refletidos na contabilidade (Dillard, Yuthas & Baudot, 2016) e nos relatórios corporativos. Para isso, novas estruturas e *frameworks* devem ser desenvolvidos sob o ponto de vista dos múltiplos *stakeholders* para englobar uma abordagem pluralista (Angotti, Ferreira & Eugénio, 2018).

A contabilidade dialógica possui o potencial de modernizar a linguagem dos relatórios contábeis, incluindo melhorias na gestão, expressando a atuação da organização com a sociedade (Brito, Freire & Silva, 2022). Diante disso, Brown et al. (2020) afirma que o RI sob o contexto da contabilidade dialógica não pode privilegiar a perspectiva do *business case* e sim abrir a definição de “valor” para envolver uma diversidade de pontos de vistas, englobando a sociedade e os grupos minoritários. Assim, o RI fornecerá às organizações a oportunidade de engajar com seus *stakeholders*, prestar contas e melhorar o diálogo (Bevilaqua & Freire, 2023).

Em paralelo a essas discussões, houve um desenvolvimento considerável na literatura acadêmica sobre sistemas de contabilidade e prestação de contas para a inclusão de relatórios financeiros e não financeiros (Villiers et al., 2014). Considerando que o RI tem como premissa

a integração de aspectos monetários e não monetários, pode ser compreendido como uma iniciativa de unir forças às práticas de prestação de contas (Torre, Dumay, Rea & Abhayawansa, 2016).

Além disso, a integração de informações financeiras e não financeiras é considerada o foco para o desafio proposto pelo RI em estar preparado para prestar contas aos *stakeholders*, além dos acionistas (Roslender & Nielsen, 2021). De acordo com o IIRC (2011a) a adoção de um RI aumenta a transparência e a *accountability* organizacional, aspectos que são essenciais para a construção de confiança e resiliência.

Adicionalmente, a *accountability* pode ser maximizada a partir de uma abordagem dialógica que promove a reflexão crítica e valoriza resultados mais democráticos e pluralista (Freire et al., 2019), inclusive nos relatórios gerados pelas organizações. A partir disso, a informação dialógica permite que o relacionamento entre os *stakeholders* seja fluído e consciente, implicando no processo de *accountability* (Angotti, Ferreira & Eugénio, 2019).

No Brasil, a partir de 2018 com base na Decisão Normativa DN-TCU n° 170/2018 a elaboração do Relatório de Gestão passou a ocorrer na forma de Relatório Integrado, considerando os aspectos delimitados na estrutura internacional do RI mantida pelo IIRC. Em 2020, com a publicação da Instrução Normativa IN-TCU n° 84/2020 a utilização do modelo passou a ser obrigatório para as Unidades Prestadoras de Contas (UPCs) controladas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Em 2023 foram listadas pelo tribunal 1.092 UPCs, dentre as quais destaca-se o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) criado em 1992. A missão do MMA consiste em desenvolver e aplicar políticas públicas ambientais com o objetivo de proteger o meio ambiente e fomentar o desenvolvimento socioeconômico sustentável (Guerreiro, Vasconcellos Sobrinho & Candurú, 2021). De acordo com a Lei n° 14.600, de 19 de junho de 2023 as competências do MMA abrangem a proteção do meio ambiente, a gestão sustentável, recuperação de áreas e a melhoria da qualidade ambiental (Brasil, 2023).

Para isso, o MMA envolve ações que impactam no meio ambiente e conseqüentemente na vida dos cidadãos, sendo a sua atuação fundamental para garantir equilíbrio entre o meio ambiente e a sociedade. Observa-se que o MMA é pioneiro em iniciativas e políticas que abordem questões ambientais emergentes e complexas, de modo a estabelecer um exemplo de compromisso com a sustentabilidade. Logo, espera-se que a atuação do MMA conduza a uma contabilidade dialógica.



Adicionalmente, a divulgação das ações da entidade é ferramenta para o alcance da *accountability*. Por intermédio da prestação de contas utilizando o modelo do RI, as organizações do setor público comunicam à sociedade, suas aptidões em relação ao fornecimento dos serviços de alta qualidade econômica, social e ambientalmente sustentável (IIRC, 2016; TCU, 2018). Logo, o RI tem como foco demonstrar a criação de valor com uma linguagem acessível e contribuir com a prestação de contas e transparência (Rosa, 2019; Caruana & Grech, 2019).

Frente aos argumentos expostos delimitou-se a seguinte questão de pesquisa: Como a Contabilidade Dialógica atua na análise da construção discursiva sobre a adoção do Relato Integrado no Contexto Internacional e como ferramenta de Prestação de Contas e *Accountability* no Setor Público Brasileiro?

## 1.1 Objetivos

Diante disso, formulou-se os objetivos geral e específicos da tese.

### 1.1.1 Objetivo Geral

Analisar como a Contabilidade Dialógica atua na análise da construção discursiva sobre a adoção do Relato Integrado no contexto internacional e como ferramenta de Prestação de Contas e *Accountability* no Setor Público Brasileiro.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar o discurso disposto nas discussões acerca do Relato Integrado, desde a criação do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) até sua coalisão com o *International Financial Reporting Standards (IFRS) Foundation*;
- b) Identificar o discurso do Tribunal de Contas da União relacionado à adoção do Relato Integrado como modelo para Prestação de Contas e *Accountability*.

- c) Analisar o discurso evidenciado no Relatório de Gestão elaborado nos moldes do Relatório Integrado e divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima sob a perspectiva da Contabilidade Dialógica.

## 1.2 Justificativa e Relevância

Embora o desenvolvimento do RI seja recente no contexto político e prático, o estudo da temática oferece uma oportunidade de compreender o escopo da regulamentação da contabilidade (Villiers et al., 2014). Conforme o IIRC discorreu em 2013, o RI possuía o potencial de se tornar a norma de relatórios corporativos e as organizações adeptas deixariam de produzir comunicações numerosas, desconectadas e estáticas (IIRC, 2013).

De modo semelhante ao proposto por Matos (2020) em que discute o processo normativo do *International Accounting Standards Board* (IASB), a tese compreende o desenvolvimento do RI conduzido pelo IIRC como um processo político em sua essência. Nesse sentido, a tese adota a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, a qual é construída com base no construcionismo social e no pós-estruturalismo (Jørgensen & Phillips, 2002).

A teoria parte do pressuposto de que os objetos e ações possuem significados construídos historicamente a partir de relacionamentos e de práticas sociais, logo todo discurso construído é político e pode ser contestado, mutável e capaz de alterar a realidade social (Howarth, 2000). Ao adotar a teoria de Laclau e Mouffe, a tese segue uma abordagem que considera que as estruturas e identidades sociais são compreendidas como fenômenos complexos e plurais, desconstituídas e reconstituídas (Brown, 2009).

Portanto, duas linhas argumentativas formam a base para a problemática, justificativa e relevância da presente tese. Em primeiro lugar, evidencia-se a presença da crítica acadêmica de que o RI possui como público-alvo os acionistas e investidores, restringindo o grupo de interessados no relatório e se aproximando do enquadramento de *business case*. Dessa forma, pode-se inferir que a visão da contabilidade tradicional, *mainstream*, cuja abordagem é monológica, ganha destaque no desenvolvimento do RI.

As discussões conflitantes sobre o foco nos “provedores de capital financeiro” como usuário principal do RI e os argumentos que direcionam o relato com essência monológica ou dialógica justificam a necessidade de identificar o discurso construído pelo IIRC desde sua criação até a sua coalisão com a *IFRS Foundation*. A utilização da contabilidade dialógica como

plano de fundo na tese contribui com a argumentação de uma abertura democrática potencializada pelo IIRC que resulta na construção de seu discurso hegemônico.

Portanto, a presente tese defende que identificar o discurso disposto nas discussões acerca do RI proporcionalizada pelo IIRC (objetivo a) permite compreender a construção do processo de criação, adoção global e convergência do RI no contexto mundial. O desenvolvimento do RI ao longo do tempo e sua consolidação como estrutura padrão de relatório é possibilitada por intermédio do discurso hegemônico proporcionado pelo IIRC, o qual corrobora com as críticas delineadas na literatura e volta-se para a contabilidade monológica.

Em segundo lugar, as discussões sobre o potencial do RI em incluir informações financeiras e não financeiras condicionam o RI como ferramenta de prestação de contas e *accountability*, para todos os *stakeholders*, de modo a expandir o foco do RI para além dos acionistas. Nesse sentido, espera-se que o RI seja capaz de propiciar um rompimento com a abordagem monológica e conduzir as contas organizacionais para uma abordagem que considere a democracia e o diálogo na divulgação, ou seja, voltada para a contabilidade dialógica.

Frente a isso, percebe-se a importância da presente tese em identificar o discurso acerca da adoção do RI pelo TCU em busca de “*accountability*” e prestação de contas no setor público brasileiro. A *accountability* quando compreendida com base nas premissas da contabilidade monológica privilegia a prestação de contas voltada aos interesses dos fornecedores de capital financeiro (Dillard & Vinnari, 2019).

Sob a perspectiva da contabilidade dialógica os cidadãos exercem seus direitos democráticos (Tanima, Brown & Dillard, 2020) e obtém informações que satisfazem seus interesses. Logo, considerar a “*accountability*” e a “prestação de contas” como significantes propicia o entendimento de como os termos são desenvolvidos pela literatura acadêmica do setor. Nesse sentido, é possível vislumbrar o que se espera da adoção do RI.

Frente a isso, a necessidade de *accountability* e prestação de contas formou a base conceitual para a identificação do discurso do Tribunal de Contas da União relacionado à adoção do Relato Integrado no setor público brasileiro (objetivo b). A tese defende que o discurso do TCU é antagônico ao proposto pelo IIRC e abre a discussão para possibilitar o engajamento com os *stakeholders* e conduzir a uma contabilidade dialógica. Dessa forma, o RI pode atuar como uma ferramenta útil para a prestação de contas e “*accountability*” das entidades.

Avançando para a aplicação empírica, a análise do discurso evidenciado no Relatório de Gestão elaborado nos moldes do Relato Integrado e divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima sob a perspectiva da Contabilidade Dialógica (objetivo c) fornece um cenário para vislumbrar os aspectos na prática. Ao observar os princípios do RI no relatório elaborado pelo ministério é possível inferir se sua adoção caminha para atender aos requisitos de prestação de contas.

Nesse sentido, a tese defende que do ponto de vista teórico, o RI apresenta indícios para o engajamento e diálogo na evidenciação dos resultados das entidades. Adicionalmente, relacionar os princípios do RI e da contabilidade dialógica permitiu a construção do modelo da pesquisa que conduz a análise dos dados e a identificação de indícios de contabilidade dialógica na informação divulgada.

O avanço de pesquisas que vinculem as propostas da contabilidade dialógica pode facilitar a discussão crítica e diferenciada do valor do RI como uma iniciativa de mudança para promover relatórios democráticos (Brown & Dillard, 2014). A análise de relatórios com informações não financeiras auxilia na compreensão de novas perspectivas dialógicas da contabilidade, pois busca a pluralidade de ideias e a multidimensionalidade de informações (Brito, Freire & Silva, 2022).

Diante disso, estudos sobre o discurso do RI e sua aplicabilidade no contexto da contabilidade dialógica podem avançar com a temática e fornecer análises críticas e proposições que auxiliem no engajamento com os *stakeholders*. Nesse sentido, a tese contribui com a academia ao encorajar a participação da comunidade acadêmica nas consultas públicas de processos normativos que regem a contabilidade. A comunidade deve buscar posicionamentos sólidos e argumentação forte na busca de uma democracia que direcione esforços capazes de impactar os formuladores de políticas.

Ao identificar o discurso construído na raiz do RI a tese contribui para a compreensão das formas discursivas dominantes e conduz a reflexões sobre os interesses políticos subjacentes em tornar o RI obrigatório para o setor público brasileiro. Nesse sentido, aos formuladores de políticas cabe destacar a importância da democracia e a necessidade de abertura ao diálogo para que o RI possa ser moldado e tornar-se responsivo às necessidades de uma sociedade pluralista.

Por fim, a pesquisa revela contribuições para a sociedade ao considerar que a adoção do RI como modelo para elaboração do Relatório de Gestão promove uma maior transparência e *accountability* no setor público. A aplicação da contabilidade dialógica retoma a importância

de expandir a prestação de contas para integrar os *stakeholders* nos processos da entidade. Logo, cabe a esse público engajar discussões que promovam um ambiente democrático e transparente.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

Essa seção é composta por três subseções e desenvolve o “estado da arte” dos temas que embasam a tese. A subseção 2.1 apresenta as raízes da Contabilidade Dialógica, ou seja, os estudos seminais que deram origem às discussões atuais da temática. A subseção 2.2 discute aspectos dos reportes corporativos, em especial, do RI, apresentando uma analogia entre a contabilidade dialógica e o RI. Por fim, a subseção 2.3 apresenta elementos relacionados a Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe, abordagem utilizada para a tese.

### 2.1 Contabilidade Dialógica

A contabilidade dialógica é um campo de estudos recentes entre as disciplinas contábeis, o qual mostrou-se produtivo nas últimas duas décadas (2000-2020), tornando o conceito independente (Manetti, Bellucci & Oliva, 2021). De acordo com Manetti, Bellucci & Oliva (2021), as discussões iniciais da contabilidade dialógica abordaram aspectos teóricos e conceitos multidisciplinares, incluindo os estudos pedagógicos de Freire (1970), da abordagem deliberativa de Habermas (1998) e da abordagem agonística de Mouffe (2000)<sup>1</sup>.

Os estudiosos e contribuições da fase seminal da literatura da contabilidade dialógica propõem a discussão de princípios dialógicos (Brown, 2009) e polivocais (Dillard & Roslender, 2011), afetando o debate entre a contabilidade monológica e dialógica. Desse modo, busca sugerir uma visão deliberativa (Habermas, 1998) e agonística (Mouffe, 2000; Brown, 2009) para promover uma contabilidade democrática.

O estudo de Mouffe (2000) discute as principais teses da abordagem denominada de “democracia deliberativa”, em especial as versões de John Rawls e a de Jürgen Habermas. Para a autora, a democracia deliberativa não permite a possibilidade de produzir contestações e a visualização de diferenças entre os grupos sociais, afastando o pluralismo, o qual é a essência da democracia (Mouffe, 2000). Além disso, a autora afirma que ao abordar a cidadania, a

---

<sup>1</sup> Manetti et al. (2021) elaboraram uma revisão sistemática da literatura sobre o tema contabilidade dialógica e identificaram duas fases de desenvolvimento da temática. Na primeira fase, estudiosos de disciplinas paralelas à contabilidade formaram o plano de fundo do desenvolvimento seminal da contabilidade dialógica. Especialmente, Freire (1970) serviu como cenário para o desenvolvimento da pesquisa de Thomson e Bebbington (2004), Solomon e Darby (2005), Coulson e Thomson (2006). Habermas (1998) delimitou os estudos relacionados a abordagem deliberativa, posteriormente aplicados por Oakes e Barry (2009), Frame e Brown (2008), Cooper e Morgan (2013). O estudo de Mouffe (2000) foi utilizado para discutir os aspectos da contabilidade agonística por Brown (2009). Na segunda fase, a contabilidade dialógica começou a desenvolver-se como uma teoria autônoma baseada nas contribuições de Bebbington et al. (2007), Brown (2009), Dillard e Roslender (2011), Dillard e Brown (2012).

democracia deliberativa compreende os sujeitos como anteriores às sociedades e portadores de direitos racionais. No entanto, ao privilegiar a racionalidade deixam em segundo plano as paixões e emoções, bem como as relações de poder na garantia da fidelidade aos valores democráticos (Mouffe, 2000).

Diante disso, Mouffe (2000) defende um modelo baseado no pluralismo agonístico que auxilia na criação de formas democráticas capazes de mobilizar paixões em direção a projetos democráticos. Desse ponto de vista, o objetivo da política democrática é construir o eles, que não é percebido como um inimigo a ser destruído, mas como um adversário, cujas ideias podem ser combatidas e que possui o direito de defender seus ideais. Portanto, pela perspectiva do pluralismo agonístico, o objetivo da política democrática é transformar o antagonismo em agonismo<sup>2</sup>, de modo a engajar o pluralismo, as subjetividades e identidades dos atores sociais (Mouffe, 2000).

As identidades sociais são compreendidas como fenômenos complexos e plurais, desconstituídas e reconstituídas, a partir da autorreflexão e interação dialógica entre grupos e coletivos em esferas discursivas (Brown, 2009). As diferenças das identidades e a pluralidade surgem do poder e dos conflitos endêmicos da vida social, os quais são condições necessárias para a organização social e constituem diferentes identidades políticas e coletivas (Dillard & Brown, 2012).

Ainda que exista a multiplicidade de discursos e perspectivas, não se pode concluir que são todos iguais, pois a hegemonia não pode ser completa dada as forças contra hegemônicas em ação em qualquer espaço discursivo, visto que não há liberdade completa do poder (Brown, 2009). Nesse sentido, se algum poder consegue se impor é porque foi reconhecido como legítimo em algum lugar e a legitimidade também pode ser vista como uma forma de poder vitorioso (Mouffe, 2000).

Diante disso, o poder sendo constitutivo do social, não deve ser eliminado, mas deve ser compatível com valores democráticos (Mouffe, 2000). A teoria democrática precisa reconhecer a impossibilidade de erradicação do conflito e da existência de um consenso racional (Mouffe, 2000). Eliminar as divergências e diferenciações eliminaria a possibilidade de um eu diferenciado (Dillard & Roslender, 2011).

A contribuição de Brown (2009) é considerada como uma das mais relevantes para a literatura da contabilidade dialógica (Manetti et al., 2021) pois fomenta uma contabilidade

---

<sup>2</sup> Mouffe (2000) diferencia a noção de antagonismo de agonismo. O primeiro refere-se a luta entre inimigos enquanto o segundo diz respeito luta entre adversários.

receptiva às necessidades da sociedade pluralista, ou seja, multi-voz e sintonizado com a diversidade de valores e interesses dos *stakeholders*. Brown (2009) aborda os modelos de democracia agonística (Laclau 1996; Mouffe, 1993; 2000). Capaz de fornecer maior participação, expressão de pluralidade, envolvimento da contabilidade em perspectivas conflitantes e consensuais, sensível a complexidade da dinâmica do poder e oferece um caminho promissor para mudanças sociais (Brown, 2009).

Brown (2009) estabelece um conjunto de princípios-chave para a democratização das tecnologias contábeis como base para um quadro dialógico crítico, interpretado a partir da perspectiva agonística (Quadro 1).

**Quadro 1** – Princípios da Contabilidade Dialógica

<b>Princípios</b>	<b>Descrição / Abrangência</b>
1. Reconhecer múltiplas orientações ideológicas	A contabilidade dialógica reconhece que há uma diversidade de ideologias, valores e perspectivas que direcionam modos diferentes de operacionalizar a contabilidade. O objetivo da contabilidade dialógica é facilitar a expressão de diferentes perspectivas e encorajar o engajamento e interação democrática além das fronteiras a partir da manifestação de opiniões, vozes e pontos de vistas.
2. Evitar o reducionismo monetário	A contabilidade dialógica é responsável por evitar o reducionismo monetário fornecendo dados quantitativos e qualitativos e proporcionando informações necessárias para julgamentos próprios dos indivíduos e compreensão de seus limites de atuação.
3. Estar aberto para a natureza subjetiva e contestável dos cálculos	A contabilidade dialógica é baseada na epistemologia construcionista social e reconhece que as informações são baseadas nas decisões e escolhas humanas as quais estão sujeitas ao contexto (ambiente) sociopolítico. Os atores precisam estar preparados para participar de discussões abertas e transparentes sobre os valores e pressupostos utilizados para basear as contas.
4. Permitir o acesso para não especialistas	Na abordagem dialógica é demandado que os <i>stakeholders</i> confiem nas informações fornecidas, as quais são realizadas em linguagem clara, sem incertezas e acessíveis para todos. Além disso, é necessário que os profissionais realizem reflexões críticas, interdisciplinares e ideológicas.
5. Garantir processos participativos eficazes	Alcançar uma participação efetiva na prática oferece desafios significativos e para que ocorra é necessário que a contabilidade vivencie uma mudança estrutural ampla e envolva os <i>stakeholders</i> no início do processo e desenvolver regras de atuação uniforme.
6. Estar atento às relações de poder	Os números exercem poder e autoridade e podem intensificar o desequilíbrio de poder.



7. Reconhecer o potencial transformador da contabilidade dialógica	A contabilidade dialógica busca tornar os atores reflexivos e críticos de modo a interagir em grupos com diferentes perspectivas. Dentro da noção dialógica, a contabilidade é aberta e bidirecional, proporcionando consciência dos limites de atuação de cada ator.
8. Resistir a novas formas de monologismo	É necessário ter cuidado para que não ocorra a confusão de considerar a contabilidade dialógica como uma nova abordagem monológica. Tem como objetivo fornecer ferramentas que possibilitem às pessoas se organizarem de modo democrático.

**Fonte:** Elaborado a partir de Brown (2009).

Os princípios da estrutura dialógica crítica propostos por Brown (2009) são aplicados como um conjunto de diretrizes no desenvolvimento, implantação e avaliação de sistemas de informações contábeis pluralistas (Dillard & Yuthas, 2013); como técnicas destinadas a democratizar o espaço social a partir de sistemas de contabilidade e controle gerenciais (Dillard & Roslender, 2011); e para facilitar um *ethos* crítico, pluralista e politicamente consciente no desenvolvimento da contabilidade socioambiental (Dillard & Brown, 2012).

O primeiro princípio reconhece que há uma multiplicidade de orientações ideológicas que cercam a sociedade (Brown, 2009), bem como grupos que possuem interesses e especificidades dentro das organizações, os quais apresentam diferentes necessidades informacionais, expectativas e valores (Dillard & Roslender, 2011). Diante disso, as informações contábeis precisam variar de acordo com pontos de vistas, valores e posições geográficas (Dillard & Yuthas, 2013).

Cabe a contabilidade dialógica identificar os valores, suposições e considerar técnicas para representar as diferenças entre eles (Brown, 2009), uma vez que não há uma representação única que seja capaz de atender a todos os interessados (Dillard & Yuthas, 2013). Frente a isso, a perspectiva da contabilidade heteroglóssica foi proposta como um contexto para o desenvolvimento dos sistemas de informações contábeis e gerenciais, que incluem as necessidades informacionais, expectativas e valores dos diversos grupos interessados (Dillard & Yuthas, 2013; Dillard & Roslender, 2011).

O segundo princípio abrange o reducionismo monetário e a racionalidade instrumental da contabilidade (Brown, 2009; Dillard & Roslender, 2011). O reducionismo monetário é criticado pela abordagem dialógica (Dillard & Yuthas, 2013). Evitar o reducionismo monetário demanda a criação sistemas de informações que incorporem representações não monetárias e não financeiras, expandindo relatos pessoais dos trabalhadores, sociedade civil, bem como valores comunitários (Dillard & Yuthas, 2013; Dillard & Roslender, 2011).

De acordo com Dillard e Yuthas (2013) os seis princípios restantes dizem respeito ao engajamento no diálogo e expansão de representações qualitativas. O terceiro princípio afirma que os participantes devem estar abertos sobre a natureza subjetiva e contestável dos cálculos (Brown, 2009). Reconhece a necessidade de representações justas e equitativas, com articulação de pontos de vistas dos grupos de especialistas avançando no atendimento do quarto princípio (Dillard & Yuthas, 2013; Dillard & Roslender, 2011).

O quarto princípio refere-se ao acesso aos não especialistas (Brown, 2009). Ao reconhecer as representações é necessário torná-las compreensíveis a todos os participantes (Dillard & Yuthas, 2013) e os não especialistas precisam ter acesso ao diálogo e a capacidade de reconhecer perspectivas divergentes entre o grupo (Dillard & Brown, 2012). A aplicação da contabilidade heteroglóssica facilita as interações dentro e além das fronteiras, facilitando a aprendizagem entre os especialistas e não especialistas, que compartilham conhecimento e poder (Dillard & Roslender, 2011).

O princípio cinco garante o processo participativo e demanda um diálogo interativo, dinâmico e permanente entre os grupos, bem como os provedores de informação (Dillard & Yuthas, 2013). De acordo com Dillard e Brown (2012) processos participativos eficazes permite que todos falem e façam reivindicações envolvendo-se em debates democráticos e robustos. Nesse sentido, o acesso a informação exige uma reconstrução dos sistemas de informação contábil (Dillard & Yuthas, 2013), de modo a apoiar que as múltiplas perspectivas forneçam meios facilitadores do processo dialógico (Dillard & Brown, 2012).

O princípio seis reconhece as relações de poder (Brown, 2009). À medida que os grupos marginalizados são identificados e incluídos é necessário o desenvolvimento de técnicas e práticas claras que permitam a participação ou abstenção das partes (Dillard & Yuthas, 2013). Além disso, Dillard e Brown (2012) estabelecem que para desenvolver o pluralismo é necessário reconhecer e desafiar as relações de poder existentes.

O princípio sete discorre sobre reconhecer o potencial transformador da contabilidade dialógica (Brown, 2009). Consiste em reconhecer que a investigação dialógica e a aprendizagem constroem, reforçam e modificam as práticas que facilitam a democracia agonística e os sistemas de informação devem promover os discursos e valores e instituições democráticas (Dillard & Yuthas, 2013; Dillard & Roslender, 2011).

Por fim, o princípio oito adverte sobre a resistência a novas formas de discurso monológico (Brown, 2009; Dillard & Roslender, 2011). Dillard e Yuthas (2013) afirmam que o desenvolvimento e implementação dos sistemas de informações contábeis devem facilitar o

debate, discussão e reflexão constante para evitar o retorno das formas antigas. Diante disso, uma vez que novas práticas polivocais<sup>3</sup> sejam desenvolvidas e implementadas para facilitar o debate, a discussão e a reflexão, deve-se ter o cuidado para que uma nova forma monológica ascenda (Dillard & Roslender, 2011).

## 2.2 Reportes Corporativos

As informações não financeiras foram predominantemente divulgadas nos relatórios financeiros anuais das organizações até a última parte do século XX (Villiers, Rinaldi & Unerman, 2014). A partir do início do século XXI tais informações passaram a ser divulgadas em relatórios independentes e novas iniciativas foram desenvolvidas para orientar e desenvolver padrões de relatórios voluntários, como é o caso do *Global Reporting Initiative* (GRI) (Villiers, Rinaldi & Unerman, 2014).

No entanto, o cenário organizacional mudou rapidamente internalizando novos desafios, incertezas e complexidade para as práticas de relatórios (Williams & Lodhia, 2021). Conforme as diretrizes GRI se tornaram complexas e abrangeram novas questões sociais, ambientais e de governança, os relatórios elaborados de acordo com os padrões aumentaram em complexidade e extensão (Villiers, Rinaldi & Unerman, 2014).

Em resposta a essas complexidades houve movimentos para recombinação das divulgações socioambientais com financeiras em relatórios únicos. Nesse contexto, emergiram discussões sobre o RI (Villiers, Rinaldi & Unerman, 2014). O RI teve suas discussões iniciadas pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC) e tanto as políticas quanto as práticas da área desenvolveram-se rapidamente (Villiers, Rinaldi & Unerman, 2014).

Baseado no pensamento integrado, o RI é sustentado por uma abordagem principiológica e busca comunicar a criação de valor organizacional (IIRC, 2021). O RI é um relatório voluntário (na sua essência) com potencial de transformar o relato corporativo, pois foca na integração de diferentes elementos organizacionais, incluindo questões sociais e ambientais (Williams & Lodhia 2021). A subseção a seguir é responsável por apresentar uma breve contextualização do RI, em especial no setor público, foco da presente tese.

---

<sup>3</sup> Dillard e Roslender (2011) e Dillard e Brown (2012) utilizam o termo polivocais para enfatizar as múltiplas perspectivas.

### 2.2.1 Relato Integrado no Setor Público<sup>4</sup>

As discussões iniciadas pelo *International Integrated Reporting Council* (IIRC) resultaram na promulgação do RI para evidenciar a criação de valor organizacional (IIRC, 2013). O RI é um processo baseado no pensamento integrado e sustentado por sete princípios básicos e oito elementos de conteúdo disponibilizados no *Framework* para o RI publicado em 2013 e atualizado em 2021 (IIRC, 2013; 2021). Os princípios básicos e elementos de conteúdo são responsáveis por harmonizar e orientar o conteúdo e a forma de apresentação das informações, sendo interligados e não excludentes (Higgins, Stubbs & Love, 2014; Cheng et al., 2014).

Dentre os benefícios proporcionado pelo RI nas organizações destaca-se a capacidade de fornecer informações especializadas como estratégia, governança, perspectivas futuras e criação de valor (García-Sánchez et al., 2013; Cheng et al., 2014); garantir uma melhoria para os reportes corporativos por intermédio de uma narrativa simples e qualificada que busca atender as necessidades dos *stakeholders* (Adhariani & de Villiers, 2018; Lai et al., 2018).

Nesse sentido, a demanda dos *stakeholders* por informações socioambientais e por melhorias na prestação de contas tem impulsionado uma mudança na postura das entidades, inclusive daquelas pertencentes ao setor público (Nicolò, Zanellato & Tiron-Tudor, 2020). A importância da prestação de contas evoluiu, de modo que emergiu o debate relacionado aos relatórios não financeiros no setor público (Mauro, Cinquini, Simonini & Tenucci, 2020).

Somados a isso, o descontentamento e desconfiança dos cidadãos em relação aos políticos e administradores de instituições faz com seja necessário estratégias de transparência e responsabilização (Montesinos & Brusca, 2019). Conseqüentemente, os relatórios corporativos passaram por mudanças na busca de fornecer informações úteis, com transparência e responsabilidade, de tal modo que as organizações passaram a revisar seus modelos de negócios para uma abordagem pluralista que considera os *stakeholders*, a sustentabilidade, a ética e a transparência (Dumay et al., 2016; Frías-Aceituno et al., 2013).

Diante disso, o RI tem emergido como uma alternativa para as entidades dos setores público e privado (Nicolò et al., 2020; Caruana & Grech, 2019). Em especial, no âmbito das organizações públicas, o RI ocasiona um aumento na quantidade e qualidade das divulgações

---

<sup>4</sup> As discussões disponíveis na subseção 2.2.1 e 2.2.2 são oriundas do artigo: Bevilaqua, I., & Freire, F. (2023). Oportunidades e desafios do relato integrado a partir dos princípios do dialogic accounting e do engajamento dos stakeholders. *Contextus –Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 21, e81294. <https://doi.org/10.19094/contextus.2023.81294>.

de sustentabilidade, resultando em uma divulgação equilibrada da materialidade relacionada às informações de sustentabilidade, ainda que os aspectos da equidade precisem ser melhorados (Montecalvo, Farneti & Villiers, 2018).

Além disso, o RI representa um passo na jornada de relatórios que busca demonstrar a criação de valor público e a responsabilidade (Mauro, Cinquini, Simonini & Tenucci, 2020), além de reformular o modo de pensar das organizações a partir de sua internalização (Guthrie, Manes-Rossi & Orelli, 2017). No entanto, conforme destaca Mauro et al. (2020) incluir os elementos de conteúdo de forma fragmentada e não homogênea faz com que a adoção do RI não seja completa.

A adoção do *Framework* do RI foi responsável por promover uma avaliação da materialidade, conduzindo a uma redução das informações sociais abrangentes e um foco maior na divulgação de informações considerada materiais para os *stakeholders* (Farneti, Casonato, Montecalvo & Villiers, 2019). Ao avaliar a adoção do *Framework* do RI, proposto pelo IIRC e o RI evidenciado por uma universidade pública Veltri e Silvestri (2015) identificaram que há inclusão dos elementos de conteúdo, porém estes não são aprofundados e não há uma orientação prospectiva, informações interligadas, destaques na criação de valor e no relacionamento com os *stakeholders*, considerados internamente no conteúdo do RI divulgado. Tal fato demonstra que apesar de adotar o RI é necessário que ocorra o monitoramento, para que o relato cumpra seu papel nas organizações.

No setor público, o RI pode ser um processo opressor e caro para que as organizações adotem sua estrutura de princípios e elementos de conteúdo por completo, sendo uma alternativa a adoção gradual com foco na melhoria de transparência e responsabilidade (Caruana & Grech, 2019). Ainda, a adoção do RI é limitada pelas características organizacionais (Cavicchi, Oppi & Vagnoni, 2019).

No setor público brasileiro, o RI passou a ser obrigatório para as empresas públicas e sociedades de economia mistas (Lei 13.303/2016) e das Unidades Prestadoras de Contas (UPC) a partir da Instrução Normativa (IN-TCU) nº 84 de 2020. Destaca-se que o relato contribui com a melhoria da transparência e divulgação de impactos da gestão pública no meio ambiente, na sociedade e na economia, garantindo uma maior responsabilidade e criação de valor (Rosa, 2019; Caruana & Grech, 2019).

### ***2.2.2 Contabilidade Dialógica e Relato Integrado: Oportunidades e Desafios***

De acordo com Brown (2009) a contabilidade dialógica apresenta oito princípios relevantes: (1) reconhecer múltiplas orientações ideológicas; (2) evitar o reducionismo monetário; (3) estar aberto para a natureza subjetiva e contestável dos cálculos; (4) dar condições de acesso para não especialistas; (5) assegurar processos participativos efetivos; (6) atentar-se para as relações de poder; (7) reconhecer o potencial transformador da contabilidade dialógica; e (8) resistir à novas formas de monologismo.

Destaca-se que os princípios estão interligados a partir de um processo cíclico de mudança de postura das organizações frente os fatos da contabilidade. Para que a contabilidade reconheça as diversidades de valores e perspectivas ideológicas de modo a encorajar o engajamento (1) é necessário que esteja atento às relações de poder (6) e resista a novas formas de monologismo (8).

Além disso, a mudança de postura para garantir acesso aos “não especialistas” (4) conforme proposto pela contabilidade dialógica, demanda que as organizações forneçam informações contábeis livres de incerteza, acessíveis e de fácil compreensão. Para que tal informação seja eficaz é necessário que seja evitado o reducionismo monetário (2) e seja incluído informações de natureza qualitativa.

Nesse sentido, a contabilidade dialógica pode fornecer um cenário para o desenvolvimento do RI. A adoção do RI envolve a inclusão de uma ampla gama de pontos de vistas e a interdisciplinaridade de conteúdo para elaborar um relatório que contenha informações de cunho variados. A adoção do pensamento integrado é responsável por facilitar o engajamento com as partes interessadas (McNally et al., 2017) e proporcionar um cenário para a melhoria da comunicação e do diálogo (Cheng et al., 2014; Naynar, Ram & Maroun, 2018). Em consonância com o princípio da contabilidade dialógica infere-se que o RI a partir de uma postura ativa com o pensamento integrado forneça um contexto para o reconhecimento da diversidade ideológica e do engajamento e interação além das fronteiras de opiniões e pontos de vistas.

A literatura do RI apresenta a crítica de que o relato objetiva atender as demandas dos provedores de capital financeiro (Flower, 2015). No entanto, a utilização dos seis capitais propostos pelo IIRC (2013; 2021) podem ser utilizados para determinar e apresentar as informações financeiras e não financeiras para todos os *stakeholders* (Rupley, Brown & Marshall, 2017). Além disso, o pensamento integrado, é visto como uma ferramenta que promove informações para a tomada de decisão eficaz (CGMA, 2014). No setor público, a

quantidade e qualidade das divulgações de sustentabilidade é aumentada com a divulgação do RI (Montecalvo et al., 2018). De modo comparativo com o princípio da contabilidade dialógica espera-se que o RI propicie uma mudança de foco das informações puramente quantitativa e financeiras.

O RI tem como princípio a confiabilidade e completude dos dados, e busca abranger todos os assuntos relevantes, positivos e negativos, de maneira equilibrada e não tendenciosa e isento de erros materiais (IIRC, 2013; 2021). Além disso, o RI tem como capacidade melhorar a transparência dos reportes corporativos (Kılıç & Kuzey, 2018). Em especial no setor público, há uma demanda crescente por prestação de contas e por relatos não financeiros (Nicolò et al., 2020; Mauro et al., 2020). O princípio da contabilidade dialógica prevê que os dados são baseados nas decisões e escolhas humanas e sujeitas ao ambiente, portanto é necessário que os atores estejam preparados para ser transparentes sobre os valores e pressupostos informados. Nesse sentido, espera-se que o RI contribua a partir do fornecimento de dados completos os assuntos relevantes de modo não tendencioso e sem erros e conseqüentemente auxilie na prestação de contas organizacional.

Um dos princípios do RI é o relacionamento com as partes interessadas de modo a fornecer uma visão das relações que a organização mantém com seus *stakeholders* (IIRC, 2013; 2021). O relacionamento com as partes interessadas envolve também a capacidade do RI fornecer informações simples, confiável e qualificadas para incluir os *stakeholders* não especialistas (Adhariani & Villiers, 2018; Lai et al., 2018). A contabilidade dialógica demanda a confiança dos *stakeholders* na informação fornecida, a qual deve ser realizada em linguagem clara e sem incerteza. Esse princípio da contabilidade dialógica além do relacionamento com as partes interessadas do RI, possui ligação com o princípio da completude e confiabilidade dos dados, uma vez que a partir de informações precisas, claras e isentas de erros é possível ampliar o leque de *stakeholders* considerados pelo RI.

O pensamento integrado, no contexto do RI, é estimulado na prática por mecanismos de mudanças e pelo engajamento de equipes nos processos de relatar integrado (Guthrie et al., 2017). Um dos princípios da contabilidade dialógica é alcançar a participação efetiva na prática e o envolvimento dos *stakeholders* no processo de desenvolvimento de regras de atuação. Portanto, espera-se que a partir de uma adoção do pensamento integrado, o processo de elaboração do RI seja capaz de envolver os *stakeholders* nas práticas organizacionais.

A partir disso, elaborou-se o Quadro 2 com o resumo do relacionamento entre a contabilidade dialógica e o RI.

**Quadro 2 - Contabilidade Dialógica versus Relato Integrado**

<b>Princípio da Contabilidade Dialógica</b>	<b>Aplicação do RI</b>
Necessidade de reconhecer uma diversidade de orientações ideológicas  Estar atento às relações de poder	Interdisciplinaridade de conteúdo; Melhoria de comunicação e diálogo; Postura ativa com o pensamento integrado.  Engajamento com os <i>stakeholders</i> ;
Importância de evitar o “reduccionismo monetário”	Seis capitais do RI; Informações Financeiras e não financeiras; Pensamento integrado;
Aberto sobre a natureza subjetiva e contestável dos cálculos	Princípio: Confiabilidade e Completude dos dados; Informações positivas e negativas; Informações equilibradas; Melhoria da transparência; Prestação de contas e relatórios não financeiros.
Permitir o acesso para “não especialistas”	Princípio: Relacionamento com os <i>stakeholders</i> Informações simples, confiável e qualificada; Inclusão de todos os <i>stakeholders</i> ;
Garantir processos participativos eficazes	Engajamento de equipes; Pensamento integrado;
Reconhecer o potencial transformador da contabilidade dialógica  Resistir a novas formas de monologismo	O RI não deve ser mais um relatório para as organizações e sim integrar as informações de modo conciso e holístico.

**Fonte:** Adaptado de Bevilaqua e Freire (2023).

A partir do exposto e do resumo evidenciado no Quadro 2, observa-se que o RI pode ser desenvolvido no contexto da contabilidade dialógica. O engajamento com os *stakeholders* (Kingston, Furneaux, Zwaan & Alderman, 2020; Godowski et al., 2020), a divulgação de informações concisas e completas, a inclusão das informações não financeiras e a melhoria da prestação de contas (*accountability*) e transparência (Kingston et al., 2019) são temas apresentados pela contabilidade dialógica e representam oportunidades para o desenvolvimento do RI.

Dessa forma, destaca-se que as oportunidades para o desenvolvimento do RI no contexto da contabilidade dialógica resumem-se em:

- O RI pode auxiliar no engajamento com os *stakeholders* possibilitando melhores compreensões ideológicas e permitindo acesso aos não especialistas.
- O RI pode atuar como uma ferramenta de prestação de contas e *Accountability*, garantindo processos participativos e eficazes.



- O RI por intermédio do pensamento integrado condiciona uma melhoria e facilidade do diálogo.
- Com o auxílio dos seis capitais e do pensamento integrado, o RI pode contribuir com a redução do “reducionismo monetário” ampliando o foco em informações não financeiras e qualitativas.

No entanto, há ainda aspectos a serem melhorados para que o RI atenda satisfatoriamente os princípios da contabilidade dialógica. A obrigatoriedade do RI, como é o caso do setor público brasileiro, pode não necessariamente representar uma melhoria no processo de comunicação organizacional. Portanto, é necessário melhorar a compreensão dos princípios e elementos de conteúdo do RI, os quais demandam o monitoramento eficaz para cumprirem com o papel do RI (Veltri & Silvestri, 2015). Esses são pontos desafiadores para que o RI atue no contexto da contabilidade dialógica.

### **2.3 Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe**

As teorias estruturalistas<sup>5</sup> da linguagem, da cultura e da sociedade, que consideram os elementos como estruturas fechadas e centradas enfrentaram críticas pelo movimento pós-estruturalista (Torfing, 2005). Os pós-estruturalistas consideram que os signos adquirem seus significados por serem diferentes uns dos outros e, portanto, não são fixos, definitivos e inequívocos. A linguagem é compreendida como um fenômeno social, no qual as estruturas são desafiadas e a partir do uso da linguagem os signos podem ser reposicionados em diferentes relações uns com os outros para que possam adquirir novos significados (Jørgensen & Phillips, 2002).

Além disso, o pensamento marxista aberto e não dogmático, especialmente proposto por Antonio Gramsci contribuíram para a formação de um campo para a compreensão do sujeito como multifacetado e fragmentado em relação ao nível de significação simbólica (Torfing, 1999). A complexidade social, pode não ser percebida e alcançada pelo marxismo e a análise refinada dos antagonismos sociais torna-se complicada (Laclau & Mouffe, 1985). Nesse

---

<sup>5</sup> Saussure e Lévi-Strauss são representantes da teoria estruturalista da linguagem. O estudo de Saussure analisa a linguagem a partir de um sistema fechado de signos, os quais são fixos (Howarth, 2000).

sentido, destaca-se o início das discussões acerca da teoria do discurso a partir dos anos 1970 (Torfing, 2005).

A teoria do discurso possui como premissa que todos os objetos e ações são significativos e seu significado é produto dos sistemas de regras construídos historicamente, desse modo, é a partir das práticas sociais que o discurso é construído e contestado e conseqüentemente capaz de alterar a realidade social (Howarth, 2000). De acordo com Howarth (2000) as práticas sociais ocorrem devido as contingências inesgotáveis presentes nos sistemas de significado, logo três categorias são importantes para compreender o conjunto de afirmações: discursivo, discurso e análise do discurso.

Discursivo significa a compreensão de que os objetos são objetos do discurso conforme seu significado dependa de um sistema socialmente construído de regras e diferenças significativas (Howarth, 2000). De acordo com a teoria do discurso os fenômenos sociais nunca são acabados, pois o significado não pode ser fixado e isso abre espaço para a ocorrência de lutas que fixam significados de acordo com as construções discursivas que permitem a compreensão do social (Jørgensen & Phillips, 2002).

A análise do discurso é o percurso teórico e metodológico que engloba premissas filosóficas sobre o papel da linguagem na construção do mundo social, modelos teóricos, diretrizes metodológicas e técnicas para análise. Uma característica da análise do discurso é a interligação entre a teoria e o método que demanda do pesquisador a compreensão das premissas filosóficas básicas para o seu uso (Jørgensen & Phillips, 2002). A análise do discurso refere-se ao processo de análise das práticas significantes como formas discursivas (Howarth, 2000).

O conceito do discurso é mutável e pode receber significados diferentes de acordo com o contexto ao qual está situado (Jørgensen & Phillips, 2002; Glynos, Howarth, Norval & Speed, 2009). De acordo com Torfing (1999) o conceito de discurso tem origem no transcendentalismo clássico e classifica o discurso como não histórico e invariável, no qual o sujeito é criador do mundo idealista.

No entanto, a teoria do discurso considera a historicidade e variabilidade do discurso e se baseiam no pós-estruturalismo, compreendendo o discurso como um conjunto relacional de sequências significantes, nas quais o significado é constantemente renegociado (Torfing, 1999). Por sua vez, discurso são sistemas concretos de relações e práticas sociais intrinsecamente políticas (Howarth, 2000).

Uma definição preliminar de discurso proposta é a forma particular de falar e compreender o mundo, ou aspectos do mundo (Jørgensen & Phillips, 2002). Os elementos e objetos naturais, físicos e culturais são assim compreendidos e adquirem significado nos discursos (Glynos et al., 2009). A linguagem torna-se, portanto, uma forma de compreender a noção de discurso conforme os diferentes padrões e enunciados que cercam a participação das pessoas em diferentes domínios da vida social, os quais podem ser analisados por intermédio da análise do discurso (Jørgensen & Phillips, 2002).

No contexto das ciências sociais, a Teoria do Discurso surgiu como uma tentativa interdisciplinar de integrar percepções da linguística com as ideias principais da ciência social e política (Torfing, 2005). Ernesto Laclau e Chantal Mouffe propõe uma Teoria do Discurso com base no construcionismo social e no pós-estruturalismo<sup>6</sup> (Jørgensen & Phillips, 2002). Tendo como propósito direcionar a atenção para as implicações pós-modernas com a relação entre o político e o social (Torfing, 1999).

O ponto de partida de Laclau e Mouffe é que o discurso constrói o mundo social em significado, no entanto, a linguagem é instável e o significado não pode ser fixado de modo permanente (Jørgensen & Phillips, 2002). A teoria do discurso conduzida por Laclau e Mouffe se apoia em quadros que compreendem a problematização de fenômenos empíricos, sendo considerada uma teoria voltada para o problema em vez de pesquisa metodológica ou teórica (Glynos, Howarth, Norval & Speed, 2009).

As proposições de Laclau e Mouffe dependem do contexto e dos debates teóricos e discursivos, são históricos pois reconhecem a temporalidade incontável da história na qual estão inseridos e não são objetivos porque não procuram descobrir uma verdade universal (Torfing, 1999). O trabalho de Laclau e Mouffe é organizado acerca de três conceitos básicos: **discurso**, **hegemonia** e **antagonismo social**, os quais são considerados substitutos, respectivamente, dos conceitos de estrutura, política e conflito (Torfing, 1999).

O discurso é compreendido como a consequência das práticas hegemônicas de articulação. A partir da criação de sentido do discurso no campo da discursividade ocorre a abertura de espaço para a articulação hegemônica (Torfing, 1999). Howarth (2000) afirma que o conceito de discurso proposto por Laclau e Mouffe capta a ideia de que os objetos e as ações são significativos, cujo significado é conferido por sistemas particulares de diferenças

---

<sup>6</sup> O construcionismo social é um termo utilizado para abranger as novas teorias sobre cultura e sociedade, já o pós-estruturalismo pode ser compreendido como uma subcategoria do construcionismo que rejeita teorias totalizantes e universalizantes. A análise do discurso é uma abordagem do construcionismo social (Jørgensen & Phillips, 2002).

significativas. Diante disso, cada estrutura discursiva é uma construção social e política que estabelece um sistema de relações entre diferentes objetos e práticas (Howarth, 2000).

O discurso é um sistema de elementos que existe devido ao excedente de sentido, ou seja, devido ao campo da discursividade. O discurso existe como uma tentativa para dominar o campo da discursividade e fixar um significado parcial (Laclau & Mouffe, 1985). Discurso é uma categoria que une palavras e ações e pode ser representado por uma prática, uma vez que as ações empreendidas pelos sujeitos, identidades, grupos sociais são ações significativas (Mendonça, 2009).

A prática remete a ideia de prática discursiva e o processo de constituição da hegemonia parte sempre de um discurso particular capaz de representar discursos dispersos (Mendonça, 2009). O social, conforme a abordagem não possui um sentido finalístico, as possibilidades de significados são múltiplas e infinitas, são permeadas por relações que tem essencialmente características precárias e contingentes (Mendonça, 2009).

Do ponto de vista analítico, a categoria central da teoria do discurso é o próprio discurso, o qual depende da prática articulatória, ou seja, prática estabelecida entre os elementos, que a partir do ponto nodal, articulam-se entre si, tornando-se momentos (Laclau & Mouffe, 1985; Mendonça, 2009). A organização e a hegemonia, portanto, decorre a partir do discurso centralizador que um ponto nodal fixa seu sentido e, a partir disso, é capaz de articular elementos que antes estavam dispersos (Mendonça, 2009).

O ponto em que o significado é fixado é conceituado como ponto nodal (Laclau & Mouffe, 1985). O ponto nodal representa uma base que ordena os elementos e permitem a criação de sentidos (Jørgensen & Phillips, 2002). O ponto nodal atua como princípio articulador, responsável por organizar os elementos e momentos e conduzir ao resultado do discurso (Mendonça, 2009). Nesse sentido, discurso é uma consequência de articulações que unem palavras e ações que produzem sentido e constroem o social (Mendonça, 2009).

A hegemonia refere-se à construção de uma formação discursiva predominante, a expansão de um discurso ou de um conjunto de discurso, por intermédio da articulação de elementos não fixos em momentos parcialmente fixos, considerando um contexto de forças antagônicas (Torfing, 1999). A hegemonia é considerada a habilidade em obter sucesso na construção de um campo discursivo capaz de conciliar as diferenças antagônicas (Laclau & Mouffe, 1985).

Conforme Laclau e Mouffe (1985) estabelecer uma relação hegemônica leva a constituição de uma relação de ordem, onde o discurso hegemônico é capaz de unir as

diferenças e sistematizar o discurso. A hegemonia “é uma relação em que uma determinada entidade, num determinado contexto histórico-discursivo, de forma precária e contingente, passa a representar, a partir uma relação equivalencial, múltiplos elementos” (Mendonça, 2009, p. 159).

O antagonismo social é oriundo da negação da identidade, a qual compreende a articulação hegemônica. A partir de elementos de força e repressão, a negação dos significados e das pessoas que se identificam com o significado faz com que a articulação hegemônica ocorra e, conseqüentemente, o antagonismo social (Torfing, 1999). Conforme Laclau e Mouffe (1985) toda identidade busca constantemente a completude, a qual é sempre ineficaz. Portanto, a busca pela identidade faz com que a hegemonia estabeleça relação inversa sendo representada pela incompletude identitária, pois visa preencher a ausência de plenitude (Mendonça, 2009).

Nesse sentido, além de compreender o sistema discursivo como precário e contingente (Mendonça, 2009), o antagonismo apresenta-se como uma força que impossibilita a constituição de sentido objetivo e finalístico à lógica discursiva (Laclau & Mouffe, 1985). A presença de um discurso antagônico impede a constituição plena de sentidos de um sistema discursivo. Um discurso constitui-se na busca de preencher os sentidos e obter a universalidade, no entanto, a precariedade, a contingencialidade e o antagonismo limitam a expansão dos significados (Mendonça, 2009).

A análise do discurso pode ser compreendida como a aplicação das lógicas de equivalência e diferença (Howarth, 2000). E a aplicação das lógicas de diferenças e equivalências são responsáveis por fixar os sentidos (Jørgensen & Phillips, 2002, p.24). De acordo com Laclau e Mouffe (1985) é a partir dos significantes que se constrói a articulação hegemônica, por intermédio das lógicas de equivalência e diferença. Os significantes vazios só adquirem significado quando são articulados por meio das lógicas de equivalência e diferença e criam sentidos (Jørgensen & Phillips, 2002).

Os significantes vazios existem para auxiliar na criação das cadeias de equivalência e permitem a existência das práticas hegemônicas (Matos, 2020). Ao expandir o conteúdo das cadeias de equivalência e expandir os sentidos em uma prática articulatória, o discurso torna-se universal e é impossível compreender o significado de forma exata, desse modo os significantes vazios emergem (Mendonça, 2009).

Os significantes vazios são centrais para a teoria do discurso, pois possui a função de silenciar as diferenças, visto que a hegemonia e a construção do discurso dependem da articulação desses elementos (Laclau & Mouffe, 1985). A hegemonia atinge o sucesso parcial

“quando o discurso defendido domina e os antagônicos são silenciados”, sendo o processo de transformação de discursos hegemônicos a base para a investigação da teoria do discurso (Matos, 2020).

Dillard e Vinnari (2019) delimitam a “*accountability*” como um significante vazio, no qual cada interveniente pode conferir o significado mais adequado de acordo com seus próprios interesses. A *accountability* não pode ser caracterizada a partir de um conceito fechado e único (Nunes, Miranda & Araújo, 2017). Portanto é inicialmente considerada um significante vazio para análise na tese.

A *accountability* é um termo que assumiu um papel dominante no setor público e privado e quando associado à transparência obtida pela divulgação, é utilizado para remediar os males que os indivíduos, entidades, comunidades ou sociedade enfrentam (Dillard & Vinnari, 2019). De acordo com Vieira, Mendonça, Cavalheiro e Kremer (2018) a *accountability* possui como componentes a prestação de contas, participação popular e a transparência.

A *accountability* baseada na contabilidade tradicional fornece um enquadramento para a prestação de contas que privilegia as necessidades e interesses dos fornecedores de capital financeiro (Dillard & Vinnari, 2019). O discurso neoliberal teoriza a *accountability* como uma forma que privilegia o capital financeiro. Em contraste, a contabilidade dialógica crítica apresenta a *accountability* como lutas pelas quais os cidadãos exercem seus direitos democráticos sobre os detentores de poder (Tanima, Brown & Dillard, 2020).

Considerando que o IIRC possui como usuário principal o fornecedor de capital financeiro e que os demais *stakeholders* são beneficiados com a informação divulgada (IIRC, 2021), a *accountability* gerada pela divulgação do RI pode ser uma aceitação “do pressuposto neoliberal de que a informação e as necessidades de todos os outros grupos interessados são satisfeitas no conjunto de divulgação financeira”<sup>7</sup> (Dillard & Vinnari, 2019, p. 18). Portanto, o discurso acerca da adoção do *Framework* do RI pelo Tribunal de Contas da União para a elaboração do Relatório de Gestão das Unidades Prestadoras de Contas do setor público brasileiro merece ser analisada.

---

<sup>7</sup> Tradução livre de “*of the neoliberal assumption that the information needs of all other interested groups are satisfied in the financial disclosure set*” (Dillard & Vinnari, 2019, p.18).

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A seção é composta por três subseções que delimitam e descrevem os procedimentos metodológicos utilizados na tese. A subseção 3.1 é responsável pela delimitação da tese e os documentos coletados que serviram de base para coleta dos dados em todas as fases da pesquisa. Na sequência, a subseção 3.2 explica e justifica a Lógica de Explicação Crítica (LCE) criada por Glynos e Howarth (2007) utilizada como metodologia para análise e desconstrução dos discursos aplicadas nos objetivos “a” e “b”. A subseção 3.3 discute a construção de um modelo para análise do RI na perspectiva da Contabilidade Dialógica em consonância com o objetivo “c” da tese.

#### 3.1 Delimitação e Coleta dos Dados

A presente tese utiliza a teoria crítica de Laclau e Mouffe (1985) para identificar o discurso disposto nas discussões acerca do IIRC (objetivo a). De acordo com a teoria de Laclau e Mouffe (1985), o discurso engloba textos e falas das organizações, por exemplo, expandindo a compreensão popularmente conhecida dos pronunciamentos de políticos ou presidentes de empresas como únicos meios de discursos possíveis para análises (Matos, 2020).

Conforme Tregidga, Milne e Kearins (2014) foi realizado um estudo sistemático e estruturado de textos que compõe o arcabouço de documentos disponibilizados nas discussões do RI. A amostra da tese compreende os textos publicados pelo *The International Integrated Reporting Committee* e *The International Integrated Reporting Council* (IIRC) durante os anos de 2011 a 2021 (Quadro 3). Além desses, os textos publicados pelo Tribunal de Contas da União na condução da normatização do RI no setor público foram considerados para as análises (Quadro 4).

De modo semelhante ao proposto por Matos (2020) em que discute o processo normativo do *International Accounting Standards Board* (IASB), a tese compreende o desenvolvimento do RI, conduzido pelo IIRC e sua coalisão no *Value Reporting Foundation* (VRF) como um processo político em sua essência. Diante disso, a escolha dos documentos deu-se devido a autoria, ou seja, compreendem a concepção do próprio IIRC e do TCU, órgão responsável pelo RI e pela obrigatoriedade do RI no setor público brasileiro, respectivamente. Portanto, espera-se que represente fielmente o discurso das instituições.

**Quadro 3** – Documentos do IIRC analisados na pesquisa

<b>ID</b>	<b>Etapa do Processo</b>	<b>Documento</b>	<b>Período (Citação)</b>
1	<b>DP/2011</b>	<i>Discussion Paper: Towards Integrated Reporting Communicating Value in the 21st Century</i>	Set a Dez 2011 (IIRC, 2011a)
2	<b>DP/2011</b> <i>Feedback</i>	<i>Discussion Paper and Next Steps: Summary of Responses - Towards Integrated Reporting Communicating Value in the 21st Century</i>	Dez 2011 (IIRC, 2011b)
3	<b>Framework</b>	<i>Draft Framework Outline</i>	Jul 2012 (IIRC, 2012a)
4		<i>Prototype Framework</i>	Nov 2012 (IIRC, 2012b)
5	<b>CD/2013</b>	<i>Consultation Draft: Framework Development</i>	Abr a Jul 2013 (IIRC, 2013a)
6		<i>Consultation Draft: Basis for conclusions</i>	Dez 2013 (IIRC, 2013b)
7		<i>Consultation Draft: Summary of Significant Issues</i>	Dez 2013 (IIRC, 2013c)
8	<b>IR Framework</b>	<i>The International Integrated Reporting Framework</i>	Dez 2013 (IIRC, 2013d)
9	<b>IF/2017</b>	<i>International Framework Implementation Feedback: Invitation to comment</i>	Mar 2017 (IIRC, 2017a)
10		<i>International Framework Implementation Feedback: Summary report</i>	Mai 2017 (IIRC, 2017b)
11	<b>PR/2018</b>	<i>Progress Report: 2018 Technical Programme</i>	(IIRC, 2018)
12	<b>PR/2019</b>	<i>Progress Report: 2018–2019 Technical Programme</i>	(IIRC, 2019)
13	<b>CD/2020</b>	<i>Consultation Draft: International Framework</i>	Mai 2020 (IIRC, 2020a)
14	<b>CD/2020</b> <i>Feedback</i>	<i>Consultation Draft: International Framework - Companion Document</i>	Mai 2020 (IIRC, 2020b)
15		<i>Consultation Draft: 2020 revision of the International Framework – Responses to the 2020 Questions 11 – 15</i>	Jan 2021 (IIRC, 2021a)
16		<i>Consultation Draft: 2020 revision of the International Framework – Analysis of Consultation Draft feedback</i>	Jan 2021 (IIRC, 2021b)
17	<b>IR Framework</b>	<i>International Framework January 2021</i>	Jan 2021 (IIRC, 2021c)
18	-	<i>Transition to integrated reporting: A Guide to getting started</i>	Set 2021 (IIRC, 2021d)

**Fonte:** Elaboração própria (2024)



A fase de criação do RI iniciou-se em 2011, quando o IIRC lançou o documento (ID 1) com o objetivo de solicitar a contribuição dos interessados em melhorar os relatórios, seguindo a lógica do RI. A partir de 214 respostas de organizações distribuídas em 30 países o IIRC elaborou o resumo do documento de discussão (ID 2) com os principais pontos das respostas que demonstram o apoio pelo desenvolvimento das próximas fases do RI.

Em 2012 há a publicação do *Draft Framework* (ID 3), cujo conteúdo é estabelecer a estrutura do *Framework* e manter as partes interessadas informadas à medida que ocorrem desenvolvimentos sobre o RI. No mesmo ano é publicado o Protótipo do *Framework* (ID 4), etapa destinada a demonstrar o progresso na definição de conceitos e princípios que sustentam o RI. O protótipo passou por consulta pública no período de abril a julho de 2013 (ID 5) e gerou os resultados apresentados nos documentos ID 6 e ID 7.

A etapa de criação de RI obteve êxito em 2013 com a publicação do Framework Internacional do Relato Integrado (ID 8). Na sequência, nos anos de 2014 e 2015 destaca-se a elaboração de documentos não considerados para análise: “*Assurance on <IR>*” e “*Materiality in <IR>*” por tratarem dos temas específicos de asseguarção e materialidade dentro do escopo do RI, bem como os documentos elaborados em conjunto com outros órgãos e que apresentam *insights* e estudos de casos, os quais não foram analisados.

Nesse período, o framework foi submetido a uma nova consulta pública (ID 9) de dois meses de duração para incentivar o *feedback* sobre a implantação, cujas respostas (ID 10) envolveram mais de 400 contribuições oriundas de 19 países e diferentes setores que compõe a coalizão global para o RI. Além disso, o *feedback* resultou nos relatórios de progresso de 2018 e 2018-2019 que forneceu uma visão do programa técnico, refletindo as conquistas do período e a evolução contínua das atividades (ID 11 e 12). Determinou-se que no período houve uma adoção global do RI pelas organizações, portanto, a etapa foi denominada de Adoção Global.

A terceira etapa proposta refere-se a fase de coalizão com o *Value Reporting Foundation* nos anos de 2020 a 2021. Em 2020 o IIRC solicitou *feedback* relacionado as revisões propostas para a estrutura do RI na minuta de consulta (ID 14). A partir das respostas enviadas, o IIRC apresentou as respostas do projeto de consulta relacionado as questões 11 a 15 (ID 15), além das análises das questões 11 a 15 (ID 16). Por fim, destaca-se a publicação da versão atualizada do *Framework* do Relato Integrado em 2021 (ID 17) e o documento *Transition to integrated reporting: A Guide to getting started* (ID 18).

Para a análise do percurso de adoção do RI no setor público brasileiro foram considerados quatro Documentos Técnicos de Referência, bem como a Instrução Normativa (IN-TCU) n° 84 de 2020, responsável por estabelecer normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal (Quadro 4). As Decisões Normativas DN-TCU n° 170/2018; DN-TCU n° 178/2019 e DN-TCU n° 187/2020 não foram consideradas, pois somente incluíam o RI no seu Anexo III.

**Quadro 4** – Documentos do TCU analisados na pesquisa

<b>ID</b>	<b>Documento</b>	<b>Citação</b>
19	<i>Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado</i>	(TCU, 2018)
20	<i>Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado – 2º Edição 2019</i>	(TCU, 2019)
21	<i>Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado – 3º Edição 2020</i>	(TCU, 2020a)
22	<i>IN-TCU n° 84/2020</i>	(TCU, 2020b)
23	<i>Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado – 3º Edição 2022 (atualizado)</i>	(TCU, 2022)

**Fonte:** Elaboração própria (2024)

Para o estudo empírico (objetivo c) o foco foi o setor público brasileiro, especialmente as Unidades Prestadoras de Contas (UPC's) cadastradas no Tribunal de Contas da União (TCU), conforme artigo 5° da IN-TCU 84/2020. A relação de UPCs divulgada pelo TCU englobou 1.075, 1.076, 1.079 e 1.092 unidades em 2020, 2021, 2022 e 2023 respectivamente, as quais são classificadas como autarquias, conselhos de profissão, empresa pública, fundação, fundo público, ministério público, órgão público, poder judiciário, poder legislativo, serviço social autônomo, sociedade de economia mista, tribunal de contas da união.

O objetivo consiste em analisar o discurso do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima divulgado no Relato Integrado sob a perspectiva da Contabilidade Dialógica. Para isso, selecionou-se como amostra os Relatórios de Gestão do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

O MMA tem como objetivo delinear políticas e diretrizes gerais para a gestão ambiental no Brasil, para isso precisa promover o acesso público às informações governamentais sobre questões ambientais visando transparência à sociedade (Guerreiro, Vasconcellos Sobrinho & Candurú, 2021). O estudo de Freire et al. (2019) verificou aspectos e características dos princípios da contabilidade dialógica nas informações dos relatórios de agentes envolvidos no

Programa Bolsa Verde do Ministério do Meio Ambiente e concluiu a existência de assimetrias de informações e uma linguagem voltada para *stakeholders* dominantes.

Adicionalmente, Guerreiro, Vasconcellos Sobrinho e Candurú (2021) identificaram um diálogo limitado do MMA com os governos locais. A presente tese justifica a escolha do ministério de modo a complementar os estudos mencionados e avançar com a aplicação dos princípios da contabilidade dialógica expandindo a análise para as informações divulgadas pelo MMA em seus Relatórios de Gestão, bem como sua contribuição para a melhoria do diálogo com a sociedade.

O horizonte temporal delimitado para a análise consiste em um intervalo de quatro anos, contemplando o período após a publicação IN-TCU n° 84/2020 que estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal. Em seu artigo 8° é estabelecido que integram a prestação de contas, dentre outros aspectos, “o relatório de gestão, que deverá ser apresentado na forma de relato integrado da gestão da UPC, segundo orientações contidas em ato próprio do TCU” (TCU, 2020).

Destaca-se que apesar do TCU ter elaborado a cartilha “Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado” a partir de 2018 e mencionado a estrutura e importância do RI, as normas para prestação de contas seguiam a IN-TCU n° 63/2010 e alteração dada pela IN-TCU n° 72/2013, as quais não faziam menção ao relato.

Dessa forma, os relatórios selecionados no período delimitado (Quadro 5) contemplam os anos de 2020 a 2023. Os documentos foram coletados no *website* Portal de Dados Abertos do MMA entre os meses de abril a maio de 2024.

**Quadro 5** – Documentos do Ministério do Meio Ambiente analisados na pesquisa

<b>ID</b>	<b>Documento</b>	<b>Citação</b>
24	<i>Relatório de Gestão do Ministério do Meio Ambiente - 2020</i>	(MMA, 2020)
25	<i>Relatório de Gestão do Ministério do Meio Ambiente – 2021</i>	(MMA, 2021)
26	<i>Relatório de Gestão do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima – 2022</i>	(MMA, 2022)
27	<i>Relatório de Gestão do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - 2023</i>	(MMA, 2023)

**Fonte:** Elaboração própria (2024)

Destaca-se que na análise do discurso as identidades coletivas são construídas sob os mesmos parâmetros da identidade individual (Jørgensen & Phillips, 2002). Portanto, justifica-se a análise dos relatórios mencionados nos Quadros 3, 4 e 5.

### 3.2 Lógica da Explicação Crítica: Análise dos Dados

A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe apesar de compatíveis com diferentes ferramentas de análise, não apresenta técnicas metodológicas específicas para sua aplicação (Laclau & Mouffe, 1985; Jørgensen & Phillips, 2002). A análise do discurso, não é um método e sim uma metodologia, podendo fazer uso de diferentes técnicas qualitativas de análise (Matos, 2020; Phillips & Hardy, 2002).

Nesse sentido, o foco das análises será na desconstrução pós-estruturalista, na descrição e na interpretação de cenários específicos (Laclau & Mouffe, 1985). O processo de desconstrução e análise terá a premissa da continuidade, ou seja, não objetiva delimitar um resultado sobre o fenômeno analisado. Desse modo, a análise não segue padrões fixos de classificação e categorização, mas busca revelar os sentidos com base na percepção do pesquisador (Torfing, 1999).

Além disso, procura explicar de forma narrativa como o discurso é construído para delimitar a criação de uma verdade e realidade social estável (Jørgensen & Phillips, 2002). Para isso, foi utilizada a Lógica de Explicação Crítica (LCE) criada por Glynos e Howarth (2007, 2008) como metodologia para análise e desconstrução dos discursos. A LCE representa uma estratégia metodológica utilizada em conjunto com a teoria do discurso e que possui a compreensão de que os discursos são constitutivos das práticas sociais (Glynos & Howarth, 2009).

A desconstrução tem a função de demonstrar as oscilações de sentido e ambiguidade presentes nos sujeitos e auxilia na análise dos deslocamentos de sentidos, ou seja, da ruptura dos significantes universais representado pelo ponto nodal (Torfing, 1999). A LCE é dividida em 5 passos: **(1) problematização; (2) explicação retrodutiva; (3) lógicas (sociais, políticas e fantasmáticas); (4) articulação; (5) julgamento e crítica** e funciona como uma forma de explicação social (Glynos & Howarth, 2007).

A **problematização** é a fase que envolve um processo exaustivo de mapeamento de ideias e identificação dos problemas como base para a pesquisa, o qual deve ser visível e capaz de ser abstraído. A problematização é a transformação do objeto de estudo em uma situação problema, para isso é necessário que o fenômeno analisado seja viável e digno de contestação (Glynos & Howarth, 2007).

A **explicação retrodutiva** refere-se ao uso do raciocínio retrodutivo em detrimento dos métodos de dedução e indução, sendo representada como a principal forma de explicação dos

fenômenos (Glynos & Howarth, 2007; Matos, 2020). A retrodução é um modo de pensar a condução das análises dos fenômenos sociais, visa explicar como as lógicas sociais, políticas e fantasmáticas constroem a realidade (Voss, 2016; Glynos & Howarth, 2007). É representada como um círculo que envolve desde a problematização até a justificação por meio da aplicação das **lógicas sociais, políticas e fantasmáticas** (Matos, 2020).

As lógicas fornecem recursos teóricos para caracterizar as práticas, os poderes e as ideologias, bem como para explicar suas mudanças e relacionamentos (Glynos & Howarth, 2007). As **lógicas sociais** representam regimes ou práticas particulares que intervêm na constituição de cada identidade social. Consistem em um sistema de regras que direciona o horizonte em que objetos podem ser representáveis ou excluídos (Glynos & Howarth, 2007; Laclau, 2005).

As **lógicas políticas** estão associadas à dimensão política e com as lógicas de equivalência e diferença propostas na teoria do discurso (Laclau & Mouffe, 1985). Ajuda a compreender como as práticas surgiram, são operacionalizadas, questionadas e transformadas, de modo a garantir a manutenção do discurso hegemônico limitando assim os antagonismos (Glynos & Howarth, 2007).

A **lógicas fantasmáticas** exploram como as práticas são instituídas, contestadas e defendidas. Consideram as ideologias que sustentam as relações sociais e demonstram como as lógicas anteriores limitam a ação dos sujeitos (Glynos & Howarth, 2007). Para aplicação e análise das lógicas (sociais, políticas e fantasmáticas) elaborou-se uma série de questões (Quadro 6), que guiaram a reconstrução dos cenários, demonstração de contingências e antagonismos (Matos, 2020).

**Quadro 6** – Aplicação das Lógicas Sociais, Políticas e Fantasmáticas

<b>Lógica</b>	<b>Explicação</b>	<b>Pergunta</b>	<b>Perguntas da Tese</b>
Social	Revela as regras e normas aceitas	Quais são as regras e normas?	- O que caracteriza o desenvolvimento do Relato Integrado no contexto internacional? - Quais práticas, normas e valores são reproduzidos?
Política	Revela o aparecimento e instalação	Por que e como elas surgiram?	- Quais estratégias discursivas criam o discurso? - Como é estabelecida a coerência entre os diferentes elementos? - Quais significados são apresentados ou excluídos?
Fantasmática	Revela pontos que engajam, controlam,	Como elas são sustentadas?	- Como o discurso é sustentado?

	convencem e governam os sujeitos		- Quais resultados são prometidos ou alertados?
--	----------------------------------	--	---

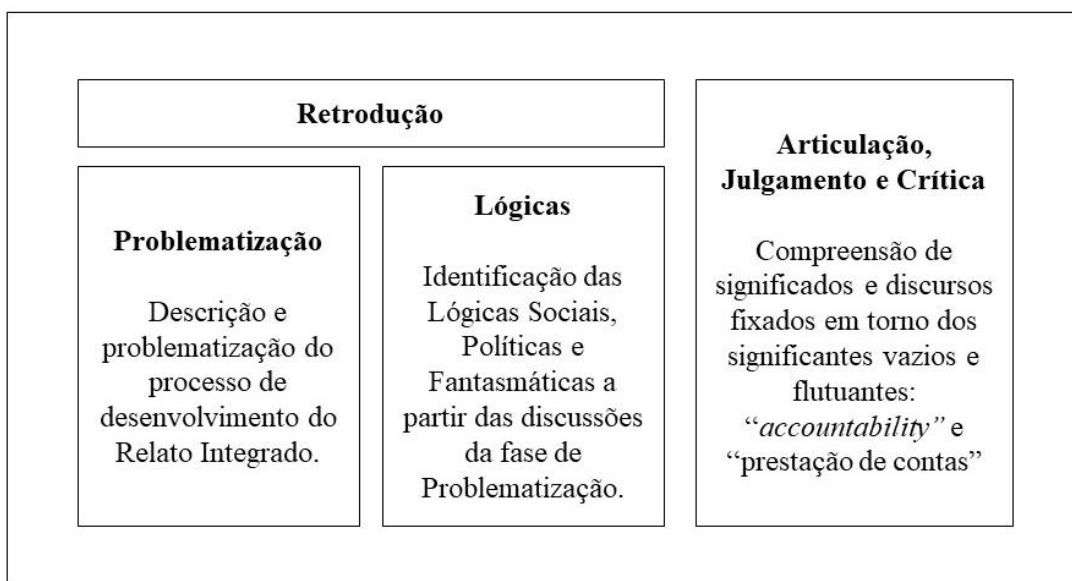
Fonte: Adaptado de Remling (2018) e Bona (2020).

Diante disso, a **articulação** atua como um modo de explicação dos fenômenos, de como entendemos a pesquisa e sua condução. O passo da articulação é responsável por aplicar e revisar a LCE conectando a problematização, explicação retrodutiva e as lógicas para fornecer um cenário para criticar as construções discursivas (Glynos & Howarth, 2007).

A articulação se transforma em hegemonia, ou seja, a partir de sua conexão com o ponto nodal, a prática articulatória direciona o sentido de determinado elemento como hegemônico (Laclau & Mouffe, 1985). A articulação permite aos pesquisadores compreender a alteração e delimitação de significados, para isso, o ponto nodal, práticas articulatórias, sistemas de diferença e equivalência devem ser considerados como partes da articulação (Voss, 2016).

Por fim, o **juízo e crítica** é a última etapa da LCE, a qual atua em conjunto com a articulação, sendo responsável pela visualização do deslocamento das relações sociais, das conexões das práticas discursivas e da constituição hegemônica (Glynos & Howarth, 2007; Voss, 2016). Diante disso, a Figura 1 apresenta as fases da LCE e sua aplicação na presente tese.

Figura 1 – Aplicação da LCE



Fonte: Elaborado pela autora (2024)

A utilização das lógicas e da LCE representa uma estratégia metodológica aplicável a tese, pois a aplicação da LCE ocorre no campo de estudos contábeis. Martins (2012) elabora sua tese com o objetivo de realizar uma crítica filosófica aos conceitos relacionados à geração de conhecimento predominantes na pesquisa contábil brasileira. Para isso, a estrutura teórica e metodológica proposta por Glynos e Howarth (2007) foi aplicada e fundamenta na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe (2001) a partir de uma investigação em três etapas: problematização, retrodução e intervenção (Martins, 2012).

Homero Junior (2017) objetivou explicar a ausência de uma linha consolidada de pesquisas interpretativas e críticas em Contabilidade no Brasil. Para a condução da investigação, o autor utilizou as fases propostas por Glynos e Howarth (2007), ou seja, a problematização de fenômenos empíricos, a explicação retrodutiva desses fenômenos e a persuasão das audiências (Homero Junior, 2017).

Adicionalmente, Voss (2016) empregou a LCE como metodologia a partir de cinco passos: problematização, explicação retrodutiva, lógicas, articulação e crítica para entender e criticar as construções discursivas de contabilidade socioambiental relacionadas à estatal Petrobrás. Nas discussões de sustentabilidade Telleria e Garcia-Arias (2022) realizaram uma análise crítica da Agenda de Desenvolvimento Global 2030 das Nações Unidas com base na teoria pós-marxista e na narrativa fantasmática, bem como considerando o “desenvolvimento sustentável” como significante vazio que articula e sustenta o discurso da agenda.

Por fim, ao objetivar a reconstrução do processo normativo do IASB, especialmente relacionado a edição da IFRS 16 – *Leases*, Matos (2020) utiliza a LCE para analisar a (in)completude e (in)consistência na aplicação dos princípios do *Due process* do IASB (Matos, 2020).

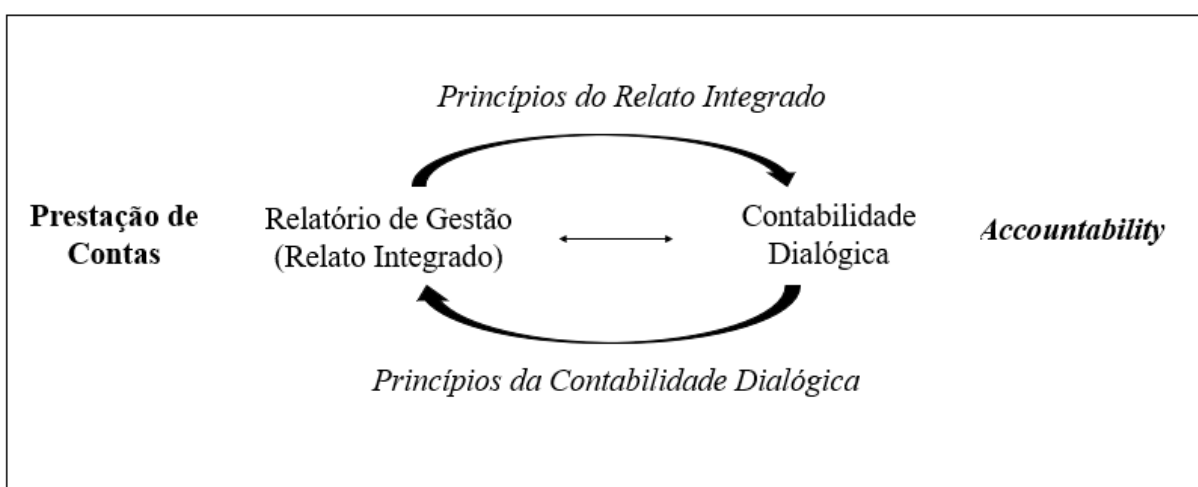
Destaca-se que a LCE foi aplicada para a identificação dos discursos dispostos nas discussões acerca do RI, desde a criação do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) até sua coalisão com o *International Financial Reporting Standards (IFRS) Foundation* (objetivo a) e do discurso do Tribunal de Contas da União relacionado à adoção do RI como modelo para Prestação de Contas (objetivo b).

A análise do discurso evidenciado no Relatório de Gestão elaborado nos moldes do Relato Integrado e divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima sob a perspectiva da Contabilidade Dialógica (objetivo c) foi realizada utilizando o modelo construído na subseção 3.3.

### 3.3 Modelo de Avaliação do Relato Integrado para a Prestação de Contas

É proposto na sequência, um modelo de avaliação da prestação de contas das UPCs brasileiras, baseado em uma abordagem dialógica. O modelo é composto por um constructo para avaliação do RI considerando os princípios da contabilidade dialógica (Brown, 2009) e os princípios e elementos de conteúdo do RI (TCU, 2020b), conforme demonstrado na Figura 2.

**Figura 2** – Relacionamento do Relatório de Gestão com a Contabilidade Dialógica



**Fonte:** Elaborado pela autora (2024).

O significante vazio “*accountability*” será analisado a partir do significante vazio “prestação de contas”, a qual é delimitada nesse contexto pela elaboração do Relatório de Gestão nos moldes do RI. Espera-se que por intermédio dos princípios da contabilidade dialógica e sua aplicabilidade a partir dos princípios do RI, o relatório de gestão seja considerado dialógico e atinja transparência frente às informações destinadas aos *stakeholders*.

Isso posto, com a condução de um diálogo na prestação de contas da entidade, acredita-se que ocorrerá uma abordagem crítica e reflexiva, valorizando resultados democráticos e pluralistas e maximizando a *accountability* (Freire et al., 2019). Frente a isso, elaborou-se o constructo da pesquisa (Quadro 7), ou seja, o Modelo de Avaliação do Relato Integrado para a Prestação de Contas.

O modelo contempla três categorias de análise: Reconhece e Integra os *Stakeholders*; Linguagem Clara e Acessível; Integração e Transparência. Destaca-se que as categorias foram selecionadas *a priori* de acordo com o agrupamento realizado a partir da interpretação dos princípios da Contabilidade Dialógica e do Relato Integrado em conjunto.



O modelo evidencia, além das categorias e dos princípios, a abrangência esperada na aplicação do RI. A partir do relacionamento entre os princípios do relato sob a perspectiva dos princípios da contabilidade dialógica, delimitou-se o conteúdo que o relatório deve conter.

**Quadro 7** – Constructo da Pesquisa

<b>Categorias de Análise</b>	<b>Princípios da Contabilidade Dialógica</b>	<b>Princípios do Relato Integrado</b>	<b>Abrangência esperada na Aplicação do Relato Integrado</b>
Reconhece e Integra os <i>Stakeholders</i>	Reconhecer múltiplas orientações ideológicas	Relações com as Partes Interessadas	O RI deve facilitar a expressão de diferentes perspectivas e encorajar o engajamento e interação democrática além das fronteiras a partir da manifestação de opiniões, vozes e pontos de vistas.
		Foco estratégico e no cidadão	Além de informações passadas, o RI deve apresentar a direção estratégica da organização na busca de resultados para a sociedade.
	Estar atento às relações de poder Garantir processos participativos eficazes	Materialidade	A entidade deve divulgar informações sobre assuntos que afetam sua capacidade de alcançar os objetivos de criação de valor público. O conteúdo contemplado deve ser relevante para a sociedade, cidadãos, entre outros. Para estar atento às relações de poder é necessário que ocorra o envolvimento dos <i>stakeholders</i> no início do processo para o desenvolvimento de regras uniformes.
	Estar aberto para a natureza subjetiva e contestável dos cálculos	Confiabilidade e Completude	Devem ser abrangidos todos os temas materiais, positivos e negativos, de maneira equilibrada e isenta de erros significativos, de modo a evitar equívocos ou vieses no processo decisório.
Linguagem Clara e Acessível	Permitir o acesso para não especialistas	Coerência e Comparabilidade	O relatório deve apresentar informações em bases coerentes ao longo do tempo, de maneira a permitir acompanhamento das séries históricas da entidade e comparação com outras unidades de natureza similar.
		Clareza	O relatório possibilita a inclusão e o acesso a todos os <i>stakeholders</i> , pois é elaborado em linguagem clara, acessível, simples e qualificada. Sua elaboração deve transformar informações complexas em relatórios facilmente compreensíveis.
Integração e Transparência	Evitar o reducionismo monetário	Conectividade da Informação	O relatório é responsável por apresentar uma visão integrada dos resultados alcançados, estratégias de alocação de recursos e objetivos estratégicos definidos. Para isso, a informação conectada e que abrange aspectos qualitativos e quantitativos fornece subsídios para a tomada de decisão e cria sistemas que integram representações não monetárias e não financeiras.
	Reconhecer o potencial transformador da contabilidade dialógica	Transparência	O relatório integrado deve permitir a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização, abrangendo informações de interesse coletivo, a qual proporciona consciência dos limites de atuação de cada usuário. O relato deve fornecer ferramentas que possibilitem às pessoas se organizarem de modo democrático.
	Resistir a novas formas de monologismo		

**Fonte:** Elaboração própria com base em Brown (2009) e TCU (2020b).

A análise dos relatórios divulgados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) consiste em uma análise de conteúdo com categorias definidas *a priori* (Bardin, 2016) conforme apresentado no Constructo da Pesquisa (Quadro 7). A pré-análise consistiu na delimitação, criação do modelo, coleta dos documentos e leitura do material. Destaca-se que em um primeiro momento foi realizada a leitura flutuante dos relatórios do MMA e o início da construção do *corpus* da pesquisa.

Na sequência, realizou-se a leitura aprofundada dos materiais e a categorização das informações de acordo com o modelo estabelecido (Quadro 7). A categorização consistiu na busca de palavras, expressões ou conceitos que fornecessem significação aos princípios, conforme a abrangência esperada na aplicação do Relato Integrado (Freire, Silva, Lugon & Carvalho, 2019). Destaca-se que a exploração dos materiais e a categorização foi realizada manualmente, em uma planilha do Excel e os resultados obtidos são apresentados no Apêndice A.

A abordagem delimitada corrobora com estudos anteriores que buscaram evidências dos princípios da contabilidade dialógica em relatórios anuais e de sustentabilidade do Grupo Empresarial Monsanto (Brito, Freire & Silva, 2024); na análise do Programa Bolsa Verde do Ministério do Meio Ambiente (Freire, Silva, Lugon & Carvalho, 2019); na análise do RI evidenciado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Sustentável (BNDES) do Brasil (Bevilaqua & Freire, 2023); no orçamento participativo em um município da Rússia (Aleksandrov, Boursmistrov & Grossi, 2018); em uma reflexão crítica sobre o RI no contexto da Contabilidade Dialógica (Brown, George & Dillard, 2020).

Adicionalmente, utilizou-se instrumentos automatizados para a análise textual, como o *software* livre denominado IRaMuTeQ (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*). O *software* é um dos utilizados para auxiliar análises em dados de pesquisas qualitativas por viabilizar o uso de recursos técnicos de análise lexical e apresentar rigor estatístico (Camargo & Justo, 2016), além de seu uso ser gratuito.

A categorização realizada (Apêndice A), foi imprescindível para a construção do *corpus* da pesquisa e para a utilização do *software*. Os trechos do relatório, separados em categorias, foram reunidos em um arquivo único, salvo no formato .txt e com codificação UTF-8, conforme especificidades exigidas pelo IRaMuTeQ. Ainda, foram inseridas linhas de comandos para a separação de cada trecho de análise.

Cada linha de comando apresenta identificação do trecho, ano do relatório, categoria, princípio da contabilidade dialógica e princípio do relato integrado. Inicia-se com a utilização

de quatro asteriscos (\*\*\*\*), separando cada variável com um espaço em branco e um asterisco (\*)<sup>8</sup>.

A utilização do *software* IRaMuTeq permite tanto a realização da análise textual simples como a lexicográfica clássica, quanto análises multivariadas. As análises lexicográficas clássicas reformatam os textos em segmentos de textos identificando a quantidade de palavras, frequências e hápax (palavras com frequência única). Ainda, permite a identificação de formas ativas e suplementares, criando um dicionário de formas reduzidas e agrupando palavras com base em suas raízes (Camargo & Justo, 2016).

Além disso, realizou-se a análise a partir do Método de Classificação Hierárquica Descendente (CHD), o qual classifica e agrupa os segmentos de textos em classes, de acordo com a semelhança de seus vocabulários. As relações entre as classes pelo método CHD são ilustradas em um dendrograma criado pelo *software*. Adicionalmente, realizou-se a análise de similitude, a qual baseia-se na teoria dos grafos e permite identificar as coocorrências entre as palavras, de modo a permitir a análise da estrutura do conteúdo do *corpus* textual (Camargo & Justo, 2016).

Em um primeiro momento utilizou-se a análise lexicográfica para compreender o *corpus* da pesquisa e identificar as palavras delimitadas pelo *software* nos documentos do MMA. Na sequência, foram realizadas a análise CHD e análise de similitude. Para a realização das análises optou-se pela configuração padrão disponibilizada pelo *software*, sendo selecionadas como formas ativas, ou seja, palavras consideradas nos cálculos: os verbos, adjetivo, advérbios, substantivo e formas não recorrentes, sendo as demais formas consideradas como suplementares.

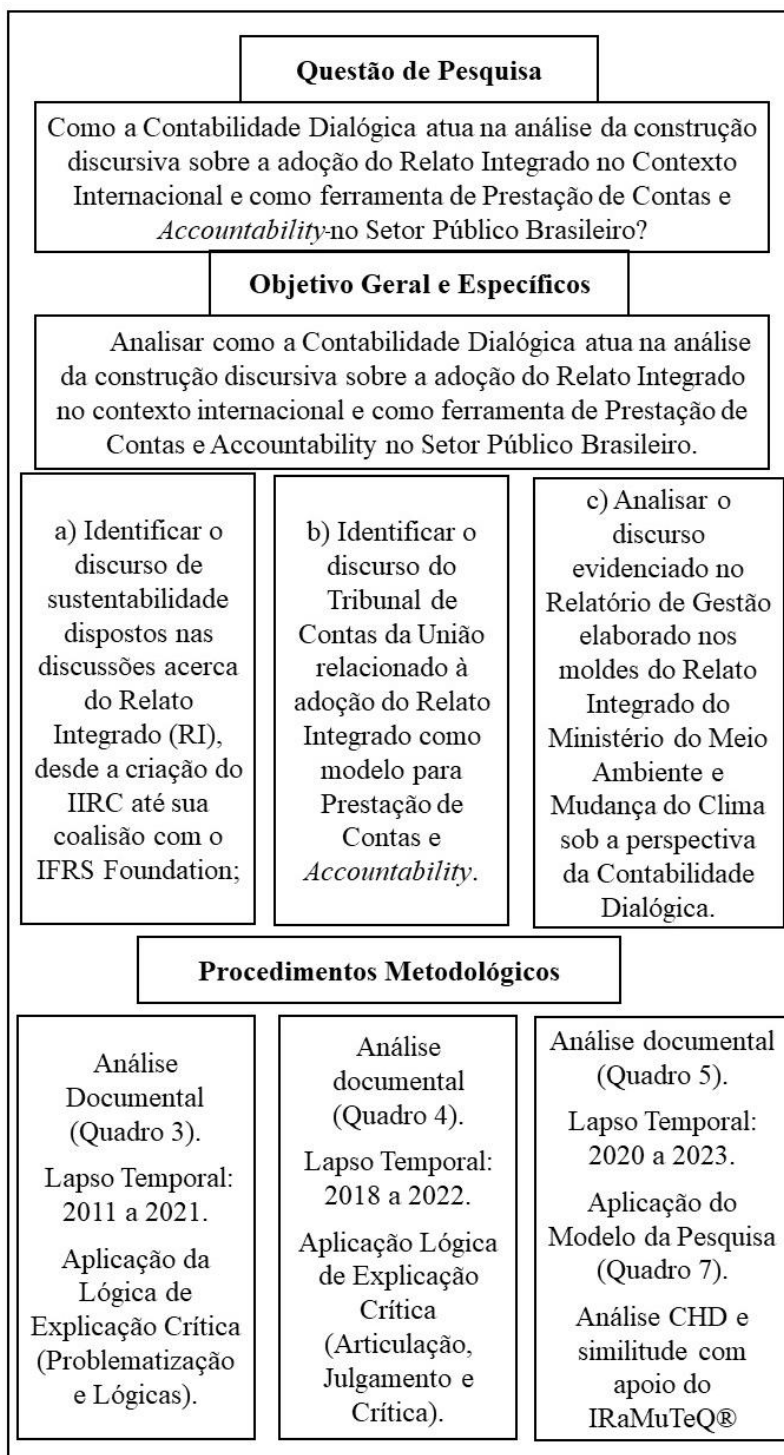
Foram considerados na análise as palavras com  $p\_value < 0,0001$ , conforme disponibilizado no Apêndice B. Destaca-se que cada classe identificada na análise de CHD pode apresentar uma quantidade diferente de palavras significativas. Portanto, visando uma representação mais objetiva dos resultados foram considerados para a análise de similitude as palavras com frequência mínima de 5 vezes. Ainda, optou-se pela visualização da análise de similitude por meio das funções “Comunidade” e “Halo” que agrupa as comunidades em “nuvens coloridas” (Camargo & Justo, 2016).

---

<sup>8</sup> Exemplo de linha de comando utilizada: “\*\*\*\* \*id\_1 \*ano\_2020 \*categoria\_Reconhece\_e\_Integra\_os\_Stakeholders \*princípio\_CD\_Reconhecer\_múltiplas\_orientações\_ideológicas \*princípio\_RI\_Foco\_estratégico\_e\_no\_cidadão”.

Para elucidar as etapas da tese apresenta-se a matriz de amarração adaptada de Telles (2001), que constitui uma representação de conexões e vínculos entre modelo, objetivos, questão de pesquisa e procedimentos metodológicos que serão utilizados (Figura 3).

**Figura 3** – Matriz de Amarração da Tese



**Fonte:** Elaboração própria com base em Telles (2001).

## **4 DISCUSSÕES E ANÁLISES: APLICAÇÃO DA EXPLICAÇÃO CRÍTICA**

A teoria do discurso político de Laclau e Mouffe (2001) sustentada pelo paradigma pós-estruturalista apresenta o discurso como uma representação de objetivos de acordo com uma perspectiva particular. A teoria possui como premissa que todos os objetos e ações são significativos, cujo significado é produto de sistemas de regras (Howarth, 2000).

Ao utilizar a Lógica da Explicação Crítica (LCE) proposta por Glynos e Howarth (2007) para atender aos objetivos propostos na presente tese, este capítulo inicia com a fase da problematização (4.1) a partir da descrição do processo do IIRC. Nessa seção são apresentados e sintetizados os argumentos do IIRC que descrevem e problematizam o processo de desenvolvimento do RI no contexto internacional. Por fim, essas discussões auxiliaram na identificação das Lógicas Sociais, Políticas e Fantasmáticas.

A fase de articulação, julgamento e crítica (4.2) é responsável por auxiliar na compreensão da alteração e delimitação de significados e discursos fixados. A seção inicia com a discussão da necessidade de mudança em busca da *accountability* e prestação de contas no setor público brasileiro, para isso é apresentado e discutido o caso do Tribunal de Contas da União (TCU) que propõe o uso do modelo do RI para elaboração do Relatório de Gestão. Ao fazer isso, é possível identificar os significantes vazios e flutuantes que emergem ao fixar os sentidos (Mendonça, 2009), os quais foram discutidos com a literatura acadêmica do setor público brasileiro.

A terceira seção (4.3) apresenta uma análise empírica da aplicabilidade do RI no setor público. Para delimitar as análises e inferências usou-se como plano de fundo a perspectiva da Contabilidade Dialógica. Para isso, o Constructo da Pesquisa (Quadro 7) foi aplicado nos Relatórios de Gestão do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e permitiu identificar os pontos nodais que permitem a criação de sentidos e articulação dos elementos para conduzir à formação discurso do ministério (Laclau & Mouffe, 1985; Jørgensen & Phillips, 2002; Mendonça, 2009).

### **4.1 Descrição do Processo do IIRC**

Na presente seção realiza-se a descrição e discussão dos principais aspectos que permeiam as Etapas de Criação (4.1.1), Adoção Global (4.1.2) e Convergência (4.1.3) do

*Framework* do Relato Integrado (RI). Os documentos citados (Quadro 3) foram analisados na íntegra e possibilitaram a síntese dos principais argumentos propostos pelo IIRC na condução do RI. A partir dos argumentos analisados, a problematização conduziu na identificação das Lógicas Sociais, Políticas e Fantasmáticas apresentadas no final da seção (4.1.4).

#### **4.1.1 Criação do *Framework* do Relato Integrado**

Em 2011, o IIRC publicou o documento *Discussion Paper “Towards Integrated Reporting - Communicating Value in the 21st Century”* (IIRC, 2011a – ID 1), o qual oferece propostas iniciais para o desenvolvimento do *Framework* e solicita contribuições imediatas dos interessados em reportes corporativos que guiaram a criação e adoção da estrutura do RI. No mesmo ano, o *“Summary of Responses to the September 2011 Discussion Paper and Next Steps”* (IIRC, 2011b - ID 2) foi disponibilizado englobando 214 respostas de mais de 30 países, aos questionamentos solicitados pelo IIRC.

Do ponto de vista da Contabilidade Dialógica, é a partir da participação democrática que ocorre um processo participativo que concilia posições opostas, reduz assimetria e promove mudanças (Cabral, Siqueira & Ferreira, 2024). Com a proposta de um modelo baseado no pluralismo agonístico, Mouffe (2000) auxilia na criação de formas que mobilizam os indivíduos em busca de projetos democráticos.

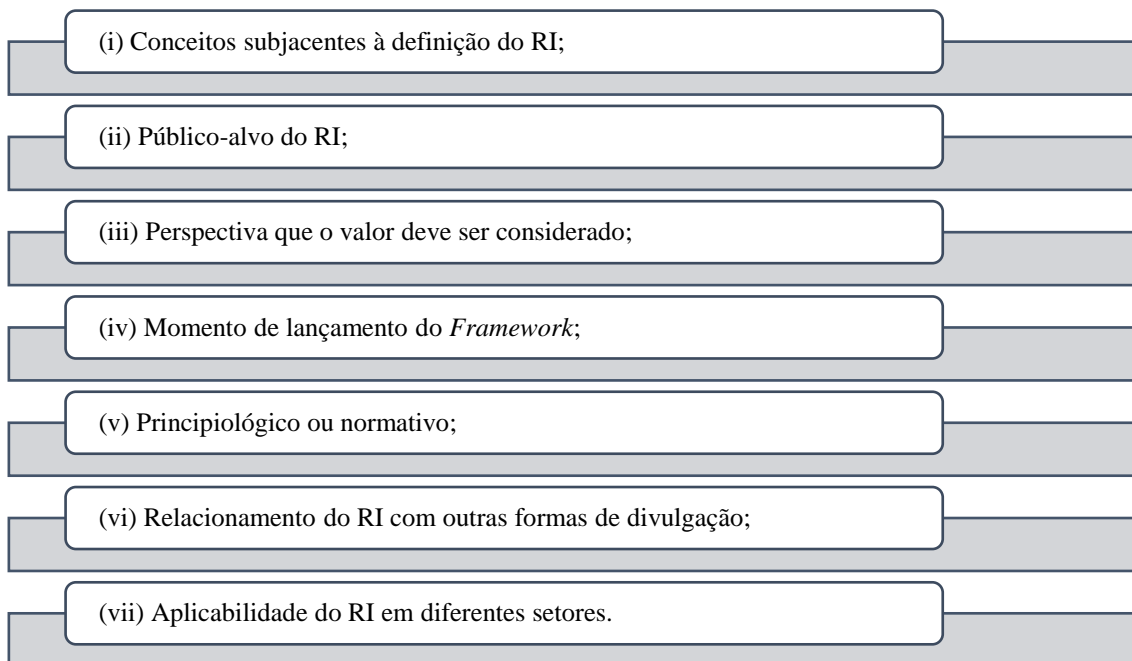
Ao propor contribuições das partes interessadas na Etapa de Criação do *Framework* do RI, o IIRC demonstra a preocupação em abrir o diálogo e considerar a opinião democrática desses indivíduos. Tal fato correlaciona-se com o princípio “Garantir Processos Participativos Eficazes” da contabilidade dialógica (Brown, 2009).

Conforme preconizado pelo referido princípio, é necessário a garantia de processos participativos eficazes a partir de falas, reivindicações e debates democráticos para a reconstrução de sistemas que apoiam o processo dialógico (Dillard & Brown, 2012; Dillard & Yuthas, 2013). Portanto, a partir das consultas públicas, o IIRC é capaz de captar as manifestações de especialistas que contribuem com o *Framework* para torná-lo aplicável às realidades organizacionais.

Nesse sentido, o próprio conselho realizou a análise das respostas e identificou quatro eixos temáticos significativos em relação ao desenvolvimento do *Framework* do RI (i a iv). Além disso, a partir da leitura do conteúdo disposto no material foram identificadas três

categorias que podem conduzir discussões importantes sobre a temática (v a vii). A figura 4 apresenta os eixos-temáticos.

**Figura 4** – Eixos-temáticos propostos para as discussões do Framework do RI



**Fonte:** Dados da pesquisa (2024).

Os eixos serviram como guia para agrupar as informações e realizar a análise dos documentos do IIRC ao longo da **Etapa de Criação do Framework do RI**. Para isso, foram considerados em conjunto os documentos ID 1 a 8 (Quadro 3). Visando a compreensão dos aspectos que circundam a etapa de criação do *framework* e a elaboração das questões que guiam a tese, foram discutidos juntamente com a literatura os eixos-temáticos: (i) conceitos subjacentes à definição do RI (4.1.1.1); (ii) público-alvo do RI (4.1.1.2); (vii) aplicabilidade do RI em diferentes setores (4.1.1.3). Os argumentos relacionados aos demais eixos-temáticos foram discutidos paralelamente aos citados (i, ii e vii) e na seção 4.2.

#### 4.1.1.1 Conceitos Subjacentes à definição do RI

O conceito do RI passou por críticas ao longo da fase de criação do *Framework* do RI, sendo alvo de discussões e questionamentos pelas partes interessadas. As contribuições dos



*stakeholders* frente as propostas iniciais de discussão do *Framework* do RI demonstraram variedade e confusão relacionada à definição do RI (IIRC, 2011a - ID 1).

**Quadro 8** – Definição do Relato Integrado

<b>Documento</b>	<b>Definição</b>
DP/2011 - ID 1 e ID 2 (IIRC, 2011a; IIRC, 2011b)	O RI reúne informações relevantes sobre a estratégia, governança, desempenho e perspectivas de uma organização de forma que reflita o contexto comercial, social e ambiental dentro do qual ela opera. Ele fornece uma representação clara e concisa de como uma organização demonstra administração e como ela cria e sustenta valor.
<i>Framework</i> – ID 3 e ID 4 (IIRC, 2012a; IIRC, 2012b)	O <IR> é um processo que resulta em comunicação, mais visivelmente um “relatório integrado” periódico, sobre a criação de valor ao longo do tempo. Um relatório integrado é uma comunicação concisa sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas de uma organização levam à criação de valor no curto, médio e longo prazo.
<i>IR Framework</i> – ID 8 (IIRC, 2013d)	Apresenta uma separação entre os termos “relatório integrado” e “relato integrado” baseados nos conceitos anteriormente discutidos. Relatório Integrado é um relatório conciso. Relato Integrado é um processo baseado no Pensamento integrado.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2024).

O quadro 8 sintetiza três “momentos” principais que conduziram o conceito de RI na fase de criação do *Framework* do RI. Observa-se que as primeiras discussões o mencionavam como uma forma de agrupar e reunir informações, a frase “um Relatório Integrado deve ser o principal veículo de relatório de uma organização”<sup>9</sup> (ID 1 – 2011a, p. 3) remonta a ideia da importância que o RI poderia atingir dentro de uma organização, sendo a principal forma de comunicação com os *stakeholders*.

Após as discussões iniciais, o projeto do *Framework* do RI incluiu a palavra “processo” (IIRC, 2012a – ID 3), mas manteve o foco no resultado dessa jornada que consiste no Relatório Integrado. Por esse motivo, ao longo da criação do *Framework* do RI, a definição dos termos inseridos no *Consultation Draft* não apresentaram clareza para os respondentes (IIRC, 2013b – ID 6).

As confusões giravam em torno da interpretação do termo “Relato Integrado” como o ato de elaborar um relatório ou como o processo amplo que conecta informações internas e externas e visa demonstrar o valor criado. O “Relatório Integrado” foi conceitualizado como

<sup>9</sup> Tradução livre de “*an Integrated Report should be an organization’s primary reporting Vehicle*” (IIRC, 2011a, p. 3)

um documento distinto que servia de referência para informações disponíveis em outros locais ou como sumários executivos ou ainda como uma rede de comunicações numerosas (IIRC, 2013b – ID 6).

Frente a isso, o *Framework* do RI apresenta uma distinção entre “Relatório Integrado” e “Relato Integrado” (IIRC, 2013d – ID 8). O primeiro representa o relatório conciso que informa como a estratégia, governança, desempenho e perspectivas da organização levam à criação de valor, enquanto o segundo afirma ser um processo baseado em pensamento integrado e que forma a base para a elaboração do relatório.

O pensamento integrado é fundamental para o RI, estabelecendo uma conexão sólida, visto que o processo de relatar integrado se fundamenta nessa forma de pensamento (IIRC, 2013b – ID 6). Percebe-se a existência de um relacionamento intrínseco de dependência de ambos os conceitos, no entanto, o pensamento integrado também foi alvo de discussões ao longo da criação do *Framework* do RI.

Em especial, destaca-se o fato de que o conceito do pensamento integrado não é claro (Gunarathne & Senaratne, 2017) e, portanto, existe dificuldade em sua compreensão (Del Baldo, 2017). Ainda, infere-se que o IIRC definiu o conceito de pensamento integrado de modo abstrato, e juntamente com a falta de uma base conceitual sólida, torna o conceito confuso e inconsistente (Feng, Cummings, & Tweedie, 2017).

As contribuições das partes interessadas demonstram a importância do pensamento integrado como um conceito amplo que incorpora o relato na sua essência. Logo, o pensamento integrado é mencionado como fundamental para as organizações criarem e sustentarem valor que ocorre internamente na organização (IIRC, 2011a – ID1).

De modo semelhante, o pensamento integrado foi considerado o cerne do RI (Knauer & Serafeim, 2014). Contudo, as respostas demonstraram dúvidas se o trabalho do IIRC deveria desenvolver o conceito do pensamento integrado e como ele impacta as facetas do relato (IIRC, 2011b – ID2). Isso se deve a falta de uma base conceitual sólida e de um consenso compartilhado sobre o significado dos principais aspectos do RI, incluindo o pensamento integrado (Bevilaqua, Neumann & Faia, 2021; Feng et al., 2017).

No entanto, a ampla confusão em relação ao conceito do RI ocasionou a discussão sobre o seu relacionamento com outras formas de divulgação. As experiências organizacionais com relatórios de sustentabilidade e a operacionalização do RI utilizando os conceitos de outros órgãos e moldes de relatórios fortalecem as críticas de problemas de definição e conceituação presentes no *Framework* do RI (Feng et al., 2017).

O IIRC evidencia que o RI se baseia em desenvolvimentos existentes como a convergência internacional das normas contábeis propostas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que em 2021-2022 fundou o *International Sustainability Standards Board* (ISSB) e conduz as normas internacionais de sustentabilidade (discutidas na fase de convergência). Além disso, outros projetos e esforços são considerados na fase de criação do *Framework* (IIRC, 2011a – ID1).

Apesar da definição inicial proposta pelo IIRC aos termos-chaves do RI, há dúvidas relacionadas a interação entre o relatório integrado e outras formas de comunicação. Diante disso, houve dificuldade em compreender o relacionamento do RI com outras formas de divulgação, com a percepção incorreta de que o RI é uma evolução do relato de sustentabilidade “incluindo a percepção errada de que o Relatório Integrado é a evolução do relato de sustentabilidade ou do relato financeiro”<sup>10</sup> (IIRC, 2011b - ID 2).

Entretanto, o público-alvo de ambos os relatórios auxilia na sua separação (ver discussão em 4.1.1.2), pois conforme argumentam Villiers e Sharma (2018), o relatório de sustentabilidade tem como alvo um público-alvo mais amplo do que o RI. Tal fato, levanta questões sobre como evitar duplicidade de informações e se os conceitos devem ser aplicados em outros relatórios e comunicações corporativas já existentes (IIRC, 2013b – ID 6).

Portanto, no “*Consultation Draft: Basis for Conclusions*” o IIRC afirma que um relatório integrado deve ser uma comunicação designada e identificável, mais do que um resumo das informações de outras comunicações e relatórios, de modo a ser apto para conectar informações e comunicar a geração de valor a longo prazo. Além disso, o RI pode ser um relatório independente ou uma parte distinta, destacada e acessível de outro relatório, ou ainda ser incluído no início de um relatório financeiro (IIRC, 2013b – ID 6; IIRC, 2013c – ID 7).

#### 4.1.1.2 Público-alvo do Relatório Integrado

O público-alvo do RI foi escopo de discussões ao longo da fase de criação do *Framework* do RI. Ao questionar a quem o relato destinava-se, o IIRC obteve como resposta a preocupação com relação ao público formado por “**investidores**”, bem como a falta de definição e delimitação de quem os investidores representavam (IIRC, 2011b – ID 2).

---

<sup>10</sup> Tradução livre de “*including the misperception that Integrated Reporting is the evolution of sustainability reporting or of financial reporting*”. (IIRC, 2011b - ID 2).

Entretanto, apesar das respostas questionarem esse foco restrito nos investidores, o IIRC manteve seu discurso de que o público principal não é o único a ser beneficiado com o RI, logo as demais partes interessadas poderiam ter seus objetivos finais atendidos com o relato (IIRC, 2011b – ID2; IIRC, 2012a – ID 3).

No *Prototype Framework*, o IIRC mudou a utilização do termo “investidores” para “**provedores de capital financeiro**” e o manteve como principal destinatário do RI. Destaca-se que os provedores de capital financeiro são considerados aqueles que possuem uma visão de longo prazo do desempenho e dos resultados de uma organização e, conseqüentemente, são propensos a se beneficiarem do RI (IIRC, 2012b – ID 4).

No entanto, mesmo em consultas posteriores, o foco restrito nos provedores de capital financeiro continuou sendo alvo de críticas, com os respondentes expressando a preocupação em colocar os interesses de investidores à frente de outros *stakeholders* (IIRC, 2013b – ID 6). Observa-se por um lado, o grupo que desaprova a ênfase do *Framework* do RI nas necessidades dos investidores e na criação de valor para acionistas (Reuter & Messner, 2015), conduzido principalmente pelas empresas de sustentabilidade e os organismos profissionais.

Por outro lado, existem os preparadores de relatórios, grupo que apoia um foco inicial do investidor (Reuter & Messner, 2015). No “*Consultation Draft*”, o item 1.6 apresentava que “um relatório integrado deve ser preparado principalmente para fornecedores de capital financeiro, a fim de apoiar as suas avaliações de alocação de capital financeiro”<sup>11</sup> (IIRC, 2013b – ID 6, p. 6). Conforme o documento, a elaboração do RI deveria ocorrer principalmente visando os fornecedores de capital financeiro.

Ao revisar a estrutura, o IIRC retirou o uso do termo “elaborado para provedores de capital financeiro” e incluiu esse público no objetivo do relatório integrado “o objetivo principal de um relatório integrado é explicar aos fornecedores de capital financeiro como uma organização cria valor ao longo do tempo”<sup>12</sup> (IIRC, 2013b – ID 6, p. 6). Adicionalmente, menciona que o relatório integrado pode beneficiar a uma ampla gama de interessados, contemplando funcionários, clientes, fornecedores, parceiros comerciais, comunidades locais, entre outros (IIRC, 2013d – ID 8).

Infere-se que tal fato é em decorrência das preocupações manifestadas nas respostas dos documentos (Cheng, Green & Conradie, 2014). Como justificativa, o IIRC argumenta que

---

<sup>11</sup> Tradução livre de “*an integrated report should be prepared primarily for providers of financial capital in order to support their financial capital allocation assessments*” (IIRC, 2013b – ID 6, p. 6).

<sup>12</sup> Tradução livre de “*the primary purpose of an integrated report is to explain to providers of financial capital how an organization creates value over time*” (IIRC, 2013b – ID 6, p. 6).

dirigir a todas as partes interessadas é uma tarefa difícil, especialmente quando se considera que o objetivo do RI é ser conciso. Ao fazer isso, o RI se tornaria extenso e fugiria de seu escopo que é demonstrar a geração de valor (IIRC, 2013b – ID 6).

A crítica referente ao foco nos provedores de capital financeiro como público-alvo do RI foi evidenciada pela literatura (Paternostro, 2020). De acordo com Flower (2015), quando fundado, o IIRC possuía como objetivo a promoção de uma contabilidade sustentável, com vistas a promover a sustentabilidade e proteger o meio ambiente. Entretanto, a ênfase do RI foi direcionada ao conceito de valor com foco para os investidores e não para a sociedade, além disso, não obriga as organizações relatarem externalidades negativas (Flower, 2015).

A divulgação dessas informações segue a premissa de que o que é bom para a empresa é bom para a sociedade, ou seja, parte do pressuposto básico de que não existe conflito entre o bem-estar da empresa e o da sociedade como um todo. Para isso, segue as lentes do “*business case*” e noção puramente capitalista (Villiers & Sharma, 2018; Flower, 2015). Portanto, a incompatibilidade das práticas convencionais de relato, o *business case*, o domínio dos investidores e o capitalismo são problemas evidenciados nas discussões sobre RI (Thomson, 2015).

Consequentemente, pode-se argumentar que a ideologia do RI está em sintonia com os desejos dos investidores e as ideologias capitalistas, sendo a retórica dominante subjacente ao relato (Dumay, Zambon e Magnaghi, 2023). Logo, pode-se inferir que o *Framework* do RI possui uma linguagem típica de contabilidade e gestão financeira, incluindo termos como modelo de negócios, estratégia, capitais e materialidade (Paternostro, 2020).

Portanto, o foco nos fornecedores de capital financeiro torna o RI semelhante às demonstrações financeiras tradicionais, quando analisamos sob a perspectiva do público-alvo e as noções de valor (de Villiers & Sharma, 2018). Diante disso, acredita-se que ao atender as demandas de informação dos provedores de capital, o RI não direciona atenção às necessidades de tomada de decisão e prestação de contas de outros *stakeholders* (Brown & Dillard, 2014).

Para o IIRC, a abordagem aos *stakeholders* parece ser ambígua, pois apesar do foco ser nos investidores, outros *stakeholders* também podem ter interesse nas informações (Paternostro, 2020). Entretanto, o que se percebe é que devido o RI se destinar a cumprir a responsabilização com noções ligadas à criação de valor financeiro, o seu potencial para ajudar outras partes interessadas na compreensão dos impactos da organização e responsabilizar os gestores é limitado (Villiers, Rinaldi & Unerman, 2014).

Ainda que a literatura acadêmica sobre RI e respondentes das consultas públicas proporcionadas pelo IIRC ponderassem a mudança no público destinatário do relato, observou-se que o conselho não atendeu às manifestações. Considerando que o discurso pode ser compreendido como um sistema de relações e práticas sociais intrinsecamente política (Howarth, 2000), a existência de *lobbying* e dimensões políticas no estabelecimento de normas, conduzidas especialmente por grandes empresas multinacionais (Reuter & Messner, 2015) pode justificar a manutenção do IIRC pelo discurso do foco no investidor ou provedor de capital financeiro, o qual se manteve ao longo dos anos na totalidade dos documentos divulgados.

Diante disso, é possível identificar a ocorrência de dois discursos que se contestam. Por um lado, o discurso dos respondentes das consultas públicas que propõe as mudanças em relação ao público-alvo do RI. Tal discurso pode ser considerado antagônico e se apoia na perspectiva da contabilidade dialógica. O discurso antagônico é capaz de fixar o sentido de modo parcial (Laclau & Mouffe, 1985; Jørgensen & Phillips, 2002).

De acordo com o princípio “Reconhecer Múltiplas Orientações Ideológicas” da contabilidade dialógica (Brown, 2009), a sociedade é cercada por grupos que possuem interesses, necessidades informacionais e expectativas específicas dentro das organizações (Dillard & Roslender, 2011). Logo, o discurso antagônico pautado na contabilidade dialógica, estabelece a argumentação de que não existe uma representação única, capaz de satisfazer todos os interessados (Dillard & Yuthas, 2013).

Tal linha argumentativa vai de encontro com as explicações disponibilizadas pelo IIRC que todas as partes interessadas poderiam ter seus objetivos finais atendidos com o relato (IIRC, 2011b – ID2; IIRC, 2012a – ID 3). Isto posto, a presença de um discurso antagônico ocasiona a limitação da expansão dos significados e impede a constituição plena de sentidos dentro do sistema discursivo (Mendonça, 2009).

Por outro lado, o discurso do IIRC permanece constante mesmo após as discussões solicitadas e mantém o foco no “provedores de capital financeiro”, fixando o sentido da finalidade do RI para seu público-alvo. Ao permitir perspectivas alternativas na elaboração do RI, podem surgir distrações do atendimento do objetivo principal do relato, conseqüentemente, o discurso estabelecido pelo IIRC busca atender a contabilidade monológica, a qual fornecer informações aos investidores atuais e potenciais (Manetti, Bellucci & Oliva 2021).

A partir disso, o IIRC repele o discurso antagônico e resulta em uma articulação hegemônica (Torfing, 1999). A hegemonia refere-se à construção de uma formação discursiva

predominante considerada a habilidade em obter sucesso na construção de um campo discursivo capaz de conciliar as diferenças antagônicas (Torfing, 1999; Laclau & Mouffe, 1985).

#### 4.1.1.3 Aplicabilidade do Relato Integrado em Diferentes Setores

A adoção do RI em diferentes contextos e setores foi escopo de discussão na fase de criação do *Framework* do RI. A proposta de estrutura do RI é destinada a empresas de qualquer tamanho (IIRC, 2012a – ID 3; IIRC 2013a – ID 4). Logo, abre campo para aplicação do RI em diferentes setores, podendo ser adaptada conforme a necessidade de adoção do setor público e sem fins lucrativos (IIRC, 2012a – ID 3).

Apesar da possível aplicabilidade, sua adoção não foi considerada em igualdade pelos respondentes do “*Discussion Paper*” (IIRC, 2011b - ID 2). Devido o foco da estrutura ser o provedor de capital financeiro, ou seja, o investidor, houve críticas de que não seria um modelo útil para as pequenas e médias empresas (PMEs), órgãos do setor público e organizações sem fins lucrativos (IIRC, 2011b – ID 2).

Em 2016 o IIRC, em conjunto com o *Chartered Institute of Public Finance and Accountancy* elaboraram o documento “*Integrated thinking and reporting: Focusing on value creation in the public sector: An introduction for Leaders*”. O objetivo do guia é explicar aos líderes do setor público como o RI e o pensamento integrado podem auxiliar o setor (IIRC, 2016).

A utilização do termo “capitais” no *Framework* do RI também levantou questões, como sua aplicabilidade em diferentes contextos. Considerando que o RI pode ser adotado por organizações de diferentes portes e setores, é perceptível que os conceitos fundamentais presentes em sua estrutura sejam compreensíveis e aplicáveis. Frente a isso, respondentes do “*Consultation Draft: Summary of Significant Issues*” mencionaram que o IIRC deveria substituir a utilização do termo “capitais” por “recursos e relacionamentos”.

No entanto, o IIRC optou por manter a utilização do termo e refinou sua descrição abrangendo todos os capitais e não apenas financeiros (IIRC, 2013c – ID 7). Ao analisar o *lobby* nas cartas comentários do IIRC, os autores Reuter e Messner (2015) identificam que há dimensões políticas que influenciam no estabelecimento das normas. Grandes empresas multinacionais são os principais respondentes, portanto, mais propensos a concordar com as propostas apresentadas pelo IIRC (Reuter & Messner, 2015).

A adoção do RI no Brasil teve início com o Projeto Piloto, no qual foram selecionadas empresas que se tornaram as pioneiras na divulgação do RI, a partir das orientações do IIRC (Castanha, et. al, 2021). Em 2014 a BM&FBOVESPA bolsa de valores brasileira (atual Bolsa, Brasil, Balcão), instituiu o “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado”. O objetivo do programa era que as organizações informassem se, e onde publicavam essas informações, e em caso negativo, explicassem o porquê. Tal fato visava ampliar a divulgação dessas informações, ainda que em caráter voluntário.

Ainda no contexto brasileiro, o RI passou a ser obrigatório para as empresas públicas e sociedades de economia mistas, após a promulgação da Lei nº 13.303 de 2016 e para as Unidades Prestadoras de Contas (UPC) a partir da Decisão Normativa nº 170 de 2018; 178 de 2019; e 187 de 2020 do Tribunal de Contas da União (TCU). Uma discussão mais aprofundada da adoção do RI no setor público brasileiro é apresentada na seção 4.2.

#### ***4.1.2 Adoção Global do Framework do Relato Integrado***

Em 2017 o IIRC lançou dois documentos importantes para o processo do RI para receber comentários e sintetizar as respostas obtidas. O *International <IR> Framework Implementation Feedback: Invitation to comment* (IIRC, 2017a – ID 9) buscou compreender como o *Framework* do RI era implementado pelo mercado e envolveu questões de opinião contemplando os temas: capitais; conectividade e pensamento integrado; necessidades das partes interessadas; materialidade e criação de valor; concisão; modelo de negócios; envolvimento com partes interessadas; outros princípios; outros elementos de conteúdos; outros facilitadores, incentivos e barreiras.

O *International <IR> Framework Implementation Feedback: Summary report* (IIRC, 2017b – ID 10) foi responsável por sintetizar as respostas obtidas na chamada anterior e propor ações envolvendo os aspectos discutidos pelos respondentes. De um total de 400 contribuições e *feedbacks* recebidos de 19 países e de diferentes setores que compõe a coalizão global para o RI, o IIRC elaborou 48 itens de ações. Em um primeiro momento o documento apresentou as respostas obtidas para cada uma das 11 questões propostas (Quadro 9).



**Quadro 9** – Respostas do Feedback: *Summary Report*

<b>Questões</b>	<b>Respostas enviadas e sintetizadas pelo Conselho</b>
<b>Questão 1 – Múltiplos Capitais</b>	Necessidade de melhor articulação entre os capitais e divulgações “não-financeiras”;
	Preferência pelo uso de termos diferentes para “capital” como “recursos e relacionamentos”, “recursos”, “insumos”, entre outros;
	Dificuldade de aplicação prática;
<b>Questão 2 – Conectividade e Pensamento integrado</b>	A conectividade é um elemento crítico do RI e pouco compreendido dentro dos princípios orientadores;
	O pensamento integrado é desafiador e as organizações “lutam” com o seu conceito;
	A conectividade do relatório integrado não é uma <i>proxy</i> perfeita para o pensamento integrado;
<b>Questão 3 - Necessidades e interesses dos stakeholders</b>	O atendimento às necessidades e interesses é fonte de confusão.
<b>Questão 4 – Materialidade e criação de valor</b>	Materialidade e criação de valor estão entre as questões mais importantes;
<b>Questão 5 – Concisão</b>	O conceito da concisão é muitas vezes mal compreendido e mal aplicado;
	Vínculo da concisão e da materialidade foi observada pelos entrevistados;
<b>Questão 6 – Modelo de Negócios</b>	Necessidade de explicação da distinção entre produtos e resultados e a relação entre os capitais e criação de valor;
	Dificuldades em comunicar múltiplos modelos de negócios;
<b>Questão 7 - Governança</b>	Inclusão de declaração dos responsáveis pela governança;
	Envolver de modo satisfatório os responsáveis pela governança na implementação do RI;
<b>Questão 8 – Outros Princípios Orientadores</b>	Necessidade de alinhamento entre as estruturas de relatórios;
	Preparadores precisam entender a importância dos benefícios do equilíbrio em relatórios integrados;
<b>Questão 9 – Outros Elementos de Conteúdo</b>	Pouca clareza em relação aos benefícios da divulgação de oportunidades, posicionamento de mercado e cenários competitivos;
	Melhorar a relação com a governança da organização e seu apoio de criar valor por intermédio de exemplos práticos de liderança;
<b>Questão 10 – Outras Questões de Qualidade</b>	Busca de iniciativas que contribuam para a credibilidade e confiança dos relatórios integrados;
<b>Questão 11 – Outros Facilitadores, Incentivos e Barreiras</b>	Pouco acesso à relatórios e orientações de exemplos de relatórios;
	Preocupação sobre o RI ser visto como um documento adicional;
	Relatórios são adequados às pequenas e médias empresas, mas existem lacunas de recursos o que se torna uma barreira para completa adoção;
	No setor público, os respondentes observaram que há benefícios na adoção do relato, porém os aspectos relacionados aos requisitos de relatórios legislativos/regulamentares e a adaptação dos conceitos do relato ao ambiente do setor público são desafios para sua implementação.

**Fonte:** Adaptado de IIRC (2017b)

Após discutir as respostas aos questionamentos, o IIRC evidencia seu plano de ações, composto por 48 itens que buscavam responder e auxiliar no atendimento das demandas

enviadas pelos respondentes. Dentre as ações destacam-se a elaboração e promoção de “Perguntas Frequentes”, engajamento e parcerias com reguladores e formuladores de políticas, bem como criação de bancos de dados com *cases* e exemplos de relatórios eficazes (IIRC, 2017b – ID 10).

Nesse sentido, o documento *Progress Report: 2018 Technical Programme* (IIRC, 2018 – ID 11) agrupou 43 ações das propostas anteriores e que foram implementadas pelo IIRC, bem como apresentou o progresso de execução dessas ações. De modo semelhante, o *Progress Report: 2018–2019 Technical Programme* (IIRC, 2019 – ID 12) evidenciou os trabalhos realizados pelo programa técnico do IIRC e os avanços realizados em 2018 e 2019. Destaca-se o endosso de uma revisão do *Framework* do RI, elaboração das respostas para as Perguntas Frequentes e aprimoramentos no banco de dados de exemplos, ações implementadas integralmente em 2019 (IIRC, 2019 – ID 12).

Na fase da adoção global, um tema que se destacou foi a busca pelo atendimento das necessidades e o envolvimento com partes interessadas, temas que se encontram dentro do escopo da tese. Em um primeiro momento, o IIRC identifica a confusão dos respondentes em relação ao entendimento do que significa a necessidade de informação (Quadro 9). Para suprir tal lacuna, o órgão propôs a ação de melhorar a compreensão do mercado sobre o objetivo e público do relatório integrado, bem como o entendimento do propósito do Princípio Orientador Relacionamento com as Partes Interessadas (IIRC, 2017b – ID 10).

O relato garante uma melhoria para os reportes corporativos por intermédio de uma narrativa simples e qualificada que busca atender as necessidades dos *stakeholders* (Adhariani & de Villiers, 2018; Lai et al., 2018). Entretanto, conforme o IIRC, o propósito primordial do relato é comunicar como os relacionamentos afetam a capacidade da organização criar valor e não a busca em satisfazer as necessidades informacionais de todos os *stakeholders*. Ao cumprir o propósito o RI beneficia todos os *stakeholders* interessados na criação de valor organizacional ao longo do tempo (IIRC, 2017b – ID 10).

Considerando a perspectiva da contabilidade dialógica, o princípio “Permitir Acesso para não Especialistas” visa tornar a informação explícita e compreensível a todos os interessados (Dillard & Yuthas, 2013). Na abordagem dialógica é demandado que os *stakeholders* confiem nas informações fornecidas, as quais são realizadas em linguagem clara, sem incertezas e acessíveis para todos (Brown, 2009). Dessa forma, têm-se que a adoção do RI pode auxiliar no engajamento com os *stakeholders* possibilitando melhores compreensões ideológicas e permitindo acesso aos não especialistas.

Finalmente, percebe-se que na Etapa de Adoção Global, as discussões relacionadas ao conceito do relato e relatório integrados, da sua aplicabilidade em diversos setores, bem como do público-alvo do RI, classificado como provedores de capital financeiro, não voltou em pautas significativas. Conseqüentemente, infere-se que o discurso hegemônico do IIRC na primeira fase (Criação do *Framework* - 4.1.1) possui seu sentido parcialmente fixado.

#### **4.1.3 Convergência do Framework do Relato Integrado**

Em maio de 2020, o IIRC iniciou a discussão para a revisão e atualização do *Framework* do RI a partir da minuta de consulta *Consultation Draft: International Framework* (IIRC, 2020a – ID 13). O referido material, juntamente com o documento complementar *Consultation Draft: International Framework - Companion Document* (IIRC, 2020b – ID 14), oferecem uma estrutura guiada em três estágios: i) revisões do *Framework*; ii) caminhos a seguir; iii) comentários abertos.

A minuta de consulta (IIRC, 2020a – ID 13) é composta de 10 questões que complementam e referem-se a 11 propostas disponibilizadas no documento adicional (IIRC, 2020b – ID 14) e que visam a revisão do *Framework* do RI, adicionados de 5 outras questões estratégicas de longo prazo que buscam delinear os caminhos a seguir e evidenciar os comentários abertos. Além disso, no documento “*Consultation Draft – International <IR> Framework – May 2020*” é apresentada a nova versão do *Framework* do RI considerando as propostas elaboradas (IIRC, 2020a – ID 13).

As questões buscam esclarecer aspectos relacionados à declaração de responsabilidade exigida dos responsáveis pela governança; esclarecimento de termos; divulgação do processo de relatórios; esclarecimento de distinções entre produtos e resultados; distinção dos termos saídas e resultados. Além disso, foram apresentadas questões que versaram sobre a inclusão de outros provedores de capital, além dos financeiros; criação de recursos de orientação adicionais como banco de dados; abordagem do pensamento integrado de modo aprofundado e orientações necessárias para isso; papel da tecnologia nos relatórios corporativos (IIRC, 2020a – ID 13).

Nesse sentido, o documento *Consultation Draft: 2020 revision of the International Framework – Responses to the 2020* (IIRC, 2021a – ID 15) e o *Consultation Draft: 2020 revision of the International Framework – Analysis of Consultation Draft feedback* (IIRC, 2021b – ID 16) foram responsáveis por apresentar as respostas, bem como suas análises para as questões 11 a 15 propostas anteriormente na minuta de consulta (IIRC, 2020a – ID 13).

Em especial, a questão 11 versa sobre a extensão da ênfase de “provedores de capital financeiro” para “provedores de outras formas de capital”, uma síntese dos principais comentários enviados possibilitou a elaboração do quadro 10.

**Quadro 10** – Questão 11 e síntese das respostas

Questão 11	Síntese das respostas elaborada pelo IIRC
<p>- 58% dos respondentes apoiam a proposta;</p>	<p><b>Pontos positivos mencionados:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconhece um público mais amplo;</li> <li>- Foco nos múltiplos capitais promove a <i>accountability</i>;</li> <li>- Alinha-se com os fundamentos do relato integrado e garante alinhamento com outros conceitos do <i>Framework</i>;</li> <li>- Incentiva a divulgação de toda a gama de capitais dos quais as organizações dependem ou têm efeito.</li> <li>- A mudança proposta melhora a transparência;</li> <li>- Não ocorre a diminuição do foco dos provedores de capital financeiro;</li> <li>- Prevê alinhamento com outros mecanismos de reporte;</li> </ul>
	<p><b>Pontos negativos mencionados:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Perda de foco e consistência;</li> <li>- Clareza do <i>Framework</i>;</li> <li>- Relevância diminuída de relatórios integrados para provedores de capital financeiro;</li> <li>- Questões de terminologia;</li> <li>- Ser incapaz de atender às necessidades de todas as partes interessadas por meio de um único relatório.</li> </ul>
<p><b>Decisão do IIRC</b></p>	<p>Contra alteração do parágrafo 1.7 da estrutura.</p>

Fonte: Adaptado de IIRC (2021b).

A proposta de ampliação do público-alvo do RI auxilia na incorporação das fontes de criação de valor, ou seja, dos seis capitais, e amplia o escopo de organizações de outros setores na adoção dos relatórios integrados. Além disso, os respondentes mencionam que a extensão para provedores de outras formas de capital pode ser uma forma de melhorar a *accountability* da organização (IIRC, 2021b – ID 16).

A proposta delineada pelo IIRC na minuta de consulta foi vista como um potencial para melhorar a consistência de outros conceitos presentes no *Framework* do RI, como capitais, impactos e resultados, aumento de conformidade (IIRC, 2021b – ID 16). Adicionalmente, houve argumentos que enfatizaram que a mudança proposta pode auxiliar na melhoria da transparência, além de não diminuir o foco nos provedores de capital financeiro, bem como prevê o alinhamento com outros reportes corporativos (IIRC, 2021b – ID 16).

No entanto, há respondentes que afirmam que o RI não é capaz atender às necessidades de informação de todas as partes interessadas (IIRC, 2021b – ID 16). Nesse sentido, a revisão do *Framework* do RI resultou em uma nova estrutura divulgada em 2021 (IIRC, 2021c – ID 17). Entretanto, é notório que a versão atualizada não trouxe alterações significativas em relação à anterior (Dumay, Zambon & Magnaghi, 2023).

Observa-se que a fase da convergência levanta as mesmas questões que ao longo do processo de criação do *Framework* do RI foram alvos de críticas. Percebe-se que mesmo após 10 anos de discussões ainda há termos que precisam ser esclarecidos na estrutura. Além disso, o usuário final volta a ser questionado pelos respondentes, com a proposta da mudança para “provedores de outras formas de capital”.

Expandir a noção “capital financeiro” para “outras formas de capital” pode ser considerado uma tentativa de que o RI seja elaborado envolvendo múltiplos pontos de vistas e com conteúdo interdisciplinar. De modo complementar, o IIRC promove uma abordagem com a utilização de seis capitais: financeiro, manufaturado, intelectual, humano, natural e social e de relacionamento (IIRC, 2013; 2021), permitindo inferir que tem potencial para apresentar as informações financeiras e não financeiras para todos os *stakeholders* (Rupley, Brown & Marshall, 2017).

Ao analisar os documentos disponibilizados pelo IIRC, percebe-se que além do discurso do órgão, os discursos antagônicos não conseguiram se solidificar. Diferente do que ocorreu na Etapa de Criação do *Framework*, o discurso dos respondentes não apresentava características de hegemonia, apresentando dubiedade ao elencar os pontos positivos e negativos ao tentar mudar o foco do usuário do RI para “provedores de outras formas de capital”.

Tal fato reforça que o poder estabelecido pelos respondentes não foi suficiente para se impor e legitimar-se perante o discurso anteriormente estabelecido pelo conselho, logo não poderia tornar-se vitorioso (Mouffe, 2000), não sendo capaz de unir as diferenças e sistematizar o discurso (Laclau & Mouffe, 1985). O antagonismo oferecido pelos respondentes das consultas, somados a possíveis existências de *lobby* no processo de elaboração do *Framework* (Reuter & Messner, 2015) pode ser entendido como o responsável por manter a posição inicial do IIRC.

Entretanto, a posição do IIRC não é alterada e o seu discurso hegemônico é mantido, permanecendo a visão proposta inicialmente (4.1.1.2). A hegemonia do discurso se mantém e pode ser compreendida como o uso do discurso dominante e político. Para o IIRC, o discurso

do RI voltar-se exclusivamente aos “provedores de capital financeiro” possibilita que outros *stakeholders* possam também, se beneficiar das informações divulgadas no relatório.

É notório que a sociedade e as organizações são repletas de ideologias, valores e perspectivas diferentes, as quais moldam a contabilidade (Brown, 2009) e, conseqüentemente, as informações divulgadas nos reportes organizacionais. Ao retomar os princípios da contabilidade dialógica, em especial, o “Reconhecer Múltiplas Orientações Ideológicas” pode-se argumentar que o RI deveria estender seu público e voltar a informação disponibilizada para todos os *stakeholders*.

Destarte, dizer que ao divulgar uma informação voltada para o “provedor de capital financeiro” todas as partes interessadas irão se beneficiar é arriscar que o potencial do RI de fornecer informação útil, material e relevante seja atingido. Ao declarar que satisfazer a necessidade de informação dos investidores permite que o relato atenda a todos independente de seus pontos de vista políticos, o IIRC caminha em direção a uma contabilidade monológica (Manetti, Bellucci & Oliva 2021).

Nesse sentido, o RI não considera com a devida atenção que cada grupo possui interesses e especificidades dentro das organizações, os quais apresentam diferentes necessidades informacionais, expectativas e valores (Dillard & Roslender, 2011). Tal fato pode ser preocupante, especialmente ao expandir o uso do RI em outros setores. Apesar de ser teoricamente possível e incentivado a aplicação do RI em diferentes organizações, o foco volta-se para as noções do “*business case*” e a linguagem capitalista, a qual se enquadra na contabilidade monológica.

#### **4.1.4 *Problematização e Lógicas Sociais, Políticas e Fantasmáticas***

A aplicação metodológica da Lógica de Explicação Crítica (LCE) é composta por cinco fases. A primeira fase é a problematização, que consiste na identificação de um problema chave que necessita ser explorado pelo pesquisador. A partir da descrição do processo de adoção do *Framework* do RI no contexto internacional, promovido pelo IIRC (subseções 4.1.1 a 4.1.3) foi possível identificar as questões que guiam a tese e as Lógicas Sociais, Políticas e Fantasmáticas (Quadro 11).

Ao analisar o contexto de desenvolvimento do *Framework* do RI sob o comando do IIRC pôde-se observar que o discurso do RI é hegemônico e não sofreu alterações significativas

mesmo após consultas realizadas com as partes interessadas. Destaca-se o foco financeiro do RI, especialmente com o usuário primário caracterizado como o provedor de capital financeiro e investidor. Além disso, há a preocupação com a integração das informações e elementos no modelo de negócios da empresa e a necessidade do envolvimento ou a exclusão dos *stakeholders*.

A presente tese possui como *lócus* o setor público brasileiro. Um destaque do setor ocasionado em 2018 é a elaboração do Relatório de Gestão das Unidades Prestadoras de Contas (UPCs) nos moldes do RI, seguindo as diretrizes do IIRC (TCU, 2018; TCU, 2019; TCU, 2020). Nesse sentido, considerando que o discurso do RI se volta ao atendimento das necessidades dos “provedores de capital financeiro” e possui uma linguagem direcionada à contabilidade monológica e ao *business case*, elaborou-se as seguintes reflexões na problematização: **Q1** – como o modelo do RI pode ser adotado no setor público brasileiro? **Q2** – Qual o significado atribuído aos significantes “Prestação de Contas” e “*Accountability*” pelo setor público brasileiro? **Q3** – Qual o discurso que emerge nas discussões sobre a adoção do modelo do RI pelo Tribunal de Contas da União?

Além das questões, foram identificadas sete lógicas. As lógicas sociais funcionam como forma de caracterizar a prática por meio de regras que se espelham nas práticas (Matos, 2020). Tais lógicas são ligadas às regras de funcionamento do fenômeno social em análise (Glynos & Howarth, 2007). Nesse sentido, as lógicas sociais dizem respeito ao entendimento do que são as práticas e fenômenos em análise (Matos, 2020).

As lógicas políticas estão relacionadas com a dimensão política, representam pontos em que as práticas são rearranjadas para garantir o discurso hegemônico, pela limitação dos antagonismos (Laclau & Mouffe, 1985; Glynos & Howarth, 2007). As lógicas políticas auxiliam no entendimento de como as práticas surgiram, foram operacionalizadas, questionadas e transformadas (Glynos & Howarth, 2007).

As lógicas fantasmáticas mostram como as práticas anteriores limitam a ação dos sujeitos e o porquê das práticas sociais se modificarem ou não (Glynos & Howarth, 2007). São responsáveis por examinar a ideologia no sujeito para entender por que as lógicas sociais e políticas foram mantidas ou modificadas (Voss, 2016). As lógicas fantasmáticas conduzem a compreensão do porquê, ou seja, as motivações que mantêm as práticas (Matos, 2020).

**Quadro 11** – Lógicas Sociais, Políticas e Fantasmáticas Identificadas

Lógicas	Lógicas Identificadas	Descrição
Sociais	Foco financeiro ( <i>business case</i> )	O discurso da necessidade da mudança dos relatórios corporativos para englobar informações financeiras e não financeiras direcionado aos provedores de capital financeiro caracteriza a lógica do foco financeiro ( <i>business case</i> ). O usuário primário do RI é o investidor compreendido sob o rótulo de “provedor de capital financeiro”, logo a informação gerada tem a tendência de voltar-se para a linguagem financeira, ainda que busque a inclusão dos múltiplos capitais. O que importa é a divulgação da criação de valor para que o acionista melhore sua alocação de capital, nessa lógica pode-se observar que a informação é voltada para um público específico.
	Integração	Considerando que o RI tem como foco explicar a capacidade que uma organização tem de gerar valor no curto, médio e longo prazo, é preciso que o processo de geração de valor seja satisfeito. O processo de geração de valor proposto no <i>Framework</i> do RI integra os seis capitais com os elementos de conteúdo em um contexto que engloba o relacionamento da organização com o ambiente externo e com o pensamento integrado que conduz as atividades organizacionais. A lógica da integração permite a compreensão da prática de integrar múltiplos aspectos na condução do RI. Em seu próprio nome há expressão “integrado”, logo percebe-se que isso é uma preocupação evidenciada pelo IIRC.
Políticas	Processo <i>versus</i> Comunicação	Uma das principais questões discutidas em torno da criação do <i>Framework</i> do RI é seu conceito. De acordo com o órgão é importante distinguir o conceito de Relato e Relatório Integrado, sendo o primeiro voltado para o processo que se baseia no pensamento integrado e o segundo a comunicação final da organização.
	Envolvimento <i>versus</i> Exclusão de <i>stakeholders</i>	O público-alvo do RI foi inicialmente categorizado como investidores e alterado para provedores de capital financeiro. Um argumento apresentado pelo órgão é que a inclusão de outras partes interessadas podem comprometer a concisão do relatório, portanto, há a exclusão dos múltiplos



		<p><i>stakeholders</i> em detrimento dos provedores de capital financeiro. No entanto, um dos princípios do RI é o Relacionamento com as Partes Interessadas, logo há a expectativa que o relacionamento da organização com seus <i>stakeholders</i> seja evidenciado no relatório integrado. A lógica de envolvimento <i>versus</i> exclusão dos <i>stakeholders</i> é essencial para discutir a lógica social do foco financeiro (<i>business case</i>). A dicotomia proposta levanta a importância de discutir e compreender como o discurso do IIRC se consolidou e tornou hegemônico em relação ao público do RI.</p>
	Pensamento integrado	<p>“A visão de longo prazo do IIRC é a de um mundo em que o pensamento integrado está enraizado nas principais práticas comerciais dos setores público e privado” (IIRC, 2013d, p. 2). O pensamento integrado é um conceito desenvolvido no <i>Framework</i> do RI fundamental para que a integração ocorra, portanto, é caracterizado como lógica política e crucial para discutir a prática de integração.</p>
<b>Fantasmáticas</b>	Padrão de Relatórios Corporativos	<p>A necessidade de mudança dos relatórios corporativos conduz a lógica fantasmática de padrão de relatórios corporativos. De acordo com o IIRC a partir da produção de comunicações concisas o RI pode se tornar o padrão de relatos corporativos.</p>
	<i>Accountability</i> e Prestação de Contas	<p>A necessidade de mudança dos relatórios corporativos conduz a criação da lógica fantasmática <i>accountability</i> e prestação de contas. Sabe-se que o RI foi proposto especialmente para o setor privado podendo ser aplicado em diferentes contextos. Ainda, se o RI atua como um processo que integra o pensamento integrado e o modelo de negócios para demonstrar a criação de valor, é possível considerar que a evidenciação do relatório integrado seja uma ferramenta de prestação de contas que garanta transparência e <i>accountability</i>. Nesse sentido, a <i>accountability</i> atua como um significativo vazio/flutuante que necessita de discussão e entendimento.</p>

Fonte: Elaboração própria (2024)

A fase da retrodução consiste na explicação dos fenômenos, voltando-se a um contexto de justificação dos eventos. Por intermédio das lógicas, a retrodução representa um círculo que interliga a problematização com as justificações. Portanto, é a partir das lógicas sociais, políticas e fantasmáticas, consideradas os elementos iniciais da explicação, que ocorrerá a justificação dos problemas delimitados (Matos, 2020).

A análise das lógicas, com perguntas empíricas permite a reconstrução dos cenários e a explicação dos fenômenos, ou seja, a articulação. Na articulação são unidas a visão da problematização e das lógicas teóricas com o contexto empírico, visando a explicação crítica (Matos, 2020). A articulação exige julgamento por parte do pesquisador que precisa de imersão no contexto de análise e a crítica envolve a prática de tornar visível fenômenos não observados anteriormente, inclusive por meio das inconsistências e contradições dos discursos (Matos, 2020). Logo, as últimas fases da LCE, julgamento e críticas, ocorrem simultaneamente na articulação.

## **4.2 Articulação, Julgamento e Críticas**

A fase de articulação, julgamento e crítica é responsável por auxiliar na compreensão da alteração e delimitação de significados e discursos fixados. A seção 4.2 inicia com a discussão da necessidade de mudança em busca da *accountability* e prestação de contas no setor público brasileiro (4.2.1), para isso é apresentado e discutido o caso do Tribunal de Contas da União (TCU) que propõe o uso do RI como modelo para a elaboração do Relatório de Gestão. Ao fazer isso, é possível identificar os significantes vazios e flutuantes que emergem ao fixar os sentidos (Mendonça, 2009), os quais foram discutidos com a literatura acadêmica (4.2.2).

### **4.2.1 Mudança em busca da Accountability e Prestação de Contas**

A necessidade de mudança e a demanda por um novo formato de relatório corporativo culminaram na criação do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) que passou a conduzir discussões em torno do RI. O argumento principal repousou em torno do tamanho dos relatórios corporativos, os quais tornaram-se longos e pouco explicativos, com informações desconectadas e separadas (IIRC, 2011a - ID 1).

Ao longo do tempo, diferentes formulários e estruturas de relatórios foram desenvolvidos com a finalidade de suprir as lacunas deixadas pelos relatórios financeiros tradicionais (Villiers & Sharma, 2018). Um deles, é o RI que propõe incentivar as entidades na divulgação de seus fatores financeiros e não financeiros (Zaro, 2021).

A mudança no modelo de negócios das organizações é evidenciada no título do capítulo do primeiro documento proposto pelo IIRC “*The world has changed – Reporting must too*” (IIRC, 2011a - ID 1, p. 4) e demonstra a busca de alteração nos moldes dos relatórios corporativos. Em especial, o RI foi constituído como uma iniciativa capaz de produzir uma mudança sustentável, com vistas a atender as demandas de informação dos investidores e outros *stakeholders* (Villiers & Sharma, 2018).

Em 2016 o IIRC elaborou o documento complementar “*Integrated thinking and reporting - Focusing on value creation in the public sector - An introduction for leaders*” (IIRC, 2016). A mudança é evidenciada logo no início do material, frente ao cenário complexo que exige a transparência das organizações. Considerando as modernas organizações multidimensionais do setor público, o RI pode ser visto como um modelo que vai além da transparência e promove a confiança junto dos principais *stakeholders* em relação a alocação eficaz de recursos e a *accountability* (IIRC, 2016).

Um Relatório Integrado aumenta a transparência e a *accountability*, que são essenciais para a construção de confiança e resiliência (IIRC, 2011a – ID 1). Por intermédio do RI, as entidades do setor público comunicam suas aptidões em relação ao fornecimento dos serviços de alta qualidade econômica, social e ambientalmente sustentável (IIRC, 2016).

No Brasil, de modo especial no setor público, a **prestação de contas** é uma “obrigação de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária” (Brasil, 1988, Art. 70). Portanto, todo administrador que gere recursos públicos federais deve prestar contas anualmente ao Tribunal de Contas da União, por intermédio da elaboração de um **relatório de gestão** (TCU, 2018).

A Instrução Normativa (IN-TCU) n° 63 de 2010 é responsável por estabelecer normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão. Em seu Art. 1º, define que o relatório de gestão consiste em,

“documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial, organizado para permitir a visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão dos responsáveis por

uma ou mais unidades jurisdicionadas durante um exercício financeiro” (TCU, 2010, Art. 1).

Ainda de acordo com a IN-TCU n° 63/2010 os relatórios de gestão incluem “todos os recursos orçamentários e extraorçamentários utilizados, arrecadados, guardados ou geridos pelas unidades jurisdicionadas, ou pelos quais elas respondam” (TCU, 2010, Art. 12). Por sua vez a Instrução Normativa (IN-TCU) n° 72 de 2013 altera a IN-TCU n° 63/2010, porém não apresenta avanços relacionados à prestação de contas e aos relatórios de gestão.

Em 2014, o Acórdão n° 3.608 de 2014 passou a requerer o objetivo estratégico de aumentar a **transparência**, a **credibilidade** e a **utilidade** das contas públicas, sendo o Tribunal de Contas da União, o responsável por garantir tais elementos às prestações de contas sobre a gestão orçamentária, financeira e patrimonial (BRASIL, 2014). O TCU, em 2018, estabeleceu a Decisão Normativa n° 170 e propôs elementos de conteúdo para elaboração dos relatórios de gestão das UPCs, os quais são baseados no *Framework* do RI.

A partir disso, o Relatório de Gestão passou a ser elaborado nos moldes do RI, conforme a Instrução Normativa (IN-TCU) n° 84 de 2020. “O relatório de gestão, que deverá ser apresentado na forma de relato integrado da gestão da UPC, segundo orientações contidas em ato próprio do TCU” (TCU, 2020b – ID 22).

Em 2018, o TCU emitiu o primeiro documento de apoio “Relatório de Gestão na forma de Relato Integrado” (TCU, 2018 – ID 19) para a elaboração da prestação de contas das entidades, com foco em se tornar transparente, amigável e integrada. Denominada de cartilha, o documento tem por objetivo apresentação aos administradores e responsáveis pela elaboração das avaliações as novidades trazidas pela DN-TCU n° 170/2018.

O TCU publicou quatro cartilhas de orientação em 2018, 2019, 2020 e 2022. Ao comparar o conteúdo delas, observa-se que em 2018 havia uma explicação sobre o pensamento integrado, o que não continua nos anos posteriores. O pensamento integrado é representado como a forma participativa e o envolvimento da alta gestão nas responsabilidades de elaborar o RI (TCU, 2018 – ID 19).

A **lógica social da integração** prevê que o RI explique o processo de criação de valor considerando o envolvimento da organização com seus capitais, permitindo a compreensão de integrar múltiplos aspectos na condução do RI. Ao analisar a aplicabilidade do setor público observa-se que há a necessidade de integração, visto que “se a integração não estiver presente no processo de relatar, o relatório final será, apenas, uma colcha de retalhos” (TCU, 2018 – ID 19, p. 15).

Para que tal integração ocorra, é relevante que o pensamento integrado esteja enraizado na organização. Logo, a **lógica política do pensamento integrado** auxilia na explicação das práticas que visam incorporar os aspectos da entidade. Analisando as cartilhas do TCU, observa-se que o pensamento integrado não é enfatizado em todos os anos. Apesar do pensamento integrado ser mencionado como útil para a eficácia do RI, não há explicação de seu conceito e como pode ser incorporado pelas entidades do setor público.

Além disso, os elementos de conteúdo evidenciados eram idênticos ao disponível no *Framework* do RI, enquanto nos anos seguintes houve alterações para aplicabilidade no setor público (Quadro 12). Ao retomar a **lógica social da integração** pode-se inferir que o TCU está preocupado em sugerir a inclusão dos elementos de conteúdo no relatório emitido pelas entidades, de modo a permitir a compreensão dos aspectos que circundam a prestação de contas das entidades corroborando com a **lógica fantasmática de accountability e prestação de contas**.

**Quadro 12** – Elementos de conteúdo aplicados ao setor público

ANO 2018	ANO 2019 A 2022
Visão geral organizacional e ambiente externo	Visão geral organizacional e ambiente externo
Governança	Governança, estratégia e alocação de recursos
Modelo de negócios	
Estratégia e alocação de recursos	
Riscos e oportunidades	Riscos, oportunidades e perspectivas
Perspectiva	
Desempenho	Resultados e desempenho da gestão
-	Informações orçamentárias, financeiras e contábeis
Base para apresentação	-

**Fonte:** Adaptado de TCU (2018 – ID 19; 2019 – ID 20)

No entanto, apesar do tribunal afirmar que a mudança dos elementos de conteúdo é uma forma de aplicá-las ao setor público, observa-se que o que de fato ocorreu foi seu agrupamento sob uma mesma categoria, de acordo com a similaridade temática. Assim, pensando na **lógica social da integração** como uma prática, infere-se que a inclusão dos elementos sob uma categoria única pode auxiliar na discussão da temática de modo eficiente e com informações integradas.

A apresentação dos elementos de conteúdo no relatório de gestão não são excludentes e não precisam seguir ordem pré-estabelecida. Portanto, espera-se que ao ser aplicado no setor

público, as organizações discutem e analisem os elementos de acordo com suas especificidades e realizem uma divulgação oportuna.

Conforme observa-se no quadro 12, a partir da cartilha de 2019 o TCU passa a apresentar o elemento “informações orçamentárias, financeiras e contábeis”, sendo essa uma forma de integrar os resultados financeiros com as demais informações da entidade (TCU, 2019 – ID 20). No entanto, a inclusão de informações orçamentárias, financeiras e contábeis no relatório deve ser realizada de modo a preservar **a lógica social da integração**, ou seja, com a finalidade de relacionar informações financeiras e não financeiras, bem como de abrir espaço para inclusão de outros *stakeholders*.

Considerando a perspectiva da contabilidade dialógica, a inclusão do elemento de conteúdo relacionado as informações orçamentárias, financeiras e contábeis, demonstra a aplicação do princípio “evitar o reducionismo monetário”. Conforme preconizado pelo referido princípio, a contabilidade dialógica é responsável por criar sistemas que fornecem dados quantitativos e qualitativos, financeiros e não financeiros, proporcionando informações necessárias para os *stakeholders* (Brown, 2009; Dillard & Yuthas, 2013; Dillard & Roslender, 2011).

As diferenças entre a cartilha de 2019 e 2020/2022 podem ser sintetizadas na mudança do uso do termo “diretrizes” para “princípios” na elaboração do relatório de gestão; mudança do termo “abordagem estratégica” para “foco estratégico”, inclusão de dois princípios: “tempestividade” e “transparência”; retirada do subtópico de comparação entre o modelo anterior e o RI; inclusão do subtópico apoio da estrutura de governança à capacidade da UPC de gerar valor. Com relação as cartilhas de 2020 e 2022, observou-se que são similares e apresentam alterações pontuais, conforme mencionado anteriormente.

A comparação entre os modelos de relatório, removida em 2020 apresentava as seguintes informações (Quadro 13). A mudança proposta pela adoção do modelo de RI, direciona o relatório de gestão para uma abordagem baseada em princípios, com menor quantidade de texto apresentado, ou seja, mais conciso.

**Quadro 13** – Comparação entre o modelo anterior e o relato integrado

<b>Modelo Anterior</b>	<b>Modelo Relato Integrado</b>
Regulação detalhada de forma e conteúdo	Regulação de conteúdo baseada em princípios, na materialidade das informações e em formato flexível
Prestação de contas fragmentada em subunidades	Prestação de contas consolidada no nível estratégico

Cada secretário responde pela unidade orçamentária (UG)	A responsabilidade pela geração de valor público para a sociedade passa a ser do ministro e dos secretários ou do dirigente máximo e do escalão imediatamente inferior
Foco na execução orçamentária e financeira e processos de compras e contratações	Foco no valor público em termos dos produtos e resultados alcançados no exercício
Relatório específico, cujo destinatário é o órgão de controle	Relatório de propósito geral, cujo destinatário principal é a sociedade
Linguagem tecnicista	Linguagem acessível ao cidadão, com grande uso de recursos gráficos
Modelo burocrático, com grande volume de texto	Modelo com base no RI, conciso

**Fonte:** Adaptado de TCU (2019, ID 20).

A mudança da linguagem tecnicista para uma linguagem voltada ao cidadão é outro aspecto destacado (Quadro 13). De acordo com Biondi e Bracci (2018) as estruturas de relatórios disponíveis para o setor público, em especial aquelas relacionadas às informações financeiras, são consideradas técnicas, e exigem conhecimento aprofundado e especialista. A partir de uma perspectiva dialógica, é possível vislumbrar que a exclusão de uma linguagem tecnicista, proporcionada pela adoção do modelo do RI para o relatório de gestão, permite que pessoas que não possuem conhecimentos técnicos possam usufruir das informações divulgadas.

Considerando que o principal destinatário do novo modelo de relatório é a sociedade, é necessário que a linguagem adotada seja acessível. Diante disso, o uso de recursos gráficos e termos do cotidiano da sociedade é preferível em detrimento da utilização de termos técnicos e um conteúdo extenso, os quais não geram compreensibilidade para seu principal usuário (Quadro 13). Dessa forma, o princípio “permitir o acesso para não especialistas” da contabilidade dialógica pode ser aplicado, pois a informação passa a ser fornecida em uma linguagem clara e acessível a todos (Brown, 2009; Biondi & Bracci, 2018).

Nesse sentido, cabe destacar a importância de que o discurso do TCU para o uso do RI como modelo para o relatório de gestão seja integrador e não separatista. Ao analisar sob o prisma da **lógica social do foco financeiro** (*business case*) é preciso cuidado para que o foco da informação divulgada não seja voltado somente para o investidor, assim como o IIRC deixou evidenciado em seu discurso ao longo dos anos.

Para isso, a entidade deve envolver os *stakeholders* em suas práticas, na elaboração de seu relatório e na divulgação de seus resultados. A **lógica política do envolvimento versus exclusão de stakeholders** é destacada e considerada essencial para discutir o usuário principal

do relatório. Além disso, o RI possui como princípio o relacionamento com as partes interessadas, logo há expectativa que ao adotar o modelo as entidades possam evidenciar aspectos positivos dessa relação. Envolver os *stakeholders* torna-se a fase principal em como “não” atender a **lógica social do foco financeiro**, visto que o objetivo é a linguagem voltada ao cidadão.

Adicionalmente, infere-se que o uso do RI no setor público tem a tendência de ser um resultado da comunicação empresarial. Ao retomar a **lógica política do processo versus comunicação**, sabe-se que o conceito de relato e relatório apresentam diferenças, sendo o relato um processo e o relatório o resultado. Isso é corroborado no próprio título das cartilhas divulgadas pelo TCU “Guia para elaboração na forma de Relatório Integrado” e a baixa ênfase no pensamento integrado, consolidando a ideia do relatório como ferramenta de comunicação.

Diante disso, outro aspecto discutido é a evolução do termo “Relatório de Gestão”. Sabe-se que o relatório é um documento elaborado pelas unidades prestadoras de contas, sua elaboração com base nas diretrizes do RI passou a ser recomendada desde 2018. Portanto, analisou-se a forma que o tribunal apresenta a definição do termo (Quadro 14).

**Quadro 14** – Evolução do termo nas cartilhas do TCU

<b>Termo</b>	<b>Definição apresentada</b>	<b>Cartilha</b>
Relatório de Gestão	Documento elaborado pela administração para <b>demonstrar, esclarecer e justificar os resultados alcançados</b> frente aos objetivos estabelecidos, informando no mínimo: os objetivos e as metas definidos para o exercício; os resultados alcançados ao fim do exercício; a contribuição da estratégia, da governança e da alocação de recursos para o alcance dos resultados; as justificativas para objetivos ou metas não atingidos.	(TCU, 2018 – ID 19)
	Documento elaborado pelos responsáveis pela UPC que tem como objetivo principal <b>oferecer uma visão clara para a sociedade</b> sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da UPC, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor público em curto, médio e longo prazos, além de demonstrar e justificar os resultados alcançados em face dos objetivos estabelecidos.	(TCU, 2019 – ID 20)
	Documento elaborado pelos responsáveis pela UPC que tem como objetivo principal <b>oferecer uma visão clara para a sociedade</b> sobre como a estratégia, a governança, o desempenho e as perspectivas da UPC, no contexto de seu ambiente externo, levam à geração de valor público em curto, médio e longo prazos, além de demonstrar e justificar os resultados alcançados em face dos objetivos estabelecidos, <b>de maneira a atender às necessidades comuns de informação dos usuários</b> .	(TCU, 2020a – ID 21) (TCU, 2022 – ID 23)

**Fonte:** Dados da pesquisa (2024).



Observa-se que a mudança entre 2018 e 2019 deu-se apenas na redação dos textos, em ambos se contemplava os aspectos relacionados à estratégia, governança, desempenho e perspectivas, porém em 2019 o texto voltou-se para a linguagem proposta pelo *Framework* do RI, enquanto em 2018 a linguagem era técnica. A mudança observada nas duas últimas cartilhas elaboradas pelo tribunal deu-se na inclusão da frase “de maneira a atender às necessidades comuns de informação dos usuários” (TCU, 2020a – ID 21; TCU, 2022 – ID 23, p. 10).

O Relatório de Gestão é um termo que será recorrentemente utilizado pelas entidades prestadoras de contas, uma vez que as Instruções Normativas não preveem a substituição pelo termo “Relato Integrado”. Do mesmo modo em que a estrutura nova não implica ruptura em relação ao modelo anterior e, sim, conforme preconizado pelo TCU, um aperfeiçoamento (TCU, 2022 – ID 23).

Diante disso, retoma-se a **lógica fantasmática padrão de relatórios corporativos**, ainda que a lógica do padrão seja oriunda da motivação do IIRC em tornar o RI um modelo para os relatórios corporativos, pode ser discutida quando aplicada ao contexto do setor público. O objetivo do TCU ao recomendar a elaboração do Relatório de Gestão nos moldes do RI é alinhado a necessidade de fornecer uma ferramenta de comunicação aberta e transparente para conduzir a prestação de contas das entidades.

Desse modo, infere-se que o RI se tornou o padrão de relatórios a ser divulgado pelas entidades do setor público que prestam contas ao TCU, corroborando com a lógica fantasmática mencionada. Adicionalmente, a **lógica fantasmática *accountability* e prestação de contas** auxilia na explicação da adoção do RI, uma vez que o foco é a melhoria da prestação de contas. No entanto, os termos “*accountability*” e “prestação de contas” são considerados significantes que merecem ser aprofundados, o que ocorre na subseção 4.2.2.

Para a elaboração do relatório, são estabelecidos dez princípios, os quais são similares aos princípios do RI, delineados para o setor privado. Destaca-se a inclusão de três princípios: clareza, tempestividade e transparência (Quadro 15).

**Quadro 15** – Princípios para elaboração do relatório de gestão

<b>Princípios</b>	<b>Descrição</b>
Foco estratégico	Os responsáveis pela prestação de contas devem apresentar a direção estratégica da organização na busca de resultados para a sociedade, além dos fatos já ocorrido. É possível a demonstração de como a estratégia se relaciona com a criação de valor público.
Conectividade da informação	O relatório deve apresentar uma visão integrada da combinação, da inter-relação entre os resultados alcançados, a estratégia de alocação dos recursos e os objetivos estratégicos definidos para o exercício, bem como dos fatores que afetam a capacidade de alcançar seus objetivos ao longo do tempo.
Relações com partes interessadas	As informações apresentadas no relatório devem demonstrar as relações mantidas pela entidade e suas principais partes interessadas, de modo a incluir até que ponto a entidade entende, leva em conta e responde aos seus legítimos interesses e necessidades. Tais informações devem considerar a articulação interinstitucional e a coordenação de processos para melhorar a integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público.
Materialidade	A entidade deve divulgar informações sobre assuntos que afetam significativamente sua capacidade em alcançar os objetivos de criação de valor público. O conteúdo contemplado deve ser relevante para a sociedade, em especial para os cidadãos e usuários de bens e serviços públicos, provedores de recursos, e seus representantes.
Concisão	O texto do relatório não deve ser mais extenso do que o necessário para transmitir a mensagem e fundamentar as conclusões.
Confiabilidade e completude	O relatório deve abranger todos os temas materiais, positivos e negativos, de maneira equilibrada e isenta de erros significativos.
Coerência e comparabilidade	O relatório deve apresentar informações em bases coerentes ao longo do tempo, de maneira a permitir acompanhamento das séries históricas da entidade e comparação com outras unidades de natureza similar.
Clareza (incluído em 2019)	O relatório deve fazer uso de linguagem simples e imagens visuais para transformar informações complexas em informações facilmente compreensíveis, além de fazer uma distinção entre os problemas enfrentados e os resultados alcançados e previstos.
Tempestividade (incluído em 2020)	As informações devem estar disponíveis em tempo hábil para suportar os processos de transparência, responsabilização e tomada de decisão por parte dos cidadãos e seus representantes, dos usuários de serviços públicos e dos provedores de recursos, e dos órgãos do Poder Legislativo e de controle.
Transparência (incluído em 2020)	A entidade deve realizada a comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização e a divulgação de informações de interesse coletivo ou geral, independente de requerimento.

**Fonte:** Adaptado de TCU (2020b – ID 22).

Adotar uma abordagem baseada em princípios auxilia no equilíbrio entre a flexibilidade e a prescrição na elaboração do relatório (TCU, 2022 – ID 13). Os princípios direcionam o conteúdo que deve ser contemplado pela entidade e visa um foco a médio e longo prazo contemplando o relacionamento da estratégia com a criação de valor público. O objetivo do relatório de gestão é fornecer a informação material e concisa, mas que ao mesmo tempo englobe os resultados positivos e negativos, ou seja, completa e que possibilite a confiabilidade.

Ao retomar a **lógica política do envolvimento versus exclusão de stakeholders** juntamente com o princípio das relações com as partes interessadas espera-se que o relatório de gestão nos moldes do RI aprimore a informação, de modo a gerar conexão e atender aos interesses dos *stakeholders* com clareza, tempestividade e transparência. De acordo com o tribunal, o novo modelo de relatório de gestão possui a sociedade como destinatária primordial (TCU, 2018 – ID 19, p. 10).

A atualização da cartilha em 2019 inclui outros *stakeholders* como usuários das prestações de contas, destacando a sociedade, os gestores e os órgãos de controle (TCU, 2019 – ID 20). No princípio da materialidade, o TCU declara que as informações disponíveis no relatório de gestão devem ser relevante para a sociedade, em especial para os cidadãos e usuários de bens e serviços públicos, provedores de recursos, e seus representantes (TCU, 2020b – ID 22).

No princípio da tempestividade, há a menção de que as informações precisam estar disponíveis em tempo hábil para a tomada de decisão para os órgãos do Poder Legislativo e de Controle (TCU 2020b – ID 22). Infere-se que a sociedade não é o único usuário de informação no contexto público, portanto, a lógica política tende ao envolvimento dos *stakeholders* e não para sua exclusão.

Pode-se argumentar que o discurso do TCU em relação ao público-alvo dos relatórios difere-se do discurso promovido pelo IIRC tornando-se um discurso antagônico. Por um lado, é possível vislumbrar a abrangência de múltiplos *stakeholders* que demandam informações holísticas, por outro lado, o foco em um único usuário que tem a tendência de demandar informações financeiras.

Portanto, o discurso antagônico fixa seu sentido parcialmente (Laclau & Mouffe, 1985; Jørgensen & Phillips, 2002), e torna-se hegemônico a partir do momento que a proposta do TCU passa a ser aplicado e predomina no setor público brasileiro (Torfing, 1999). No entanto, cabe analisar se na prática o discurso evidenciado pelas entidades é correlacionado ao TCU ou

ao IIRC, a partir das informações divulgadas em seus Relatórios de Gestão. A seção 4.3 é responsável por ilustrar essa análise com um caso empírico.

#### 4.2.2 *Significantes Vazios*

Os significantes são responsáveis por gerar o significado de algum elemento e sua articulação serve para compreensão da hegemonia e construção de discursos (Laclau & Mouffe, 1985; Jørgensen & Phillips, 2002). Diante disso, os significantes vazios podem possuir sentidos diversificados de acordo com a interpretação dos agentes sociais, funcionando como instrumento de luta, sendo sua articulação uma ferramenta política (Matos, 2020).

Dois significantes emergem na análise dos documentos do IIRC e do TCU: i) *accountability*; ii) prestação de contas. Ambos estão alinhados à **lógica fantasmática *Accountability* e Prestação de Contas** e, portanto, auxiliam na explicação dos “porquês” da adoção do RI como modelo para elaboração do Relatório de Gestão.

Campos (1990) direcionou esforços para o entendimento do significado e conceito do termo, inferindo que a obrigação está embutida no conceito de *accountability*. Com o objetivo de verificar o avanço do termo *accountability* após as contribuições de Campos (1990), Pinho e Sacramento (2009, p. 1364) sintetizam que o significado “envolve responsabilidade (objetiva e subjetiva), controle, transparência, obrigação de prestação de contas, justificativas para as ações que foram ou deixaram de ser empreendidas, premiação e/ou castigo”.

A *accountability* não pode ser caracterizada a partir de um conceito fechado e único (Nunes, Miranda & Araújo, 2017). Para discutir os conceitos e aplicabilidades realizou-se uma revisão da literatura sobre *accountability* no setor público brasileiro<sup>13</sup> e identificou-se que o conceito apresenta variação em relação ao seu significado e pode ser compreendido de diferentes formas (Quadro 16).

---

<sup>13</sup> A busca foi realizada nas bases de dados *Scopus* e *Web of Science* utilizando os termos (“*accountability*” AND “*public sector*”) no título, resumo e palavras-chave e delimitado com o país “Brasil”. A busca resultou em 42 artigos, dentre os quais 7 tinham como foco a *accountability*.

**Quadro 16** – Significados e Conceitos de *Accountability* no Setor Público

Autores (Ano)	Constructo de <i>Accountability</i>	
	Significado Utilizado	Conceitos e Autores Utilizados
Slomski, et al. (2010)	Não apresentam	Não apresentam
Ceneviva e Farah (2012)	Compreende os mecanismos de controle e fiscalização do setor público. Apresenta duas dimensões: i) transparência; ii) ativação de mecanismos de responsabilização.	Tem se ocupado na perspectiva de controle das ações dos governantes (Ferejohn, 1999; Maravall, 1999; Stokes, 1999); <i>Accountability</i> se refere ao controle e à responsabilização dos agentes públicos (Mainwaring & Welma, 2003).
Nunes, Miranda e Araújo (2017)	É uma resposta à necessidade de controle, transparência e responsabilização, permitindo a análise de eficiência das ações públicas.	É construída como uma ferramenta importante para a efetivação da democracia (Abrucio & Loureiro, 2000); obrigação do governo em prestar contas dos seus atos com suficiente transparência para que os cidadãos possam avaliar a gestão (O'Donnell, 1998); obrigação de se responder pelos resultados de decisões ou ações, para prevenir o mau uso do poder e outras formas inadequadas de comportamento (Cameron, 2004).
Castro e Silva (2017)	<i>Accountability</i> , prestação de contas e transparência são consideradas questões de destaque quando se discute governança pública.	<i>Accountability</i> e transparência são considerados princípios e práticas de governança (Cavalcante & Luca, 2013); possibilitam um maior controle e acompanhamento da gestão pública e minimizam conflitos de interesses entre gestores e a população (Bizerra, 2011); exige a divulgação de informações financeiras e não financeiras pelas instituições públicas, para que seus stakeholders avaliem e analisem os processos e resultados obtidos (Católico, 2012).
Vieira, Mendonça, Cavaleiro e Kremer (2018)	É composta pelos componentes: prestação de contas, transparência e participação.	É entendida como uma questão de democracia (Campos, 1990); surge do padrão de relacionamento entre entidades públicas e sociedade, pautando-se na relação de interesse do Estado e das necessidades do cidadão (Mutiganda, 2013); fornecimento para a sociedade informações da prestação de contas e dos resultados obtidos pelo poder público (Raupp, 2014).
Klenk, Sousa, Toro e Colauto (2019)	É obtida a partir do mecanismo de <i>Disclosure</i> Voluntário.	É a responsabilidade que o gestor público possui em prestar contas à sociedade, tanto com relação ao que se pretende desenvolver, como dos resultados atingidos (Castro, 2018); questão de democracia dada pela participação popular, no qual elege, fiscaliza e acompanha os atos realizados (Campos, 1990); responsabilidade que o gestor público possui em prestar contas à sociedade, tanto com relação ao que se pretende desenvolver, como dos resultados atingidos (Castro, 2018; Costa, Júnior & Rêgo, 2018).
Oliveira e Resende (2020)	É uma categoria relevante para a governança.	Envolve a transparência, a responsabilização dos agentes por meios de ações de controle e a prestação de contas (Koppell, 2005; Pinho; Sacramento, 2009; Rocha, 2009).

**Fonte:** Elaboração própria (2024).

A *accountability* consiste no cumprimento de metas, promoção de respostas às demandas e formulação de políticas, os quais resultam em processos transparentes, que garantem a visibilidade dos atos públicos, passíveis de controle e que geram maior confiança entre os governantes e a sociedade (Nunes, Miranda & Araújo, 2017). Portanto, a visibilidade das ações governamentais quando fornecidas com clareza e fidedignidade torna-se peça-chave para a *accountability* (Campos, 1990; Ceneviva & Farah, 2012).

Dessa forma, com a postura ativa do cidadão que passa a realizar a fiscalização dos atos públicos, a *accountability* pode ser entendida como questão de democracia, em que o controle do governo pode ser efetivo (Campos, 1990). De acordo com Vieira, Mendonça, Cavalheiro e Kremer (2018) a participação é um dos componentes da *accountability*, juntamente com a prestação de contas e a transparência.

Os argumentos expostos pelo TCU na cartilha “Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado” demonstram a expectativa de que ocorra a “evolução da prestação de contas anual e contribuição ao aperfeiçoamento da Administração Pública e de sua *accountability*” (TCU, 2018 – ID 19, p. 10). Diante disso, a publicação, por parte do TCU, de quatro cartilhas de orientação, em 2018, 2019, 2020 e 2022, apresentou a evolução do termo prestação de contas ao longo dos anos (Quadro 17).

**Quadro 17** – Evolução do termo nas cartilhas do TCU

<b>Termo</b>	<b>Definição apresentada</b>	<b>Cartilha</b>
Prestação de Contas	A prestação de contas tem como <b>finalidade</b> demonstrar, de forma clara e objetiva, a boa e regular aplicação dos recursos públicos federais, de modo <b>a atender às necessidades de informação</b> dos cidadãos e de seus representantes, dos usuários de serviços públicos e dos provedores de recursos, dos órgãos legislativos e de controle, visando à transparência, responsabilização e tomada de decisão.	(TCU, 2019 – ID 20)
	Prestação de contas é o <b>instrumento de gestão pública</b> mediante o qual os administradores e, quando apropriado, os responsáveis pela governança e pelos atos de gestão de órgãos, entidades ou fundos dos poderes da União <b>apresentam e divulgam informações e análises quantitativas e qualitativas</b> dos resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial do exercício, com vistas ao controle social e ao controle institucional previsto nos artigos 70, 71 e 74 da Constituição Federal.	(TCU, 2020a – ID 21) (TCU, 2022 – ID 23)

**Fonte:** Dados da pesquisa (2024).

O termo “**Prestação de Contas**” evoluiu ao longo dos anos, de acordo com a percepção do tribunal. Inicialmente foi caracterizado como um instrumento para demonstrar a aplicação de recursos (TCU, 2018 – ID 19). Em um segundo momento somente foi demonstrado sua finalidade de atender as necessidades de informação dos *stakeholders* (TCU, 2019 – ID 20). Nas últimas cartilhas apresentada pelo TCU, a prestação de contas foi definida como um instrumento de gestão pública responsável por apresentar e divulgar informações qualitativas e quantitativas, dos resultados da gestão orçamentária, financeira, operacional e patrimonial visando o controle social e institucional (TCU, 2020a – ID 21; TCU, 2022 – ID 23).

Observa-se que o discurso estabelecido pelo tribunal de contas ao longo dos anos sobre o significado de prestação de contas é flutuante, ou seja, não é fixado em um conceito objetivo. Para que a prestação de contas cumpra seu objetivo de demonstração da aplicação de recursos, é preciso que contemple outras peças para atender à etapa de prestação de contas, além do Relatório de Gestão.

“Relatório de gestão, rol de responsáveis e demonstrações contábeis publicadas no exercício seguinte ao de referência; Informações sobre planejamento e gestão indicadas no inciso I do art. 8º da IN-TCU nº 84/2020, a serem publicadas ao longo do exercício de referência; outras informações, tais como certificados de auditoria e relatórios de fiscalização, conforme o caso e de acordo com exigências contidas na INTCU nº 84/2020” (TCU, 2020a – ID 21; TCU, 2022 – ID 23).

Ao incluir esses outros elementos, a prestação de contas torna-se um processo de avaliação e responsabilização capaz de monitorar e controlar a conduta dos gestores que detém o poder de gerir os recursos públicos (TCU, 2020a – ID 21). Frente a isso, é possível “atender às necessidades de informação dos cidadãos e seus representantes, dos usuários de serviços públicos e dos provedores de recursos, e dos órgãos do Poder Legislativo e de controle para fins de transparência, responsabilização e tomada de decisão” (TCU, 2022 – ID 23).

Sabe-se que práticas inicialmente pertencentes ao setor privado passaram a ser adotadas pelo setor público, especialmente após o movimento de modernização e reforma da gestão pública, direcionado pelo *New Public Management* (NPM) (Matias-Pereira, 2010; Kissler e Heidemann, 2006). As ideias da NPM foram expressas na linguagem do racionalismo econômico (Hood, 1995) e a adoção das práticas de mercado para a administração pública ocasionou uma busca e melhoria na eficiência do setor (Kissler e Heidemann, 2006).

A partir da década de 1980 a *accountability* passou a ser enfatizada com um movimento do NPM, em que a necessidade da prestação de contas alinha-se com a busca por maior eficiência na gestão pública e na avaliação de resultados (Silva, Nascimento, França & Viotto, 2023). De modo semelhante, Hood (1995) afirma que a NPM envolveu um conceito diferente para a responsabilização alinhada com a “*public accountability*”, que objetiva enfatizar a responsabilização em termos de resultados.

Conforme o modelo do NPM, a ênfase dos resultados volta-se para o cidadão e exige-se do setor público eficiência, transparência e qualidade, os quais devem acompanhar os padrões de *accountability* (Slomski, Camargo, Amaral Filho, Slomski, 2010). Além disso, princípios como transparência e *accountability*, ganharam notoriedade por garantir a efetividade ao administrar os recursos e serviços e a responsabilidade na prestação de contas (Teixeira & Gomes, 2019; Mello, 2006).

No Brasil, a *accountability* pode ser traduzida como prestação de contas (Silva, Nascimento, França & Viotto, 2023). Corroborando, o TCU afirma que *accountability* é a obrigação em prestar contas da atuação de forma clara e tempestiva, de modo a assumir e garantir as consequências dos atos e omissões (TCU, 2020). Ademais, o *International Federation of Accountants* (IFAC, 2001) afirma que a prestação de contas ou *accountability* é o processo pelo qual as entidades do setor público, e os indivíduos dentro delas, são responsáveis por suas decisões e ações.

Nesse sentido, destaca-se a atuação dos Tribunais de Contas, instituições autônomas e independentes cuja função volta-se para o Controle Externo e visam inibir irregularidades e aplicar sanções às entidades fiscalizadas de acordo com requisitos da lei (Silva, et al., 2023). As entidades que gerem recursos públicos estão sujeitas a exigências normativas que conduzam a prestação de contas estabelecida pelos órgãos de controle como o TCU (Bairral, Silva & Alves, 2015).

Os tribunais de contas podem contribuir para a promoção de instrumentos de transparência e responsabilização (Silva, et al., 2023). Portanto, a proposta do TCU em adotar o RI como modelo para os Relatórios de Gestão das UPCs pode ser compreendida como um instrumento na busca de *accountability* e prestação de contas. Corroborando com o estudo de Bairral, Silva e Alves (2015) que discorrem ser os Relatórios de Gestão Anuais mecanismos utilizados pela administração pública com a finalidade de obter a *accountability* das ações públicas perante a sociedade.



Entretanto, conforme identificado na subseção 4.1 o discurso disposto nas discussões do IIRC em relação ao *Framework* do RI remete a noção capitalista com ênfase financeira. A partir disso, pode-se argumentar que a busca pela *accountability* e prestação de contas a partir da adoção do modelo RI pelo TCU alinha-se com as premissas do NPM, com vistas a demonstrar a eficiência e os resultados da entidade. Ainda que o movimento da NPM no Brasil iniciou na década de 1990, Silva et al. (2023) argumentam que seus atributos persistem até hoje.

Ademais, de acordo com o IIRC (2016), no setor público a *accountability* não é apenas para com os fornecedores de capital financeiro, mas engloba outras partes do governo, os cidadãos e a comunidade. Como constatado, o IIRC possui como usuário principal o fornecedor de capital financeiro, sendo os demais *stakeholders* beneficiados com a informação divulgada (IIRC, 2021).

Ao trazer a discussão para o campo do setor público, a *accountability* gerada pela divulgação do Relatório de Gestão nos moldes do RI pode ser uma aceitação de que as necessidades de todos os *stakeholders* será satisfeita com a divulgação de informações voltadas para o usuário financeiro, argumento alinhado com o pressuposto neoliberal (Dillard & Vinnari, 2019). Portanto, a prestação de contas das UPCs pode ser compreendida como uma forma de *accountability* em que a entidade se responsabiliza com o TCU com finalidade de obter um controle externo.

Em contraste, a contabilidade dialógica crítica apresenta a *accountability* como lutas pelas quais os cidadãos exercem seus direitos democráticos sobre os detentores de poder (Tanima, Brown & Dillard, 2020). Portanto, para que a *accountability* e a prestação de contas seja entendida como uma questão que condicione a democracia e a transparência, é necessário que o cidadão possua uma participação ativa na fiscalização dos atos públicos (Campo, 1990; Vieira et al., 2018). Nesse sentido, conduz ao objetivo de analisar o discurso evidenciado no Relatório de Gestão elaborado nos moldes do Relato Integrado sob a perspectiva da Contabilidade Dialógica, por intermédio de um caso empírico na subseção 4.3.

### **4.3 Aspectos Fundamentais do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima**

Com o advento da Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil (EFD) 2020-2031, instituído pelo Governo Federal, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) se dedicou no alinhamento dos seus instrumentos de planejamento e gestão estratégica, com destaque para o

Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 e Planejamento Estratégico Institucional 2020-2023 em correlação a EFD.

O PPA é pautado em prioridades e realismo fiscal, sendo fundamental para garantir a coerência das ações governamentais e alcançar os resultados para a sociedade (MMA, 2020). O PPA do ministério é estabelecido pela Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, a qual apresenta quatro Programas Temáticos sob responsabilidade do MMA (Quadro 18).

**Quadro 18** - Relação dos Programas Temáticos do MMA dispostos no PPA.

<b>PROGRAMAS TEMÁTICOS</b>	
<b>PPA (2020 – 2023)</b>	<b>PPA (2024 – 2027)</b>
i) Qualidade Ambiental Urbana	I) Qualidade ambiental nas cidades e no campo
ii) Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais	II) Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios
iii) Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas	III) Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade
iv) Mudança do Clima	IV) Enfrentamento da emergência climática
-	V) Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre

**Fonte:** Adaptado de MMA (2020; 2021; 2022; 2023).

A partir do quadro 18 observa-se que o PPA (2020 – 2023) apresenta quatro programas temáticos: i) Qualidade Ambiental Urbana, com ênfase em temas relacionados ao combate ao lixo no mar, gestão de resíduos sólidos, áreas verdes urbanas, qualidade do ar, saneamento e qualidade das águas, e áreas contaminadas; ii) Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, cujo foco é a conservação, o uso sustentável dos recursos naturais para evitar suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos; iii) Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas, com intuito de reduzir o desmatamento e os incêndios e aperfeiçoar o controle ambiental; iv) Mudança do Clima, com objetivo do enfrentamento da mudança do clima e dos seus efeitos, fomentando uma economia resiliente e de baixo carbono (MMA, 2020; 2021; 2022).

Conforme observa-se no Quadro 18, houve alteração dos programas temáticos estabelecidos pelo MMA. Tal fato, deve-se, pois, em 2023, o MMA passou a ser estruturada de forma distinta daquela realizada na administração anterior (MMA, 2023). Como forma de demonstrar a mudança, a nova gestão instituiu o novo Plano Plurianual, com vigência para os quatro anos subsequentes (2024 a 2027).

A partir disso, os programas anteriores foram revisados e alterados, bem como foram acrescentados novos focos. O PPA (2023 – 2027) passou a contar com cinco programas temáticos: I) Qualidade Ambiental na Cidade e no Campo, com objetivo de promover a destinação adequada dos resíduos, aumento de reciclagem e mudança cultural do consumo, ampliar rede de monitoramento e gestão integrada do ar e da água, promover defesa e proteção dos animais; II) Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios, cujo foco é reduzir o desmatamentos e incêndios, recuperar florestas, proteger e conservar a biodiversidade, conservar espécies de fauna e flora, especialmente aquelas sujeitas à extinção; III) Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade, o qual consiste no desenvolvimento de uma economia com estímulo a cadeias de valor da biodiversidade; IV) Enfrentamento da emergência climática, com o foco na ação nacional frente a mudança do clima por meio da mitigação e adaptação aos eventos climáticos extremos, viabilizando a transição para economia de baixo carbono; V) Recursos Hídricos: Água em Quantidade e Qualidade para sempre, com fins de assegurar a disponibilidade de água em qualidade e quantidade adequados, a partir de melhorias na infraestrutura, conservação, recuperação e uso racional dos recursos naturais (MMA, 2023).

Seguindo as orientações do Ministério da Economia, o MMA elaborou o Planejamento Estratégico, conhecido como o instrumento de priorização de atuação que orienta a elaboração dos planos, programas, projetos e iniciativas no âmbito do MMA (MMA, 2020). A entidade apresenta seus valores organizacionais que consistem em: Responsabilidade Ambiental; Comprometimento com o Resultado; Integridade na Conduta; Valorização do Profissional; Comprometimento com a Sociedade; Valorização do Conhecimento. Adicionalmente, é evidenciado seu Mapa Estratégico e Cadeia de Valor Integrada, de modo a interligar os objetivos estratégicos com os Programas estabelecidos no PPA (MMA, 2020; 2021; 2022).

Além da mudança no PPA, em 2023 houve alteração no Planejamento Estratégico da MMA, o qual está estruturado “com a visão de futuro de contribuir para a construção de um país modelo de sustentabilidade, com uma economia de baixo carbono e justiça climática, que valorize e promova suas diversidades social e ambiental” (MMA, 2023, p. 3). Para isso, está ancorado nos valores organizacionais: Justiça Climática; Repartição Justa e Equitativa; Valorização da Sociobiodiversidade; Compromisso Intergeracional (MMA, 2023).

### 4.3.1 Caracterização dos Relatórios do MMA

O *corpus* de análise é composto por 345 textos (n=345), cada texto representa uma categoria selecionada na exploração do material. Apresenta 23.174 ocorrências de palavras, com média de 67,17 palavras por texto e 2.433 palavras distintas. As palavras de ocorrência única medidas pelo coeficiente Hapax indicou 963 palavras, o que equivale a 4,16% do total de ocorrências, sendo que quanto maior o coeficiente, menor é a semelhança entre os discursos.

Com a finalidade de analisar o discurso evidenciado pelo MMA nos Relatórios de Gestão realizou-se a Classificação Hierárquica Descendente (CHD). Considerando os 345 textos disponíveis, a CHD gerou 724 segmentos de textos, dos quais 574 foram segmentos classificados (79,28%). Tal fato garante viabilidade para a análise, pois conforme Camargo e Justo (2016) é necessário um percentual mínimo de 75% de retenção de segmentos de textos para que a classificação do material textual seja útil e adequada.

Inicialmente, a análise dos dados utilizando o *software* IRaMuTeQ permitiu a identificação da frequência com que cada variável, ou seja, cada princípio, foi mencionado no *corpus* da pesquisa (Quadro 19).

**Quadro 19** – Relação das Menções e Frequências das Variáveis no corpus da pesquisa

<b>Categorias</b>	<b>Variáveis</b>	<b>Menções</b>	<b>Frequência</b>
<b>Reconhece e Integra os Stakeholders</b>	*princípio_RI_relações_com_as_partes_interessadas	95	16,55%
	*princípio_RI_materialidade	76	13,24%
	*princípio_RI_foco_estratégico_e_no_cidadão	42	7,31%
	*princípio_RI_confiabilidade_e_completude	30	5,23%
<b>Linguagem Clara e Acessível</b>	*princípio_RIclareza	40	6,97%
	*princípio_RI_coerência_e_comparabilidade	35	6,10%
<b>Integração e Transparência</b>	*princípio_RI_transparência	180	31,36%
	*princípio_RI_conectividade_da_informação	76	13,24%
<b>Total</b>	-	<b>574</b>	<b>100%</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

Observa-se no quadro 19 a distribuição de frequência de cada princípio no total de 574 segmentos classificados. Com 31,36% de frequência, o princípio \*princípio\_RI\_transparência foi mencionado em 180 segmentos de texto, sendo esse o maior número de menções obtidos por um princípio. A transparência envolveu aspectos relacionados à divulgação de atividades e

resultados positivos obtidos pela entidade. Por exemplo, o MMA evidencia seus resultados relacionados a Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana, *“apresentou os seguintes avanços estratégicos, compra de R\$ 35 milhões em equipamentos para municípios e consórcios, implantação de dois importantes sistemas de logística reversa”* (MMA, 2020, p. 27).

Além disso, a transparência remete ao resultado dos programas que a entidade possui, como pode ser vislumbrado no trecho em que menciona o resultado do Programa Rios+Limpos obtido em 2021 *“implementou quatro ações de combate ao lixo nos rios, com o recolhimento total de trinta e uma toneladas de resíduos, em 277 km de extensão, com a participação de 1.338 voluntários”* (MMA, 2021, p. 13). Observa-se que o Relatório de Gestão do MMA apresenta uma maior quantidade de trechos com aspectos positivos de resultado e evidencia a preocupação da entidade em direcionar esses resultados à sociedade.

O princípio *\*princípio\_RI relações com as partes interessadas* é presente em 95 segmentos de texto o que equivale a 16,55% de frequência. Destaca-se que o princípio relações com as partes interessadas envolve aspectos sobre o relacionamento da entidade com seus *stakeholders*, seus interesses, necessidades, bem como a cooperação entre eles. Por exemplo, o MMA evidencia a relação com suas entidades vinculadas (Ibama, ICMBio e IBRJ), em 2020 *“estruturaram seu modelo de gestão de forma que a análise e avaliação integrada da estratégia seja realizada pelo Conselho de Governança, com periodicidade mínima semestral”* (MMA, 2020, p. 16). Apresenta ainda, o relacionamento com a sociedade a partir da busca por geração de empregos e melhoria da qualidade de vida,

*“Um dos principais ganhos para o meio ambiente e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, e que contou com participação ativa do ministério, foi a aprovação do novo marco legal do saneamento, que permitirá mais segurança jurídica e previsibilidade para atrair investimentos (R\$ 700 bilhões) e gerar empregos (700.000)”* (MMA, 2020, p. 28).

O princípio das relações com as partes interessadas marca a importância que a entidade percebe no envolvimento com seus *stakeholders*, os quais contribuem para a manutenção das suas atividades, *“com o apoio de Projetos de Cooperação Técnica Internacional, seis Planos de Ação Territorial foram elaborados, três foram publicados e dois tiveram sua implementação iniciada”* (MMA, 2020, p).

Em terceiro lugar, os princípios \*princípio\_RI\_materialidade e \*princípio\_RI\_conectividade\_da\_informação foram mencionados 76 vezes, o que representa 13,24% da frequência. Destaca-se que o princípio da materialidade remete a informações sobre assuntos que afetam a capacidade da entidade em alcançar seus objetivos, por exemplo, avaliação de riscos, programas relacionados a Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana, a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e os resultados dos fundos nacionais: Fundo Nacional do Meio Ambiente; Fundo Nacional sobre Mudança do Clima; Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios.

*“Com objetivo de atender ao que consta no Plano de Integridade do MMA, foram avaliados os riscos de integridade associados ao processo de planejamento anual das contratações, que engloba as etapas de estudos preliminares, elaboração do orçamento estimado, e elaboração do projeto básico ou termo de referência” (MMA, 2020, p. 22).*

*“Destaca-se os avanços na elaboração de portaria para institucionalização do Programa Nacional de Proteção e Defesa Animal, buscando o fomento a ações de bem-estar, guarda-responsável, combate aos maus-tratos, atenção veterinária e controle populacional de cães e gatos, o qual deverá ser publicado no primeiro semestre de 2022 (MMA, 2021, p. 16).*

Por sua vez, o princípio da conectividade da informação considerou os trechos em que a entidade divulgava seus resultados em conjunto com as estratégias e objetivos definidos. Por exemplo, os Resultados Ambientais obtidos pelo MMA estão inseridos no âmbito da Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana, sendo os Objetivos Estratégicos Relacionados *“Objetivo 1: promover a melhoria da qualidade ambiental, com ênfase nas áreas urbanas e temas prioritários; objetivo 5: elaborar e implementar a Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana”* (MMA, 2020, p. 27), bem como ao *“Programa do PPA 2020-22023 Relacionado - 1043 - Qualidade Ambiental Urbana”* (MMA, 2020, p. 27).

A variável \*princípio\_RI\_foco\_estratégico\_e\_no\_cidadão teve 42 menções no *corpus* do texto com 7,31% de frequência. Infere-se que o foco estratégico e no cidadão abordou informações divulgadas sobre a estratégia da entidade na busca de seus resultados para a sociedade, com ações que remetem ao cidadão. Dentre as informações divulgadas destacam-se aquelas com ênfase na estratégia *“Os objetivos estratégicos da perspectiva de resultados do Mapa Estratégico refletem de forma integral os quatro Programas finalísticos do Plano*

*Plurianual que estão sob coordenação deste ministério” (MMA, 2020, p. 16). Relacionados ao Plano Plurianual (PPA), “o Plano Plurianual, 2020-2023, se constitui em peça-chave para o planejamento governamental, expressando as diretrizes, objetivos e metas do governo para período de quatro anos, de forma regionalizada” (MMA, 2021, p. 11). E ao cidadão, “o cidadão poderá usar os canais de comunicação do MMA para relatar problemas técnicos ou inconsistências dos dados disponibilizados, que serão encaminhados às áreas responsáveis para respostas e soluções, conforme o caso” (MMA, 2020, p. 25).*

O \*princípio\_RI\_clareza apresentou 40 menções e 6,97% de frequência, e agrupou trechos com imagens visuais, figuras e gráficos apresentados pela entidade. Foram codificados os elementos apresentados pela entidade nos referidos formatos, conforme trechos: *“Organograma do ministério” (MMA, 2020, p. 7), “Infográfico detalhando o Modelo de Governança” (MMA, 2020, p. 8), “Gráfico e quadro que ilustram a execução orçamentária do Fundo Nacional do Meio Ambiente no período de 2017 a 2020” (MMA, 2020, p. 43).*

O \*princípio\_RI\_coerência\_e\_comparabilidade apresentou 35 menções e 6,10% de frequência, englobando os trechos em que a entidade divulgava sua informação de modo comparativo com os anos anteriores. Por exemplo, informações qualitativas relacionadas a atividades executadas *“desde 2019, o MMA implementa e monitora o Plano de Resposta aos Riscos” (MMA, 2020, p. 20), ou resultados quantitativos, monetários e financeiros,*

*“No caso de Lei+Créditos, houve uma redução de 23,3 por cento em comparação a 2019. Já em termos de empenho, a retração foi menor, de 17,4 por cento. Mas houve um indicador que apresentou crescimento no período, trata-se do valor pago, incluindo restos a pagar, que cresceu 22,4 por cento, saindo de R\$ 2,6 bilhões para R\$ 3,2 bilhões. Focando a análise no âmbito da Administração Direta e aos Fundos, constata-se que também houve redução dos valores orçamentários” (MMA, 2020, p. 63).*

Por fim, o \*princípio\_RI\_confabilidade\_e\_completude apresentou 30 menções e 5,23% de frequência. Este princípio considerou os momentos em que a entidade divulgava aspectos negativos do seu resultado. Dentre os trechos codificados, destaca-se menções sobre a pandemia, redução no número de funcionários, bem como reduções em valores empenhados pela entidade.

*Apesar dos avanços, o MMA enfrentou dificuldade para implementar ações relativas as campanhas educacionais e de capacitação. Devido ao contexto de*

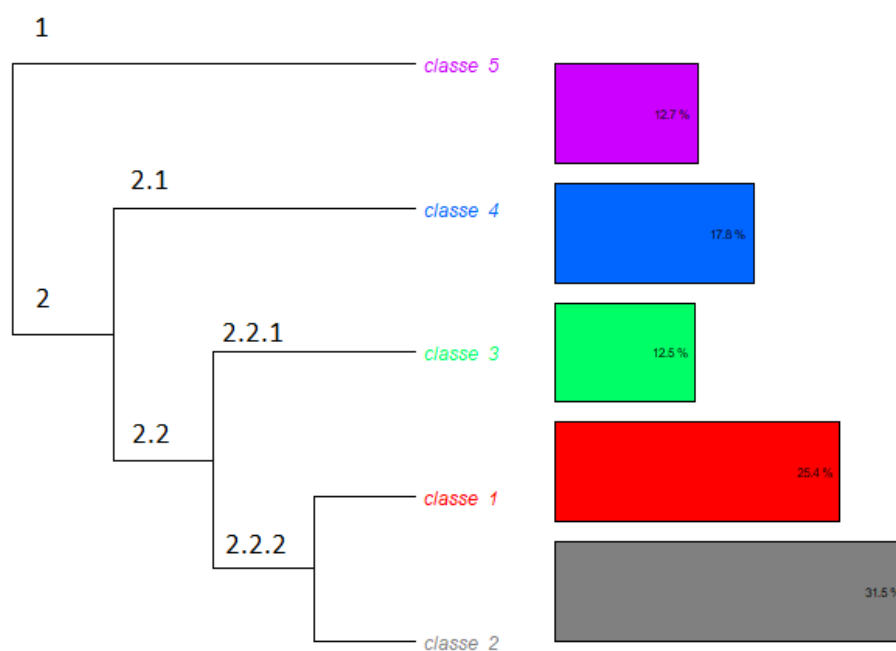
*enfretamento ao coronavírus, as medidas previstas não puderam ser atendidas nos prazos estabelecidos. Entretanto, a Controladoria Geral da União disponibilizou para acesso público, em seu sítio eletrônico, peças informativas e educacionais sobre o tema integridade” (MMA, 2020, p. 22).*

A partir das análises realizadas, observa-se que o foco primordial dos relatórios do MMA, direciona-se para uma maior quantidade de trechos com aspectos positivos de resultado e evidencia a preocupação da entidade em direcionar esses resultados à sociedade, tal fato é reforçado pela transparência ser o princípio mais representativo nos segmentos de textos. Ainda, é possível corroborar ao verificar que o princípio menos representativo em relação às menções nos segmentos de textos é o princípio da confiabilidade e completude, uma vez que apresenta palavras com teor negativo.

#### ***4.3.2 Análise das Classes obtidas nos Relatórios do MMA***

A partir da análise da CHD os segmentos foram agrupados em 5 classes, divididos em dois grupos (Figura 5). O primeiro grupo (1) é composto pela classe 5 e o segundo grupo (2) composto pelas classes 4, 3, 1 e 2. O grupo 2 é subdividido pela classe 4 (grupo 2.1) e pelas classes 3, 1 e 2 (grupo 2.2). De modo semelhante, o grupo 2.2 é dividido em dois subgrupos, sendo o primeiro composto pela classe 3 (grupo 2.2.1) e o segundo pelas classes 1 e 2 (2.2.2). A figura 5 demonstra as divisões das classes de acordo com o resultado gerado pela CHD, bem como as porcentagens de segmentos de textos apresentados em cada classe.





**Figura 5** – Dendrograma gerado pela Classificação Hierárquica Descendente

**Legenda:** A elaboração do dendrograma utilizou 574 segmentos de textos. Os percentuais das barras referem-se à quantidade de segmentos de textos classificados em cada classe. Os números (1, 2, 2.1, 2.2, 2.2.1 e 2.2.2) evidenciados nos ramos das classes foram delimitados pela autora para facilitar o agrupamento e análise.

**Fonte:** Dados da pesquisa (2024).

Conforme observa-se na figura 5 as classes 1 e 2 (juntas) equivalem a mais da metade dos dados, ou seja, 56,9% dos segmentos de textos. A classe 4 é composta por 17,8% dos dados, as classes 3 e 5 representam 12,5% e 12,7%, respectivamente, dos segmentos de textos analisados. Do ponto de vista das categorias analisadas, realizou-se o agrupamento de suas menções em cada uma das classes (Quadro 20).

**Quadro 20** – Menções e Frequências das categorias de análise em relação as classes geradas

Classes	Categorias	Menções	Frequência
Classe 1	Reconhece e Integra os <i>Stakeholders</i>	74/243	30,45%
Classe 2		113/243	46,50%
Classe 3	Integração e Transparência	52/256	20,31%
Classe 4		73/256	28,52%
Classe 5	Linguagem Clara e Acessível	34/75	45,33%

**Fonte:** Dados da pesquisa (2024).

É possível observar, a partir do quadro 20 que a categoria “Reconhece e Integra os *Stakeholders*” é mencionada 243 vezes ao longo do *corpus* da pesquisa, sendo que 30,45% são

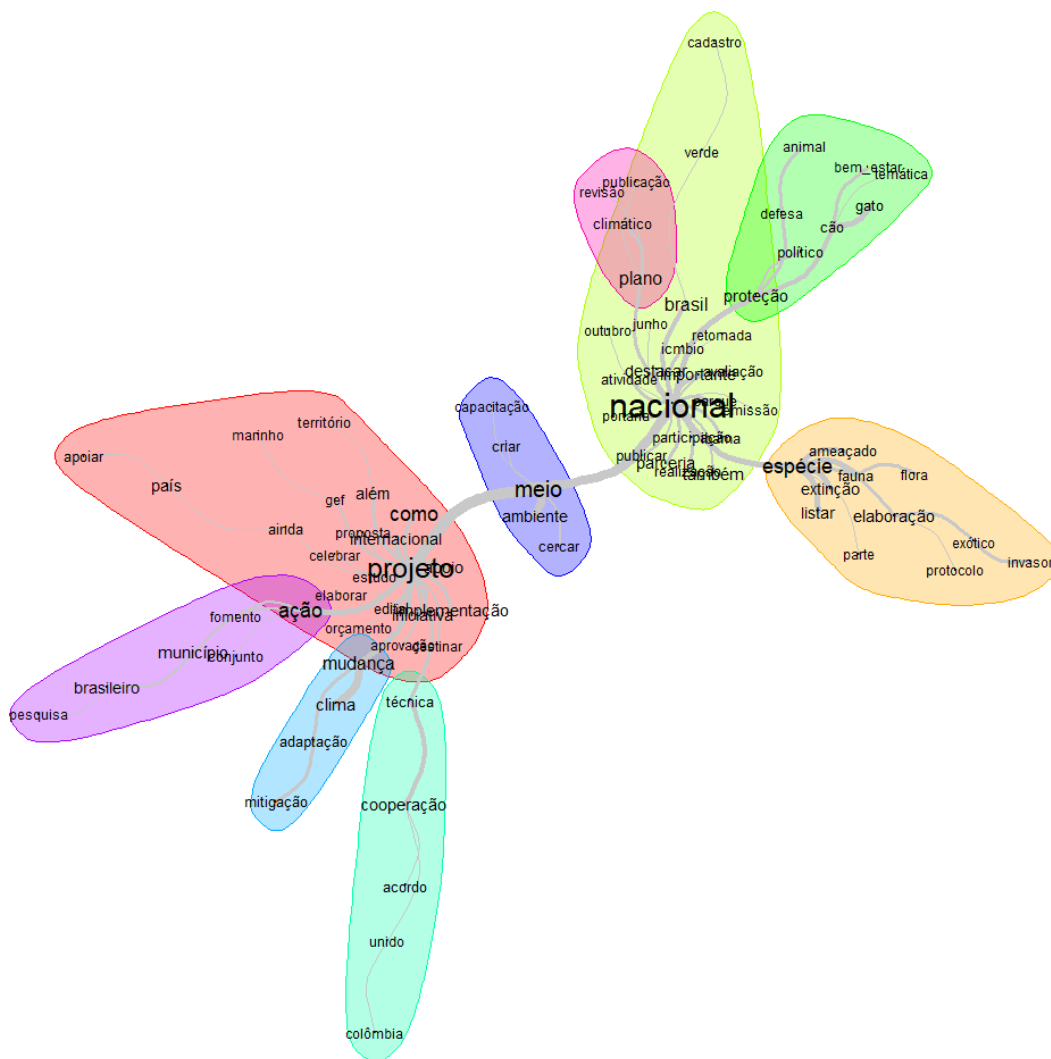
evidenciados na classe 1 (cor vermelha) e 46,50% na classe 2 (cor cinza). A categoria “Integração e Transparência” está presente em 256 menções do *corpus*, na classe 3 (cor verde) e classe 4 (cor azul) com 20,31% e 28,52% respectivamente. Ainda, a categoria “Linguagem Clara e Acessível” apresenta 75 menções no corpus com 45,33% na classe 5 (cor roxa).

Destaca-se a necessidade de analisar cada classe separadamente com o conteúdo descrito em torno das palavras identificadas. Para isso, na sequência será apresentada a análise do conteúdo de cada classe, de acordo com a interpretação do pesquisador, o qual identifica a abrangência obtida. Portanto, cada classe foi nomeada conforme as palavras que pertencem aos segmentos de textos agrupados pelo *software*.

#### 4.3.2.1 Classe 1 (Cor Vermelha) – Resultados de Projetos Técnicos relacionados ao Meio Ambiente

A classe 1 gerada a partir da análise CHD é composta por 146 dos 574 segmentos de textos, o que representa 25,44% do total. Encontra-se situada no subgrupo 2.2.2 no dendograma gerado pela análise, juntamente com a classe 2. Observa-se que a classe é composta por palavras que remetem a divulgação de resultados relacionados a projetos técnicos exercidos pelo MMA.

Duas palavras que se destacam na análise são “projeto” e “nacional”, ambas ligadas pela palavra “meio”, por esse motivo são separadas em dois momentos distintos conforme disposto na análise de similitude (Figura 6).



**Figura 6** - Análise de Similitude da Classe 1

**Fonte:** Elaboração própria (2024).

A análise de similitude da classe 1 (Figura 6) permite identificar a evidência de aspectos relacionados a projetos nacionais como a revisão de planos climáticos, proteção e bem-estar animal e espécies ameaçadas de extinção. Dentre os resultados destacados pelo MMA em 2021, têm-se a avaliação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (GTAdapta), bem como a publicação do Relatório Final de Monitoramento e Avaliação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (Ciclo 2016-2020) (MMA, 2021).

As informações acerca da preocupação do ministério com a causa animal ganha espaço nas informações divulgadas pelo MMA no Relatório de Gestão, a institucionalização do Programa Nacional de Proteção e Defesa Animal, cujo foco é fomentar ações de bem-estar, combate aos maus-tratos e a controle populacional de cães e gatos é uma ação destacada em

2021. Dentro desse escopo, é informado que o MMA celebrou 108 instrumentos para proteção e defesa animal em 2021 (MMA, 2021), número que aumentou para 125 instrumentos em 2022 (MMA, 2022).

Além disso, foram realizadas duas atividades significativas no âmbito das estratégias de proteção e defesa do bem-estar animal, sendo a primeira, o Seminário Nacional Proteção e Bem-Estar de Cães e Gatos, com a pesquisa virtual direcionada aos municípios brasileiros para mapear boas práticas e iniciativas, bem como problemas que necessitam de resolução (MMA, 2022). A segunda atividade é a criação da Agenda Nacional de Proteção e Defesa de Cães e Gatos, a qual estabelece diretrizes e objetivos para essa nova agenda temática (MMA, 2022).

No âmbito da preservação da vida, a identificação da palavra “espécie” remete à preocupação com a fauna e a flora do país. Em seu Relatório de Gestão, o MMA enfatiza o manejo e manutenção de espécies ameaçadas de extinção. Em 2020 o MMA contou com apoios de Cooperação Técnica Internacional, por meio do qual elaborou, publicou e implementou Planos de Ação Territorial, responsáveis por abranger “quarenta e duas espécies criticamente ameaçadas que não estavam contempladas em nenhum instrumento de conservação” (MMA, 2020, p. 29). No mesmo ano, realizou discussões com entidades do setor público, privado e a sociedade civil para elaborar a “ListaPet”, composta por espécies da fauna silvestre que poderão ser criadas com finalidade comercial no Brasil (MMA, 2020).

Em 2021, o MMA destacou avanços no âmbito da conservação da biodiversidade brasileira, dentre os quais cita-se a Comissão Nacional de Biodiversidade, a criação do Programa Nacional de Resgate de Fauna Silvestre (Resgate+) voltado para a fauna silvestre, em situação de risco e vulnerabilidade (MMA, 2021). Em parceria com a Comissão Nacional de Biodiversidade (CONABIO) elaborou uma minuta para atualização da lista nacional de espécies ameaçadas de extinção e em âmbito internacional, discutiu projeto para a elaboração do Plano Mercosul de Espécies Exóticas Invasora (MMA, 2021).

Em 2022, foi lançado o Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade (CONSERVA+) com o objetivo de “avaliação e gestão das espécies nativas em relação ao uso sustentável e aos riscos e ameaças de extinção, com vistas a assegurar a proteção, a conservação e o manejo da diversidade biológica brasileira” (MMA, 2022, p. 49). Ainda, o ministério finalizou os trabalhos para unificar a Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção e em nível internacional, participou da 19ª Conferência das Partes da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), no

Panamá e da Conferência de Biodiversidade das Nações Unidas (COP 15), em Montreal (MMA, 2022).

Em 2023, o MMA destacou os resultados obtidos pelo Programa Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios. Bem como o território terrestre e marinho protegido e as espécies da fauna/flora ameaçadas de extinção com Planos de Ação ou outros instrumentos para conservação (MMA, 2023).

Com relação aos Projetos de Cooperação Técnica, são apresentadas ações conjuntas com municípios e projetos relacionados à mudança do clima. Entre os anos de 2020 e 2022, Mudança do Clima foi um objetivo estratégico estabelecido pelo MMA, fato que reforça a divulgação de múltiplos aspectos em torno desse tema.

Em 2021, o ministério reforça o mapeamento de necessidades de financiamento e revisões normativas da Política Nacional sobre Mudança do Clima (MMA, 2021). Nesse sentido, há o lançamento de acordos e programas que estimulam a mitigação das emissões de gases de efeito estufa. No ano de 2022, destaca-se a parceria bilateral firmada com o governo do Japão para fomentar o mercado regulado de créditos de carbono. Há ainda, o lançamento do Programa Metano Zero, “que estimula a produção e uso do biogás e biometano, a partir de resíduos sólidos e orgânicos da agricultura, pecuária e aterros sanitários” (MMA, 2022, p. 76).

Em 2023, o MMA apresenta a proposta de projeto elaborada pela *Stockholm Environment Institute*, visando o desenvolvimento de um Plano Nacional para mitigação de poluentes climáticos de vida curta, e as parcerias com o Instituto Energia e Meio Ambiente e Conselho Internacional para o Transporte Limpo para a elaboração de um “inventário de emissões de poluentes por fontes veiculares e uma estratégia para o estabelecimento de um programa de inspeção veicular” (MMA, 2022, p. 50).

Adicionalmente, há a existência da divulgação de aspectos relacionados aos projetos de meio ambiente executados pelo MMA. Ainda, o MMA enfatiza os resultados obtidos pelo Projeto GEF (*Global Environment Fund*) Terrestre e o GEF Brasil Vertentes, do Governo Federal, que visam promover a conservação da biodiversidade e as Paisagens Sustentáveis de Uso Múltiplo no Brasil (MMA, 2021; 2022). Em 2022, o MMA possui dois projetos financiados pelo GEF (GEF ABS e GEF Fitoterápicos). Além disso, destaca-se a aprovação do Projeto GEF AZUL, coordenado pelo MMA e os resultados apresentados pelo GEF Mar (MMA, 2022).

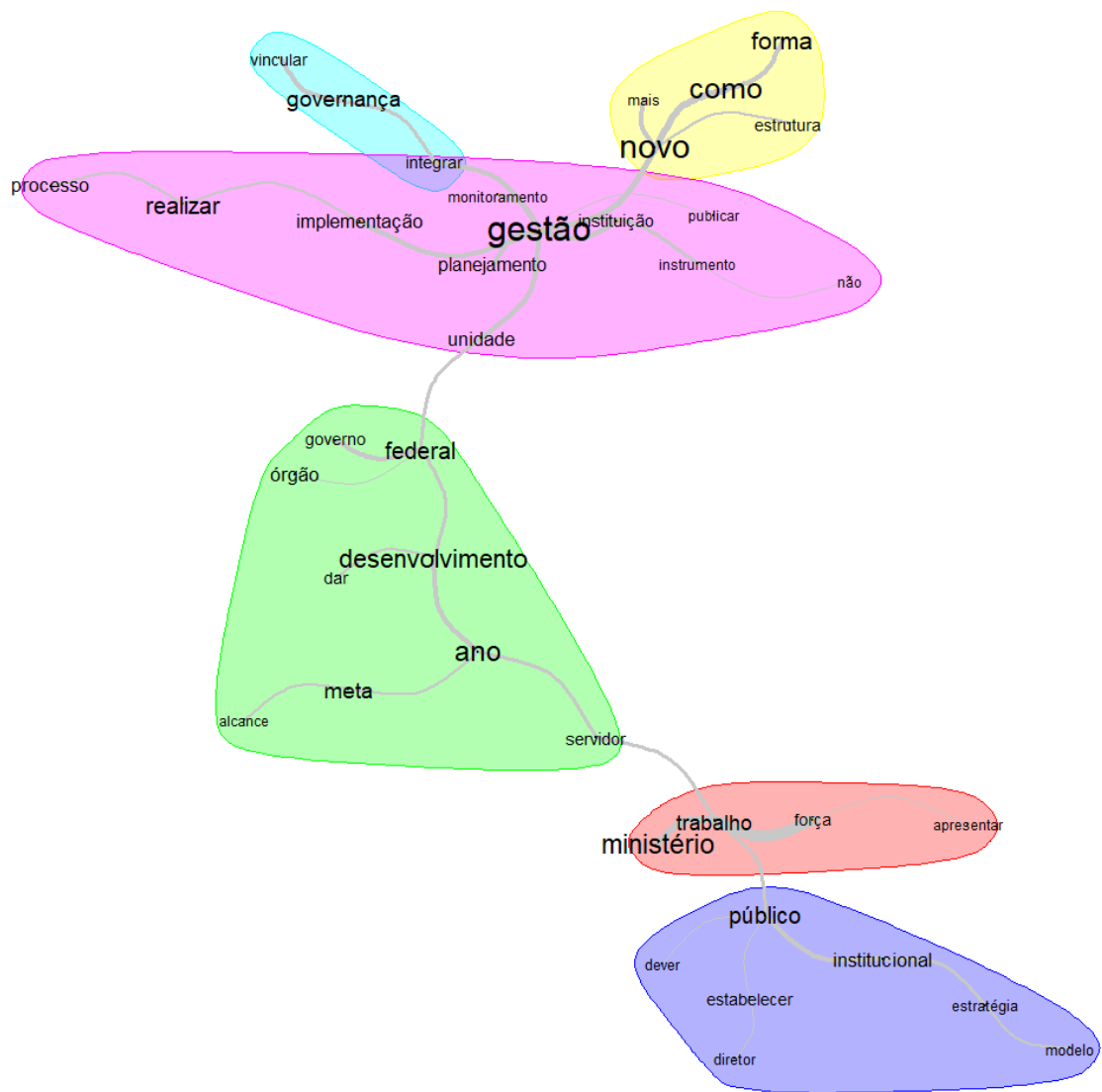
Destaca-se que a classe 1 abrange aspectos relacionados aos resultados dos projetos realizados pelo ministério, os quais são relacionados ao meio ambiente em uma abrangência na

nacional e com cooperação. Por esse motivo, os dados permitiram nomear a classe com o título “Resultados de Projetos Técnicos relacionados ao Meio Ambiente”.

#### 4.3.2.2 Classe 2 (Cor Cinza) – Gestão, Governança e Desenvolvimento

A classe 2 representa 31,5%, ou seja, 181 de 574 dos segmentos de textos identificados na análise CHD. Juntamente com a classe 1, é agrupada no subgrupo 2.2.2. Para a elaboração da análise de similitude da classe 2 realizou-se ajustes no *software* para capturar a essência do grupo. A palavra “MMA” é mencionada 60 vezes na classe, quantidade superior à palavra “gestão” que se encontra em segundo posição e com uma frequência de 34 vezes.

Por esse motivo, a análise de similitude foi parametrizada para englobar as palavras que foram mais citadas, excluindo a palavra “MMA”. Adicionalmente, optou-se por considerar a análise de similitude a partir da utilização de palavras citadas com frequência mínima de 10 vezes. Argumenta-se que a alteração não reduziu o número de grupos formados na classe e as relações propostas (Figura 7).



**Figura 7** - Análise de Similitude da Classe 2.

**Fonte:** Elaboração própria (2024).

A partir da figura 7 pode-se observar que a classe 2 é composta por grupos, com a palavra “gestão” em destaque no centro, interligando especificamente as palavras “governança”, “federal” e “desenvolvimento”. O MMA e suas entidades vinculadas (Ibama, ICMBio e IBRJ), passaram a partir de 2020 a possuir um Planejamento Estratégico Integrado como ferramenta de gestão, que orienta a tomada de decisão (MMA, 2020). Além disso, o MMA possui como forma de melhorar suas atividades, a Política de Gestão de Riscos, cujo processo consistem em identificar, analisar e monitorar eventos que potencialmente afetam os objetivos do ministério (MMA, 2020).

O MMA conduz sua gestão orçamentária alinhada ao planejamento estratégico, priorizando a implementação de políticas ambientais (MMA, 2023). Dentre as quais destacam-

se, a gestão das agendas de florestas, a partir da criação de estratégias e políticas públicas para prevenção e controle do desmatamento e incêndio, bem como na recuperação e conservação da vegetação (MMA, 2020). Somados ao monitoramento e gestão das Unidades de Conservação estaduais e municipais realizados pelo MMA a partir do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão (MMA, 2021).

A discussão sobre a palavra “governança” remete a priorização de temáticas como integridade e riscos. De acordo com as informações evidenciadas pelo MMA, a governança deve fomentar a missão institucional em conjunto com a sociedade e demais atores envolvidos (MMA, 2021). Dentre os aspectos de governança mencionados nos Relatórios de Gestão, têm-se a discussão sobre o tema de integridade, pertencente a Política de Governança, Riscos e Controle do ministério e integrante do Plano de Integridade para os anos 2021 e 2022, o qual lista ações, responsáveis e prazos que circundam a integridade do ministério (MMA, 2021).

No ano de 2020, o Governo Federal instituiu a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil, com duração até 2031 e com objetivo de definir uma visão de longo prazo para as entidades da administração pública. Sabe-se que a estratégia está organizada em cinco eixos e contempla o cenário para o desenvolvimento do país na próxima década.

Nesse sentido, percebe-se que a palavra “desenvolvimento” é mencionada no relatório para referir a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas do MMA, a qual evidencia a preocupação do ministério com o desenvolvimento pessoal. Em 2020, o MMA criou o Portal de Educação Corporativa para divulgar informações fornecer subsídios para o aprimoramento de competências de capacitação dos servidores, por intermédio de cursos livres e de pós-graduação (MMA, 2020).

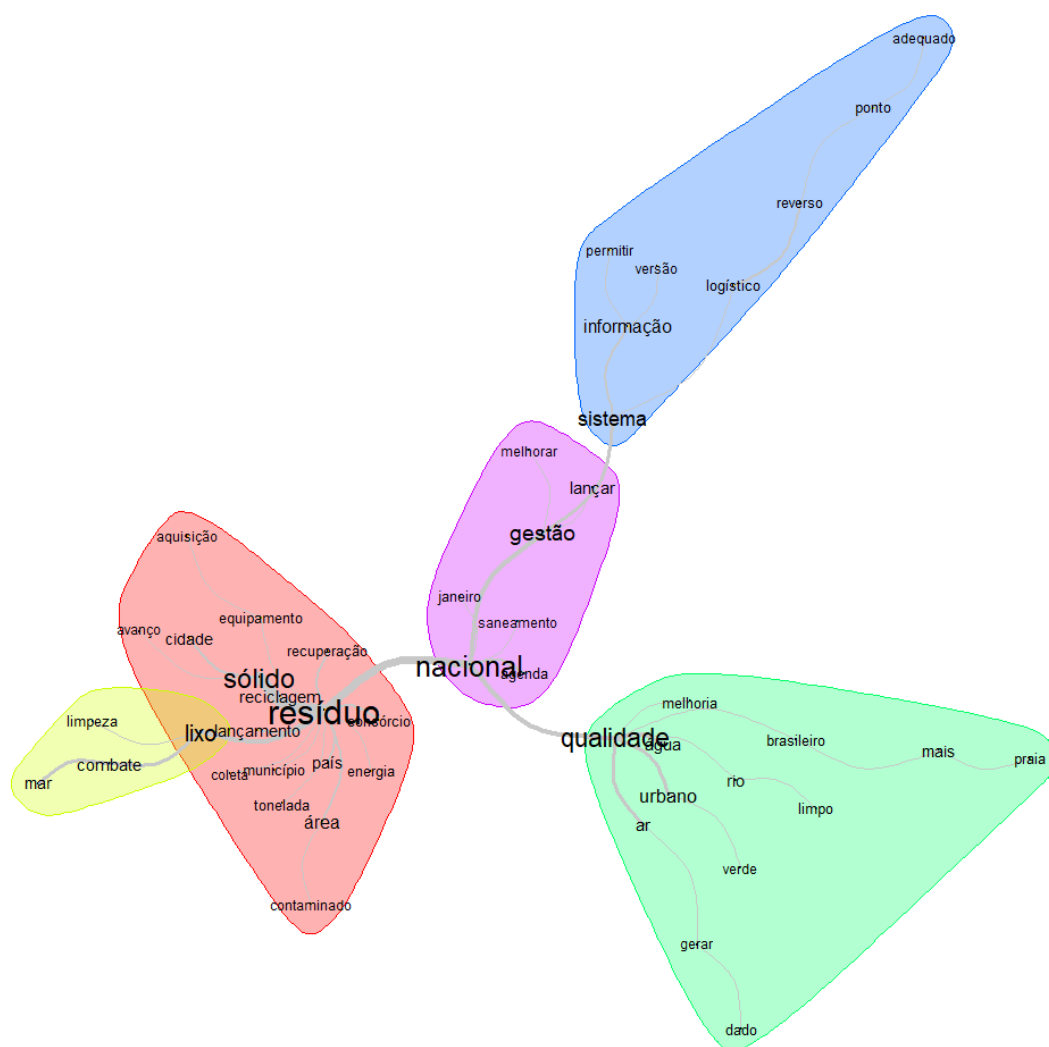
Entretanto, os reflexos da pandemia decorrente do coronavírus postergou a oferta das atividades para o final de 2020 e início de 2021 (MMA, 2021). No ano subsequente, o ministério continuou com a implementação da política fornecendo mais ações de desenvolvimento e impactando maior número de indivíduos (MMA, 2022).

Adicionalmente, a palavra “trabalho” remete as ações da política de desenvolvimento e ao quantitativo de servidores que compõe a força de trabalho do MMA. De acordo com o que foi divulgado pela entidade, desde 2014 presenciava uma redução no número de servidores devido a aposentadorias e reestruturação do ministério (MMA, 2020). Frente a isso, o desenvolvimento de pessoas e as estratégias desenvolvidas pelo MMA para fortalecer a capacidade institucional foram alavancas para a mudança do cenário, o qual foi possível também pela realização de concursos e processos seletivos (MMA, 2023).



#### 4.3.2.3 Classe 3 (Cor Verde) – Agenda Nacional, Gestão e Qualidade

A partir da análise do dendrograma (Figura 5) observa-se que a classe 3 é composta por 72 de 574 segmentos de textos o que equivale a 12,54% do total. A classe apresenta aspectos relacionados a Agenda Nacional, Gestão de Resíduos e Qualidade Ambiental, a partir das informações categorizadas elaborou-se a análise de similitude, a qual permite visualizar o relacionamento entre as palavras que compõe a classe (Figura 8).



**Figura 8** - Análise de Similitude da Classe 3.

**Fonte:** Elaboração própria (2024).

Conforme observa-se na Figura 8, o *software* gerou cinco grupos de coocorrências de palavras. A palavra em destaque é “nacional” a qual ocorre simultaneamente aos grupos que compreendem as palavras “qualidade”, “gestão” e “resíduo”. A Agenda Nacional de Qualidade

Ambiental Urbana do MMA é representante de seis eixos estratégicos: Combate ao Lixo no Mar (Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar), Resíduos Sólidos (Programa Lixão Zero), Áreas Verdes Urbanas (Programa Cidades+Verdes), Qualidade do Ar, Saneamento e Qualidade das Águas, e Áreas Contaminadas (Programa Nacional de Recuperação de Áreas Contaminadas (MMA, 2020; 2021; 2022).

A partir da divulgação de informações relacionadas à Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana os demais grupos foram arranjados. Ao mencionar a “qualidade” observa-se a preocupação na evidenciação de aspectos de melhorias que promovem a satisfação aos serviços do MMA, destaca-se a criação do Programa Rios+Limpos em 2021. O Programa visa fomentar ações para despoluição dos rios e melhoria da qualidade das águas, sendo obtido um total de 31 toneladas de resíduos em 277 km de extensão (MMA, 2021). Adicionalmente, destaca-se a aprovação do Novo Marco Legal do Saneamento, com vistas a promover ganhos para o meio ambiente e melhorias da qualidade de vida das pessoas ao mesmo tempo em que prevê atrair investimentos e gerar empregos (MMA, 2020).

Dentre os quatro programas temáticos dispostos no PPA do ministério (Quadro 19), é enfatizado o Programa de Qualidade Ambiental Urbana, orientado para atuar em políticas públicas efetivas e eficientes. O programa tem como foco a população residente em grandes metrópoles e visa “mitigar o problema da degradação da qualidade ambiental nas cidades, que compromete a qualidade de vida da população” (MMA, 2021, p. 21). Em 2023, o programa alcançou a meta prevista para o final do PPA (2020 – 2023), atingindo as vinte e sete unidades da federação com pelo menos uma ação (MMA, 2023).

A discussão da palavra “sistema” ocorre em torno da implementação e lançamento de sistemas que permitem a análise e acompanhamento das ações do MMA. Em 2020, o ministério desenvolveu o sistema informatizado (MonitorAr) que permite ao cidadão acompanhar em tempo real informações fornecidas pelas unidades federativas (MMA, 2020). Além disso, destaca-se a criação em 2021, do Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão, responsável pelo acompanhamento das unidades de conservação (MMA, 2021).

Desde 2019 o MMA contava com o Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR+) que em 2022 teve sua versão atualizada (MMA, 2022). Observa-se ainda, o Sistema de Gestão de Informação de Áreas Contaminadas (SINGAC), criado em 2022 com o objetivo de melhorar a gestão de áreas contaminadas (MMA, 2022).

Conforme evidenciado na Figura 8 outras duas palavras emergem “resíduos” e “lixo”. Para o MMA, a Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, é um elemento inserido no escopo da

Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana, o qual apresenta resultados obtidos no ano de 2020. Dentre os quais, destaca-se a compra de equipamentos para os municípios, implantação de sistemas de logísticas reversas, aperfeiçoamento de sistemas de reciclagem, inauguração de centros de coleta e reciclagem, bem como a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (MMA, 2020).

Em 2021, o MMA informa sobre o Atlas de Potencial Energético, ferramenta que visa atrair investimentos para tecnologias que garantem a geração de energia térmica e elétrica a partir de resíduos sólidos (MMA, 2021). E em 2022 é divulgado sobre investimentos realizados em energias renováveis e em resíduos sólidos com parcerias de linhas de financiamento do BNDES (MMA, 2022).

A Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana do MMA possui o eixo dos Resíduos Sólidos, estabelecido a partir do Programa Lixão Zero. Em 2020, o MMA evidenciou ações de combate ao lixo nos rios (Amazonas) e no mar (Rio de Janeiro). Em 2021 disponibilizou versão do Painel de Resultados de Combate ao Lixo no Mar, que contém informações de ações desenvolvidas no país, tipos e quantidades de resíduos encontrados e instituições organizadoras (MMA, 2021).

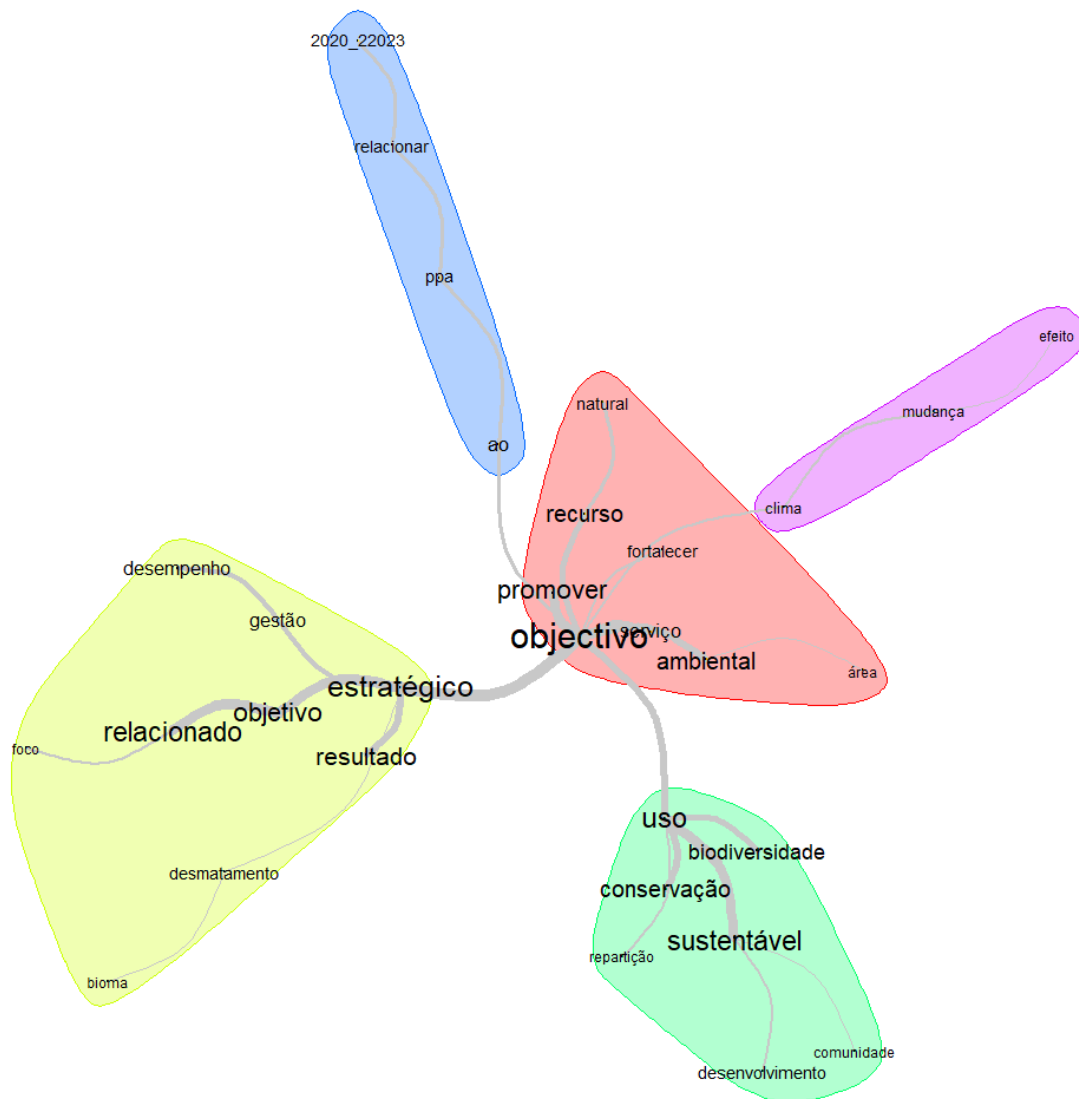
Assim como os demais programas, o MMA evidencia os avanços estratégicos que consistem em encerramentos de lixões, eliminação de áreas irregulares de disposição de resíduos, aquisição de equipamentos que auxiliam na coleta seletiva, reciclagem e gestão dos resíduos sólidos, bem como a implantação da logística reversa de eletrônicos (MMA, 2022). Em 2022, o foco do combate ao lixo no mar realizou mutirões de limpezas nas praias e o MMA realizou o lançamento do aplicativo “Combate ao Lixo no Mar” e “Praia Limpa” (MMA, 2022).

Todos os resultados evidenciados dentro da classe são representativos da Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana e conduz informações sobre a gestão de resíduos sólidos e ações de melhorias que visam maximizar a qualidade dos serviços executados pelo ministério. Portanto, a classe foi nomeada como “Agenda Nacional, Gestão e Qualidade”.

#### 4.3.2.4 Classe 4 (Cor Azul) – Divulgação de Informações Estratégicas

A classe 4 é responsável por abranger 102 dos 574 segmentos de textos gerados na análise, o que representa 17,77%. A partir da visualização do dendrograma (Figura 5), observa-se que a classe 4 (2.1) tem similaridade com as informações contidas nas classes 1, 2 e 3 (2.2), todas integrantes do grupo 2. No entanto, infere-se que a classe 4 apresenta uma perspectiva mais estratégica que as demais devido as palavras que se destacam na figura 9.

Para a elaboração da similitude da classe 4 realizou-se como ajustes a inclusão de palavras cuja frequência mínima totaliza-se 10 vezes, visando capturar melhor a essência do grupo.



**Figura 9** – Análise de Similitude da Classe 4.

**Fonte:** Elaboração própria (2024).

A partir da visualização da Figura 9, é possível inferir que a palavra “estratégico” se apresenta interligada com as palavras “objetivo”, “gestão” e “resultado”. Percebe-se que o MMA evidencia seus Resultados Ambientais de modo a correlacionar com objetivo estratégico vinculado, bem como ao programa do PPA nos anos de 2020, 2021 e 2022. Dentre os resultados destacam-se informações relacionadas a Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana; Biodiversidade; Áreas Protegidas e Ecoturismo; Florestas e Serviços Ambientais; Clima e

Relações Internacionais; Fundos Ambientais; e Conselho Nacional do Meio Ambiente (MMA, 2020; 2021; 2022).

Além dos resultados dentro do escopo ambiental, tem-se a divulgação de informações sobre os Desempenhos de Gestão como Gestão de Pessoas; Infraestrutura e Sustentabilidade; e Licitações e Contratos, vinculando-os aos objetivos e programas do PPA (MMA, 2020; 2021; 2022). Destarte, o MMA evidencia em 2023, de modo semelhante aos demais, aspectos no âmbito dos programas: Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios; Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade; Qualidade ambiental nas cidades e no campo; Enfrentamento da emergência climática; e Recursos Hídricos (MMA, 2023).

Na classe 4, observa-se o foco a informações relacionadas ao “uso sustentável”, “conservação” e “biodiversidade”. De acordo com o MMA, sua atuação da agenda de florestas inclui a criação e coordenação de estratégias e políticas que visem o uso sustentável de recursos e manutenção da biodiversidade (MMA, 2020).

A elaboração de parcerias possibilitou ao MMA realizar ações de intervenções físicas de caráter ambiental e treinamentos direcionados ao uso e conservação do solo em comunidades indígenas (MMA, 2020). O MMA menciona no seu Relatório de Gestão os valores relacionados ao Fundo Amazônia, paralisado desde 2019 e reativado em 2023, cujo objetivo de captar doações e investimentos em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento e uso sustentável da Amazônia Legal (MMA, 2023).

Os resultados sobre o Programa Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais são evidenciados pela entidade em 2023 de modo a demonstrar que atingiu resultado satisfatório com todas as metas atendidas (MMA, 2023). Ainda, o Programa Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, também teve seus resultados elencados no Relatório de Gestão da entidade (MMA, 2023).

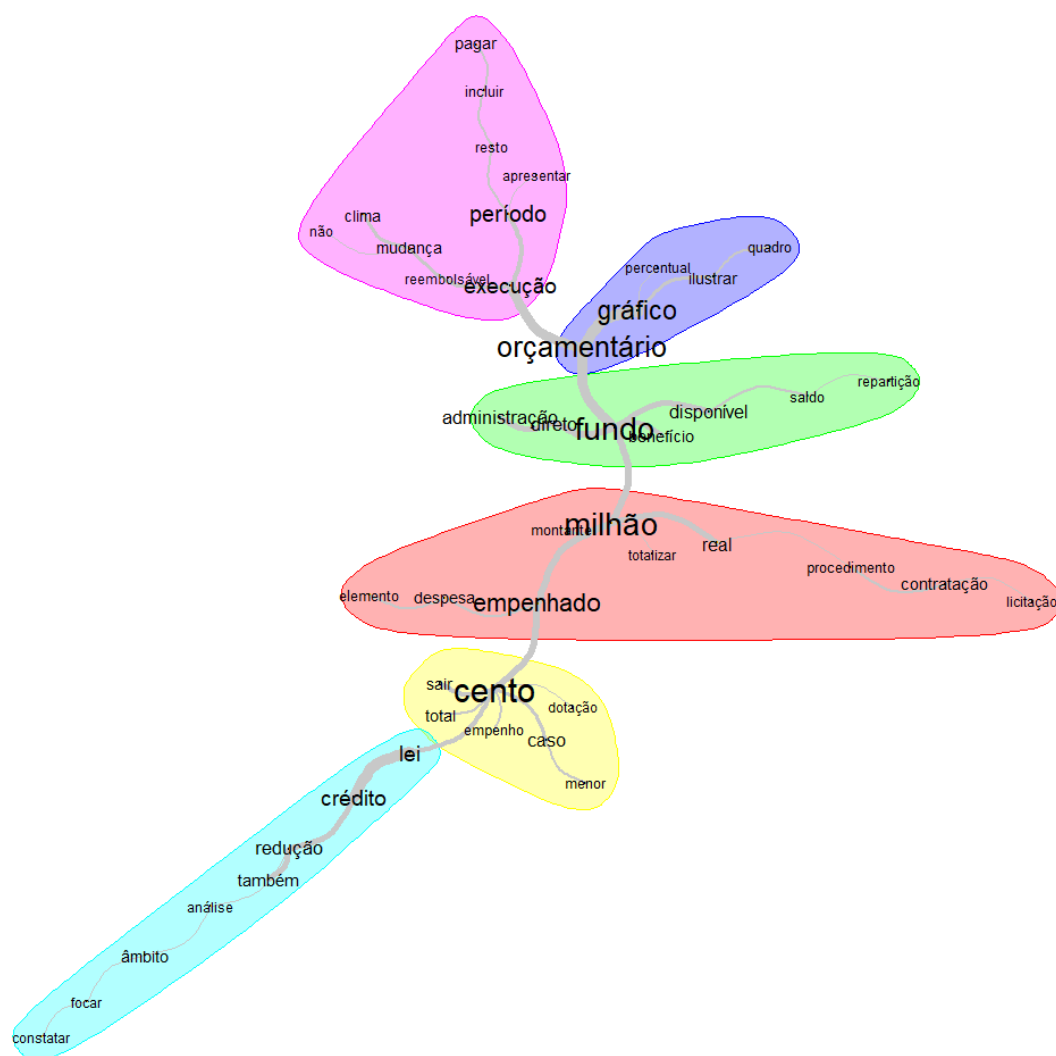
Por fim, identifica-se na classe 4 menções sobre aspectos relacionados ao “clima”. O MMA possui dentre seus objetivos estratégicos, o foco na Mudança do Clima (MMA, 2020). Nessa temática, entre os anos de 2020 e 2021 o MMA apresentou informações sobre os Resultados Ambientais, especificamente sobre o Clima e Relações Internacionais e os Fundos Ambientais. Os projetos tinham como foco implementar medidas e fortalecer arranjos para o enfrentamento da mudança do clima (MMA, 2020; 2021; 2022). Em 2023, o ministério apresentou os resultados relacionados ao programa Enfrentamento da Emergência Climática,

cujo objetivo consiste em fortalecer ações relacionadas ao enfrentamento das mudanças climáticas e viabilizar formas de transição para uma economia de baixo carbono (MMA, 2023).

As informações evidenciadas na classe 4 estão relacionadas a aspectos estratégicos da entidade, vinculados a objetivos disponíveis em seu planejamento e PPA. Diante disso, a nomenclatura estabelecida para a classe é “Divulgação de Informações Estratégicas”.

#### 4.3.2.5 Classe 5 (Cor Roxa) – Divulgação de Informações Financeiras e Orçamentárias

A classe 5 é responsável por apresentar 73 dos 574 segmentos de textos, o que representa 12,7%, demonstrando informações relacionadas aos aspectos financeiros e orçamentários do MMA. Os segmentos de textos disponíveis na classe 5 são compostos por palavras que evidenciam a importância direcionada a esses aspectos. A Figura 10 apresenta a análise de similitude com a co-ocorrência entre as palavras da classe 5.



**Figura 10** - Análise de Similitude da Classe 5.

**Fonte:** Elaboração própria (2024).

Observa-se a partir da Figura 10 uma interligação entre as palavras “empenhado” e “milhão” que se destacam no resultado dos dados do MMA. Tais fatos justificam-se dado à importância direcionada ao ministério para demonstrar os valores empenhados pelas despesas e pelos fundos geridos, os quais estão relatados em milhões de reais.

Em 2020, 2021 e 2022 o MMA apresenta o valor “empenhado” para pagamento de suas despesas, em especial, a despesa com salários de pessoal, encargos e benefícios. Conforme trecho do relatório apresentado pela entidade têm-se “num recorte por elemento de despesa se verifica que as principais despesas da administração direta e dos fundos está concentrada no pagamento de pessoal encargos e benefícios” (MMA, 2020; 2021; 2022).

Tais valores são apresentados em porcentagem, por esse motivo a palavra “cento” ganha destaque nos resultados. Há a menção da Lei+Créditos e sua comparabilidade em relação aos anos anteriores. “No caso de Lei+Créditos, houve uma redução de 23,3 por cento em comparação a 2019” (MMA, 2020). Nos anos de análise observa-se a recorrente divulgação de comparabilidade dessas informações. Em 2021 o MMA apresenta que “houve redução de 17,4 por cento dos valores de Lei+Créditos quando comparado a 2020” (MMA, 2021). E em 2022 “houve acréscimo de 35,6 por cento dos valores de Lei+Créditos, quando comparado a 2021” (MMA, 2022).

Ainda, são divulgadas informações relacionadas aos procedimentos de contratação e licitação nos anos de 2020, 2021 e 2022 com o ministério apresentando a evolução dos dados anualmente. De acordo com o MMA “em 2020 foram realizados 57 procedimentos de contratação totalizando aproximadamente 39 milhões de reais em valores homologados” (MMA, 2020), em 2021 “foram realizados 57 procedimentos de contratações totalizando aproximadamente 17 milhões de reais” (MMA, 2021). Em 2022 “foram realizados 62 procedimentos de contratações totalizando aproximadamente 24 milhões de reais” (MMA, 2022).

Em relação aos valores empenhados pela entidade e representados em milhão de reais, observa-se que há relação com a palavra “fundo”. É demonstrando o avanço considerável que o Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios vislumbrou em 2020, marcado pela inclusão de saldo pela primeira vez, desde 2015 quando foi iniciado. De acordo com os dados, o fundo encerrou o ano com cerca de 3 milhões de reais de saldo disponível (MMA, 2020), valor que avançou em 2021 e 2022, em que o fundo finalizou o ano com 4 milhões e 5,5 milhões de reais em saldo, respectivamente (MMA, 2021; 2022).

Por fim, conforme Figura 10 a palavra “gráfico” remete a forma de apresentação de dados no Relatório de Gestão do MMA, a qual é realizada a partir de gráficos que ilustram a informação gerada. Nota-se que os gráficos remetem a execução orçamentária da administração direta e dos fundos de execução orçamentária por elementos de despesa, bem como despesas desempenhas em processos de gestão interno, em milhões e bilhões de reais. Ainda, apresenta gráficos sobre recursos não reembolsáveis que ilustram a execução orçamentária do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, comparativamente com períodos anteriores. E gráfico que ilustram a execução orçamentária do Fundo Nacional do Meio Ambiente nos períodos anteriores.



A classe 5 apresenta informações detalhadas sobre valores financeiros e orçamentárias do MMA. O Relatório de Gestão é composto por gráficos que ilustram esses valores empenhados e recebidos pelo ministério, a ênfase nessa divulgação possibilitou a identificação da classe que passou a ser nomeada como “Divulgação de Informações Financeiras e Orçamentárias”.

#### 4.3.2.6 Análise do Constructo da Pesquisa em relação aos dados obtidos

Após descrever cada uma das classes obtidas a partir da análise do dendrograma (Figura 5), bem como identificar as categorias por classe (Quadro 20) é possível agrupá-los em torno do constructo da pesquisa adaptado (Quadro 21). Para isso, considerou-se o modelo da pesquisa, delimitado na seção de procedimentos metodológicos, em conjunto com as informações evidenciadas pelo MMA. Dessa forma, o conteúdo resumido do Relatório de Gestão é responsável por gerar o discurso da entidade em cada uma das classes.

**Quadro 21** – Constructo da Pesquisa Adaptado

<b>Categorias de Análise</b>	<b>Princípios da Contabilidade Dialógica</b>	<b>Princípios do Relato Integrado</b>	<b>Conteúdo Resumido do Relatório de Gestão</b>
Reconhece e Integra os Stakeholders	Reconhecer múltiplas orientações ideológicas	Relações com as Partes Interessadas	<b>CLASSE 1 – Resultados de Projetos Técnicos relacionados ao Meio Ambiente.</b> O discurso do MMA na classe 1 evidencia a relevância dos projetos que a entidade possui. É enfatizado a proteção e bem-estar animal e espécies ameaças de extinção, bem como a preocupação com relação ao clima. Adicionalmente, o discurso se ampara na realização de Projetos de Cooperação Técnica, ou seja, ações conjuntas para realização de projetos.
		Foco estratégico e no cidadão	<b>CLASSE 2 – Gestão, Governança e Desenvolvimento.</b> O discurso do MMA estabelecido na classe 2 demonstra o seu relacionamento com as entidades vinculadas para o atendimento de objetivos estratégicos e implementação de políticas que impactam no usuário final, ou seja, o cidadão.
	Estar atento às relações de poder Garantir processos participativos eficazes Estar aberto para a natureza subjetiva e contestável dos cálculos	Materialidade	<b>CLASSE 2 – Gestão, Governança e Desenvolvimento.</b> O MMA apresenta na classe 2 um discurso voltado para a priorização de temáticas como integridade e riscos.
		Confiabilidade e Completezude	<b>CLASSE 2 – Gestão, Governança e Desenvolvimento.</b> O discurso do MMA que envolve uma perspectiva negativa dos resultados é relacionado a redução do quantitativo de servidores que compõe a força de trabalho ocorrida consecutivamente nos anos de análise. Entretanto, o discurso possui a tendência de voltar-se aos aspectos positivos ao mencionar ações que visam mitigar esse cenário.
Linguagem Clara e Acessível	Permitir o acesso para não especialistas	Coerência e Comparabilidade	<b>CLASSE 5 - Divulgação de Informações Financeiras e Orçamentárias</b> O MMA apresenta um discurso voltado para permitir a comparabilidade em relação aos anos anteriores em todo o período de análise.
		Clareza	<b>CLASSE 5 - Divulgação de Informações Financeiras e Orçamentárias</b> As informações divulgadas pelo MMA conduzem a um discurso que objetiva clareza ao tornar a informação compreensível utilizando recursos visuais para descrever e apresentar seus resultados.
Integração e Transparência	Evitar o reducionismo monetário	Conectividade da Informação	<b>CLASSE 4 – Divulgação de Informações Estratégicas</b> O discurso evidenciado pelo MMA na classe 4 volta-se para a preocupação em conectar a informação. Há evidências de que o MMA realiza sua divulgação de modo a integrar os resultados com suas estratégias e objetivos vinculados e seu planejamento.
	Reconhecer o potencial transformador da contabilidade dialógica	Transparência	<b>CLASSE 3 - Agenda Nacional, Gestão e Qualidade.</b> O discurso do MMA em relação à transparência é enfatizado pela divulgação de aspectos positivos que se relacionam a Agenda Nacional, Gestão de Resíduos e Qualidade Ambiental, bem como nas ações realizadas pela entidade para maximizar seus serviços.
	Resistir a novas formas de monologismo		

Fonte: Dados da pesquisa (2024).

O quadro 21 permite observar os discursos construídos considerando a essência das informações contidas em cada uma das classes. A classe 1 apresenta um discurso que enfatiza os resultados dos projetos coordenados pelo MMA, especialmente os projetos realizados em cooperação com outras entidades e parcerias. Por esse motivo, o discurso atende ao princípio do RI “Relações com as Partes Interessadas”, o qual estabelece que as informações contidas no relato devem demonstrar as relações mantidas pela entidade com suas partes interessadas (TCU, 2020b). Logo, percebe-se que o Relatório de Gestão do MMA volta-se para a divulgação de informações que esclarecem a existência de cooperação entre as esferas municipais e estaduais, bem como com suas entidades vinculadas.

A partir da análise do quadro 21, percebe-se que a classe 2 apresenta um discurso subdividido em três momentos. O primeiro está alinhado ao discurso da classe 1 demonstrando o relacionamento com as entidades vinculadas e a busca pelo atendimento dos objetivos estratégicos voltados ao cidadão. Dessa forma, o discurso alinha-se com o princípio do RI “Foco Estratégico e no Cidadão”, cujo objetivo é apresentar a direção estratégica da organização na busca de resultados para a sociedade, além dos fatos já ocorrido (TCU, 2020b).

Sob a perspectiva da contabilidade dialógica, infere-se que ao enfatizar o relacionamento com as partes interessadas e o foco estratégico no cidadão, o MMA reconhece múltiplas orientações ideológicas, princípio da contabilidade dialógica. Conforme Brown (2009) a contabilidade dialógica visa facilitar a expressão de diferentes perspectivas e encorajar o engajamento e interação democrática.

Nesse sentido, a **lógica política do Envolvimento versus Exclusão de stakeholders** espera que o relacionamento da organização com seus *stakeholders* seja evidenciado no relatório integrado. Tal fato pode ser vislumbrado a partir dos resultados da pesquisa, por exemplo, com a preocupação da entidade em direcionar suas informações para a sociedade e com o discurso do MMA destacando a existência do engajamento da entidade com outras partes para a realização de suas atividades. Portanto, o Relatório de Gestão do MMA tem a tendência de voltar-se para o envolvimento com os *stakeholders*.

O segundo momento do discurso do MMA obtido na classe 2 volta-se para a priorização de temáticas como integridade e riscos, informações de aspectos materiais, atendendo assim o princípio do RI da “Materialidade”. Destaca-se que na elaboração dos Relatórios de Gestão, o MMA não evidencia como realizou o mapeamento de sua materialidade e não apresenta seus temas materiais, entretanto, o princípio da materialidade é responsável por divulgar informações sobre assuntos que afetam o alcance dos objetivos e que são relevantes para a

sociedade (TCU, 2020b). Frente a isso, foram considerados como aspectos materiais a divulgação de avaliação de riscos, sobre a Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana, a agenda A3P e os resultados dos fundos nacionais.

O terceiro momento do discurso do MMA estabelecido na classe 2 atende o princípio do RI “Confiabilidade e Completude” e envolve a divulgação de informações de temas materiais positivos e negativos isentos de erros. Destaca-se que para a análise do princípio, considerou-se somente os aspectos negativos evidenciados pela entidade em seus Relatórios de Gestão, uma vez que os aspectos positivos foram analisados sob a perspectiva do princípio da materialidade.

De acordo com Brown e Dillard (2015) ao demonstrar pontos de vistas divergentes, é possível auxiliar as partes interessadas na compressão de más práticas que foram rejeitadas ou minimizadas pela organização no passado, conduzindo a um cenário de transparência e *accountability* das organizações. Entretanto, como resultado, observou-se que os dados são superficiais em demonstrar questões negativas relacionadas às atividades do MMA.

O modelo da pesquisa (Quadro 7), considera o princípio da materialidade e o princípio da confiabilidade e completude como forma de atendimento à três princípios da contabilidade dialógica: estar atento às relações de poder; garantir processos participativos eficazes; e estar aberto para a natureza subjetiva e contestável dos cálculos. A abrangência esperada com a adoção do RI é que para estar atento às relações de poder é necessário que ocorra o envolvimento dos *stakeholders* no início do processo para o desenvolvimento de regras uniformes.

Isto ocorre pois para estar atento às relações de poder é necessário que os grupos marginalizados sejam identificados e incluídos (Dillard & Yuthas, 2013; Brown & Dillard, 2014). A abertura para a natureza subjetiva dos cálculos demanda que as informações sejam baseadas nas discussões abertas e transparentes sobre os valores e pressupostos utilizados para basear as contas (Brown, 2009). Além disso, garantir processos participativos e eficazes demanda uma participação efetiva que envolva os *stakeholders* no início do processo e desenvolvimento de regras de atuação da entidade (Brown, 2009).

Conforme constatado no Relatório de Gestão do MMA, não foram evidenciados os aspectos relacionados ao envolvimento com outras partes interessadas no processo de definição das informações materiais, nem há informações sobre consultas públicas que visem garantir processos democráticos na escolha das informações que serão divulgadas. Portanto, ainda que seja possível inferir que existe uma **lógica política do Envolvimento de Stakeholders** na

comunicação da entidade, é limitado argumentar semelhantemente que os dados auxiliam no atendimento da contabilidade dialógica no que se refere ao envolvimento e participação nas práticas da entidade.

Nesse sentido, observa-se a existência da **lógica política do processo versus comunicação**. A partir dos resultados obtidos pelo discurso do MMA, o Relatório de Gestão não menciona a existência do pensamento integrado conduzindo a compreensão de que não o utiliza na evidenciação de suas informações e no dia a dia de suas atividades. Desse modo, infere-se que o discurso gerado pelo ministério busca evidenciar a comunicação de seus resultados, corroborando com o identificado na seção 4.2 em que a baixa ênfase do TCU para a condução do pensamento integrado, consolida a ideia do RI como ferramenta de comunicação.

Destaca-se que o discurso identificado na classe 3 (Quadro 21) demonstra os resultados obtidos pela entidade em suas atividades, logo direciona o atendimento do princípio do RI da “Transparência”. A transparência foi incluída como princípio em 2020 pelo TCU e diz respeito à comunicação aberta, voluntária e transparente das atividades e dos resultados da organização (TCU, 2020b).

Sob a perspectiva da contabilidade dialógica a transparência está relacionada com os princípios reconhecer o potencial transformador da contabilidade dialógica e resistir a novas formas de monologismo. A abrangência esperada é que o RI abra espaços para discussões democráticas e desenvolvimento de discursos que levem à aprendizagem organizacional (Dillard & Yuthas, 2013; Dillard & Roslender, 2011). Conseqüentemente, ao se consolidar no setor o RI deve facilitar o debate, discussão e reflexão constante para evitar o retorno das formas antigas (Dillard & Yuthas, 2013).

Entretanto, infere-se que a o desenvolvimento do RI no setor público brasileiro como modelo para elaboração dos Relatórios de Gestão ocorreu de forma normativa, promulgado pelo TCU. Nesse sentido, ainda que o debate democrático em relação a sua disseminação no setor público não tenha ocorrido, a forma de sua adoção permite inferir que o RI se tornou uma norma de relatórios corporativos alinhado a **lógica fantasmática padrão de relatórios corporativos**.

Ademais, as adequações realizadas pelo TCU para enquadrar o RI no setor público conforme disposto na subseção 4.2.1 e busca pela *accountability* discutida na subseção 4.2.2 abrem espaço para que o modelo do RI se torne um instrumento de contabilidade dialógica. Diante disso, é possível argumentar que o RI atende a transparência nas informações divulgadas.

A classe 4 apresenta um discurso direcionado ao princípio do RI da “Conectividade da Informação” e busca integrar os resultados obtidos pela entidade com suas estratégias e objetivos elencados no planejamento estratégico, além de fornecer informações de cunho qualitativo e quantitativo. Conforme o TCU, para que obtenha conectividade da informação o RI deve apresentar uma visão integrada, da inter-relação entre os resultados alcançados, a estratégia de alocação dos recursos e os objetivos estratégicos definidos para o exercício (TCU, 2020b).

Os dados obtidos na análise do Relatório de Gestão do MMA permitem observar que existe conectividade da informação uma vez que a entidade integra os resultados com a sua estratégia, atendendo aos pressupostos do TCU. Porém, ao retomar o princípio da contabilidade dialógica “evitar o reducionismo monetário” percebe-se que o foco deve ser ampliado e considerar sistemas que conectem aspectos não monetários e não financeiros (Dillard & Yuthas, 2013; Dillard & Roslender, 2011).

No contexto do RI, a adoção dos seis capitais e do pensamento integrado contribuem com a redução do “reducionismo monetário” ampliando o foco em informações não financeiras e qualitativas. Entretanto, não foram identificadas menções diretas sobre os capitais e o pensamento integrado no Relatório de Gestão do MMA, logo a conectividade da informação não é suficiente para atender aos requisitos da contabilidade dialógica.

O discurso identificado na classe 5 evidencia informações de natureza estritamente financeira e orçamentária, portanto, observa-se que a classe se distancia das demais formando um ramo específico na análise da CHD (Figura 5). Conforme análise realizada, os dados são agrupados em torno dos princípios do RI “Coerência e Comparabilidade” e “Clareza”, os quais possuem abrangência esperada de acompanhar séries históricas da entidade ao longo dos anos e permitir uma linguagem clara, acessível e simples na elaboração do relatório.

Sob a perspectiva da contabilidade dialógica, ambos os princípios são elencados como uma forma de atender ao princípio “permitir acesso para não especialistas” da contabilidade dialógica. A classificação foi proposta, visto que de acordo com Brown (2009) permitir acesso a não especialistas é o princípio que demanda que os *stakeholders* confiem nas informações fornecidas em linguagem clara, sem incertezas e acessíveis para todos. No entanto, os resultados da análise dos dados do MMA demonstram um cenário preocupante.

Por um lado, quando se analisa os dados obtidos com profundidade, a natureza financeira e orçamentária representa um viés informacional. Considerando que o público-alvo do RI identificado no contexto internacional é o fornecedor de capital financeiro, a divulgação

de informações de natureza financeira e orçamentária pode atender as suas necessidades informacionais. No entanto, quando a discussão se volta para o setor público, a mudança do principal interessado caracterizado como a sociedade pode demandar informações diferenciadas.

Por outro lado, pode-se inferir que a forma que a informação é apresentada a partir da utilização de recursos visuais e gráficos e com um discurso voltado para a comparabilidade das informações entre os anos. Isto busca torná-la clara, coerente e compreensível ao leitor, independente de suas formações anteriores que o tornam especialista no assunto. Dessa forma, pode-se afirmar que atende ao princípio da contabilidade dialógica.

Portanto, conclui-se que o modelo do RI para elaboração do Relatório de Gestão das entidades que prestam contas ao TCU, especialmente do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima possui indícios de contabilidade dialógica. Por exemplo, existe o potencial em reconhecer a existência de múltiplas orientações ideológicas na divulgação das informações no relatório, conseqüentemente, o conteúdo e forma de divulgação permite acesso aos não especialistas.

Entretanto, é limitado inferir que o relatório é dialógico pois apresenta aspectos que demandam melhoria. Apesar de contemplar a existência de um público abrangente na sua comunicação, não há indícios que remetem ao envolvimento e participação desses *stakeholders* nas práticas e processos da entidade, de modo a compreender o desenvolvimento das relações de poder e a garantia de processos participativos e eficazes. Tal fato, vai ao encontro do que foi concluído ao analisar as informações contidas em relatórios de agentes vinculados ao Ministério do Meio Ambiente e identificar assimetrias informacionais e foco nos *stakeholders* dominantes (Freire, Silva, Lugon e Carvalho (2019).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, especificamente no âmbito do setor público, o Relato Integrado foi proposto pelo Tribunal de Contas da União (TCU) como modelo para elaboração do Relatório de Gestão das Unidades Prestadoras de Contas, tornando-se obrigatório em 2020 a partir da IN-TCU nº 84. Frente a isso, o objetivo geral da tese consistiu em analisar como a Contabilidade Dialógica atua na análise da construção discursiva sobre a adoção do Relato Integrado no contexto internacional e como ferramenta de Prestação de Contas e *Accountability* no Setor Público Brasileiro.

Nesse sentido, a tese teve como primeiro objetivo específico (a) identificar o discurso disposto nas discussões acerca do Relato Integrado, desde a criação do *International Integrated Reporting Council* (IIRC) até sua coalisão com o *International Financial Reporting Standards (IFRS) Foundation*. A Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe atuou como plano de fundo para o desenvolvimento da tese, pois considera o discurso como uma construção social.

A identificação do discurso ocorreu a partir da aplicação da Lógica de Explicação Crítica (LCE) criada por Glynos e Howarth (2007, 2008), a qual é dividida em 5 passos: **(1) problematização; (2) explicação retrodutiva; (3) lógicas (sociais, políticas e fantasmáticas); (4) articulação; (5) julgamento e crítica**. A problematização é a transformação do objeto de estudo em uma situação problema, e a partir dos argumentos dispostos pelo IIRC nos documentos analisados, foi possível descrever o processo de desenvolvimento do RI no contexto internacional.

As discussões acerca do RI foram subdivididas em três etapas: Etapa de Criação do *Framework* do RI; Etapa de Adoção Global; Etapa de Convergência. Os principais aspectos que permeiam as três etapas permitem inferir que o IIRC solicitou contribuições aos interessados em reportes corporativos, especificamente com a publicação dos documentos: *Discussions Papers* (IIRC, 2011a – ID 1) e (IIRC, 2011b - ID 2), *Consultation Draft* (IIRC, 2013b – ID 6), *Invitation to Comment* (IIRC, 2017a – ID 9) e *Consultation Draft* (IIRC, 2020a – ID 13).

Do ponto de vista da contabilidade dialógica, é a partir da participação democrática que ocorre um processo participativo que concilia posições opostas, reduz assimetria e promove mudanças (Cabral, Siqueira & Ferreira, 2024). Desse modo, argumenta-se que o IIRC proporcionou um contexto para o desenvolvimento do debate democrático e possibilitou que múltiplos indivíduos realizassem sugestões de melhorias para a elaboração do *Framework* do RI.



Dentre as principais contribuições da comunidade de respondentes destacam-se aquelas que propõe mudanças em relação ao uso do termo “investidores” para direcionar o público-alvo do RI. O IIRC realizou a alteração para “provedores de capital financeiro”, no entanto, quando o tema voltou em destaque na Etapa de Convergência com a proposta de mudança para “provedores de outras formas de capital” o IIRC não foi favorável a alteração da estrutura.

Percebe-se que as discussões propostas pelos respondentes das chamadas públicas do IIRC constroem um discurso antagônico que propõe mudanças em relação ao público-alvo do RI. Retomando a perspectiva da contabilidade dialógica, argumenta-se que o discurso antagônico é alinhado ao princípio “Reconhecer Múltiplas Orientações Ideológicas” e estabelece a argumentação de que não existe uma representação única capaz de satisfazer todos os interessados.

Entretanto, o discurso disposto nos documentos do IIRC remete a ideia de que todos os *stakeholders* poderiam ter seus objetivos finais atendidos com a divulgação do relato, ainda que considere os “provedores de capital financeiro” o seu público-alvo. Desse modo, percebe-se que o discurso do IIRC é hegemônico por repelir o discurso antagônico e fixar o sentido que desejava desde o início de suas discussões. Além disso, pode-se concluir que o discurso do IIRC disposto nas discussões acerca do RI tem caráter capitalista e volta-se para o *business case*, sendo responsável por formar uma linguagem de gestão financeira com utilização de termos da área financeira.

Adicionalmente, têm-se as críticas de que o RI não seria um modelo útil para as pequenas e médias empresas (PMEs), órgãos do setor público e organizações sem fins lucrativos. No entanto, mesmo com as críticas evidenciadas, no contexto do Brasil, o TCU adota o modelo do RI para elaboração das prestações de contas das UPCs. Esse fato alinha-se à adoção de práticas de mercado na contabilidade pública especialmente após o NPM.

Isto posto, esses argumentos reforçam a continuidade da presente tese com a elaboração das seguintes reflexões na problematização: **Q1** – como o modelo do RI pode ser adotado no setor público brasileiro? **Q2** – Qual o significado atribuído aos significantes “Prestação de Contas” e “*Accountability*” pelo setor público brasileiro? **Q3** – Qual o discurso que emerge nas discussões sobre a adoção do modelo do RI pelo Tribunal de Contas da União?

A **explicação retrodutiva** permitiu o uso do raciocínio retrodutivo como um modo de pensar a condução das análises dos fenômenos sociais, por intermédio da explicação de como as lógicas sociais, políticas e fantasmáticas constroem a realidade. Portanto, as discussões e

problematizações auxiliaram na identificação de sete lógicas, sendo (2) Sociais, (3) Políticas e (2) Fantasmáticas.

As lógicas sociais funcionam como forma de caracterizar a prática e dizem respeito ao entendimento do que são as práticas e fenômenos em análise. O discurso identificado a partir da lógica do “Foco financeiro (*business case*)” fixa o direcionamento das informações aos provedores de capital financeiro, cuja tendência da informação é voltar-se para a linguagem financeira e para um público específico. A lógica da “Integração” descreve a prática do RI a partir da necessidade de integrar múltiplos aspectos na condução do RI, sendo essa uma preocupação evidenciada pelo IIRC.

As lógicas políticas auxiliam no entendimento de como as práticas surgiram, foram operacionalizadas, questionadas e transformadas. A lógica política “Processo *versus* Comunicação” compreende o RI como um processo baseado no pensamento integrado que resulta em um reporte periódico ou como uma forma de comunicação final da organização. A lógica política “Envolvimento *versus* Exclusão de *stakeholders*”, permite discutir e compreender como o discurso do IIRC se consolidou e tornou hegemônico em relação ao público do RI. A lógica política “Pensamento Integrado” é fundamental para compreender como ocorre a adoção do RI a partir da noção de integração proporcionada pela lógica social.

As lógicas fantasmáticas conduzem a compreensão do porquê, ou seja, as motivações que mantêm as práticas. A lógica fantasmática “Padrão de Relatórios Corporativos” corrobora a proposta do IIRC em tornar o RI como um padrão de relatório corporativo. A lógica “*Accountability* e Prestação de Contas” explica a adoção do RI como uma ferramenta que garanta transparência e responsabilização.

Nesse sentido, é atendido o segundo objetivo da pesquisa que consiste em identificar o discurso do Tribunal de Contas da União relacionado à adoção do Relato Integrado como modelo para Prestação de Contas e *Accountability*. Para isso, surge a necessidade de compreender a “*accountability*” e a “prestação de contas” como significantes que emergem ao fixar o sentido do discurso, na aplicação das etapas de articulação, julgamento e crítica da LEC e a partir da aplicação das lógicas na análise dos documentos do TCU.

Pode-se argumentar que a aplicabilidade do RI no setor público é oriunda da necessidade de integração, por isso, a **lógica social da integração** permite a compreensão de integrar múltiplos aspectos na condução do RI. Nesse sentido, o pensamento integrado precisa estar enraizado na organização, ocasionando na **lógica política do pensamento integrado** como explicação. No entanto, percebe-se que o TCU não enfatiza a adoção do pensamento integrado

e não realiza a explicação do seu conceito e como deveria ser incorporação pelas entidades do setor público.

Em linha com tal afirmação, constatou-se que o RI no setor público tem a tendência de ser um resultado da comunicação empresarial. A **lógica política do processo versus comunicação**, corrobora na explicação desse fato, visto que o TCU nomeou o RI como “Relatório Integrado”. Somado a isso, a quase inexistência do pensamento integrado consolida a ideia do relato como peça de comunicação.

Ao discutir o usuário principal do RI no setor público, a **lógica política do envolvimento versus exclusão de stakeholders** explica como a mudança do público-alvo delimitado pelo TCU permite manter a sociedade como foco. Diferentemente do IIRC cujo público-alvo é o “provedor de capital financeiro”, o TCU possui a “sociedade” como usuário principal. Nesse sentido, espera-se que o RI no setor público seja capaz de alinhar com o princípio das relações com as partes interessadas e conduzir ao envolvimento dos *stakeholders* na divulgação de informações.

A partir da análise dos dados a **lógica fantasmática padrão de relatórios corporativos**, permite entender que o RI se tornou o padrão de relatórios a ser divulgado pelas entidades do setor público que prestam contas ao TCU. Adicionalmente, a adoção do RI no setor público tem como motivação a melhoria da transparência da prestação de contas da entidade, fato que remete para a **lógica fantasmática accountability e prestação de contas**.

Diante disso, dois significantes emergem na análise dos documentos do IIRC e do TCU e são articulados para a compreensão da hegemonia e construção de discursos: i) *accountability*; ii) prestação de contas. Ambos estão alinhados à **lógica fantasmática Accountability e Prestação de Contas** e, portanto, auxiliam na explicação dos “porquês” da adoção do RI como modelo para elaboração do Relatório de Gestão.

A análise dos significados delimitados para os significantes permitiu concluir que a proposta do TCU em adotar o RI como modelo para os Relatórios de Gestão das UPCs pode ser compreendida como um instrumento na busca de *accountability* e prestação de contas. Entretanto, conforme identificado na subseção 4.1 o discurso disposto nas discussões do IIRC remete a noção capitalista com ênfase financeira.

A partir disso, pode-se argumentar que a busca pela *accountability* e prestação de contas a partir da adoção do modelo RI pelo TCU alinha-se com as premissas do NPM, com vistas a demonstrar a eficiência e os resultados da entidade. Portanto, a prestação de contas das UPCs

pode ser compreendida como uma forma de *accountability* em que a entidade se responsabiliza com o TCU com finalidade de obter um controle externo.

Assim, conclui-se que o discurso do TCU é um discurso antagônico que torna possível vislumbrar a abrangência de múltiplos *stakeholders* que demandam informações holísticas. Tal discurso, torna-se hegemônico a partir do momento que a proposta do TCU passa a ser aplicado e predomina no setor público brasileiro.

Diante disso, conduz-se o terceiro objetivo da tese que consiste em analisar o discurso evidenciado no Relatório de Gestão elaborado nos moldes do Relato Integrado e divulgado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima sob a perspectiva da Contabilidade Dialógica. Para isso, considerou o Modelo de Avaliação do Relato Integrado para a Prestação de Contas elaborado com base nos princípios da contabilidade dialógica e do relato integrado. O modelo contempla três categorias delimitadas *a priori* “Reconhece e Integra os *Stakeholders*”, “Integração e Transparência” e “Linguagem Clara e Acessível”.

A partir da análise do Método de Classificação Hierárquica Descendente (CHD) realizada no *software* IRaMuTeQ, observou-se a delimitação de 5 classes a partir dos segmentos de textos. A categoria mais mencionada nos dados da pesquisa é a “Integração e Transparência” (agrupadas nas classes 3 e 4), seguida da “Reconhece e Integra os *Stakeholders*” (agrupadas nas classes 1 e 2), e posteriormente da “Linguagem Clara e Acessível” (agrupadas na classe 5).

A classe 1 foi intitulada como “Resultados de Projetos Técnicos relacionados ao Meio Ambiente”, por englobar informações relacionadas aos projetos técnicos realizados pelo ministério. O discurso identificado na classe 1 atende ao princípio do RI “Relações com as Partes Interessadas”, o qual estabelece que as informações contidas no relato devem demonstrar as relações mantidas pela entidade com suas partes interessadas.

A classe 2 foi denominada como “Gestão, Governança e Desenvolvimento” e apresenta um discurso subdividido em três momentos. O primeiro está alinhado ao princípio do RI “Foco Estratégico e no Cidadão”, cujo objetivo é apresentar a direção estratégica da organização na busca de resultados para a sociedade. Diante disso, argumenta-se que o MMA “Reconhece Múltiplas Orientações Ideológicas” princípio da contabilidade dialógica.

O segundo momento atende ao princípio do RI da “Materialidade” e o terceiro momento ao princípio do RI “Confiabilidade e Completude”. A partir do modelo proposto, ambos os princípios mencionados estão alinhados à três princípios da contabilidade dialógica: “Estar Atento às Relações de Poder”; “Garantir Processos Participativos Eficazes”; e “Estar Aberto para a Natureza Subjetiva e Contestável dos Cálculos”.

A partir dos resultados observa-se que o Relatório de Gestão do MMA tem a tendência de voltar-se para o envolvimento com os *stakeholders*, a partir da preocupação da entidade em direcionar suas informações para a sociedade e com o seu discurso destacando a existência do engajamento da entidade com outras partes para a realização de suas atividades. Isso corrobora com a **lógica política do Envolvimento versus Exclusão de stakeholders**, alinhando o discurso do MMA com o engajamento das partes interessadas na comunicação da entidade.

No entanto, é limitado argumentar que os dados auxiliam no atendimento da contabilidade dialógica no que se refere ao envolvimento e participação nas práticas da entidade. Adicionalmente, os dados obtidos remetem à **lógica política do processo versus comunicação**, em que o discurso do MMA evidenciado no Relatório de Gestão não menciona a existência do pensamento integrado corroborando com a postura adotada pelo TCU em que o RI atua como ferramenta de comunicação.

A classe 3 foi nomeada como “Agenda Nacional, Gestão e Qualidade” remetendo ao princípio do RI da “Transparência”. Sob a perspectiva da contabilidade dialógica o princípio da transparência se relaciona com o princípio “Reconhecer o Potencial Transformador da Contabilidade Dialógica” e “Resistir a Novas Formas de Monologismo”. A partir da análise pode-se concluir que o RI atende a transparência nas informações divulgadas, ainda que não exista indícios que garantam que sua adoção não se tornará uma nova forma de monologismo.

As informações evidenciadas na classe 4 geraram a nomenclatura “Divulgação de Informações Estratégicas” e apresenta um discurso direcionado ao princípio do RI da “Conectividade da Informação”. Ao retomar a contabilidade dialógica, a conectividade da informação relaciona-se com o princípio: evitar o reducionismo monetário. Apesar do MMA realizar a conexão entre os resultados e a sua estratégica, é limitado concluir que se volta para o reducionismo monetário e amplia o foco em informações não financeiras e qualitativas.

Por sua vez, a classe 5 foi nomeada como “Divulgação de Informações Financeiras e Orçamentárias” devido ao seu conteúdo e está alinhada aos princípios do RI “Coerência e Comparabilidade” e “Clareza”. Sob a perspectiva da contabilidade dialógica, ambos os princípios são elencados como uma forma de atender ao princípio “permitir acesso para não especialistas” da contabilidade dialógica.

A partir dos resultados da análise, pode-se inferir que a forma que a informação é apresentada busca torná-la clara, coerente e compreensível ao leitor podendo afirmar que atende ao princípio da contabilidade dialógica. No entanto, a ênfase nas informações financeiras e

orçamentárias representa uma limitação, visto que para compreender essas informações o usuário pode demandar de conhecimentos técnicos e especializados.

Portanto, conclui-se que o discurso evidenciado nas discussões do IIRC é hegemônico e volta-se para uma linguagem capitalista e financeira. No entanto, isso não é um fator que inibe a adoção do RI em outros setores como é o caso do setor público brasileiro. O discurso evidenciado pelo TCU é antagônico em relação ao IIRC e abre espaço para inclusão de outros *stakeholders* além dos provedores de capital financeiro.

Desse modo, a aplicação das lógicas sociais, políticas e fantasmáticas permitiu identificar que o discurso do TCU em relação a adoção do RI como modelo para os relatórios entregues pelas UPCs é motivado pelo desejo da integração, resultando em uma peça de comunicação e envolvimento dos *stakeholders*. A busca pela *accountability* e prestação de contas é atendida e o discurso do TCU torna-se hegemônico com sua aplicação normativa e sem abertura para diálogos na sua promulgação.

Com a aplicação empírica, conclui-se que o Relatório de Gestão elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima possui indícios de contabilidade dialógica ao reconhecer a existência de múltiplas orientações ideológicas na divulgação das informações no relatório. Conseqüentemente, o conteúdo e forma de divulgação permite acesso aos não especialistas.

Entretanto, é limitado inferir que o relatório é dialógico pois apresenta aspectos que demandam melhoria. Por exemplo, apesar de contemplar a existência de um público abrangente na sua comunicação, não há indícios que remetem ao envolvimento e participação desses *stakeholders* nas práticas e processos da entidade, de modo a compreender o desenvolvimento das relações de poder e a garantia de processos participativos e eficazes.

Sendo assim, a tese apresenta contribuições na análise da adoção do RI como modelo para elaboração do Relatório de Gestão no setor público brasileiro baseado em resultados obtidos predominantemente por intermédio de documentos oficiais do IIRC e do TCU, e que de acordo com a abordagem teórica utilizada, estão aptos para capturar o discurso dos órgãos. No entanto, os discursos não estão isentos de vieses e percepções dos *stakeholders* envolvidos no processo de elaboração dos documentos.

Além disso, a aplicação dos princípios da contabilidade dialógica e das lógicas de Glynn e Howarth (2007, 2008) está sujeita a interpretações subjetivas, o que pode influenciar os resultados e conclusões. Outra limitação é a aplicação empírica restrita ao Relatório de Gestão do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, cuja análise não permite a

generalização dos dados e a aplicação em outras entidades públicas, podendo gerar resultados diferenciados.

Por fim, destaca-se que o propósito da tese residiu em analisar o conteúdo do relatório divulgado e não a participação dos *stakeholders*. Pesquisas futuras podem buscar evidências concretas de participação efetiva dos *stakeholders* nas práticas. Para isso, sugere-se investigar o envolvimento dos diversos *stakeholders*, internos (como gestores e funcionários) ou externos (como cidadãos, organizações da sociedade civil e mídia) no processo de elaboração e utilização do RI no setor público. Ademais, a aplicação de estudos de casos múltiplos permitiria envolver diferentes unidades prestadoras de contas e captar práticas diversificadas em relação à aplicabilidade do RI.

## REFERÊNCIAS

- Adams, C. (2002). Internal organisational factors influencing corporate social and ethical reporting: beyond current theorizing. *Accounting, Auditing & Accountability Journal* 15 (7), 223–251.
- Adhariani, D., & Villiers, C. (2018). Integrated reporting: perspectives of corporate report preparers and other stakeholders. *Sustainability Accounting, Management and Policy Journal*. <https://doi.org/10.1108/SAMPJ-02-2018-0043>
- Aleksandrov, E., Bourmistrov, A., & Grossi, G. (2018). Participatory budgeting as a form of dialogic accounting in Russia: Actors' institutional work and reflexivity trap. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 31(4), 1098-1123. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-02-2016-2435>
- Angotti, M., Ferreira, A. C. S., Eugénio, T. C. P (2018). Full Cost Accounting e Contabilidade Dialógica Aplicados para avaliação da (in) sustentabilidade da mineração. (Working Paper). Recuperado de <https://www.researchgate.net/profile/Marcello-Angotti> doi:10.13140/RG.2.2.29117.10726
- Bairral, M. A. D. C., Silva, A. H. C. E., & Alves, F. J. D. S. (2015). Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. *Revista de Administração Pública*, 49(3), 643-675. <https://doi.org/10.1590/0034-7612125158>
- Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. Edições 70: São Paulo
- Bebbington, J., & Gray, R. (2001). An Account of Sustainability: Failure, Success and a Reconceptualization. *Critical Perspectives on Accounting*, 12(5), 557-587. doi:10.1006/cpac.2000.0450
- Bebbington, J. & Larrinaga, C. (2014). Accounting and sustainable development: an exploration. *Accounting Organizations and Society*. 39 (6), 395–413. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2014.01.003>
- Bevilaqua, I. C. & Freire, F. de. S. (2023). Oportunidades e Desafios do Relato Integrado a partir dos princípios do Dialogic Accounting e do Engajamento dos Stakeholders. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*. 21, 1-15. <https://doi.org/10.19094/contextus.2023.81294>
- Bevilaqua, I. C., Neumann, M. & Faia, V. da S. (2021). Fatores que Favorecem e/ou Limitam o Pensamento Integrado na Prática: Uma análise do Conceito, Incorporação e Benefícios apresentados pela Literatura do Relato Integrado. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 16(3), 148-171. [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v0i0.40777](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v0i0.40777)
- Biondi, L., & Bracci, E. (2018). Sustainability, popular and integrated reporting in the public sector: A fad and fashion perspective. *Sustainability*, 10(9), 3112. <http://dx.doi.org/10.3390/su10093112>
- Brasil. (2016). Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/113303.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113303.htm)
- Brasil. (2023). Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2023-2026/2023/Lei/L14600.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2023-2026/2023/Lei/L14600.htm)
- BM&FBovespa. (2014). “Relate ou Explique para Relatório de Sustentabilidade ou Integrado: um case brasileiro de sucesso”. Recuperado de:



<https://www.b3.com.br/data/files/63/97/51/48/565765103CC08565790D8AA8/Case-Relate-ou-Explique-por-Sonia-Favaretto.pdf>. Acesso em: Janeiro de 2024.

- Brito, M. A. S. de., Freire, F. de S. & Silva, N. O. da (2022). Contabilidade Dialógica e Relatórios de Sustentabilidade: o caso do Grupo Empresarial Monsanto. *REUNIR: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade*, 12 (2), 78-92. <https://doi.org/10.18696/reunir.v12i2.1172>
- Brown, J. (2009). Democracy, sustainability and dialogic accounting technologies: Taking pluralism seriously. *Critical Perspectives on Accounting*, n. 20. p. 313–342. doi:10.1016/j.cpa.2008.08.002
- Brown, J. & Dillard J. (2014). Integrated reporting: On the need for broadening out and opening up. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 27 Iss 7 pp. 1120 – 1156. <http://dx.doi.org/10.1108/AAAJ-04-2013-1313>
- Brown, J., George, S. & Dillard, J. (2020). Integrated Reporting: Reflections from a critical dialogic perspective. In *The Routledge Handbook of Integrated Reporting* (pp. 140-153). Routledge.
- Brusca, I., Labrador, M. & Larran, M. (2018). The challenge of sustainability and integrated reporting at universities: A case study. *Journal of Cleaner Production*. 188. P. 347-354. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2018.03.292>
- Campos, A. M. (1990). Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? *Revista de administração pública*, 24(2), 30-50.
- Cabral, I., de Siqueira, J. R. M., & de Sousa Ferreira, A. C. (2024). Informações ambientais complementares para a comunidade do entorno da usina siderúrgica, localizada na cidade de Volta Redonda, estado do Rio de Janeiro. *Revista de Gestão e Secretariado*, 15(1), 52-72. <https://doi.org/10.7769/gesec.v15i1.3315>
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2016). Tutorial para uso do software IRAMUTEQ. 2016.
- Castanha, E. T., Rengel, R., Koch, A. M., & Gasparetto, V. (2021). Relato integrado: evidencição de riscos relacionais pelas empresas participantes do projeto piloto no Brasil. *REAd. Revista Eletrônica de Administração*, 27, 806-834. <https://doi.org/10.1590/1413-2311.334.107769>
- Castro, C. J. & Silva, G. V. (2017). Good governance practices applied to the public sector: Analysis of five federal public universities accountability. *Revista Espacios*, 38(17). p. 26-49.
- Cavicchi, C., Oppi, C., & Vagnoni, E. (2019). On the feasibility of integrated reporting in healthcare: a context analysis starting from a management commentary. *Journal of Management and Governance*, 23(2), 345–371. <https://doi.org/10.1007/s10997-019-09456-2>
- Caruana, J., & Grech, I. (2019). Tweaking public sector reporting with integrated reporting (IR) concepts. *Public Money & Management*, 39(6), 409–417. <https://doi.org/10.1080/09540962.2019.1583911>
- Ceneviva, R., & Farah, M. F. S. (2012). Avaliação, informação e responsabilização no setor público. *Revista de Administração Pública*, 46, 993-1016. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000400005>
- CGMA. (2014). Integrated thinking: The next step in integrated reporting. London: CIMA: And New York: American Institute of CPAs, 1–12.

- Cheng, M., Green, W., Conradie, P., Konishi, N., & Romi, A. (2014). The International Integrated Reporting Framework: Key Issues and Future Research Opportunities. *Journal of International Financial Management and Accounting*, 25(1), 90–119. <https://doi.org/10.1111/jifm.12015>
- Del Baldo, M. (2017). The implementation of integrating reporting <IR> in SMEs: Insights from a pioneering experience in Italy. *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 505–532. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-11-2016-0094>
- Dillard, J.; Brown, J. (2012). Agonistic Pluralism and Imagining CSEAR into the Future. *Social and Environmental Accountability Journal*, 32:1, 3-16. <http://dx.doi.org/10.1080/0969160X.2012.656403>
- Dillard, J. & Roslender, R. (2011). Taking pluralism seriously: Embedded moralities in management accounting and control systems. *Critical Perspectives on Accounting*. 22. 135-147. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2010.06.014>.
- Dillard, J., Yuthas, K. (2013). Critical dialogics, agonistic pluralism, and accounting information systems. *International Journal of Accounting Information Systems*. 14: 113-119. <http://dx.doi.org/10.1016/j.accinf.2011.07.002>
- Dillard, J., & Vinnari, E. (2019). Critical dialogical accountability: From accounting-based accountability to accountability-based accounting. *Critical Perspectives on Accounting*, 62, 16-38. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2018.10.003>
- Dumay, J., Bernardi, C., Guthrie, J., & Demartini, P. (2016). Integrated reporting: A structured literature review. *Accounting Forum*, 40(3), 166–185. <https://doi.org/10.1016/j.accfor.2016.06.001>
- Dumay, J., Zambon, S., & Magnaghi, E. (2023). Guest editorial: Integrated reporting and change: what are the impacts after more than a decade of integrated reporting? *Journal of Accounting & Organizational Change*, 19(2), 185-190. <https://doi.org/10.1108/JAOC-05-2023-213>
- Farneti, F., Casonato, F., Montecalvo, M., & De Villiers, C. J. (2019). The influence of integrated reporting and stakeholder information needs on the disclosure of social information in a state-owned enterprise. *Meditari Accountancy Research*, 27, 556-579. <http://doi.org/10.1108/MEDAR-01-2019-0436>
- Flower, J. (2015). The International Integrated Reporting Council: A story of failure. *Critical Perspectives on Accounting*, 47, 1–17. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.002>.
- Freire, F. de S., Silva, N. O., Lugon, A. G. & Carvalho E. R. P. de. (2019). Dialogic Accounting para Sistema Democrático de Informação: Analisando o caso do Programa Bolsa Verde. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 14(4), 56-79. [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v14i4.27071](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v14i4.27071)
- Frías-Aceituno, J. V., Rodríguez-Ariza, L., & García-Sánchez, I. M. (2013). Is integrated reporting determined by a country's legal system? An exploratory study. *Journal of Cleaner Production*, 44, 45–55. <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2012.12.006>
- García-Sánchez, I. M., Rodríguez-Ariza, L., & Frías-Aceituno, J. V. (2013). The cultural system and integrated reporting. *International Business Review*, 22(5), 828–838. <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2013.01.007>
- Glynos, J. & Howarth, D. (2007). *Logics of Critical Explanation in Social and Political Theory*. Abingdon: Routledge.

- Glynos, J. Howarth, D. Norval, A. & Speed, E. (2009). Discourse Analysis: Varieties and Methods. ESRC National Centre for Research Methods Review paper. *National Centre for Research Methods*.
- Godowski, C.; Nègre, E.; Verdier, M-A. (2020) Toward dialogic accounting? Public accountants' assistance to works councils – A tool between hope and illusion. *Critical Perspectives on Accounting*. n 69. 102095. doi: 10.1016/j.cpa.2019.102095
- Gray, R. Dey, C. Owen, D. Evans, R. & Zadek, S. (1997), "Struggling with the praxis of social accounting". *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 10(3) pp. 325 – 364. <http://dx.doi.org/10.1108/09513579710178106>
- Gunaratne, N., & Senaratne, S. (2017). Diffusion of integrated reporting in an emerging South Asian (SAARC) nation. *Managerial Auditing Journal*, 32(4–5), 524–548. <https://doi.org/10.1108/MAJ-01-2016-1309>
- Guthrie, J.; Manes-Rossi, F.; Orelli, R. L. (2017) Integrated reporting and integrated thinking in Italian public sector organisations. *Meditari Accountancy Research*. v. 25. n. 4. p. 553-573. doi: 10.1108/MEDAR-06-2017-0155
- Higgins, C., Stubbs, W., & Love, T. (2014). Walking the talk(s): Organisational narratives of integrated reporting. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 27(7), 1090 - 1119. <http://dx.doi.org/10.1108/AAAJ-04-2013-1303>
- Howarth, D. (2000). *Discourse*. McGraw-Hill Education (UK).
- Homero Junior, P. F. (2017). A Constituição do Campo Científico e a Baixa Diversidade da Pesquisa Contábil Brasileira. *Revista De Educação E Pesquisa Em Contabilidade (REPeC)*, 11(3). <https://doi.org/10.17524/repec.v11i3.1565>
- Hood, C. (1995). The “new public management” in the 1980s: Variations on a theme. *Accounting, Organizations and Society*, 20(2-3), 93-109.
- International Financial Reporting Standards Foundation. (2022a). *ISSB delivers proposals that create comprehensive global baseline of sustainability disclosures*. Recuperado de: <https://www.ifrs.org/news-and-events/news/2022/03/issb-delivers-proposals-that-create-comprehensive-global-baseline-of-sustainability-disclosures/>
- International Federation of Accountants. IFAC. (2001). *Governance in the Public Sector: A Governing Body Perspective: International Public Sector Study*. Recuperado de: <https://www.ipsasb.org/publications/study-13-governance-public-sector-0>
- International Financial Reporting Standards Foundation. (2022b). Consolidated organisations (CDSB & VRF). Recuperado de: <https://www.ifrs.org/about-us/consolidated-organisations/>
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2011a). Discussion Paper: Towards Integrated Reporting Communicating Value in the 21st Century. Acesso em: maio de 2023. Disponível em: [https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2011/09/IR-Discussion-Paper-2011\\_single.pdf](https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2011/09/IR-Discussion-Paper-2011_single.pdf)
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2011b). Discussion Paper and Next Steps: Summary of Responses - Towards Integrated Reporting Communicating Value in the 21st Century. Acesso em: maio de 2023. Disponível em: <https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2012/06/Discussion-Paper-Summary-p12.pdf>

- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2012a). Draft Framework Outline. Acesso em: maio de 2023. Disponível em: <https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2012/07/Draft-Framework-Outline.pdf>
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2012b). Prototype Framework. Acesso em: maio de 2023. Disponível em: <https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2012/11/23.11.12-Prototype-Final.pdf>
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2013a). Consultation Draft: Framework Development. Acesso em: maio de 2023. Disponível em: <https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2013/03/Consultation-Draft-of-the-InternationalIRFramework.pdf>
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2012b). Consultation Draft: Basis for conclusions. Acesso em: maio de 2023. Disponível em: [https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2020/05/CONSULTATION-DRAFT\\_May-21\\_IIRC.pdf](https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2020/05/CONSULTATION-DRAFT_May-21_IIRC.pdf)
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2012c). Consultation Draft: Summary of Significant Issues. Acesso em: maio de 2023. Disponível em: <https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2013/12/13-12-08-Summary-of-significant-issues-IR.pdf>
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2013d). The International Framework. Acesso em janeiro de 2019. <https://doi.org/10.1254/fpj.71.757>
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2017a). International Framework Implementation Feedback: Invitation to comment . Acesso em: maio de 2023. Disponível em: [https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2017/02/Invitation-to-Comment\\_27-Feb-2017.pdf](https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2017/02/Invitation-to-Comment_27-Feb-2017.pdf)
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2017b). International Framework Implementation Feedback: Summary report. Acesso em: maio de 2023. Disponível em: [https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2017/10/Framework\\_feedback\\_Sum2017.pdf](https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2017/10/Framework_feedback_Sum2017.pdf)
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2018). Progress Report: 2018 Technical Programme. Acesso em: maio de 2023. Disponível em: [https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2018/10/Final\\_Online-Progress-Report.pdf](https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2018/10/Final_Online-Progress-Report.pdf)
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2019). Progress Report: 2018–2019 Technical Programme. Acesso em: maio de 2023. Disponível em: [https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2020/01/2018-2019-Technical-Programme\\_Progress-Report\\_Jan.pdf](https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2020/01/2018-2019-Technical-Programme_Progress-Report_Jan.pdf)
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2020a). Consultation Draft: International Framework. Acesso em: maio de 2023. Disponível em: [https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2020/05/CONSULTATION-DRAFT\\_May-21\\_IIRC.pdf](https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2020/05/CONSULTATION-DRAFT_May-21_IIRC.pdf)
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2020b). Consultation Draft: International Framework - Companion Document. Acesso em: maio de 2023. Disponível em: [https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2020/05/COMPANION-DOCUMENT\\_\\_May-21\\_IIRC.pdf](https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2020/05/COMPANION-DOCUMENT__May-21_IIRC.pdf)

- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2021a). Consultation Draft: 2020 revision of the International Framework – Responses to the 2020 Questions 11 – 15. Acesso em: maio de 2023. Disponível em: <https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2021/04/Responses-to-2020-consultation-draft-Qs-11-15.pdf>
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2021b). Consultation Draft: 2020 revision of the International Framework – Analysis of Consultation Draft feedback. Acesso em: maio de 2023. Disponível em: <https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2021/04/Analysis-of-Consultation-Draft-Feedback-Qns-11-15.pdf>
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2021c). International Framework January 2021. Acesso em: maio de 2023. Disponível em: [https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2017/02/Invitation-to-Comment\\_27-Feb-2017.pdf](https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2017/02/Invitation-to-Comment_27-Feb-2017.pdf)
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2021d). Transition to integrated reporting: A Guide to getting started. Acesso em: maio de 2023. Disponível em: <https://integratedreporting.ifrs.org/wp-content/uploads/2024/05/IFRS-IR-GettingStarted-051524.pdf>
- International Integrated Reporting Council (IIRC). (2021.) The International Framework. Acesso em setembro de 2021.
- Jørgensen, M. & Phillips, L. J. (2002). *Discourse Analysis as Theory and Method*. p. 1-240. SAGE.
- Kingston, K. L.; Furneaux, C.; Zwaan, L. de.; Alderman, L. (2020) From monologic to dialogic: Accountability of nonprofit organisations on beneficiaries’ terms. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*. 33(2). p. 447-471 doi:0.1108/AAAJ-01-2019-3847
- Kissler, L.; Heidemann, F. G. (2006). Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? *Revista de Administração Pública*, 40(3), p. 479-499. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000300008>
- Kılıç, M., & Kuzey, C. (2018). Assessing current company reports according to the IIRC integrated reporting framework. *Meditari Accountancy Research*, 26(2), 305–333. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-04-2017-0138>
- Knauer, A., & Serafeim, G. (2014). Attracting Long-Term Investors Through Integrated Thinking and Reporting: A Clinical Study of a Biopharmaceutical Company. *Journal of Applied Corporate Finance*, 26(2), 57–64. <https://doi.org/10.1111/jacf.12067>
- Laclau, E. (1996). The death and resurrection of the theory of ideology. *Journal of Political Ideologies*, 1, 201-220.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (1985). Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics (W. Moore & P. Cammack, Trans.). London, England: Verso.
- Lai, A., Melloni, G., & Stacchezzini, R. (2018). Integrated reporting and narrative accountability: the role of preparers. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 31(5), 1381–1405. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-08-2016-2674>
- Manetti, G., Bellucci, M., & Oliva, S. (2021). Unpacking dialogic accounting: A systematic literature review and research agenda. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 34(9), 250–283. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-08-2020-4736>

- Martins, Eric Aversari (2012). Pesquisa Contábil Brasileira: uma Análise Filosófica. Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo.
- Matias-pereira, J. (2010). a Governança Corporativa Aplicada No Setor Público Brasileiro. *Administração Pública e Gestão Social*, 2(1), 109–134. <https://doi.org/10.21118/apgs.v2i1.21>
- Matos, E. B. S. de. (2020). (In)Completo e (In)Consistências na Aplicação dos Princípios do Due Process do IASB: Análise com Base no Processo Normativo da IFRS 16 – Leases. Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo: São Paulo.
- Mauro, S. G.; Cinquini, L.; Simonini, E.; Tenucci, A. Moving from social and sustainability reporting to integrated reporting: exploring the potential of Italian public-funded universities' reports. *Sustainability*. N. 12. 3172. Doi: 10.3390/su12083172
- Mendonça, D. de (2009). Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. *Revista Brasileira de Ciência Política*. 1, 153-159.
- McNally, M. A., Cerbone, D., & Maroun, W. (2017). Exploring the challenges of preparing an integrated report. *Meditari Accountancy Research*, 25(4), 481–504. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-10-2016-0085>
- Ministério do Meio Ambiente. (MMA). (2020). Relatório de Gestão do Ministério do Meio Ambiente- 2020. Acesso em: janeiro de 2024.
- Ministério do Meio Ambiente. (MMA). (2021). Relatório de Gestão do Ministério do Meio Ambiente- 2021. Acesso em: janeiro de 2024.
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. (MMA). (2022). Relatório de Gestão do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Acesso em: janeiro de 2024.
- Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. (MMA). (2023). Relatório de Gestão do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Acesso em: janeiro de 2024.
- Montesinos, V., & Brusca, I. (2019). Non-financial reporting in the public sector: alternatives, trends and opportunities. *Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review*, 22(2), 122-128. <http://doi.org/10.6018/rcsar.383071>
- Montecalvo, M., Farneti, F., & De Villiers, C. (2018). The potential of integrated reporting to enhance sustainability reporting in the public sector. *Public Money & Management*, 38(5), 365-374. <http://doi.org/10.1080/09540962.2018.1477675>
- Mouffe C. (1993). *The return of the political*. London: Verso Books.
- Mouffe, C. (2000). *The Democratic Paradox*, London/New York: Verso Books.
- Naynar, N. R., Ram, A. J., & Maroun, W. (2018). Expectation gap between preparers and stakeholders in integrated reporting. *Meditari Accountancy Research*, 26(2), 241–262. <https://doi.org/10.1108/MEDAR-12-2017-0249>
- Nicolò, G.; Zanellato, G.; Tiron-Tudor, A. (2020) Integrated reporting and european state-owned enterprises: a disclosure analysis pre and post 2014/95/EU. *Sustainability*. n. 12. 1908. doi:10.3390/su12051908



- Nunes, A., Miranda, P. C., & Araújo, J. M. (2017). Accountability e Política Pública: uma análise do programa de segurança Viva Brasília-Nosso Pacto pela Vida. *Revista Espacios*, 38(22), 4.
- Paternostro, S. (2020). Integrated reporting and social disclosure: True love or forced marriage? A multidimensional analysis of a contested concept. *In Non-Financial Disclosure and Integrated Reporting: Practices and Critical Issues*, 34, 107-146. <https://doi.org/10.1108/S1479-351220200000034008>
- Pinho, J. A. G. D., & Sacramento, A. R. S. (2009). Accountability: já podemos traduzi-la para o português?. *Revista de Administração Pública*, 43, 1343-1368.
- Phillips, N. & Hardy, C. (2002). *Discourse analysis: investigating processes of social construction*. Thousand Oaks, CA: SAG Publications.
- Reuter, M., & Messner, M. (2015). Lobbying on the integrated reporting framework: An analysis of comment letters to the 2011 discussion paper of the IIRC. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, 28(3), 365-402. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-03-2013-1289>
- Rosa, D. C. (2019). O Relatório Integrado como novo paradigma da prestação de contas governamental: análise dos elementos e conteúdo do Relatório de Gestão do Ministério da Fazenda à luz da estrutura conceitual. *Coletânea de Pós-Graduação*, v.2 n.5 Auditoria do Setor Público. Tribunal de Contas da União
- Roslender, R. & Nielsen, C. (2021). Accounting for the value expectations of customers: Re-imagining the Integrated Reporting initiative. *Critical Perspectives on Accounting*. 81. P. 1-14. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2020.102244>.
- Rupley, K. H., Brown, D. & Marshall, S. (2017). Evolution of corporate reporting: From stand-alone corporate social responsibility reporting to integrated Reporting. *Research in Accounting Regulation*. 29: 172-176. <https://doi.org/10.1016/j.racreg.2017.09.010>
- Silva, L., do Nascimento, R. S., da Silva França, E., & Viotto, R. (2023). A difícil construção da *accountability* pública perante os tribunais de contas brasileiros. *Revista Ambiente Contábil*, 15(1), 198-220. DOI: 10.21680/2176-9036.2023v15n1ID28486.
- Slomski, V., Camargo, G. B. D., Amaral Filho, A. C. C. D., & Slomski, V. G. (2010). A demonstração do resultado econômico e sistemas de custeamento como instrumentos de evidenciação do cumprimento do princípio constitucional da eficiência, produção de governança e accountability no setor público: uma aplicação na Procuradoria-Geral do Município de São Paulo. *Revista de Administração Pública*, 44, 933-937.
- Stubbs, W., & Higgins, C. (2014). Integrated Reporting and internal mechanisms of change. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 27(7), 1068–1089. <https://doi.org/10.1108/AAAJ-03-2013-1279>
- Stubbs, W., Higgins, C., & Milne, M. (2013). Why do companies not produce sustainability reports? *Business Strategy and the Environment*, 22(7), 456–470. <https://doi.org/10.1002/bse.1756>
- Tanima, F. A., Brown, J., & Dillard, J. (2020). Surfacing the political: Women’s empowerment, microfinance, critical dialogic accounting and accountability. *Accounting, Organizations and Society*, 85, 101141. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2020.101141>

- Teixeira, A. F.; Gomes, R. C. (2019). Governança pública: uma revisão conceitual. *Rev. Serv. Público*, 70(4), 519-550. <https://doi.org/10.21874/rsp.v70i4.3089>
- Telleria, J., & Garcia-Arias, J. (2022). The fantasmatic narrative of ‘sustainable development’. A political analysis of the 2030 Global Development Agenda. *Environment and Planning C: Politics and Space*, 40(1), 241-259. <https://doi.org/10.1177/23996544211018214>
- Thomson, I. (2015). “But does sustainability need capitalism or an integrated report” a commentary on “The International Integrated Reporting Council: A story of failure” by Flower, J. *Critical Perspectives on Accounting*, 27, 18–22. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2014.07.003>
- Torfin, J. (2005). Discourse Theory: Achievements, Arguments, and Challenges. In: Discourse Theory in European Politics - Identity, Policy and Governance. Edited by Howarth, D. & Torfin J. Palgrave Macmillan.
- Torfin, J. (1999). New Theories of Discourse: Laclau, Mouffe and Zizek. G&G Editorial, Brighton.
- Torre, M. L., Dumay, J., Rea, M. A. & Abhayawansa. (2020). A journey towards a safe harbour: The rhetorical process of the International Integrated Reporting Council. *The British Accounting Review*. P. 1- 22. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2019.100836>
- Tregidga, H., Milne, M., & Kearins, K. (2014). (Re) presenting ‘sustainable organizations’. *Accounting, Organizations and Society*, 39(6), 477-494. DOI: 10.1016/j.aos.2013.10.006
- Tregidga, H., Milne, M. J. & Kearins, K. (2015). Ramping Up Resistance: Corporate Sustainable Development and Academic Research. *Business & Society* 1–43. DOI: 10.1177/0007650315611459
- Tribunal de Contas da União. (2018). Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado. Acesso em: outubro de 2023. Disponível em: [https://portal.tcu.gov.br/data/files/69/57/F0/99/94F2071076A7C107E18818A8/Relatorio\\_gestao\\_forma\\_relato\\_integrado\\_1\\_edicao.pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/69/57/F0/99/94F2071076A7C107E18818A8/Relatorio_gestao_forma_relato_integrado_1_edicao.pdf)
- Tribunal de Contas da União. (2019). Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado – 2º Edição 2019. Acesso em: outubro de 2023. Disponível em: [https://repositorio.cgu.gov.br/xmlui/bitstream/handle/1/42769/1\\_Guia\\_para\\_elaboracao\\_na%20forma\\_de\\_RI\\_2019\\_TCU.pdf?sequence=8&isAllowed=y](https://repositorio.cgu.gov.br/xmlui/bitstream/handle/1/42769/1_Guia_para_elaboracao_na%20forma_de_RI_2019_TCU.pdf?sequence=8&isAllowed=y)
- Tribunal de Contas da União. (2020a). Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado – 3º Edição 2020. Acesso em: outubro de 2023. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/guia-de-elaboracao-do-relatorio-de-gestao-2020.htm>
- Tribunal de Contas da União. (2020b). IN-TCU nº 84/2020. Acesso em: outubro de 2023. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/norma/NORMA-21437>
- Tribunal de Contas da União. (2022). Relatório de Gestão na Forma de Relato Integrado – 3º Edição 2022 (atualizado). Acesso em: outubro de 2023. Disponível em: [portal.tcu.gov.br/data/files/A6/54/DC/CC/F621C8103F6EEFB8E18818A8/Relatorio\\_de\\_Gestao\\_-\\_Guia\\_para\\_elaboracao\\_na\\_forma\\_de\\_Relato\\_Integrado\\_-\\_edicao\\_revisada\\_2022.pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/A6/54/DC/CC/F621C8103F6EEFB8E18818A8/Relatorio_de_Gestao_-_Guia_para_elaboracao_na_forma_de_Relato_Integrado_-_edicao_revisada_2022.pdf)



- Tribunal de Contas da União. (2020). Referencial básico de governança organizacional para organizações públicas e outros entes jurisdicionados ao TCU. 3 ed. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).
- Tribunal de Contas da União. (2022). Relato Integrado. Recuperado de: <https://portal.tcu.gov.br/contas/contas-e-relatorios-de-gestao/prestacao-de-contas/relato-integrado.htm>
- Veltri, S., & Silvestri, A. (2015). The Free State University integrated reporting: a critical consideration. *Journal of Intellectual Capital*, 16(2), 443-462. <http://doi.org/10.1108/JIC-06-2014-0077>
- Vieira, A. P. da S., Mendonça, A. dos S., Cavalheiro, R. T., & Kremer, A. M. (2018). Accountability no Mato Grosso do Sul: um retrato a partir dos portais eletrônicos municipais. *Journal Public Administration & Social Management*, 10(4). <http://dx.doi.org/10.21118/apgs.v10i4.1794>
- Villiers, C., & Sharma, U. (2018). A critical reflection on the future of financial, intellectual capital, sustainability and integrated reporting. *Critical Perspectives on Accounting*. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2017.05.003>
- Villiers, C., Rinaldi, L., & Unerman, J. (2014). Integrated reporting: Insights, gaps and an agenda for future research. *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, 27(7), 1042– 1067. DOI: 10.1108/AAAJ-06-2014-1736
- Voss, B. de L., Carter, D. B. & Salotti, B. M. (2017). Hegemonies, Politics, and the Brazilian Academy in Social and Environmental Accounting: A Post-Structural Note. *Advances in Environmental Accounting & Management: Social and Environmental Accounting in Brazil*. P. 13-68. <http://dx.doi.org/10.1108/S1479-359820160000006001>
- Voss, B. de L. (2016). Discursive Constructions of Social and Environmental Accounting in Brazil: The case of Petrobras. Tese apresentada ao Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Williams, B. & Lodhia, S. (2021). Integrated reporting in public sector organisations: A study of Australian local councils. *Journal of Environmental Management*. 280. p. 1-8. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2020.111833>
- Zaro, E. S. (2021). Relato Integrado e a Divulgação Corporativa Para a Sustentabilidade. *Revista Mineira de Contabilidade*. v. 22, n. 1. <https://doi.org/10.51320/rmc.v22i1.1329>



## APÊNDICE A – CATEGORIZAÇÃO DOS DADOS

ANO	PRINCÍPIO_RI	ENUNCIADO
2020	Foco_estratégico_e_no_cidadão	O Governo Federal instituiu a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil, 2020_2031, com o objetivo de definir a visão de longo prazo para a atuação estável e coerente dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A Estratégia Federal está organizada em cinco eixos, Econômico, Institucional, Infraestrutura, Ambiental e Social. Para cada um desses eixos, declaram diretrizes, desafios e orientações, índices_chave e metas_alvo. (p. 10)
2020	Foco_estratégico_e_no_cidadão	O Plano Plurianual, 2020_2023, se constitui em peça_chave para o planejamento governamental, expressando as diretrizes, objetivos e metas do governo para período de quatro anos, de forma regionalizada. O atual modelo apresenta como premissa básica a valorização do planejamento governamental estratégico pautado em prioridades e realismo fiscal. A principal inovação para o monitoramento do Plano Plurianual, 2020_2023, reside no seu caráter seletivo, de forma que são objeto de monitoramento intensivo apenas as metas dos Programas Finalísticos e os resultados intermediários que contribuam para o alcance da meta do respectivo programa. Assim, para cada Programa fixou uma meta, sendo necessário estabelecer um indicador capaz de evidenciar seu desempenho anual e ao final do período de quatro anos. Já os Resultados Intermediários são os produtos (bens ou serviços) ou resultados da ação governamental, que contribuem de forma relevante para o alcance do objetivo e meta do Programa. Representam as escolhas prioritárias do órgão para o período e devem estar compatíveis com a capacidade operacional e a disponibilidades orçamentária e financeira do órgão. Portanto, o alinhamento do Plano Plurianual aos planos estratégicos institucionais é fundamental para garantir a coerência das ações governamentais e alcançar os resultados para a sociedade. (p. 11)
2020	Foco_estratégico_e_no_cidadão	Segundo o normativo vigente, o planejamento estratégico deve conter, no mínimo, os atributos como cadeia de valor, mapa estratégico, missão, visão de futuro, valores organizacionais, perspectiva estratégicas, objetivos estratégicos, metas, indicadores, iniciativas estratégicas ou projetos (p.15)
2020	Relações_com_as_Partес_Interestadas	Com a publicação da Portaria Conjunta nº 266, de 17 de junho de 2020, o MMA e suas entidades vinculadas (Ibama, ICMBio e IBRJ), passaram a possuir um planejamento estratégico integrado como ferramenta de gestão que orienta os agentes responsáveis pela tomada de decisão e estabelece prioridades a serem seguidas pelas instituições federais responsáveis pela formulação e implementação da política ambiental. (p. 15)
2020	Foco_estratégico_e_no_cidadão	Os objetivos estratégicos da perspectiva de resultados do Mapa Estratégico refletem de forma integral os quatro Programas finalísticos do Plano Plurianual que estão sob coordenação deste ministério, a saber, Qualidade Ambiental Urbana, Conservação da Biodiversidade, Combate ao Desmatamento e Queimadas e Mudança do Clima. (p. 16)
2020	Relações_com_as_Partес_Interestadas	O MMA e suas entidades vinculadas (Ibama, ICMBio e IBRJ) estruturaram seu modelo de gestão de forma que a análise e avaliação integrada da estratégia seja realizada pelo Conselho de Governança, com periodicidade mínima semestral, de forma a propor soluções conjuntas para melhoria do desempenho institucional. (p. 16)
2020	Coerência_e_Coimparabilidade	Desde 2019, o MMA implementa e monitora o Plano de Resposta aos Riscos (p. 20)
2020	Materialidade	Com a publicação do decreto que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas da administração pública federal, as unidades de gestão de pessoas responsáveis pela elaboração, implementação e monitoramento da política devem realizar a gestão de riscos das ações de desenvolvimento previstas. (p. 20)
2020	Foco_estratégico_e_no_cidadão	Aumentar a disseminação de dados garante que as informações divulgadas sejam apropriadas para uso da sociedade em maior quantidade e qualidade e sejam úteis para a tomada de decisão dos dirigentes e gestores públicos. (p. 25)
2020	Foco_estratégico_e_no_cidadão	O cidadão poderá usar os canais de comunicação do MMA para relatar problemas técnicos ou inconsistências dos dados disponibilizados, que serão encaminhados às áreas responsáveis para respostas e soluções, conforme o caso. Os usuários também poderão fazer sugestões que servirão como referência para o aperfeiçoamento e as revisões do plano. (p. 25)

2020	Materialidade	Conforme previsto na Política de Gestão de Riscos, o processo de gestão consiste em atividades para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar potenciais eventos ou situações que possam afetar o alcance dos objetivos do MMA. Dar respostas aos riscos mais críticos significa implementar ações concretas de tratamento para reduzir a probabilidade de acontecimento dos riscos ou para reduzir as suas consequências. As respostas aos riscos avaliados devem ser estruturadas por meio da elaboração e implementação de um Plano de Resposta ao Risco, constituído de ações de tratamento, responsáveis e prazos de conclusão. (p. 19)
2020	Confiabilidade_e_Completude	Conforme previsto na Política de Gestão de Riscos, o processo de gestão consiste em atividades para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar potenciais eventos ou situações que possam afetar o alcance dos objetivos do MMA. Dar respostas aos riscos mais críticos significa implementar ações concretas de tratamento para reduzir a probabilidade de acontecimento dos riscos ou para reduzir as suas consequências. As respostas aos riscos avaliados devem ser estruturadas por meio da elaboração e implementação de um Plano de Resposta ao Risco, constituído de ações de tratamento, responsáveis e prazos de conclusão. Em 2020, três processos tiveram seus riscos identificados, analisados, avaliados e priorizados, o que resultou na consolidação e elaboração de seus respectivos Planos de Resposta aos Riscos. (p. 19)
2020	Coerência_e_Co-Comparabilidade	Para os anos de 2019 e 2020 a instituição definiu suas ações, responsáveis e prazos para avançar no seu Programa de Integridade. (p. 22)
2020	Materialidade	Com objetivo de atender ao que consta no Plano de Integridade do MMA, foram avaliados os riscos de integridade associados ao processo de planejamento anual das contratações, que engloba as etapas de estudos preliminares, elaboração do orçamento estimado, e elaboração do projeto básico ou termo de referência. (p. 22)
2020	Confiabilidade_e_Completude	Apesar dos avanços, o MMA enfrentou dificuldade para implementar ações relativas as campanhas educacionais e de capacitação. Devido ao contexto de enfrentamento ao coronavírus, as medidas previstas não puderam ser atendidas nos prazos estabelecidos. Entretanto, a Controladoria Geral da União disponibilizou para acesso público, em seu sítio eletrônico, peças informativas e educacionais sobre o tema integridade. (p. 22)
2020	Transparência	A abertura de dados do MMA busca atender aos mecanismos de publicidade, transparência e eficiência exigidos pela sociedade, assim como garantir que as informações divulgadas sejam apropriadas para uso em maior quantidade e qualidade. Por meio da publicação da Portaria nº 349, de 05 de agosto de 2020, foi aprovado o 2º Plano de Dados Abertos do MMA. O Plano possui periodicidade bianual 2021/2022, tendo vigência de agosto de 2020 a agosto de 2022, com revisões periódicas. Será divulgado à sociedade no Portal Brasileiro de Dados Abertos e no sítio eletrônico da instituição. (p. 25)
2020	Materialidade	A Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana compreende seis eixos estratégicos, contendo ações concretas com vistas à obtenção de resultados tangíveis e efetivos: Combate ao Lixo no Mar (Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar), Resíduos Sólidos (Programa Lixão Zero), Áreas Verdes Urbanas (Programa Cidades+Verdes), Qualidade do Ar, Saneamento e Qualidade das Águas, e Áreas Contaminadas (Programa Nacional de Recuperação de Áreas Contaminadas. (p. 27)
2020	Transparência	Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos, está inserido no âmbito da Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana e em 2020 apresentou os seguintes avanços estratégicos, compra de 35 milhões em equipamentos para municípios e consórcios, implantação de dois importantes sistemas de logística reversa, aguardados desde 2010. Eletroeletrônicos e medicamentos, modernização do licenciamento para aplicação de biossólidos e do coprocessamento de resíduos, digitalização de serviços, como o manifesto de transporte de resíduos e inventário nacional de resíduos sólidos online, aperfeiçoamento da reciclagem das latas de alumínio, que emprega 800.000 pessoas, inauguração de centros de coleta e reciclagem, aprovação de projetos para encerramento de lixões, disponibilização de recursos reembolsáveis para projetos, incluindo resíduos sólidos e saneamento, elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, aguardado desde 2010. Inclusão da recuperação energética de resíduos sólidos urbanos nos leilões de energia e apoio a dezenas de consórcios públicos para melhoria da gestão de resíduos e concessão dos serviços. (p. 27)
2020	Foco_estratégico_e_no_cidadão	O cidadão, por sua vez, pode acessar essas informações pelo aplicativo, avaliando aspectos que vão da segurança, lazer, condição ambiental e infraestrutura de cada área verde, além de poder emitir alertas sobre melhorias e ações nas áreas visitadas, contribuindo para a gestão. (p. 28)

2020	Relações_com_a s_Partes_Interess adas	Foi criado o Cadastro Ambiental Urbano, para mapeamento e divulgação de informações sobre essas áreas. Com esse aplicativo, todos os municípios do Brasil podem cadastrar em detalhe suas áreas verdes urbanas, indicando o tipo de área verde (parque, praça, jardim botânico, por exemplo) e sua estrutura (banheiros, ciclovias, e estacionamento, por exemplo). (p. 28)
2020	Relações_com_a s_Partes_Interess adas	Um dos principais ganhos para o meio ambiente e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, e que contou com participação ativa do ministério, foi a aprovação do novo marco legal do saneamento, que permitirá mais segurança jurídica e previsibilidade para atrair investimentos (700 bilhões) e gerar empregos (700.000). (p. 28)
2020	Transparência	Em 2020, foram realizadas ações de combate ao lixo nos rios (Rio Negro/Manaus/AM) e no mar (Baía de Guanabara/Rio de Janeiro/RJ). (P. 28)
2020	Relações_com_a s_Partes_Interess adas	Foi realizada licitação para compra de estações para implementação da Rede Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar, prevista em 1989 e que começa a sair do papel efetivamente. Além disso, foi desenvolvido sistema informatizado (MonitorAr) que permitirá a integração das unidades federativas com informação em tempo real para o cidadão por meio de aplicativo. (p. 29)
2020	Relações_com_a s_Partes_Interess adas	Com o objetivo de melhorar a gestão de áreas contaminadas o MMA lançou o Programa Nacional de Recuperação de Áreas Contaminadas e assinou Acordo de Cooperação para desenvolvimento do Sistema Nacional de Gestão de Áreas Contaminadas e capacitação de órgãos ambientais estaduais e municipais. O Sistema Nacional de Gestão de Áreas Contaminadas, que está em desenvolvimento, é uma plataforma digital integrada ao Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, que permitirá o mapeamento e a gestão dessas áreas por todo o país, reunindo informações sobre suas principais características e possibilitando aos estados e municípios mais uma ferramenta para a melhoria da qualidade ambiental e da saúde dos brasileiros. (p. 28)
2020	Relações_com_a s_Partes_Interess adas	Com o apoio de Projetos de Cooperação Técnica Internacional, seis Planos de Ação Territorial foram elaborados, três foram publicados e dois tiveram sua implementação iniciada. Ao todo, abrangeram quarenta e duas espécies criticamente ameaçadas que não estavam contempladas em nenhum instrumento de conservação. Por meio de Projetos de Cooperação Técnica Internacional, foi apoiado o processo de (re)avaliação nacional de cerca de oito mil espécies nativas da fauna e flora realizada pelo ICMBIO e JBRJ, havendo outras 2,5 mil espécies parcialmente avaliadas, faltando apenas a etapa de validação destas avaliações que decorrem de oficinas presenciais. Houve discussões com entidades do setor público, privado e da sociedade civil para elaboração e consolidação de lista de espécies da fauna silvestre que poderão ser criadas com finalidade comercial no Brasil (Lista Pet). (p. 29)
2020	Relações_com_a s_Partes_Interess adas	Apoio ao IBAMA no zoneamento geoespacial para a prevenção e controle do javali e manual de boas práticas para o controle do javali, participação em monitorias dos Planos Nacionais de Controle e Monitoramento do Mexilhão_dourado, do Javali e do Coral_sol. Coordenação e orientação de consultoria para elaboração de protocolos de detecção precoce e resposta rápida em estrutura de rede sobre Espécies Exóticas Invasoras e realização de curso de treinamento sobre análise de risco e classificação das espécies exóticas invasoras de acordo com o risco ambiental oferecido. (p. 30)
2020	Transparência	Além disso, foi entregue o Selo de Monitoramento para trinta e uma instituições Públicas que preencheram por completo o sistema de monitoramento (Ressoa). Em dezembro de 2020, foi realizado em modalidade virtual o 11º Fórum e 8º Prêmio, contando com transmissão ao vivo no canal do youtube do ministério. Por fim, durante o ano de 2020 foram realizadas sete palestras virtuais junto à parceiros estratégicos para divulgação do programa, alcançando um total de cerca de 700 acessos e visualizações. (p. 31)
2020	Materialidade	Em 24 de julho de 2020, foi publicada a Portaria nº326, que instituiu o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública bem como estabeleceu suas diretrizes. Durante todo o ano de 2020, trinta e três novos Termos de Adesão foram firmados com instituições públicas de diferentes esferas de governo e diferentes poderes da república. (p. 31)
2020	Relações_com_a s_Partes_Interess adas	Em 24 de julho de 2020, foi publicada a Portaria nº326, que instituiu o Programa Agenda Ambiental na Administração Pública bem como estabeleceu suas diretrizes. Durante todo o ano de 2020, trinta e três novos Termos de Adesão foram firmados com instituições públicas de diferentes esferas de governo e diferentes poderes da república. Além disso, foi entregue o Selo de Monitoramento para trinta e uma instituições Públicas que preencheram por completo o sistema de monitoramento (Ressoa). Em dezembro de 2020, foi realizado em modalidade virtual o 11º Fórum e 8º

		Prêmio, contando com transmissão ao vivo no canal do youtube do ministério. Por fim, durante o ano de 2020 foram realizadas sete palestras virtuais junto à parceiros estratégicos para divulgação do programa, alcançando um total de cerca de 700 acessos e visualizações. (p. 31)
2020	Transparência	Um marco importante para as concessões no Brasil foi a realização do leilão dos parques nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral (RS/SC). Em uma demonstração clara de confiança no novo modelo, foram 4 vezes mais interessados que as concessões anteriores, com proposta vencedora de 20 milhões, apresentando ágio de 2.700 por cento em relação ao lance mínimo, garantindo investimentos estimados de 260 milhões para os parques. (p. 32)
2020	Materialidade	A agenda de Concessão dos Parques e Florestas Nacionais é uma das prioridades do MMA. O Governo Federal desenvolveu um novo modelo de concessão que prioriza a proteção das unidades de conservação, o aumento sustentável do turismo e o desenvolvimento econômico do entorno. O contrato é firmado entre o Estado e a concessionária vencedora da licitação, mas a propriedade continua sendo da União. (p. 32)
2020	Relações_com_a s_Part es_Interest adas	A agenda de Concessão dos Parques e Florestas Nacionais é uma das prioridades do MMA. O Governo Federal desenvolveu um novo modelo de concessão que prioriza a proteção das unidades de conservação, o aumento sustentável do turismo e o desenvolvimento econômico do entorno. O contrato é firmado entre o Estado e a concessionária vencedora da licitação, mas a propriedade continua sendo da União. Um marco importante para as concessões no Brasil foi a realização do leilão dos parques nacionais de Aparados da Serra e Serra Geral (RS/SC). Em uma demonstração clara de confiança no novo modelo, foram 4 vezes mais interessados que as concessões anteriores, com proposta vencedora de 20 milhões, apresentando ágio de 2.700 por cento em relação ao lance mínimo, garantindo investimentos estimados de 260 milhões para os parques. (p. 32)
2020	Materialidade	A RedeTrilha foi instituída conjuntamente pelo MMA, ICMBio e Ministério do Turismo com a finalidade de criar um sistema ou rede interconectada de trilhas e caminhos de longo curso, devidamente sinalizados, reconhecidos e geridos por suas respectivas instâncias locais de gestão, que se articulam para promover a atividade ecoturística e favorecer o papel deste tipo de atração no desenvolvimento nacional. (p. 33)
2020	Relações_com_a s_Part es_Interest adas	A RedeTrilha foi instituída conjuntamente pelo MMA, ICMBio e Ministério do Turismo com a finalidade de criar um sistema ou rede interconectada de trilhas e caminhos de longo curso, devidamente sinalizados, reconhecidos e geridos por suas respectivas instâncias locais de gestão, que se articulam para promover a atividade ecoturística e favorecer o papel deste tipo de atração no desenvolvimento nacional. (p. 33)
2020	Materialidade	O MMA, por meio da resolução nº 04, de 23 de junho de 2020, da Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal, aprovou o Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020_2023, que fornece as diretrizes para combater o desmatamento com base em três temas transversais, ambiente de negócios, inovação e soluções tecnológicas, e financiamento para práticas sustentáveis. (p. 36)
2020	Conectividade_d a_Informação	O MMA, por meio da resolução nº 04, de 23 de junho de 2020, da Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal, aprovou o Plano Nacional para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa 2020_2023, que fornece as diretrizes para combater o desmatamento com base em três temas transversais, ambiente de negócios, inovação e soluções tecnológicas, e financiamento para práticas sustentáveis. (p. 36)
2020	Foco_estratégico e_no_cidadã	A atuação do Ministério na agenda de florestas inclui a formulação e coordenação de estratégias e políticas públicas para prevenção e controle do desmatamento ilegal, dos incêndios florestais e das queimadas, a recuperação, a conservação, o uso sustentável e a redução da degradação da vegetação nativa, a redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes do desmatamento e da degradação florestal, a conservação dos estoques de carbono florestal, o manejo sustentável de florestas e o aumento de estoques de carbono florestal no bioma Amazônia e desenvolvimento de ferramentas e instrumentos de gestão para conservação, monitoramento, recuperação, uso sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade. (p. 36)
2020	Materialidade	O Programa Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais_Floresta+, instituído pela Portaria nº 288, de 2 de julho de 2020 tem foco exclusivo em área de vegetação nativa e engloba todas as categorias fundiárias: unidades de conservação, terras indígenas, assentamentos e propriedades privadas (áreas de preservação permanente, reserva legal ou seu excedente e uso restrito), com cobertura de vegetação nativa em todos os biomas. (P. 37)

2020	Transparência	Por meio de parcerias e de sua carteira de projetos nacionais e internacionais, o MMA realiza executa intervenções físicas de caráter ambiental e treinamentos. Destacam como entregas, em 2020, a viabilização da produção agrícola sustentável na comunidade indígena Xokós/Sergipe, mediante a aquisição de maquinários agrícolas e treinamentos para o seu uso na conservação do solo, e a aquisição com plantio consorciado de mudas de gliricídia e raquetes de palma forrageira, utilizadas para melhorar e recuperar a capacidade produtiva da terra em áreas suscetíveis à desertificação no estado. (P. 41)
2020	Relações_com_a Partes Interessadas	Por meio de parcerias e de sua carteira de projetos nacionais e internacionais, o MMA realiza executa intervenções físicas de caráter ambiental e treinamentos. Destacam como entregas, em 2020, a viabilização da produção agrícola sustentável na comunidade indígena Xokós/Sergipe, mediante a aquisição de maquinários agrícolas e treinamentos para o seu uso na conservação do solo, e a aquisição com plantio consorciado de mudas de gliricídia e raquetes de palma forrageira, utilizadas para melhorar e recuperar a capacidade produtiva da terra em áreas suscetíveis à desertificação no estado. (P. 41)
2020	Relações_com_a Partes Interessadas	No estado de Minas Gerais e em outros seis estados do bioma Caatinga, estão sendo fortalecidas ações de manejo de espécies não madeiras, intervenções ambientais para reversão da degradação dos solos e fortalecimento da cadeia leiteira, incluindo a produção de derivados. Estas iniciativas estão previstas no Projeto REDESER. Os investimentos estão sendo priorizados para atividades finalísticas, com foco no aumento da rentabilidade da produção local e no fortalecimento da cadeia produtiva da agropecuária e agroflorestal. (P. 41)
2020	Materialidade	O MMA trabalha com três importantes Fundos Ambientais que contribuem, como agentes financiadores, com entregas estratégicas, por meio do apoio a projetos, ações, empreendimentos, estudos ou iniciativas. (P. 43)
2020	Transparência	A execução orçamentária do Fundo Nacional do Meio Ambiente apresentou uma média de 95,6 por cento do limite disponível no período de 2017 a 2020. No final de 2020, foi celebrado um contrato de repasse com o Consórcio Intermunicipal da Região Centro Leste do Estado de Rondônia para a execução do projeto Lixão Zero Rondônia, no valor de 12.052.405, em conjunto com o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. O objeto do projeto Lixão Zero é eliminar onze lixões em atividade em Rondônia nos próximos vinte e quatro meses, servindo como exemplo para a Amazônia e outras regiões do Brasil. (p. 43)
2020	Materialidade	O Fundo Nacional do Meio Ambiente, no final de 2020, a carteira de projetos do fundo era composta por vinte e seis convênios e termos de colaboração, celebrados com instituições públicas e organizações da sociedade civil, no valor total de 43.097.037. Muitos dos projetos contam com recursos do Fundo Nacional do Meio Ambiente e do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima. Vários tiveram suas atividades prejudicadas pela pandemia de Covid_19 e sofreram atrasos na execução. Neste mesmo ano, além dos projetos em execução, cinco projetos tiveram suas prestações de contas aprovadas. (p. 43)
2020	Materialidade	O Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, apresenta em 2020, a carteira de projetos composta por quinze convênios e termos de colaboração, e dois Termos de Execução Descentralizada, celebrados com instituições públicas, organizações da sociedade civil, e instituições federais, no valor total de 36.502.015. (p. 44)
2020	Materialidade	O Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios iniciou o ano de 2020 com saldo zero e encerrou o 2020 com cerca de 3 milhões de reais de saldo disponível, um avanço considerável uma vez que havia sido instituído via legislação de 2015 e, até este ano, nunca havia tido saldo. (p. 45)
2020	Confiabilidade_e Completude	A Força de Trabalho do MMA, nos últimos cinco anos, vem sofrendo redução do quantitativo de servidores efetivos, sendo que esta Pasta envia esforços, com vista a fortalecer a capacidade institucional, por meio da autorização para realização de novos concursos públicos. Acrescenta-se, ainda, que no exercício de 2020, diante do estado de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID_19), este Ministério estabeleceu medidas de enfrentamento, com ações de proteção à sua força de trabalho, dentre elas, a autorização para realização de trabalho remoto para os servidores, empregados públicos e estagiários. Ademais, destaca-se a rapidez com que se deu a implementação do trabalho remoto por conta das medidas de enfrentamento à pandemia. (p. 48)
2020	Confiabilidade_e Completude	Em 2020, foi criado o Portal de Educação Corporativa do ministério, com o objetivo de divulgar informações sobre desenvolvimento pessoal e profissional, além de oportunidades de desenvolvimento e aprimoramento de competências. Ao todo, em 2020, foram realizadas trinta e nove ações

		de desenvolvimento, dentre cursos livres e de pós_graduação stricto sensu, sendo capacitados oitenta e quatro servidores. Alguns fatores devem ser considerados para a redução da quantidade de servidores capacitados, no ano de 2020, como regras mais rígidas da nova política, os reflexos da pandemia decorrente do coronavírus, que postergou a maioria das ofertas de capacitação para o segundo semestre de 2020 e, ainda, a existência de recursos em fonte condicionada, do orçamento de 2020, em virtude da necessidade de o Congresso Nacional autorizar a excepcionalização da regra de ouro. (p. 50)
2020	Confiabilidade_e _Compleude	Foram realizados encontros virtuais, por meio do Microsoft Teams, abordando temas relacionados à saúde mental e equilíbrio, com foco na qualidade de vida e produtividade. A gamificação foi utilizada, com a temática Dia Mundial do Meio Ambiente, como um mecanismo para melhorar o aprendizado sobre o assunto, engajar as pessoas e motivar ações e comportamentos em ambientes fora do contexto do game. Em 2020, o ministério realizou mutirão de ligações para os servidores aposentados e do grupo de risco do coronavírus, para orientar sobre os cuidados para enfrentamento ao vírus e prestar solidariedade, no momento de isolamento social. Além disso, apoiou a iniciativa Governamental Pátria Voluntária nas edições Dia das crianças e Natal solidário, bem como às Campanhas Nacionais, como Janeiro Branco, Agosto Dourado, Setembro Amarelo, Outubro Rosa e Novembro Azul. (p. 51 e 52)
2020	Transparência	No âmbito da Tecnologia da Informação, observa que os contratos firmados com as empresas Layer do Brasil Eireli e Hepta Tecnologia e Informática LTDA atingiram o valor de 11.005.861,23 (56 por cento do total de recursos empenhados em 2020). Em 2020 foram realizados 57 procedimentos de contratação, totalizando aproximadamente 39 milhões de reais, em valores homologados. Importante esclarecer que são valores obtidos da base de dados do Comprasnet. (p. 54)
2020	Relações_com_a s_Partes_Interest adas	No âmbito da Tecnologia da Informação, observa que os contratos firmados com as empresas Layer do Brasil Eireli e Hepta Tecnologia e Informática LTDA atingiram o valor de 11.005.861,23 (56 por cento do total de recursos empenhados em 2020). Em 2020 foram realizados 57 procedimentos de contratação, totalizando aproximadamente 39 milhões de reais, em valores homologados. Importante esclarecer que são valores obtidos da base de dados do Comprasnet. (p. 54)
2020	Transparência	O ministério possui atualmente cinquenta e cinco contratos vigentes, que perfazem o montante de 66.138.097,20, dos quais vinte e cinco foram firmados no exercício de 2020, totalizando 25.339.661,73. E os valores restantes de trinta contratos, relativos aos exercícios anteriores, somam 40.798.435,47. Entre as contratações relevantes, relativas ao exercício de 2020, estão as de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, que tiveram como propósito substituir os antigos contratos continuados, cujos prazos máximos de vigência, sessenta meses, expiraram em 2020. (p. 59)
2020	Relações_com_a s_Partes_Interest adas	Em 2020, se priorizou uma concentração orçamentária no Ibama e no ICMBIO, que são as unidades executoras das ações de comando e controle, que envolve o combate ao desmatamento ilegal e aos incêndios e queimadas. Juntas, as duas autarquias receberam mais de 80 por cento da dotação orçamentária destinada a esta Pasta. (p. 62)
2020	Transparência	Em 2020, se priorizou uma concentração orçamentária no Ibama e no ICMBIO, que são as unidades executoras das ações de comando e controle, que envolve o combate ao desmatamento ilegal e aos incêndios e queimadas. Juntas, as duas autarquias receberam mais de 80 por cento da dotação orçamentária destinada a esta Pasta. (p. 62)
2020	Confiabilidade_e _Compleude	No caso de Lei+Créditos, houve uma redução de 23,3 por cento em comparação a 2019. Já em termos de empenho, a retração foi menor, de 17,4 por cento. Mas houve um indicador que apresentou crescimento no período, trata do valor pago, incluindo restos a pagar, que cresceu 22,4 por cento, saindo de 2,6 bilhões para 3,2 bilhões. Focando a análise no âmbito da Administração Direta e aos Fundos, constata que também houve redução dos valores orçamentários. (p. 63)
2020	Transparência	No caso de Lei+Créditos, houve uma redução de 23,3 por cento em comparação a 2019. Já em termos de empenho, a retração foi menor, de 17,4 por cento. Mas houve um indicador que apresentou crescimento no período, trata do valor pago, incluindo restos a pagar, que cresceu 22,4 por cento, saindo de 2,6 bilhões para 3,2 bilhões. Focando a análise no âmbito da Administração Direta e aos Fundos, constata que também houve redução dos valores orçamentários. (p. 63)



2020	Coerência_e_Co mparabilidade	No caso de Lei+Créditos, houve uma redução de 23,3 por cento em comparação a 2019. Já em termos de empenho, a retração foi menor, de 17,4 por cento. Mas houve um indicador que apresentou crescimento no período, trata do valor pago, incluindo restos a pagar, que cresceu 22,4 por cento, saindo de 2,6 bilhões para 3,2 bilhões. Focando a análise no âmbito da Administração Direta e aos Fundos, constata que também houve redução dos valores orçamentários. (p. 63)
2020	Transparência	No caso do valor empenhado a diminuição foi de 40,6 por cento, saindo de um montante de 327,9 milhões, em 2017, para 194,8 milhões em 2020. No caso da Lei+Créditos a redução foi menor, com uma queda de 149,5 milhões no período avaliado. Quanto ao valor pago, incluindo restos a pagar, a queda também foi menor, de 85,8 milhões. (p. 64)
2020	Confiabilidade_e _Completo	No caso do valor empenhado a diminuição foi de 40,6 por cento, saindo de um montante de 327,9 milhões, em 2017, para 194,8 milhões em 2020. No caso da Lei+Créditos a redução foi menor, com uma queda de 149,5 milhões no período avaliado. Quanto ao valor pago, incluindo restos a pagar, a queda também foi menor, de 85,8 milhões. (p. 64)
2020	Coerência_e_Co mparabilidade	No caso do valor empenhado a diminuição foi de 40,6 por cento, saindo de um montante de 327,9 milhões, em 2017, para 194,8 milhões em 2020. No caso da Lei+Créditos a redução foi menor, com uma queda de 149,5 milhões no período avaliado. Quanto ao valor pago, incluindo restos a pagar, a queda também foi menor, de 85,8 milhões. (p. 64)
2020	Transparência	Num recorte por elemento de despesa, se verifica que as principais despesas da Administração Direta e dos Fundos está concentrada no pagamento de Pessoal, Encargos e Benefícios, que juntos representam 62,5 por cento do valor empenhado em 2020, ou seja, 121,7 milhões. Essa situação é condizente com a competência institucional da Administração Direta do MMA, que é a de formulação de políticas públicas, o que demanda o emprego de capital humano. Quanto aos processos internos, fica evidenciado que a Locação de Mão_de_Obra, Serviços de TI e Contribuições consomem a maior parcela da dotação autorizada para as Unidades em questão (Direta e Fundos), atingindo a ordem de 64,5 por cento do total. (p. 65)
2020	Clareza	A Receita realizada (arrecadada) no período analisado totaliza 144,52 milhões, equivalente a 32,09 por cento do previsto. (p. 77)
2020	Clareza	Organograma do ministério (p. 7). Infográfico detalhando o Modelo de Governança (p. 8)
2020	Clareza	Infográfico sobre alinhamento da Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil (p. 10)
2020	Clareza	Gráfico sobre o desempenho dos Programas Temáticos, no que diz respeito aos seus resultados intermediários e seus respectivos indicadores e metas sob responsabilidade do MMA, excluindo as entidades vinculadas. Assim, dos 19 resultados intermediários do MMA pactuados para o exercício de 2020, 15 tiveram suas metas integralmente atendidas e 4 de forma parcial. O gráfico evidencia a meta e o resultado (p. 11)
2020	Clareza	Infográfico sobre o Modelo de Gestão da Estratégia. (p. 16). Infográfico sobre Mapa Estratégico e Cadeia de Valor Integrada, demonstrando a governança, foco de atuação e resultados. (p. 17). Infográfico da Cadeia de Valor Integrada. (p. 18)
2020	Clareza	Gráfico e quadro que ilustram a execução orçamentária do Fundo Nacional do Meio Ambiente no período de 2017 a 2020. Gráfico e quadro que ilustram a execução orçamentária do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima no período de 2017 a 2020. Recursos Não Reembolsáveis. Gráfico e quadro que ilustram a execução orçamentária do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima no período de 2017 a 2020. Recursos Reembolsáveis. (p. 43, 44 e 45)
2020	Clareza	Gráfico com a Evolução do Quadro de Pessoal de 2017 a 2020. Dados sociodemográficos. Distribuição por faixa etária e etnia. Distribuição da Força de Trabalho por Unidade de Exercício. Evolução de gastos com Pessoal de 2018 a 2020 (p. 48 e 49)
2020	Clareza	Gráfico com Recursos Aplicados em Tecnologia da Informação (p. 53)
2020	Clareza	Gráfico com Novos Projetos Lançados em 2020. Infográfico com número de Chamados Atendidos (p. 55)
2020	Clareza	Comparativo de gastos fixos do período de 2018 a 2020 (p. 61)
2020	Clareza	Gráfico com percentual do valor de Lei+Crédito por Unidade Orçamentária (p. 63)

2020	Clareza	Gráficos sobre a Execução Orçamentária em bilhões. Execução Orçamentária em milhões: Administração Direta e Fundos. Execução Orçamentária por Elemento de Despesa (Empenhado), em milhões. (p. 64)
2020	Clareza	Gráfico sobre Processos de Gestão Internos. Perfil do Gasto por Programa do PPA 2020_2023 (empenhado) em . (p. 65)
2020	Clareza	Infográfico sobre as Etapas do Processo de Gestão de Riscos. (p. 19)
2021	Foco_estratégico_e_no_cidadão	As informações apresentadas neste relatório refletem os resultados estratégicos da agenda ambiental, conforme as prioridades estabelecidas na Portaria Conjunta nº 266, de 17 de junho de 2020, e de acordo com a estrutura regimental definida pelo Decreto nº 10.455, de 11 de agosto de 2020. (p. 2)
2021	Foco_estratégico_e_no_cidadão	Objetiva a criação de rede de integração interna que possibilite a melhoria dos processos organizacionais e o estabelecimento de modelo de diálogo institucional com as partes interessadas, dando suporte à missão e aos objetivos estratégicos do órgão. (p. 7)
2021	Foco_estratégico_e_no_cidadão	A governança no âmbito do MMA compreende o conjunto de regras, códigos de conduta, instrumentos de gestão, processos, projetos e sistemas de governança que direcionam e potencializam o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações e programas em uma abordagem integrada às competências institucionais. (p. 7)
2021	Relações_com_as_Parties Interessadas	A Governança do Ministério deve buscar o alcance da missão institucional de formular e implementar políticas públicas ambientais nacionais em conjunto com a sociedade e com os demais atores públicos envolvidos. Sua implementação é realizada por meio do planejamento organizacional, do aprimoramento dos processos de trabalho, do estabelecimento de práticas e códigos de governança corporativa e pelo posicionamento institucional coordenado com as partes interessadas, de modo a garantir a confiabilidade do Ministério perante a sociedade e demais atores públicos. (p. 9)
2021	Foco_estratégico_e_no_cidadão	A Estratégia Federal contempla o cenário macroeconômico para os próximos doze anos e está organizada em cinco eixos. Econômico, Institucional, Infraestrutura, Ambiental e Social. Para cada um desses eixos, declaram_se diretrizes, desafios e orientações, índices_chave e metas_alvo. Os cinco eixos buscam articular, de forma agregada, os setores propulsores do desenvolvimento do país nos próximos doze anos. (p. 10)
2021	Foco_estratégico_e_no_cidadão	O Plano Plurianual 2020_2023 deve refletir as políticas públicas, orientar a atuação governamental e definir diretrizes, objetivos, metas e programas. Para a temática ambiental, deve_se promover a melhoria da qualidade ambiental, da conservação e do uso sustentável de recursos naturais, considerados os custos e os benefícios ambientais. Também deve_se dar ênfase no desenvolvimento urbano sustentável, com a utilização do conceito de cidades inteligentes e o fomento aos negócios de impacto social e ambiental. (p. 11)
2021	Conectividade_da_Informação	Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, estabeleceu, em seu anexo primeiro, os quatro Programas Temáticos cuja coordenação está sob responsabilidade do MMA. Cada Programa possui um objetivo associado, que busca dar uma resposta aos problemas identificados e que precisam ser solucionados. Assim, para cada Programa, a Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, fixou uma meta, sendo necessário estabelecer um indicador capaz de evidenciar seu desempenho anual e ao final do período de quatro anos. Já os Resultados Intermediários são os produtos (bens ou serviços) ou resultados da ação governamental, que contribuem de forma relevante para o alcance do objetivo e meta do Programa. Representam as escolhas prioritárias do órgão para o período e devem estar compatíveis com a capacidade operacional e a disponibilidades orçamentária e financeira do órgão. (p. 11 e 12)
2021	Materialidade	Com foco na população residente nas grandes metrópoles, o Programa de Qualidade Ambiental Urbana está orientado para atuar em políticas públicas mais efetivas e eficientes, que integrem condutas nos diferentes níveis de tomadas de decisão, para mitigar o problema da degradação da qualidade ambiental nas cidades, que compromete a qualidade de vida da população. Seu objetivo é promover a melhoria da qualidade ambiental urbana. Já foram realizadas ações para a melhoria da qualidade ambiental em quinze unidades da federação, de forma a contemplar pelo menos uma ação de um dos temas prioritários do Programa. (p. 12)
2021	Transparência	O Atlas de Potencial Energético consiste em importante ferramenta para atrair investimentos para aplicação em tecnologias que permitam gerar energia térmica e elétrica a partir de resíduos sólidos. (p. 12)

2021	Transparência	O Programa Rios+Limpos implementou quatro ações de combate ao lixo nos rios, com o recolhimento total de trinta e uma toneladas de resíduos, em 277 km de extensão, com a participação de 1.338 voluntários. (p. 13)
2021	Transparência	Foram realizados importantes avanços no âmbito da conservação da biodiversidade brasileira, dentre os quais destacam, a reinstalação da Comissão Nacional de Biodiversidade e aprovação da minuta de Lista de Espécies Ameaçadas de Extinção, a criação do Programa Nacional de Resgate de Fauna Silvestre e a publicação de lista de espécies nativas da biodiversidade de valor alimentício. (p. 15)
2021	Transparência	O ministério inovou na promoção da educação ambiental não formal com o lançamento e consolidação do Programa Educa+. Em uma linguagem simples e de fácil compreensão, foram vinte e sete lançamentos, entre cursos na modalidade EaD e palestras, sendo todos 100 por cento virtuais e gratuitos. Em um ano, 8.770 pessoas concluíram oito cursos e foram registradas mais de dezessete mil visualizações em palestras divididas em dezenove temas diferentes. (p. 16)
2021	Materialidade	Destaca-se os avanços na elaboração de portaria para institucionalização do Programa Nacional de Proteção e Defesa Animal, buscando o fomento a ações de bem_estar, guarda_responsável, combate aos maus_tratos, atenção veterinária e controle populacional de cães e gatos, o qual deverá ser publicado no primeiro semestre de 2022. (p. 16)
2021	Coerência_e_Co mparabilidade	A elaboração de um documento preliminar para o mapeamento de necessidades de financiamento foi realizada em 2020 e concluída em 2021, porém durante a elaboração observou que se trata de um estudo de maior complexidade que será viabilizado em momento oportuno após as revisões normativas em andamento da Política Nacional sobre Mudança do Clima. (p. 16)
2021	Coerência_e_Co mparabilidade	Com o objetivo de quantificar o montante de emissões decorrentes da redução do desmatamento na Amazônia e Cerrado submetidos à Convenção_Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, em 2021, foram submetidos resultados de redução de emissões da Amazônia e Cerrado. Para a Amazônia, foi apresentado à Convenção um total de 546.506.478,61 tCO2 reduzidas entre 2018 e 2019. Para o Cerrado, foram 697.486.485 tCO2 reduzidas entre 2018 e 2020. (p. 18)
2021	Clareza	Organograma do ministério (p. 6). Infográfico detalhando o Modelo de Governança (p. 8)
2021	Clareza	Gráfico sobre o desempenho dos Programas Temáticos, no que diz respeito aos seus resultados intermediários e seus respectivos indicadores e metas sob responsabilidade do MMA, excluindo as entidades vinculadas.dos vinte e dois resultados intermediários do ministério pactuados para o exercício de 2021, vinte tiveram suas metas integralmente atendidas e 02 de forma parcial. (p. 12)
2021	Foco_estratégico e_no_cidadão	O Planejamento Estratégico integrado com horizonte temporal de 2020 a 2023, é o instrumento de priorização de atuação que orienta a elaboração dos demais planos, programas, projetos ou iniciativas no âmbito do MMA e de suas entidades vinculadas. (p. 20)
2021	Foco_estratégico e_no_cidadão	O MMA e suas entidades vinculadas estruturaram seu modelo de gestão de forma que a análise e avaliação integrada da estratégia seja realizada pelo Conselho de Governança, com periodicidade mínima semestral, de forma a propor soluções conjuntas para melhoria do desempenho institucional. Já o monitoramento dos atributos correspondentes à contribuição de cada órgão para o planejamento estratégico deve ser realizado pelos Comitês Internos de Governança de cada instituição, também com periodicidade mínima semestral, de modo a respeitar a autonomia administrativa e as especificidades dos órgãos vinculados. (p. 21)
2021	Materialidade	Em 2021, foram cumpridos os dois ciclos anuais de monitoramento, quando toda a instituição, desde os responsáveis diretos pela implementação até a alta administração, tiveram a oportunidade de debater as prioridades estratégicas. (p. 22)
2021	Clareza	Infográfico sobre o Modelo de Gestão da Estratégia. (p. 22). Infográfico sobre Mapa Estratégico e Cadeia de Valor Integrada, demonstrando a governança, foco de atuação e resultados. (p. 23). Infográfico da Cadeia de Valor Integrada. (p. 24)
2021	Clareza	Infográfico sobre as Etapas do Processo de Gestão de Riscos. (p. 26)
2021	Coerência_e_Co mparabilidade	Desde 2019, o ministério implementa e monitora o Plano de Resposta aos Riscos (p. 26)

2021	Materialidade	O plano de resposta passou por uma reanálise, de forma a atualizá-lo e readequá-lo às novas prioridades e direcionamentos da alta administração do ministério relativos ao processo de recursos externos. Foram revisados os riscos mais estratégicos, os níveis de probabilidade e impacto e suas ações de tratamento. (p. 26)
2021	Materialidade	O Plano de Respostas ao Riscos foi atualizado para atender ao monitoramento do Plano de Desenvolvimento de Pessoas de 2021. (p. 27)
2021	Materialidade	O tema integridade passou a fazer parte da Política de Governança, Riscos e Controle do ministério. O novo instrumento, que faz parte dos esforços da instituição em avançar na consolidação e simplificação de seus normativos, incorpora os processos de Governança, Gestão e Riscos, Programa e Plano de integridade. Ademais, com o intuito de fortalecer a implementação do programa de integridade no ministério, também foi publicada a Portaria nº 423, de 6 de setembro de 2021, que designou a Assessoria Especial de Controle Interno como a nova Unidade de Gestão de Integridade no âmbito do MMA (p. 29)
2021	Materialidade	A Portaria nº 296, de agosto de 2021, que integrou os processos de governança, riscos e integridade, também formalizou o Plano de Integridade para os anos 2021 e 2022. O novo Plano lista as ações, responsáveis e prazos que devem ser atendidos objetivando promover a integridade no ministério (p. 30)
2021	Materialidade	Em 2021, objetivando avançar na análise dos riscos de integridade no ministério, o processo de Planejamento Anual de Contratações teve seus riscos identificados, analisados, avaliados, priorizados e consolidados em um Plano de Respostas, cujo monitoramento foi realizado quadrimestralmente. (p. 31)
2021	Coerência_e_Co mparabilidade	Observa uma diminuição de 124 Pedidos (mais de 15 por cento do total) recebidos no SIC / MMA de 2020 para 2021. Pode inferir que este resultado seja uma significativa melhora dos itens de Transparência Ativa do MMA, permitindo ao Cidadão a busca pelos seus questionamentos diretamente no site do Ministério. (p. 32)
2021	Transparência	Observa uma diminuição de 124 Pedidos (mais de 15 por cento do total) recebidos no SIC / MMA de 2020 para 2021. Pode inferir que este resultado seja uma significativa melhora dos itens de Transparência Ativa do MMA, permitindo ao Cidadão a busca pelos seus questionamentos diretamente no site do Ministério. (p. 32)
2021	Materialidade	A Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana compreende seis eixos estratégicos, contendo ações concretas com vistas à obtenção de resultados tangíveis e efetivos: Combate ao Lixo no Mar (Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar); Resíduos Sólidos (Programa Lixão Zero), Áreas Verdes Urbanas (Programa Cidades+Verdes); Qualidade do Ar (Programa Ar Puro); Saneamento e Qualidade das Águas (Programa Rios +Limpos); e Áreas Contaminadas (Programa Nacional de Recuperação de Áreas Contaminadas). (p. 36)
2021	Transparência	No âmbito da Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana destacam os 645 lixões encerrados. Realização de quatorze ações de entrega de veículos, máquinas e equipamentos, para melhorar a coleta seletiva, a reciclagem e a gestão de resíduos sólidos em Municípios e Consórcios Públicos, no valor de 41.688.004,30. Inauguração de onze centrais de logística reversa de eletroeletrônicos, com a instalação de 3.152 pontos de descarte adequado, beneficiando 1.216 municípios. Instalação de 3.000 pontos de descarte adequado em farmácias. Lançamento de Edital de Chamada Pública, no valor de 100 milhões, para seleção de projetos de implantação de usinas de triagem mecanizadas de Resíduos Sólidos Urbanos a serem executados por Consórcios Públicos situados no Estado de Minas Gerais. Inauguração da Central de Tratamento e Valorização de Resíduos da Costa do Descobrimento, no município de Santa Cruz da Cabrália/BA. Desenvolvimento da segunda versão do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos. Lançamento do Atlas de Recuperação Energética de Resíduos Sólidos. Conclusão da elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, aguardado desde 2010. Regulamentação das diretrizes e sistemática do Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração. Realização do 1º leilão de energia elétrica com fonte RSU (Leilão A_5), realizado com sucesso em 30/09/2021 - 12 MW contratados, o que representa mais de 500 milhões em investimentos privados. (p. 37)
2021	Coerência_e_Co mparabilidade	645 lixões encerrados, o que representa uma queda de 20 por cento das áreas irregulares de disposição de resíduos em relação a janeiro de 2019. (p. 37)

2021	Transparência	Em 2021, foram registrados cento e oitenta mutirões de limpeza de praias, que mobilizaram mais de 6.300 voluntários, retirando do meio ambiente mais de 125.000 itens, que somaram mais de cinquenta e cinco toneladas de resíduos a menos no litoral brasileiro. (p. 37)
2021	Transparência	Também foi disponibilizada nova versão do Painel de Resultados de Combate ao Lixo no Mar, no sítio eletrônico do ministério, que contém as informações das ações desenvolvidas no país, tipos de resíduos encontrados, quantidade, peso, instituições organizadoras, dentre outras. (p. 37)
2021	Transparência	O Programa Cidades+Verdes contou com a inauguração da Praça do Mirante em Colômbia/SP, urbanização e recuperação de área pública que se encontrava degradada, por meio de convênio, no valor de 260 mil. Realização de Edital de Chamamento Público para projetos de Parques Urbanos, com 382 propostas e convênios celebrados com os municípios com projetos classificados em 1º e 2º lugar: Cambuquira/MG e Fagundes Varela/RS, respectivamente, totalizando cerca de 2 milhões. Destinação de 1.823.759,00 a projetos de áreas verdes urbanas, por meio de emendas parlamentares no ano de 2021, com contrapartida dos beneficiários. Ação de arborização urbana, realizada pela prefeitura municipal de Goiânia, apoiada pelo MMA, abrangeu o plantio de 50.000 mudas em trinta minutos. Adesão ao Cadastro Ambiental Urbano por 338 municípios de vinte e quatro estados. Criação de novas funcionalidades para o Cadastro Ambiental Urbano. Elaboração de material de divulgação e de capacitação no Programa Cidades+Verdes (p. 38)
2021	Transparência	Lançamento do Programa Rios+Limpos para fomentar ações que promovam a despoluição dos rios e a melhoria da qualidade das águas. Realização de ações de limpeza e coleta de lixo em rios de Mato Grosso, Goiás, Rondônia e Pará, totalizando 1.138 voluntários, que coletaram trinta e uma toneladas em uma extensão de 277 km, beneficiando 665 mil habitantes. 1,6 milhão em ações para execução de projetos de despoluição de rios e a melhoria da qualidade das águas e implementação de sistemas de tratamento descentralizado de efluentes em áreas não atendidas pelos sistemas tradicionais, por meio de emendas parlamentares no ano de 2021, com contrapartida dos beneficiários. 2,8 milhões destinados à aquisição de equipamentos para prevenção e resposta a acidentes envolvendo produtos químicos perigosos e para equipar laboratório de análise de amostras de solo e água para produtos perigosos, nos estados de Alagoas, Minas Gerais e Paraná. Regulamentação do reuso de efluentes no país, com aprovação da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente nº 503, de 14 de dezembro de 2021, que define critérios e procedimentos para o reuso em sistemas de fertirrigação de efluentes provenientes de indústrias de alimentos, bebidas, laticínios, frigoríficos e graxearias. (p. 38 e 39)
2021	Transparência	Lançamento do Programa Nacional Ar Puro, que tem como objetivo melhorar a qualidade do ar nos centros urbanos, o que está diretamente relacionado à saúde e qualidade de vida da população. Desenvolvimento e lançamento do Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar – MonitorAr. O MonitorAr é um sistema público e gratuito, disponível na versão web e aplicativo, que compila os dados de monitoramento da qualidade do ar gerados pelas redes estaduais e distrital de monitoramento e disponibiliza as informações, em tempo real, sobre a qualidade do ar à sociedade via website e aplicativo mobile. (p. 39)
2021	Transparência	Em 2021, foram alcançados importantes resultados acerca da conservação de espécies nativas. Foi criado o Programa Nacional de Resgate de Fauna Silvestre, Resgate+, com objetivo de propiciar a implementação de ferramentas de afugentamento, resgate e assistencialismo de fauna silvestre, em situação de risco e vulnerabilidade. Em outubro de 2021, o programa foi lançado junto à instalação de Hospital Veterinário de Campanha no Pantanal Sul_mato_grossense, fruto de parceria com o setor privado e que contará com operacionalização em parceria com o Governo Estadual. (p. 40)
2021	Transparência	Também foi um resultado positivo a continuação dos trabalhos da Comissão Nacional de Biodiversidade, CONABIO, que permitiu chegar a uma minuta para atualização da lista nacional de espécies ameaçadas de extinção. Nas questões de conservação de espécies de peixes e invertebrados aquáticos, vale ressaltar ainda a instituição do Grupo de Trabalho Interministerial para avaliar e recomendar ações de conservação e manejo sustentável para as espécies identificadas como de importância ambiental, social e econômica e pertencentes à Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção_Peixes e Invertebrados Aquáticos. (p. 41)
2021	Relações_com_a_s_Partês_Interestadas	No tocante ao controle, manejo e prevenção de espécies exóticas invasoras, em 2021, com apoio de projeto de cooperação técnica internacional, iniciou os trabalhos para elaboração dos protocolos de detecção precoce e resposta rápida e manuais de alerta de espécies exóticas invasoras, bem como proposição da estrutura e funcionamento da rede de colaboradores para sua implementação. Em âmbito internacional, será discutida proposição de projeto para a elaboração do Plano Mercosul de Espécies Exóticas Invasora. (p. 41)

2021	Transparência	Acerca da proteção e defesa animal, cerca 22,5 milhões foram destinados, por meio de emendas parlamentares, para proteção e defesa animal, totalizando 108 instrumentos celebrados. Os projetos em questão terão sua aplicação em municípios de dezenove estados brasileiros, de todas as regiões do país. A execução será realizada por municípios e Organizações da Sociedade Civil, envolvendo, principalmente, a pauta de controle populacional de cães e gatos. (p. 41)
2021	Transparência	O ano de 2021 marcou a criação do Programa Educa+, programa idealizado e promovido pelo MMA que oferece cursos e palestras voltados para a agenda ambiental. O Educa+ foi criado como ferramenta para informar os cidadãos de forma a contribuir para o engajamento da população sobre o uso sustentável da biodiversidade e conservação do meio ambiente. (p. 42)
2021	Relações_com_a s_Part es_Interest adas	81 instituições Públicas receberam o Selo de Monitoramento da Agenda Ambiental na Administração Pública, quase o triplo do ano anterior, o que demonstra uma grande evolução no engajamento e monitoramento das entidades quanto a agenda ambiental. Por fim, durante o ano de 2021, foram realizadas nove palestras virtuais junto à parceiros estratégicos para divulgação do programa, alcançando um total de cerca de 7.500 acessos e visualizações. (p. 42)
2021	Transparência	Além disso, 81 instituições Públicas receberam o Selo de Monitoramento da Agenda Ambiental na Administração Pública, quase o triplo do ano anterior, o que demonstra uma grande evolução no engajamento e monitoramento das entidades quanto a agenda ambiental. Por fim, durante o ano de 2021, foram realizadas nove palestras virtuais junto à parceiros estratégicos para divulgação do programa, alcançando um total de cerca de 7.500 acessos e visualizações. (p. 42)
2021	Materialidade	A Agenda Ambiental na Administração Pública também evoluiu em 2021. Foram 47 novos Termos de Adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública firmados com instituições públicas de diferentes esferas de governo e diferentes poderes da República. (p. 42)
2021	Materialidade	Foi publicado, em 25 de outubro de 2021, o Decreto Nº 10.844, que altera o Decreto Nº 8.772/2016, que dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade. O novo decreto prevê a criação de um cadastro específico para as atividades de pesquisa sem exploração econômica e visa simplificar a forma de cadastro por parte de pesquisadores como forma de incentivar a pesquisa com patrimônio genético oriundo da biodiversidade brasileira e assim contribuir para o enriquecimento do conhecimento científico para o eventual uso sustentável do patrimônio genético. (p. 44)
2021	Relações_com_a s_Part es_Interest adas	Foram realizadas, também, ações coordenadas de fiscalização com a participação do MMA e IBAMA quanto ao uso do patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados. Por fim, destaca a implementação de 81 novas funcionalidades no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (SisGen). (p. 44)
2021	Transparência	As Florestas Nacionais de Canela e de São Francisco de Paula foram concessionadas no ano de 2021, com valores estimados de investimentos em instalações físicas e operações de serviços em 93 milhões e 72 milhões, respectivamente, ao longo dos 30 anos de Concessão. Ainda em 2021, foi publicado o edital para a Concessão do Parque Nacional do Iguazu, o projeto prevê investimentos de mais de 500 milhões em novas infraestruturas e outros 3 bilhões na operação do parque durante o período da concessão. (p. 45)
2021	Coerência_e_Co mparabilidade	A partir de 2019 até o presente momento foram qualificadas vinte e duas Unidades de Conservação no Programa de Parcerias de Investimentos, as quais passam a compor a carteira do programa e se tornam, a partir de então, prioridade para os governos federal, estadual e municipal. (p. 45)
2021	Transparência	O Programa PARQUE+ é uma iniciativa do MMA com o principal objetivo de fortalecer as unidades de conservação brasileiras como núcleos para o desenvolvimento de atividades voltadas para o turismo de natureza. A partir da prática do ecoturismo, instituirá a dinâmica para as Unidades de Conservação, fortalecendo enquanto espaços protegidos e aptos ao lazer, à ampliação da consciência ambiental como polos de desenvolvimento do ecoturismo, gerando emprego e renda nas regiões e comunidades em que se inserem. (p. 46)
2021	Transparência	Visando atrair recursos na promoção da conservação, recuperação e melhoria das unidades de conservação federais, o MMA instituiu o Programa Adote um Parque. Empresas e indivíduos, nacionais ou estrangeiros, poderão, por meio dessa iniciativa, contribuir concretamente com a proteção

		ambiental do Brasil. Ao adotar uma Unidade de Conservação, os interessados serão reconhecidos como parceiros do meio ambiente e celebrarão Termo de Doação com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). (p. 48)
2021	Transparência	O monitoramento da gestão das unidades de conservação é realizado utilizando-se a ferramenta Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão. Em 2021 foram monitoradas 645 Unidades de Conservação. Dessas, 327 são federais, 308 estaduais, e 10 municipais. (p. 49)
2021	Relações_com_as_Parties_Interestadas	Foi realizado virtualmente o 4º Encontro Anual do Fórum do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, com a participação de cerca de sessenta representantes dos órgãos de meio ambiente estaduais, do ICMBio, do MMA, instituições parceiras, como Funbio e GIZ e convidadas, como ANAMMA, ABEMA e CNRPPN. (p. 49)
2021	Relações_com_as_Parties_Interestadas	Em 2021, foi realizada a avaliação da implementação dos 15 anos do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, com a participação do MMA, do ICMBio, do Ibama, dos Estados e das entidades representativas dos municípios, por meio de reuniões e questionários eletrônicos com perguntas abertas e fechadas. (p. 50)
2021	Transparência	O Projeto_GEF Terrestre é um projeto do Governo Federal que visa promover a conservação da biodiversidade da Caatinga, Pampa e Pantanal, alinhado aos princípios da Convenção de Diversidade Biológica e da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima. Em 2021, destaca-se os seguintes avanços. Chamada de Projetos 01/2021 (10 novos projetos selecionados). Recuperação de áreas degradadas e combate a incêndios florestais no interior e/ou entorno de Unidades de Conservação no bioma Pantanal. Linha de Ação 2: Fortalecimento da cadeia produtiva associada à recuperação nos biomas Pantanal, Caatinga e Pampa. Celebração de Acordo de Cooperação com ICMBio para implementação de ações nas UCs federais. Avaliação Intermediária do Projeto realizada por consultor independente. Planejamento de nova Chamada de Projetos para apoio às unidades de conservação estaduais. Consultoria para o diagnóstico do uso do fogo em fase de conclusão. (p. 52)
2021	Transparência	O Governo Federal dobrou os recursos para os órgãos de fiscalização ambiental, Ibama e ICMBio, acrescentando 270 milhões aos 228,1 milhões do orçamento anual do MMA, totalizando um aumento de 118,4 por cento. Isso representa cerca de meio bilhão de reais especificamente para ações de comando e controle e reflete o compromisso com a proteção das florestas e em atingir as metas para eliminar o desmatamento ilegal. (p. 54)
2021	Relações_com_as_Parties_Interestadas	Foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica entre o MMA, IBAMA, ICMBio e o Ministério da Justiça e Segurança Pública visando o estabelecimento de ações de cooperação e apoio técnico para integrar dados e políticas públicas voltados para o combate ao desmatamento ilegal. (p. 54)
2021	Relações_com_as_Parties_Interestadas	Em relação aos incêndios, foi lançada em 2021 a Operação Guardiões do Bioma. Coordenada pela Secretaria de Operações Integradas, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, tem como foco a mobilização de profissionais especializados de diferentes instituições (Corpos de Bombeiros Militares, Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ibama e ICMBio) realizando ações de repressão aos incêndios em regiões específicas da Amazônia, Cerrado e Pantanal. (p. 54)
2021	Transparência	Em 2021, o Programa Floresta+ também lançou vários componentes, entre eles está o Floresta+Empreendedor, criado com o objetivo de acelerar empresas de serviços ambientais, por meio da capacitação de líderes empreendedores, e principalmente, para conectar pequenos empreendedores e pagadores de serviços ambientais em parceria com o SEBRAE. O Floresta+Bioeconomia busca o reconhecimento da contribuição direta das atividades de manejo sustentável como ferramenta de proteção florestal e a criação de arranjos comerciais e inovação para dar destaque e remunerar quem atua na manutenção da floresta, possibilitando o desenvolvimento socioeconômico a partir da geração de renda e estabilidade como forma de incentivo à conservação. Já o Floresta+Agro busca estimular a remuneração ou a recompensa dos produtores rurais que protegem áreas de preservação permanente (APPs) e reservas legais. (p. 57)
2021	Relações_com_as_Parties_Interestadas	O Floresta+ Empreendedor, criado com o objetivo de acelerar empresas de serviços ambientais, por meio da capacitação de líderes empreendedores, e principalmente, para conectar pequenos empreendedores e pagadores de serviços ambientais em parceria com o SEBRAE. (p. 57)

2021	Transparência	No âmbito dos projetos de cooperação internacional, em 2021, foram lançadas chamadas de Projetos no âmbito do GEF Terrestre (MMA/BID/Funbio) para recuperação de áreas degradadas e combate a incêndios florestais em Unidades de Conservação do bioma Pantanal. Houve também o fortalecimento da cadeia produtiva associada à recuperação nos biomas Pantanal, Caatinga e Pampa, bem como chamada de Projetos no âmbito do Projeto Biodiversidade e Mudanças Climáticas na Mata Atlântica (MMA/KfW/Funbio) para recuperação de áreas degradadas e fortalecimento da cadeia produtiva associada à recuperação nas três regiões de atuação do projeto, onde houve o enfoque em Reservas Particulares de Patrimônio Natural – RPPNs. Foram selecionados 10 projetos para a Mata Atlântica e 10 projetos para a Caatinga, Pantanal e Pampa, sendo que todos os projetos tiveram sua execução iniciada em 2021. Para a Mata Atlântica foram investidos 38 milhões de reais para os biomas Caatinga, Pampa e Pantanal. Foram investidos 9 milhões de reais em 2021, somando aos 19 milhões que já haviam sido investidos entre 2019 e 2020 pelo Projeto GEF Terrestre. (p. 59)
2021	Transparência	Em 2021 o MMA coordenou o Grupo Técnico Temporário para revisão do primeiro ciclo e elaboração de diretrizes para o segundo ciclo de avaliação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (GTAdapta). Em outubro de 2021, foi aprovada por meio da Resolução nº 6, de 20 de outubro de 2021, a Publicação do Relatório Final de Monitoramento e Avaliação do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima_Ciclo 2016_2020, apresentando os avanços na agenda de adaptação para os onze setores abordados no Plano. Também, em 2021, foi realizado o levantamento de risco climático para o Porto de Itajaí_SC. (p. 61)
2021	Relações_com_a s_Part s_Interest s_Adas	Em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), IICA e o Observatório Mundial das Abordagens e Tecnologias de conservação (WOCAT) foi realizado 1º Workshop: Rumo à uma Estratégia Nacional de Combate à Degradação da Terra e Gestão Sustentável do Solo no Brasil, com a participação de representantes da Colômbia, Equador e Uruguai. (p. 62)
2021	Materialidade	No final de 2021, a carteira de projetos do Fundo Nacional do Meio Ambiente era composta por 21 instrumentos de repasse (convênios, contrato de repasse e termos de colaboração) celebrados com instituições públicas e organizações da sociedade civil, no valor total de 34.438.202. (p. 64)
2022	Materialidade	Ao final de 2022, a carteira de projetos vigentes do Fundo Clima na modalidade não reembolsável estava composta por três instrumentos de repasse celebrados com instituições públicas no valor de 13.085.308. (p. 83)
2021	Materialidade	Em 2021, a carteira de projetos do Fundo Clima/MMA, não reembolsável, era composta por dezesseis instrumentos de repasse celebrados com instituições públicas, e organizações da sociedade civil, no valor total de 36.134.048. A maioria dos projetos vigentes foi selecionada por meio de editais lançados em 2015 e 2018, em parceria com o Fundo Nacional do Meio Ambiente, que estão em fase intermediária ou final de execução. Muitos projetos tiveram a sua programação de atividades ajustada para se adaptar às dificuldades decorrentes da pandemia de Covid_19. Em 2021, os recursos orçamentários da ação 20G4 _ Fomento a Estudos e Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima foram reduzidos no momento da aprovação da Lei Orçamentária Anual para 505.085.00, valor utilizado para apoio a dois projetos. Em 2021, foram priorizados os investimentos em resíduos sólidos, cidades sustentáveis e energias renováveis, entre outras linhas no BNDES. (p. 66)
2020	Materialidade	O Fundo Nacional de Repartição de Benefícios iniciou o ano de 2020 com saldo zero e encerrou o 2020 com cerca de BRL 3 milhões de reais de saldo disponível, um avanço considerável uma vez que havia sido instituído via legislação de 2015 e, até este ano, nunca havia tido saldo. (p. 46)
2021	Materialidade	Em 2021, o Fundo Nacional de Repartição de Benefícios alcançou cerca de 4 milhões de reais de saldo disponível. (p. 66)
2021	Confiabilidade_e _Completo	No exercício de 2021, este Ministério buscou mitigar os efeitos da pandemia dando continuidade e aperfeiçoando as ações de proteção à sua força de trabalho já iniciadas no exercício de 2020. Em 2021, a força de trabalho apresentou uma diminuição em torno de 2,73 por cento, em relação ao ano anterior. Esse pequeno decréscimo não sinaliza diminuição significativo na força de trabalho do Ministério, seguindo uma tendência de estabilidade da força de trabalho, em função de pequenos ajustes de retorno de servidores afastados e cedidos a outros órgãos. (p. 71)
2021	Transparência	Em 2021, o MMA empenhou recursos em TI no montante de 15.520.440,20. Os resultados e produtos entregues estão relacionados a sistemas, portais e aplicativos, visando o aprimoramento da sua Governança e aumentando a segurança da informação, de forma a melhorar os serviços prestados em infraestrutura de TI da Instituição. (p. 74)



2021	Transparência	Em 2021, foram realizados cinquenta e sete procedimentos de contratações, totalizando aproximadamente 17 milhões de reais em valores homologados. Importante esclarecer que são valores obtidos da base de dados do Portal de Compras do Governo Federal “Compras.go.br”. E no caso de licitações serem realizadas no Sistema de Registro de Preços, os valores que correspondem aos quantitativos registrados para o MMA não refletem a execução financeira referente a execução contratual de cada processo licitado, uma vez que o órgão poderá efetivar a contratação durante toda a vigência da ata, em geral, por 12 meses. (p. 79) Foram realizadas, no exercício de 2021, vinte e cinco procedimentos de contratações mediante licitações realizadas pelo MMA, participações em registro de preços e adesão à ata de registro de preços, realizadas por outros órgãos da administração pública. Foram realizadas no exercício de 2021, 36 (trinta e seis) contratações diretas. 28 Dispensas de Licitação: 4.261.196,21. 08 Inexigibilidades de Licitação: 35.231,00. (p. 80)
2021	Materialidade	Destaca que, em 2021, o MMA manteve o esforço em promover uma gestão orçamentária que priorizou a implementação das políticas públicas ambientais. Para tanto, houve uma concentração orçamentária no Ibama e no ICMBio, que são as unidades executoras das ações de comando e controle, que envolvem o combate ao desmatamento ilegal e aos incêndios e queimadas. As duas autarquias receberam 78 por cento da dotação orçamentária destinada a esta Pasta, considerando o orçamento total do Órgão. (p. 86)
2021	Coerência_e_Co mparabilidade	Considerando o orçamento total 2021, relação ao de 2020 não houve mudanças significativas, sendo um acréscimo de 2,4 por cento em Lei+Créditos e um acréscimo de 9 por cento dos valores empenhados. (p. 87)
2021	Coerência_e_Co mparabilidade	Focando a análise no âmbito da Administração Direta e dos Fundos constata que também houve redução de 17,4 por cento dos valores de Lei+Créditos, quando comparado a 2020, concentrando a maior parte no RP 0 – Financeira. No caso do empenho, houve um aumento de 9,5 por cento, saindo de um montante de 194,8 milhões, em 2020, para 213,3 milhões em 2021. (p. 88)
2021	Transparência	Num recorte por elemento de despesa, verifica que as principais despesas da Administração Direta e dos Fundos estão concentradas no pagamento de Pessoal, Encargos e Benefícios, que juntos representam 56,9 por cento do valor empenhado em 2021, ou seja, 121,5 milhões. Essa situação é condizente com a competência institucional da Administração Direta do MMA, que é a de formulação de políticas públicas, o que demanda o emprego de capital humano. (p. 88)
2021	Clareza	Gráfico com as Unidades de Conservação Monitoradas pelo Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão. (p. 49)
2021	Clareza	Gráfico e quadro que ilustram a execução orçamentária do Fundo Nacional do Meio Ambiente no período de 2018 a 2021. Gráfico e quadro que ilustram a execução orçamentária do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima no período de 2018 a 2021. Recursos Não Reembolsáveis. Gráfico e quadro que ilustram a execução orçamentária do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima no período de 2018 a 2021. Recursos Reembolsáveis. (p. 65, 66 e 67)
2021	Clareza	Gráfico que ilustra o percentual de aposentadorias e pensão por morte. (p. 72)
2021	Clareza	Gráfico com a Evolução do Quadro de Pessoal de 2017 a 2020. Dados sociodemográficos. Distribuição por faixa etária e etnia. Distribuição da Força de Trabalho por Unidade de Exercício. Distribuição por Situação Funcional. Evolução de gastos com Pessoal de 2019 a 2021 (p. 70 e 71)
2021	Clareza	Gráfico com Recursos Aplicados em Tecnologia da Informação (p. 75)
2021	Clareza	Gráfico com Novos Projetos Lançados em 2020. Infográfico com número de Chamados Atendidos (p. 76)
2021	Clareza	Gráfico com percentual do valor de Lei+Crédito por Unidade Orçamentária (p. 86)
2021	Clareza	Gráficos sobre a Execução Orçamentária em bilhões. Execução Orçamentária em milhões. Execução Orçamentária por Elemento de Despesa (Empenhado), em milhões. Processos de Gestão Interna. (p. 87 e 88)
2021	Clareza	Gráfico sobre Perfil do gasto por Programa do PPA 2020_2023 (empenhado) em . (p. 89)
2022	Foco_estratégico e_no_cidadão	Resgate da Agenda Ambiental Estratégica (p. 4)

2022	Foco_estratégico_e_no_cidadão	Com a nova estrutura organizacional do MMA, novos desafios surgem, sendo necessário um grande esforço de gestão para elaborar um novo Planejamento Estratégico, tendo em vista as novas competências estabelecidas, a necessidade de integração com outros instrumentos de gestão, como o Plano Plurianual, os novos Programas a serem criados ou que deverão ser desenhados, novos indicadores de desempenho, a definição de uma estrutura física para recepção das novas Secretarias criadas, o redimensionamento e realocação de servidores de uma forma coerente e profissional de modo a atender aos desafios impostos; a definição de processos, a implantação de sistemas de informação e a disponibilização de ferramentas que permitam a transparência ativa condizente com a necessidade de participação e controle social, esperado pela sociedade brasileira. (p. 4)
2022	Foco_estratégico_e_no_cidadão	Com a publicação da medida Provisória nº 1.154 (MP nº 1.154, de 1º de janeiro de 2023), que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, e do Decreto da nova estrutura regimental do MMA (Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023), agendas ambientais estratégica retornaram ao órgão, destacando: (1) recursos hídricos; (2) gestão de florestas públicas para a produção sustentável; (3) a gestão do CAR em âmbito federal; (4) a integração da política ambiental e a política energética; (5) instrumentos de ordenamento territorial (6); a gestão compartilhada da pesca; bem como a (6) maior participação social no CONAMA e; (7) o foco do MMA nas ações voltadas aos Povos e Comunidades Tradicionais, conhecidos pelo seu papel na preservação do meio ambiente brasileiro. Além disso, o MMA passou a contar, a partir de 1º de janeiro de 2023, com novas estruturas voltadas à participação social e diversidade, ao tema Oceano e Gestão Costeira, uma Secretaria específica para ser o locus da Bioeconomia, da Gestão Compartilhada de Recursos Pesqueiros e do Patrimônio Genético, demonstrando a sinergia entre as Secretarias criadas recentemente, como a Secretaria Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e Desenvolvimento Rural Sustentável e a nova Secretaria de Biodiversidade, Florestas e Direitos Animais. (p. 4)
2022	Relações_com_a_s_Parties_Interestadas	Com as mudanças, além do retorno do Serviço Florestal Brasileiro, que agora faz parte da estrutura do MMA, as seguintes entidades também estão vinculadas ao órgão. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis_IBAMA. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico. (p. 5)
2022	Materialidade	Destaca, a seguir, algumas ações urgentes para a retomada da agenda ambiental. Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas no Brasil. Recomposição do CONAMA. Fortalecimento do Comitê do Fundo Nacional do Meio Ambiente. Retorno da ANA e SFB. Ações de Desintrusão em Áreas Prioritárias. Retomada do Programa Bolsa Verde. Recomposição da Força de Trabalho. Estabelecimento da Autoridade Nacional do Clima. Obrigatoriedade do Registro de Desmatamento no CAR. Agricultura de Baixo Carbono e Plano Safra. Comitê para a Implementação da Agenda 2030 no MMA. Orçamento Climático. Licenciamento Ambiental. (p. 6, 7 e 8)
2022	Transparência	Evidencia o desempenho dos Programas Temáticos, no que diz respeito aos seus resultados intermediários e seus respectivos indicadores e metas sob responsabilidade do MMA, excluindo as entidades vinculadas e demais pastas. Assim, dos trinta e dois resultados intermediários do MMA pactuados para o exercício de 2022, vinte e nove tiveram suas metas integralmente atendidas e três de forma parcial. (p. 15)
2022	Relações_com_a_s_Parties_Interestadas	Até dezembro de 2022, foram 250 municípios atendidos com ações para a melhoria da gestão de resíduos, com a aquisição e entregas de equipamentos e máquinas para apoiar municípios e consórcios públicos na coleta seletiva, reciclagem e gestão de resíduos sólidos, no valor de 57.499.174. (p. 18)
2022	Transparência	Lançado o app “Praia Limpa”, com mais de 1.000 pontos do litoral brasileiro, traz informações sobre a qualidade da água para fins de recreação (balneabilidade) em diferentes pontos do litoral brasileiro e permite uma avaliação colaborativa entre os usuários a respeito de aspectos como a beleza cênica das praias, limpeza, facilidade de acesso e condições para a prática de mergulho e surfe. (p. 18)
2022	Transparência	Com o objetivo de melhorar a gestão de áreas contaminadas, em dezembro de 2022, o MMA lançou o Sistema de Gestão de Informação de Áreas Contaminadas (SINGAC). (p. 19)
2022	Transparência	Lançamento, em 2022, da segunda versão do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, SINIR+, que consiste em um dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos e teve a primeira versão lançada em 2019. (P. 19)

2022	Transparência	Lançado o aplicativo “Combate ao Lixo no Mar”, visando consolidar um banco de dados nacional que apresenta os diferentes tipos de resíduos coletados nas ações de limpeza realizadas no país. (P. 19)
2022	Confiabilidade_e_Completude	O MMA promove a utilização do Sistema de Avaliação e Monitoramento da Gestão, como ferramenta de gestão entre as unidades de conservação estaduais e municipais cadastradas no CNUC. No caso das Unidades de Conservação federais, a sua utilização é de uso obrigatório. Embora a meta não tenha sido atingida, o valor alcançado expressa engajamento das equipes para o atingimento desta, tendo em vista que 316 Unidades de Conservação cadastradas são estaduais e municipais. (p. 21)
2022	Transparência	Em 2022, foram realizados importantes avanços no âmbito da conservação da biodiversidade brasileira, dentre os quais destacam, entre outros. Publicada a Portaria que atualiza a Lista Nacional Oficial de Espécies Ameaçadas de Extinção. Lançado o Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade, CONSERVA+. Resultados importantes durante a 19ª Conferência das Partes da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção. Em Montreal, na Conferência de Biodiversidade das Nações Unidas, a COP 15, chegou a um acordo para conter e reverter a perda de espécies ao redor do mundo com a aprovação do novo Marco Global para a Biodiversidade. Finalizados os trabalhos de elaboração da lista de espécies exóticas invasoras presentes no Brasil. (p. 22)
2022	Transparência	Continuou com a implementação do Programa Educa+, contando com doze cursos e vinte e duas palestras. Os doze cursos oferecidos contaram com 27 turmas que, ao longo do ano, tiveram 22.526 inscritos e 4.604 aprovados. Os números atuais de implementação do Programa, desde sua instituição, são os seguintes: 59.609 inscritos e 13.530 aprovados nos cursos de educação à distância; e mais de 27 mil visualizações nas palestras temáticas. (p. 22)
2022	Transparência	Destacam a realização de duas atividades no âmbito das estratégias e instrumentos para proteção, defesa e bem_estar animal. Primeiro, o Seminário Nacional Proteção e Bem_Estar de Cães e Gatos. Lançamento de pesquisa virtual direcionada aos municípios brasileiros, que teve como objetivo obter um diagnóstico sobre a execução políticas públicas de proteção e bem_estar de cães e gatos, permitindo identificar, de um lado, boas práticas que merecem ser incentivadas e disseminadas, e, de outro, problemas que precisam de proposição para resolução. Além disso, no segundo semestre de 2022, foi instituída a Agenda Nacional de Proteção e Defesa de Cães e Gatos a qual estabelece diretrizes e objetivos para a essa nova agenda temática no âmbito do MMA. (p. 23)
2022	Transparência	O Projeto GEF Brasil: Vertentes Consórcio de Paisagens Sustentáveis de Uso Múltiplo no Brasil foi aprovado pelo Banco Mundial em novembro de 2022. Ainda, em 2022, foram concluídas as negociações junto ao Fundo Mundial do Meio Ambiente_GEF e Banco Mundial para a implementação do Projeto GEF Brasil: Vertentes, que será implementado com recursos de doação do Programa FOLUR. (p. 25)
2022	Confiabilidade_e_Completude	Dar respostas aos riscos mais críticos significa implementar ações concretas de tratamento para reduzir a probabilidade de acontecimento dos riscos ou para reduzir as suas consequências. As respostas aos riscos avaliados devem ser estruturadas por meio da elaboração e implementação de um Plano de Resposta ao risco, constituído de ações de tratamento, responsáveis e prazos de conclusão. Em 2022, três processos tiveram seus riscos avaliados e monitorados. (p. 33)
2022	Coerência_e_Co_mparabilidade	Desde 2019, o MMA implementa e monitora o Plano de Resposta aos Riscos do processo em questão. Em 2022, o plano continuou sendo implementado e, em 2023, deverá ser atualizado e readequado às novas prioridades de governo e à nova estrutura organizacional do MMA. (p. 34)
2022	Foco_estratégico_e_no_cidadão	O Plano de Respostas ao Riscos foi atualizado em 2022 para atender ao monitoramento do Plano de Desenvolvimento de Pessoas. (p. 34)
2022	Transparência	É competência da Ouvidoria do MMA atender a todos os cidadãos que vierem presencialmente ao Ministério tratar de assuntos relacionados à pasta. Até o final de 2022, foram demandados cerca de 30 atendimentos presenciais. (p. 42)
2022	Transparência	Programa Lixão Zero Está inserido no âmbito da Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana, destacam os seguintes avanços estratégicos. 810 lixões encerrados desde janeiro de 2019. A eliminação de áreas irregulares de disposição de resíduos representa uma melhoria significativa na gestão de resíduos sólidos no país. Aquisição e entregas de equipamentos e máquinas para apoiar municípios e consórcios públicos na coleta seletiva,

		<p>reciclagem e gestão de resíduos sólidos, no valor de 57.499.174. Implantação da logística reversa de eletroeletrônicos nas 27 capitais do país. Importante avanço até 2022 do sistema de logística reversa de medicamentos vencidos, instituído em 2020, com a instalação de 3.634 pontos de descarte adequado em farmácias, possibilitando a destinação final ambientalmente adequada, e 52.779 Kg de embalagens e resíduos de medicamentos coletadas em 2021. Lançamento em 2022 da segunda versão do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos, SINIR+, que consiste em um dos instrumentos da Política Nacional de Resíduos Sólidos e teve a primeira versão lançada em 2019. Lançamento de Edital de Chamada Pública, no valor de 3.360.000,00 destinado a seleção de projetos de implantação de biodigestores em escolas públicas a serem executados por Consórcios Públicos, em linha com a iniciativa Escolas +Verdes; Publicação do Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022 que regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, trazendo importantes avanços normativos. Lançamento do Programa Nacional de Logística Reversa e do MTR Logística Reversa no portal Sinir+, possibilitando rastreabilidade dos resíduos desde os pontos de recebimento até o reciclador. Em 2022, a reciclagem de latas de alumínio foi recorde com 98,7 por cento das latas comercializadas no país sendo recicladas, o equivalente a 33 bilhões de latas. Houve recorde também na reciclagem de baterias de chumbo_ácido (automatizadas), sendo coletadas mais de 46 milhões de baterias entre 2019 e 2021, com a reciclagem de 838 mil toneladas de materiais que foram retornados para o ciclo produtivo. A reciclagem de embalagens de defensivos agrícolas atingiu em 2021 o recorde de 53,5 mil toneladas de embalagens, que corresponde a 94 por cento das colocadas no mercado. Publicação do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Lançamento do Certificado de Crédito de Reciclagem _ Recicla+, instituído por meio do Decreto nº 11.044, de 13 de abril de 2022. A recuperação de resíduos orgânicos foi estimulada com o lançamento do Programa Metano Zero. O aumento da sinergia entre tais políticas e a educação ambiental foi possibilitado por meio do lançamento da iniciativa Escolas +Verdes. Instituição do Sistema de Logística Reversa de Embalagens de Vidro. (p. 45)</p>
2022	Transparência	<p>A gestão de áreas contaminadas, em 2022, destacam os seguintes avanços estratégicos, capacitação de 2500 profissionais no âmbito da temática do acordo de cooperação técnica no período de 2020 até 2022. Lançamento do Sistema de Gestão de Informação de Áreas Contaminadas (SINGAC) em dezembro de 2022. (p. 46)</p>
2022	Transparência	<p>O combate ao lixo no mar, Até dezembro de 2022, foram registrados 557 mutirões de limpeza de praias, que mobilizaram mais de 41.336 voluntários, retirando do meio ambiente mais de 835.488 itens, que somaram mais de 321,5 toneladas de resíduos a menos no litoral brasileiro. Em 2022 foi Lançado o aplicativo “Combate ao Lixo no Mar”, visando consolidar um banco de dados nacional que apresenta os diferentes tipos de resíduos coletados nas ações de limpeza realizadas no país. Também em 2022 foi lançado o app “Praia Limpa”, com mais de 1.000 pontos do litoral brasileiro, traz informações sobre a qualidade da água para fins de recreação (balneabilidade) em diferentes pontos do litoral brasileiro e permite uma avaliação colaborativa entre os usuários a respeito de aspectos como a beleza cênica das praias, limpeza, facilidade de acesso e condições para a prática de mergulho e surfe. (p. 46)</p>
2022	Coerência_e_Co mparabilidade	<p>Programa Rios +Limpos Principais avanços em 2021 e 2022 (p. 47)</p>
2022	Transparência	<p>No âmbito da melhoria da gestão e da qualidade do ar no País, foi lançado o sistema informatizado (MonitorAr) que permite a integração das unidades federativas com informação em tempo real para o cidadão por meio de aplicativo. O MonitorAr abrange 167 estações instaladas em 10 estados com aproximadamente 54 por cento da população nacional. (p. 48)</p>
2022	Transparência	<p>Em 2022, relevantes resultados foram consolidados, sobretudo no que se refere às políticas estratégicas de reconhecimento, avaliação e gestão das espécies nativas em relação ao uso sustentável e aos riscos e ameaças de extinção, com vistas a assegurar a proteção, a conservação e o manejo da diversidade biológica brasileira, organizadas por meio do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade, CONSERVA+ (Portaria 299/2022). (p. 49)</p>
2022	Transparência	<p>O novo regramento foi publicado juntamente com a Portaria MMA 300/2022, que reconhece de forma unificada a Lista Nacional de Espécies Ameaçadas de Extinção, permitindo assim revogar as Portarias MMA 443/2014, 444/ 2014 e 445/2014 e suas alterações, inclusive sua atualização</p>

		em junho de 2022. A listagem atualizada reconhece 3.209 espécies da Flora e 769 espécies da Fauna consideradas sob ameaça de extinção, classificadas nas seguintes categorias, Vulneráveis (VU), Em Perigo (EM) e Criticamente em Perigo (CR). (p. 49)
2022	Relações_com_a Partes Interessadas	Em 2022 foi celebrada parceria com a prefeitura do município de Corumbá, região do Pantanal Sul, e com o setor privado para assegurar sua operacionalização, manutenção e ações futuras, sobretudo relacionadas às instalações de Hospital Veterinário de Campanha na região. (p. 50)
2022	Relações_com_a Partes Interessadas	No tocante ao controle, manejo e prevenção de espécies exóticas invasoras, com apoio de projeto de cooperação técnica internacional, em dezembro/2022 foram finalizados os trabalhos de elaboração da lista de espécies exóticas invasoras presentes no Brasil com fichas de informações detalhadas sobre aquelas prioritárias para prevenção, detecção precoce e resposta rápida. Está também em fase final o desenvolvimento de protocolos e manuais de detecção precoce, alerta e resposta rápida, juntamente com a estrutura de funcionamento da rede de colaboradores de sua implementação. (p. 51)
2022	Relações_com_a Partes Interessadas	Em nível internacional, a delegação do Brasil, durante a 19ª Conferência das Partes da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e Flora Selvagens em Perigo de Extinção (CITES), ocorrida em novembro de 2022 no Panamá, obteve importantes conquistas em suas propostas de mudança nos níveis de proteção ao uso sustentável de espécies de raias de água doce da região do Xingu, cascudo_zebra, jacaré_de_papoamarelo, e do pau_brasil. Já em dezembro de 2022 em Montreal, na Conferência de Biodiversidade das Nações Unidas _ a COP 15, chegou a um acordo para conter e reverter a perda de espécies ao redor do mundo com a aprovação do novo Marco Global para a Biodiversidade. Contendo 23 metas, um dos destaques está no acordo que estabelece que o mundo dobre os 15por cento de áreas conservadas existentes hoje no planeta, atingindo 30por cento até 2030, além de também vir a restaurar outros 30por cento em áreas degradadas, bem como zerar a perda de territórios biodiversos. Batizada de 30x30, é considerada a principal e a mais ousada meta do acordo. A meta 30x30 irá reconhecer os territórios indígenas como parte da equação, visto que estas contribuem com cerca de 80por cento da biodiversidade do planeta. O Brasil foi um dos países que apoiou a inclusão dos territórios indígenas nessa meta de conservação. (p. 51)
2022	Transparência	Acerca da proteção e defesa animal, cerca 39,5 milhões foram alocados na Agenda Nacional para proteção e defesa animal, por meio de emendas parlamentares, nos exercícios de 2021 e 2022. Atualmente, cerca 125 instrumentos de repasse estão vigentes, com projetos aplicados abrangendo todas as regiões brasileiras. (p. 51)
2022	Transparência	Realização do Seminário Nacional sobre Proteção e Bem_estar de cães e gatos, Ações e Perspectivas, ocorrido em junho de 2022. Foi elaborado, também, um sistema online em que os municípios preenchem o formulário com perguntas sobre a proposição e implementação de políticas públicas para proteção e bem_estar de cães e gatos, inclusive sobre a temática de maus_tratos. A pesquisa foi publicada como projeto_piloto e teve a participação de aproximadamente 500 municípios brasileiros. (p. 52)
2022	Relações_com_a Partes Interessadas	86 instituições Pública receberam o Selo de Monitoramento da Agenda Ambiental na Administração Pública , o que demonstra uma grande evolução no engajamento e monitoramento das entidades quanto à agenda ambiental. Por fim, em 2022, foi realizado o 12º Fórum e 9º Prêmio Agenda Ambiental na Administração Pública , contando com a premiação de 15 instituições públicas que implementaram projetos envolvendo práticas sustentáveis. O evento foi transmitido no youtube do MMA, contando com mais de 1.000 visualizações. (P. 53)
2022	Transparência	86 instituições Pública receberam o Selo de Monitoramento da Agenda Ambiental na Administração Pública , o que demonstra uma grande evolução no engajamento e monitoramento das entidades quanto à agenda ambiental. Por fim, em 2022, foi realizado o 12º Fórum e 9º Prêmio Agenda Ambiental na Administração Pública , contando com a premiação de 15 instituições públicas que implementaram projetos envolvendo práticas sustentáveis. O evento foi transmitido no youtube do MMA, contando com mais de 1.000 visualizações. (P. 53)
2022	Materialidade	A Agenda Ambiental na Administração Pública também evoluiu em 2022. Foram 51 novos Termos de Adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública firmados com instituições públicas de diferentes esferas de governo e diferentes poderes da República. (p. 53)
2022	Transparência	Realização do Seminário Nacional sobre Proteção e Bem_estar de cães e gatos. Foi elaborado, também, um sistema online em que os municípios preenchem o formulário com perguntas sobre a proposição e implementação de políticas públicas para proteção e bem_estar de cães e gatos,

		inclusive sobre a temática de maus_tratos. A pesquisa foi publicada como projeto_piloto e teve a participação de aproximadamente 500 municípios brasileiros. (p. 52)
2022	Transparência	O MMA possui dois projetos financiados pelo GEF (Global Environment Fund), que são o GEF ABS, Fortalecimento da Capacidade Institucional do Sistema Nacional de Acesso e Repartição de Benefícios nos termos do Protocolo de Nagóia e o GEF Fitoterápicos, Uso sustentável, acessível e inovador dos recursos da biodiversidade e do conhecimento tradicional associado em promissoras cadeias de valor fitoterápico do Brasil, cujos valores financiados são USD 4,401,931 e USD 5,722,770 respectivamente. (p. 53)
2022	Transparência	Implementação de noventa e duas novas funcionalidades no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado – SisGen ao longo do corrente ano. Em resumo, em 2022, o SisGen teve 146 Instituições cadastradas, 6.228 atividades de acesso, 685 remessas e 4.608 notificações de produto acabado ou material reprodutivo. (p. 54)
2022	Transparência	Destaca a aprovação do Projeto GEF AZUL, que destina 76,5 milhões para a Conservação da Zona Costeira e Marinha. O projeto é coordenado pelo MMA, financiada pelo Fundo Global para o Meio Ambiente e Implementada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. O montante de recursos disponíveis para esta ação é de 14,4 milhões de dólares. (p. 55)
2022	Relações_com_a s_Partes Interessadas	Em 2022, foi celebrado com a Embrapa/AC um termo de execução descentralizada no valor de 408 mil para realizar o monitoramento da cobertura e uso da terra de duas Reservas Extrativistas no Estado Acre (RESEX Chico Mendes e Cazumbá/Iracema), visando criar um padrão de referência monitoramento/classificação. Adicionalmente, foi realizada a contratação de estudos, com a CIBiogás, para se verificar o potencial de geração de biogás e biometano nas unidades de conservação federais do Programa Áreas Protegidas da Amazônia, a fim de tornar autossustentáveis no quesito energia, cadeia pesqueira. A iniciativa combate também a poluição, por se tratar de recurso que utiliza de materiais que seriam descartados para gerar energia. (p. 56)
2022	Coerência_e_Co mparabilidade	O número total de Unidades de Conservações ativas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação passou de 1.934 em 2018 para 2699 em 2022 (765 novas unidades, sendo 42 de proteção integral e 75 de uso sustentável). (p. 57)
2022	Coerência_e_Co mparabilidade	Entre 2019 e 2022, foram realizados o 4º e o 5º Encontro Anual do Fórum de Dirigentes do SNUC de forma virtual, promovendo a troca de informações e experiências sobre a gestão de unidades de conservação e o SNUC como um todo. (p. 58)
2022	Transparência	O GEF Mar Destaca os seguintes principais resultados até 2022. Criação e Implementação de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas. Identificação e desenho de mecanismos financeiros para apoiar o sistema de Áreas Marinhas e Costeiras Protegidas. Monitoramento e avaliação. Coordenação e gestão do Projeto. estaca, também, que o MMA viabilizou, em 2022, a assinatura de novo Termo de Contribuição Financeira que permitirá a execução de 40 milhões, pelo Projeto, de recurso oriundo de Aditivo ao Termo de Compromisso firmado entre Ibama e Petrobrás em 2018, voltado para projetos de conservação da biodiversidade marinha e costeira e de combate à poluição marinha. (p. 61 e 62)
2022	Relações_com_a s_Partes Interessadas	Em dezembro de 2022, foi realizado o leilão de concessão dos serviços turísticos do Parque Nacional da Chapada dos Guimarães, o projeto prevê investimentos de 18 milhões em novas infraestruturas e outros 200 milhões na operação do parque durante os 30 anos da concessão. No que concerne ao Parque Nacional de Jericoacoara, foi publicado no Diário Oficial da União em 29 de dezembro de 2022, o Edital de Licitação para a concessão da unidade de conservação em comento. Os documentos editalícios estão disponíveis no Portal do ICMBio. (p. 63)
2022	Transparência	Já em 2022, o Parque Nacional de Sete Cidades recebeu recursos para o reestabelecimento do sistema elétrico das edificações que compõe o conjunto de imóveis desse Parque. Outra ação importante, foi o apoio à melhoria na infraestrutura e acessibilidade para o Parque Nacional de Anavilhanas. Dessa forma, esse conjunto de ações totalizam cerca de 1 milhão e 150 mil reais investidos. Ainda, está previsto o lançamento de Aplicativo que reúne informações sobre as principais Unidades de Conservação do país. (p. 66)
2022	Transparência	Destaca os principais avanços de 2022 que buscaram contribuir para a redução dos índices de desmatamento ilegal. O MMA, na qualidade de coordenador da Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa, revisou, juntamente com outros seis ministérios, o Plano Nacional de Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa, e o respectivo Plano Operativo 2020_2023.

		A revisão dos Planos buscou somar os esforços e ações de diferentes ministérios para uma atuação sinérgica na implementação dos seis eixos que os compõe: Tolerância Zero ao Desmatamento Ilegal, Regularização Fundiária, Ordenamento Territorial, Pagamentos por Serviços Ambientais, Bioeconomia e Recuperação da Vegetação Nativa. Ainda em 2022, foi publicado o Decreto 11.100, de 22 de junho de 2022, sobre a suspensão de uso do fogo vigente em todo território nacional para proteger a vegetação em todos os biomas durante o período de seca. A suspensão do uso de fogo foi observada até a segunda metade de outubro, quando começou o período de chuvas em grande parte do país. (p. 68)
2022	Relações_com_a s_Part es_Interest sadas	Vale destacar, também, a retomada das reuniões do Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional Nacional (Ciman), coordenado pelo Ibama. Ao todo foram 42 reuniões que contaram com a participação de representantes de diversas instituições, como: Ibama, ICMBio, MMA, Anac, MCTI, MDR, MAPA, MJSP, Força Nacional, Polícias Federal e Rodoviária Federal, MInfra, MD, Casa Civil, Vice_Presidência da República, entre outros. (p. 68)
2022	Relações_com_a s_Part es_Interest sadas	Em 2022, na Câmara Consultiva Temática sobre Queimadas e Incêndios Florestais no âmbito da Comissão Executiva para Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa (Conaveg) foram discutidos os temas de articulação com o Ministério da Economia para implementação de ferramenta de mensuração e distinção do desmatamento legal e ilegal a partir das informações do PRODES e do SINAFLORA (p. 68)
2022	Relações_com_a s_Part es_Interest sadas	O MMA, em parceria com a cooperação técnica internacional, implementou ações para a formulação de requisitos e geração de protótipo para o Cadastro Nacional de Pagamentos por Serviços Ambientais. Esta ação envolveu, além da articulação com os trabalhos da CCT PSA, consultas técnicas realizadas junto a alguns dos principais órgãos implementadores de projetos de PSA e aos sistemas de integração com o CNPSA (Sinima, Sicar e SiBBR). (p. 70)
2022	Coerência_e_Co mparabilidade	Em 2022, houve o reconhecimento pela Convenção da redução de 518.967.155,03 toneladas de CO2 referentes à redução do desmatamento na Amazônia nos anos 2018 e 2019. No caso do Cerrado, a redução de emissões do desmatamento nos anos de 2018, 2019 e 2020 chegou a 697.486.485 toneladas de CO2. O reconhecimento de resultados no Cerrado tornou possível desenvolver, em diálogo com os próprios representantes estaduais desse bioma, regras para a distribuição de limites de captação e critérios de elegibilidade para entes federais e estaduais procederem a busca por recursos financeiros de REDD+. (p. 70)
2022	Relações_com_a s_Part es_Interest sadas	Com o intuito de alavancar a recuperação da vegetação em todo o território nacional, ao longo de 2022, foi preparado um Acordo de Cooperação entre MMA, Ibama e ICMBio com o objetivo de promover o planejamento e a articulação de ações conjuntas entre os referidos órgãos ambientais federais relacionadas à recuperação ou recomposição da vegetação nativa. O primeiro plano de trabalho desse Acordo de Cooperação, com prazo de execução de dois anos, visa o desenvolvimento de uma plataforma de dados e de informações georreferenciadas que permita a identificação e cadastramento de áreas para subsidiar ações de recuperação ambiental em todo país (advindas de processos de compensação ambiental, reposição florestal em Unidades de Conservação, reparação de danos ambientais e/ou conversão de multas ambientais), por meio da interação entre as áreas ofertadas e instituições interessadas em patrocinar sua recuperação. (p. 73)
2022	Relações_com_a s_Part es_Interest sadas	Com a publicação do Decreto nº 11.075/2022, foram firmados sete (7) Protocolos de Intenções que visam a implementação do referido Decreto com ações conjuntas para a elaboração dos Planos Setoriais de Mitigação. Em julho, o MMA celebrou acordo bilateral com o governo do Japão com o objetivo de fomentar o mercado regulado de créditos de carbono. Em março de 2022, o Governo Federal lançou o Programa Metano Zero, que estimula a produção e uso do biogás e biometano, a partir de resíduos sólidos e orgânicos da agricultura, pecuária e aterros sanitários. (p. 75, 76)
2022	Coerência_e_Co mparabilidade	Desde 2021, o Brasil já reduziu 63 por cento do consumo dos Hidroclorofluorcarbonos (p. 76)
2022	Transparência	Através do Projeto de Cooperação Técnica Implementação de estratégias e ações e de prevenção, controle e combate à desertificação face aos cenários de mudanças climáticas e à Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, foram investidos 2.841.296,45, no período de 2019 a 2022, com entregas voltadas à implementação da Política Nacional de Combate à Desertificação. (p. 77)

2022	Relações_com_a s_Part es_Interest adas	Acompanhamento do Contrato firmado entre a FAO e a empresa ERM Brasil Ltda para realizar serviço técnico especializado para “Subsidiar estudo sobre alternativas e reflexões para aperfeiçoamento da comunicação nacional à UNFCCC e respectivo Inventário Nacional de Emissões Antrópicas por Fontes e Remoções por Sumidouros de Gases de Efeito Estufa _GEE”. Os Produtos que contemplavam o escopo foram entregues em dezembro de 2022 e o contrato foi encerrado; (p. 78)
2022	Transparência	Ainda, em 2022, foram concluídas as negociações junto ao Fundo Mundial do Meio Ambiente – GEF e Banco Mundial para a implementação do Projeto GEF Brasil: Vertentes, Consórcio de Paisagens Sustentáveis de Uso Múltiplo no Brasil. O Projeto será implementado com recursos de doação do Programa FOLUR, no valor de US\$ 24.577.982. (p. 79)
2022	Materialidade	A Agenda compreende seis eixos estratégicos, contendo ações concretas com vistas à obtenção de resultados tangíveis e efetivos: Combate ao Lixo no Mar (Plano Nacional de Combate ao Lixo no Mar); Resíduos Sólidos (Programa Lixão Zero), Áreas Verdes Urbanas (Programa Cidades+Verdes); Qualidade do Ar (Programa Ar Puro); Saneamento e Qualidade das Águas (Programa Rios +Limpos); e Áreas Contaminadas (Programa Nacional de Recuperação de Áreas Contaminadas). (p. 44)
2022	Materialidade	O MMA trabalha com três importantes Fundos Ambientais que contribuem, como agentes financiadores, com entregas estratégicas, por meio do apoio a projetos, ações, empreendimentos, estudos ou iniciativas. São eles: o Fundo Nacional do Meio Ambiente, o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e o Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios. (p. 82)
2022	Materialidade	No final de 2022, a carteira de projetos vigentes do Fundo Nacional do Meio Ambiente estava composta por três instrumentos de repasse celebrados com instituições públicas, no valor total de 12.967.818,11. Além desses projetos, nove instrumentos foram finalizados e estão em fase de análise das prestações de contas, e sete instrumentos tiveram suas prestações de contas aprovadas. (p. 82)
2022	Transparência	A execução orçamentária do Fundo Nacional do Meio Ambiente apresentou uma média de 74,1 por cento do limite disponível no período de 2019 a 2022. Os projetos apoiados foram voltados para a preservação e a recuperação de áreas verdes, urbanas e rurais, a elaboração de planos para o pagamento por serviços ambientais, segurança hídrica de localidades frente às mudanças climáticas, bem como a gestão de resíduos sólidos. O orçamento do FNMA em 2022 foi destinado à última parcela de projeto aprovado em ano anterior no segmento de resíduos sólidos, mas a execução orçamentária nesse exercício foi afetada pelo cancelamento do empenho por iniciativa da Caixa, instituição mandatária contratada, sem tempo hábil para remanejamento dos recursos. Além disso, não houve aprovação de projetos novos em 2022. (p. 82)
2022	Transparência	Em 2022, os recursos orçamentários da ação 20G4 de Fomento a Estudos e Projetos para Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima foram no valor de 525.980. Em junho, foi lançado o Edital 1/2022 FNMC de Apoio a projetos e estudos para mitigação das emissões de gases de efeito estufa e adaptação aos efeitos da mudança do clima. Dez propostas foram aprovadas no certame, e o recurso de 525.980 foi destinado para celebração de convênio com o primeiro colocado, que foi o projeto de Osasco (SP). Os outros nove projetos da lista de classificação aguardam novos recursos, sendo que os convênios ainda podem ser celebrados até o final do primeiro semestre do próximo exercício. (p. 83)
2022	Coerência_e_Co mparabilidade	A execução orçamentária na modalidade não reembolsável do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima entre 2019 e 2022 foi de 77 por cento do limite disponível para empenho, no conjunto dos quatro anos. Em 2019, houve necessidade de alterações no arranjo de governança do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima, adiando a aprovação de novos projetos. Nos anos de 2020 a 2022, a plena operação das rotinas de gestão permitiu a retomada das atividades e houve aproximadamente 100 por cento de execução orçamentária. (p. 84)
2022	Relações_com_a s_Part es_Interest adas	Em 2022, foram priorizados os investimentos em energias renováveis, máquinas e equipamentos eficientes, resíduos sólidos e cidades sustentáveis, entre outras linhas no BNDES. As diretrizes para o financiamento de projetos podem ser revisadas pelo Comitê Gestor a cada exercício (p. 85)
2021	Materialidade	Em 2021, o fundo alcançou cerca de 4 milhões de reais de saldo disponível. (p. 67)
2022	Materialidade	Em 2022, o Fundo Nacional de Repartição de Benefícios alcançou a marca de 5,5 milhões de reais de saldo disponível. (p. 85)



2022	Confiabilidade_e_Completude	O Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios é gerido por um Comitê Gestor, que havia se reunido pela última vez em fevereiro de 2019. Esse Comitê ficou carente de reuniões em 2020 e 2021, em razão da dificuldade de se nomear seus membros, que estavam com os mandatos vencidos, e alguns órgãos responsáveis por suas indicações demoraram para enviar suas indicações. No ano de 2022, foram realizadas 3 reuniões ordinárias do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios. (p. 85)
2022	Confiabilidade_e_Completude	O Decreto nº 11.018/22 foi publicado sem a composição do Governo Federal, o que se tornou um impedimento para a continuidade dos trabalhos do Conama. (p. 89)
2022	Materialidade	Com o advento do Decreto nº 9759/2019, que extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal, e do Decreto nº 9806/2019, que alterou a composição e o funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente, ocorreu a extinção da CP_CNEA, criando um vácuo no que diz respeito aos procedimentos necessários para o ingresso ou exclusão de qualquer entidade ambientalista no Cadastro. (p. 90)
2022	Coerência_e_Coimparabilidade	A Força de Trabalho do MMA, nos últimos cinco anos, vem sofrendo redução do quantitativo de servidores efetivos, devido, principalmente, a aposentadorias e a reestruturação do Ministério. Nesse sentido, esta Pasta desenvolve estratégias para fortalecer a capacidade institucional, solicitando a autorização de concurso público e realizando processo seletivo para recomposição da força de trabalho. No exercício de 2022, este Ministério buscou mitigar os efeitos da pandemia dando continuidade e aperfeiçoando as ações de proteção à sua força de trabalho já iniciadas no exercício de 2020. (p. 92)
2022	Coerência_e_Coimparabilidade	Em 2022, a força de trabalho apresentou uma diminuição em torno de 3,72 por cento, em relação ao ano anterior. Esse pequeno decréscimo não sinaliza diminuição significativa na força de trabalho do Ministério, seguindo uma tendência de estabilidade da força de trabalho em função de pequenos ajustes de retorno de servidores afastados e cedidos a outros órgãos. (p. 92)
2022	Transparência	No ano de 2022, foi dada continuidade à implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas, no âmbito do MMA. Nesse ano, houve um aumento tanto no número da oferta de ações de desenvolvimento, quanto no número de servidores participantes das ações. Ao todo, em 2022, foram realizadas 408 ações de desenvolvimento, dentre cursos livres e de pós-graduação stricto sensu, sendo capacitados 218 servidores. (p. 94)
2022	Confiabilidade_e_Completude	Foram instaurados vinte processos em 2022 para reposição de valores recebidos indevidamente por servidores deste órgão. Tais reposições irão gerar retorno aos cofres da União de aproximadamente 56.882,86 (p. 95)
2022	Transparência	Em 2022, o MMA empenhou recursos em TI no montante de 14.620.922,50. Os resultados e produtos entregues estão relacionados a sistemas, portais e aplicativos, visando o aprimoramento da sua Governança e aumentando a segurança da informação, de forma a melhorar os serviços prestados em infraestrutura de TI da Instituição. (p. 97)
2022	Transparência	Em 2022, foram realizados sessenta e dois procedimentos de contratações, totalizando aproximadamente 24 milhões de reais, em valores homologados. Importante esclarecer que são valores obtidos da base de dados do Portal de Compras do Governo Federal “Compras.gov.br”. E no caso de licitações realizadas no Sistema de Registro de Preços, nas quais o MMA figurou como partícipe, os valores que correspondem aos quantitativos registrados para o MMA nem sempre refletem a execução financeira referente a execução contratual de cada processo licitado, uma vez que o órgão poderá efetivar a contratação durante toda a vigência da ata, em geral, por 12 meses. (p. 102) Foram realizadas, no exercício de 2022, 48 (quarenta e sete) contratações diretas. 21 Dispensas de Licitação: 261465,80. 27 Inexigibilidades de Licitação: 778.284,45. Foram realizadas, no exercício de 2022, quatorze procedimentos de contratações mediante licitações realizadas pelo MMA, participações do MMA em registro de preços, adesão à ata de registro de preços “carona” e sub rogação de licitação, realizadas por outros órgãos da administração pública. (p. 102)
2022	Transparência	Até dezembro de 2022, o MMA possuía cinquenta e oito contratos vigentes, que perfaziam o montante de 82.641.442,37, dos quais dezoito foram firmados ainda no exercício de 2022, totalizando 23.242.151,08. No que tange aos demais contratos, pertencentes aos exercícios anteriores, somam o total de 59.399.291,29. (p. 103)

2022	Relações_com_a s_Partes_Interess adas	Entre as contratações relevantes, relativas ao exercício de 2022, está o Contrato nº 12/2022, firmado com a empresa PROCLIMA ENGENHARIA LTDA, que trata da prestação de serviços de gestão integrada de serviço predial, denominado Facilitie, cujo objeto foi implementado inicialmente no MMA, como Projeto Piloto. Dessa forma, com a subscrição e início da execução do Contrato nº 12/2022, serão substituídos 6 (seis) contratos, com objetos distintos, de forma planejada e com cronograma específico de execução para cada serviço (p. 103)
2022	Transparência	Num recorte por elemento de despesa, verifica que as principais despesas da Administração Direta e dos Fundos estão concentradas no pagamento de Pessoal, Encargos e Benefícios, que, juntos, representam 62,2 por cento do valor empenhado em 2022, ou seja, 126,5 milhões. (p. 110)
2022	Coerência_e_Co mparabilidade	Quando se foca a análise no âmbito da Administração Direta e dos Fundos constata que também houve acréscimo de 35,6 por cento dos valores de Lei+Créditos, quando comparado a 2021. Houve uma redução de 4,6 por cento saindo de um montante de 213,3 milhões em 2021, para 203,4 milhões em 2022 (redução no empenho dos Fundos e em emendas individuais, considerando que a Lei+Créditos de emendas também reduziu em 2022). (p. 110)
2023	Materialidade	O desafio de compatibilizar desenvolvimento e proteção da natureza ainda permanece em cena em nosso país, e soma ao enfrentamento das mudanças do clima, o que impõe a urgência de uma atuação transversal e integrada entre as políticas públicas e a sociedade. As informações apresentadas neste Relatório refletem os resultados da Agenda Ambiental Estratégica. O esforço da gestão do MMA em 2023 foi voltado a atuar contribuindo para o alcance de um novo ciclo de prosperidade para o país, projetando um futuro que preserve as bases naturais do desenvolvimento do Brasil de forma justa, inclusiva e sustentável. (p. 2)
2023	Materialidade	Com a publicação do Decreto nº 11.349, de 1º de janeiro de 2023, a instituição passou a estar estruturada de forma bastante distinta de como se verificou na gestão imediatamente anterior. O novo arcabouço normativo estabeleceu uma significativa alteração na organização regimental do MMA, com o intuito de restabelecer as competências dessa Pasta e reposicionar o órgão para o atendimento das diretrizes do Governo na temática ambiental. Dentro desse cenário, a nova gestão evidenciou que os instrumentos de planejamento que estavam em vigor no MMA não mais atendiam aos desafios e prioridades emergentes, tampouco estavam aderentes à nova forma de organização da instituição. (p. 9)
2023	Foco_estratégico e_no_cidadão	O Plano Plurianual, instituído pela Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, é a principal peça de planejamento governamental, expressando as diretrizes, objetivos e metas para o período dos próximos 4 anos, de forma regionalizada. Na camada estratégica, destaca o indicador_chave nacional “Emissão de Gases de Efeito Estufa (GEE) no Brasil” como instrumento de monitoramento dos resultados da atuação governamental no enfrentamento da emergência climática. Além disso, outro indicador_chave nacional eleito para a camada estratégica do PPA e a taxa de desmatamento anual no bioma Amazônia. (p. 14)
2023	Materialidade	O MMA esta diretamente responsável, atuando como coordenador, pela implementação de quatro Programas Finalísticos: Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios. Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade. Qualidade ambiental na cidade e no campo. Enfrentamento da emergência climática. Cada programa conta com diversos atributos que compõem seu escopo, com destaque para os objetivos específicos, entregas e medidas institucionais e normativas. Ademais, além dos quatro Programas acima mencionados, o MMA participa de três Programas coordenados por outras pastas, apresentando contribuições diretas para seus alcances. (p. 15)
2023	Materialidade	O Plano Plurianual 2020_2023, instituído pela Lei nº 13.971, de 27 de dezembro de 2019, encerrou seu último ano de implementação com o monitoramento dos resultados alcançados em 2023, fechando o ciclo de quatro anos. O MMA estava responsável pela coordenação de quatro Programas Temáticos e seus atributos associados. (p. 21)
2023	Transparência	O Programa Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios foi criado com a meta ambiciosa de reduzir o desmatamento e os incêndios ilegais nos biomas em 90 por cento até o final do PPA 2020_2023. Dentre as metas dos onze resultados intermediários programados para o final do plano plurianual, oito foram alcançadas. De acordo com o Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazonia Legal por Satélite, sistema oficial operado pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, foi registrada, para o período de agosto de 2022 a julho de 2023, a redução de 22,3 por cento no desmatamento da Amazonia, em relação ao mesmo período anterior. (p. 21)

2023	Transparência	O Programa Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, alcançou a totalidade das metas pactuadas em quatro dos dez resultados intermediários programados. Há que considerar as restrições assinaladas, especialmente quanto a insuficiência orçamentária, restrição de pessoal, estrutura organizacional inadequada e falhas de articulação institucional. (p. 22)
2023	Transparência	O Programa Qualidade Ambiental Urbana alcançou sua meta prevista para o final do plano plurianual e atingiu as vinte e sete unidades da federação com pelo menos uma ação dos temas prioritários. Dentre as metas dos dezesseis resultados intermediários, quinze foram alcançadas, com exceção do aplicativo do SINIR+, que não foi lançado e atualizado, em função da revisão dos instrumentos de logística reversa e da necessidade de estabelecer parceria para desenvolvimento do Sistema Nacional de Logística Reversa. (p. 22)
2023	Transparência	O Programa Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios, atingiu 22,3 por cento de redução da área total de vegetação nativa suprimida na Amazônia. 210 mil km² de área protegida com o manejo integrado do fogo implementado. 21,26 por cento do território terrestre e marinho protegido. 1.853 espécies da fauna/flora ameaçadas de extinção com Planos de Ação ou outros instrumentos para conservação.
2023	Relações_com_a s_Part es_Interest adas	Programa Nacional de Florestas Produtivas em parceria com Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – Projeto Inaugural no Para lançado na COP28. Recursos financeiros alocados, somando 10.080.000,00 (dez milhões e oitenta mil reais), discriminados em 6.000.000,00 (seis milhões de reais) provenientes do MDA e 4.080.000,00 (quatro milhões e oitenta mil reais) oriundos do MMA. Elaboração e início da operação de projeto com a PoP Coalition, no valor de US\$ 1,1 milhão, para apoio a análise fundiária e socioambiental das florestas públicas e identificação de possíveis formas de destinação. Duas Unidades de Conservação foram criadas, Parque Nacional Serra do Teixeira, Floresta Nacional de Parima, totalizando ampliação das áreas protegidas em 279.331 hectares. (p. 30, 32)
2023	Transparência	O Programa Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade. Indicadores e Metas alcançadas em 2023. 77.682 pesquisas e desenvolvimento tecnológicos registrados no Sisgen. 1.326.951,45 ha de florestas públicas federais concedidas e em produção de produtos e serviços florestais. 437.282.900 ha inventariados pelo Inventário Florestal Nacional do Brasil. 22.900 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Verde e outras políticas de fomento a atividades. (p. 37)
2023	Transparência	O Programa Qualidade ambiental nas cidades e no campo. Indicadores e Metas alcançadas em 2023. 2,2 por cento de Taxa de recuperação de recicláveis secos dos resíduos sólidos urbanos. 24.301 toneladas de substâncias químicas perigosas destinadas de forma ambientalmente adequada. Quinze por cento de unidades da federação que geram dados de monitoramento da qualidade do ar e água, integradas aos sistemas de monitoramento. Dois por cento de municípios com ações ou instrumentos da Agenda Nacional de Proteção, Defesa e Direitos Animais. (p. 44)
2023	Relações_com_a s_Part es_Interest adas	Curso EaD com Instituto Pólis Compostagem municipal: como implantar na sua cidade em diversas escalas com objetivo de capacitar gestores e técnicos municipais em escala nacional lançado. Realização de 3 turmas do curso EAD em gestão da qualidade do ar, com 10,5 mil alunos matriculados. (p. 46, 50)
2023	Transparência	Integração ao Sistema Nacional de Gestão da Qualidade do Ar, MonitorAr dos dados gerados por 3 Estados: Pará, Maranhão e Santa Catarina. Dados gerados pelos Estados de Pernambuco e Rio de Janeiro, e da Usina Termelétrica Pampa Sul (RS) em processo de integração ao MonitorAr. Criação de novos perfis e ampliação da capacidade de integração do MonitorAr. (p. 49, 50)
2023	Relações_com_a s_Part es_Interest adas	Proposta de projeto elaborada por ONG parceira – Stockholm Environment Institute – SEI com a colaboração do MMA, visando ao desenvolvimento de um Plano Nacional para mitigação de poluentes climáticos de vida curta. Proposta de projeto elaborada por duas ONGs parceiras Instituto Energia e Meio Ambiente e Conselho Internacional para o Transporte Limpo com a colaboração do MMA, visando o desenvolvimento de um inventário de emissões de poluentes por fontes veiculares e uma estratégia para o estabelecimento de um programa de inspeção veicular, aprovada pelo Climate and Clean Air Coalition. (p. 50)
2023	Relações_com_a s_Part es_Interest adas	Foram feitas articulações com o Ministério da Saúde e com o Ministério do Planejamento e Orçamento para que a Pesquisa Nacional de Saúde 2024 e o Censo Intermediário 2025 tragam questões relacionadas a quantidade de cães e gatos, castrados/na o castrados. Segue em execução a parceria celebrada via Termo de Execução Descentralizada com a Universidade Federal de Alagoas, em subdescentralização com a Universidade Federal do Paraná e Universidade de Brasília, para a formação de no mínimo 500 médicos veterinários de todas as regiões geopolíticas. (p. 53)

2023	Transparência	Programa Enfrentamento da emergência climática. Indicadores e Metas alcançadas em 2023. 59,80 por cento das emissões de GEE nacionais coberto por planos de mitigação. 26,48 por cento da Zona Costeira e Marinha, com importância para mitigação e adaptação, protegida. Cinco Estados com ações de Combate a Desertificação e ações de Mitigação dos Efeitos da Seca. Treze Iniciativas de Educação Ambiental Participativa, Popular e Territorial. (p. 55)
2023	Transparência	Programa Recursos Hídricos. Água em quantidade e qualidade para sempre. Elaboração do Plano Setorial de Recursos Hídricos como ferramenta de adaptação a crise climática iniciada. (p. 61)
2023	Materialidade	Em 2023, foram retomadas as atividades do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama, órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente – Sisnama. Por decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, seus trabalhos estavam suspensos, desde dezembro de 2021, em razão do Decreto nº 9.806/2019, que havia restringido a participação social no Conselho. (p. 63)
2023	Foco_estratégico_e_no_cidadão	A Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNOODS) é um colegiado de natureza consultiva e funcionará no âmbito da Secretaria_Geral da Presidência da República. O objetivo é contribuir para a internalização da Agenda 2030 no país, estimular a sua implementação em todas as esferas de governo e junto à sociedade civil, além de acompanhar, difundir e dar transparência às ações realizadas para o alcance das suas metas e ao progresso no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. (p. 64)
2023	Materialidade	Agenda Ambiental na Administração Pública (Agenda Ambiental na Administração Pública ) é um programa do MMA que objetiva estimular os órgãos públicos do país a implementarem práticas de sustentabilidade. A adoção da Agenda Ambiental na Administração Pública demonstra a preocupação do órgão em obter eficiência na atividade pública enquanto promove a preservação do meio ambiente. Ao seguir as diretrizes estabelecidas pela Agenda, o órgão público protege a natureza e, em consequência, consegue reduzir seus gastos. Em 2023, destaca a adesão de 23 novas instituições ao Programa. (p. 67)
2023	Relações_com_a_s_Partes Interessadas	O ano de 2023 foi marcado por uma intensa participação internacional do MMA e entidades vinculadas, com destaque para a promoção da cooperação bilateral, regional e multilateral em questões de meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Esta participação ativa reflete o compromisso do MMA em contribuir para a construção de um futuro mais sustentável e resiliente para o planeta, por meio do engajamento ativo em fóruns e negociações internacionais. (p. 67)
2023	Relações_com_a_s_Partes Interessadas	O MMA apoiou a realização de missões do Presidente da República aos Estados Unidos da América (EUA), China, Emirados Árabes Unidos (EAU), Alemanha e Colômbia, marcadas pela celebração de acordos e discussões fundamentais para a agenda de sustentabilidade do País. Com os EUA, foi reativada a Iniciativa Conjunta sobre Mudança do Clima e estabelecido o Grupo de Trabalho de Alto Nível Brasil_EUA sobre Clima. Na China, criou a Subcomissão sobre Clima e Meio Ambiente da COSBAN (Comissão Sino_brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação). Foram assinados, também, importantes acordos de cooperação com os EAU e expandida a carteira de projetos de cooperação financeira e técnica com a Alemanha. Na Colômbia, avançou na revitalização da agenda de cooperação amazônica. Além disso, foram fortalecidas relações bilaterais de alto nível com países como Argentina, Peru, Colômbia, Chile, Costa Rica, França, Honduras, Canadá, União Europeia, Reino Unido, Dinamarca, Noruega, Japão, Índia e Singapura, entre outros. Esses diálogos resultaram em declarações ministeriais e planos de trabalho sobre temas estratégicos, incluindo conservação e uso sustentável da biodiversidade, gestão de resíduos e de químicos, enfrentamento à mudança do clima, prevenção e controle do desmatamento, combate à desertificação, promoção da bioeconomia e desenvolvimento sustentável de povos e de comunidades tradicionais. (p. 67)
2023	Relações_com_a_s_Partes Interessadas	O MMA desempenhou um papel significativo nos processos de preparação e realização da Cúpula, participando dos Diálogos Amazônicos com sociedade civil, movimentos sociais, academia, centros de pesquisa e agências governamentais, do Brasil e demais países amazônicos. As declarações adotadas no âmbito da Cúpula, como a Declaração Conjunta dos Estados_Partes no Tratado de Cooperação Amazônica e a Declaração Conjunta Unidos por Nossas Florestas, demonstraram o compromisso compartilhado para evitar o ponto de não retorno da floresta, estabelecendo também pontes entre os países amazônicos e outros países florestais em desenvolvimento como Indonésia, República Democrática do Congo, República do Congo e São Vicente e Granadinas. (p. 68)

2023	Relações_com_a Partes Interessadas	Estruturando o caminho para a esperada COP_30 de Belém, em 2025, o MMA atuou de forma estratégica para a obtenção de resultados substantivos, como o inédito e celebrado acordo para a transição e eliminação gradativa dos combustíveis fósseis. O Ministério representou o Brasil em outros eventos internacionais de destaque, reforçando o compromisso do país com a implementação de metas globais de sustentabilidade e a importância da cooperação multilateral para o seu alcance, como no caso da Conferência da ONU sobre a Água, realizada em Nova York, em março. Outro exemplo notável foi a COP_2 do Acordo de Escazú sobre o direito de acesso à informação, à participação e à justiça em questões ambientais, ocorrida em Buenos Aires, em abril, ocasião na qual a ministra Marina Silva anunciou a instauração do processo de ratificação do instrumento pelo Brasil. (p. 69)
2023	Materialidade	O MMA revisou seu Programa de Integridade e publicou a Portaria GM/MMA nº 896, de 28 de dezembro de 2023, juntamente com o Plano de Integridade para o biênio 2023_2025. Trata da concretização de um conjunto estruturado de diretrizes e metas, meticulosamente elaboradas para abranger a prevenção, detecção, remediação e punição de práticas como corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta. Agora, o Programa, chamado de Ambiente Integro, não apenas reforça a atuação contra esses desvios, mas também se dedica ao enfrentamento direto da violação ou desrespeito a direitos, valores e princípios que tem um impacto vital na confiança, credibilidade e reputação da instituição. Essa evolução consolida sua contribuição na construção de ambientes de trabalho saudáveis e inclusivos, onde a ética, o respeito ao trabalho digno, a celebração da diversidade e o compromisso com a sustentabilidade se entrelaçam de forma harmoniosa. (p. 71)
2023	Materialidade	Para a construção do Plano de Integridade para o biênio 2023_2025, que se divide em seis eixos e 47 ações e envolve várias áreas do Ministério, foi realizada a gestão de riscos de integridade. Outro ponto de destaque foi a criação do Comitê Permanente de Gestão da Integridade – CGI/MMA, e da Rede de Integridade – RIMMA, pela Portaria GM/MMA Nº 881, de 28 de dezembro de 2023. (p. 71)
2023	Coerência_e_Co mparabilidade	O desempenho do MMA em relação as manifestações de ouvidoria mostrou melhorias significativas de 2022 para 2023. A percepção de resolatividade melhorou consideravelmente, com 60 por cento das demandas resolvidas em 2023, comparado a 44 por cento em 2022. A satisfação com o atendimento também apresentou ligeira melhora, passando de uma média de 3,37 para 3,47. Tal incremento se deu em um contexto de aumento no total de manifestações de 723 para 872. (p. 75)
2023	Foco_estratégico e_no_cidadão	O MMA manteve o esforço em promover uma gestão orçamentária alinhada ao planejamento estratégico, priorizando a implementação das políticas públicas ambientais. Assim, houve uma concentração orçamentária no Ibama e no ICMBio, que são as unidades executoras das ações de comando e controle, envolvendo a fiscalização e o combate aos ilícitos ambientais. Com a nova estrutura organizacional do Governo, vale registrar o retorno do Serviço Florestal Brasileiro – SFB ao Órgão e a recriação Programa Bolsa Verde. Quanto à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA, esta começou o exercício financeiro como pertencente ao MMA, mas a Lei nº 14.600/2023 alterou a legislação e a vinculou ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Assim, tal Unidade não foi contemplada em qualquer dado prestado neste documento. (p. 76)
2023	Coerência_e_Co mparabilidade	O orçamento total 2023, em relação ao de 2022, mostra um acréscimo de 23,5 por cento em Lei+Créditos, com maior concentração em Despesas Financeiras e em Demais Discricionárias RP. Em termos de valores empenhados, houve acréscimo de 26,7 por cento (2023 x 2022). (p. 77)
2023	Relações_com_a Partes Interessadas	Em 2023, o MMA atuou com vistas a estruturar, coordenar e monitorar o processo de captação de recursos externos, bem como apoiar os órgãos do Ministério e das entidades vinculadas em negociações sobre programas e projetos de cooperação internacional e instrumentos congêneres com organismos internacionais, entidades e governos estrangeiros, conforme o caso. Dessa atuação, decorreu a captação de US\$160 milhões, que auxiliarão o MMA e as Vinculadas no atingimento de suas metas e no cumprimento dos compromissos internacionalmente assumidos pelo Brasil em matéria ambiental. (p. 83)
2023	Materialidade	No final de 2023, a carteira de projetos vigentes do Fundo Nacional do Meio Ambiente era composta por nove termos de colaboração celebrados com organizações da sociedade civil, no valor total de 5.370.966. Seis projetos foram selecionados por meio do Edital FNMA 2/2023 de Centros de Educação e Cooperação Socioambiental. Esse edital recebeu 1,5 milhão do orçamento do Fundo Nacional do Meio Ambiente e 1,5 milhão do orçamento do Departamento de Educação Ambiental e Cidadania do MMA. (p. 83)
2020	Materialidade	Em 2020, a carteira de projetos do Fundo Clima era composta por 15 convênios e termos de colaboração, e dois Termos de Execução Descentralizada, celebrados com instituições públicas, organizações da sociedade civil, e instituições federais, no valor total de 36.502.015. (p. 44)

2023	Materialidade	Ao final de 2023, a carteira de projetos vigentes do Fundo Clima na modalidade não reembolsável era composta por oito instrumentos de repasse celebrados com um município e sete organizações da sociedade civil, no valor total de 6.116.440. Além desses projetos, um convênio celebrado com o Município de Fagundes Varela/RS foi concluído em 2023. Em 2023, 99 por cento dos recursos orçamentários da ação 20G4 de Fomento a Estudos e Projetos para Mitigação e Adaptação a Mudança do Clima, no valor de 3.470.000, foram empenhados e pagos. Todo o orçamento de 2023 do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima na modalidade não reembolsável foi destinado ao apoio a projetos selecionados por meio do Edital FNMC/FNMA 1/2023 de Iniciativas Socioambientais para Redução de Vulnerabilidade a Mudança do Clima em Áreas Urbanas e Rurais, conforme informações que constam na seção sobre o FNMA (p. 84)
2023	Relações com as Partes Interessadas	O Fundo Amazônia, que é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em coordenação com o MMA, tem como objetivo captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. O Fundo, que estava paralisado desde 2019, foi reativado em janeiro de 2023, com diversos avanços em sua governança, como o restabelecimento do Comitê Orientador do Fundo Amazônia, determinação de novas diretrizes para aplicação dos recursos, retomada e revisão de projetos, além da construção e lançamento de editais com iniciativas acopladas a políticas públicas de abrangência em todo território. (p. 87)
2023	Materialidade	O Fundo Amazônia, que é gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social em coordenação com o MMA, tem como objetivo captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento, e de promoção da conservação e do uso sustentável da Amazônia Legal. O Fundo, que estava paralisado desde 2019, foi reativado em janeiro de 2023, com diversos avanços em sua governança, como o restabelecimento do Comitê Orientador do Fundo Amazônia, determinação de novas diretrizes para aplicação dos recursos, retomada e revisão de projetos, além da construção e lançamento de editais com iniciativas acopladas a políticas públicas de abrangência em todo território. (p. 87)
2023	Materialidade	Em 2023, o Fundo Nacional de Repartição de Benefícios alcançou a marca de 7,4 milhões de reais de saldo disponível. (p. 89)
2023	Coerência e Comparabilidade	A Força de Trabalho do MMA nos seis anos anteriores vinha sofrendo redução do quantitativo de servidores efetivos, devido, principalmente, a aposentadorias e à reestruturação do ministério. Nesse sentido, esta Pasta desenvolveu estratégias para fortalecer a capacidade institucional, realizando concurso público e processos seletivos para recomposição da força de trabalho. No exercício de 2023, este ministério deu continuidade e aperfeiçoou as ações de proteção à sua força de trabalho já iniciadas no exercício de 2020. Além disso, o MMA publicou portarias de procedimentos gerais para a instituição do Programa de Gestão no âmbito das unidades desta Pasta. Em 2023, a força de trabalho apresentou um aumento em torno de 30,08 por cento, em relação ao ano anterior. No ano de 2023, foi dada continuidade à implementação da Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas – PNDP, no âmbito do MMA, por meio da execução do Plano de Desenvolvimento de Pessoas – PDP 2023. Nesse ano, seguindo a tendência de 2022, houve um aumento tanto no número da oferta de ações de desenvolvimento, quanto no número de servidores participantes das ações. Seguem abaixo os dados de 2023: Ações de desenvolvimento realizadas: 61; Número de participações nas ações de desenvolvimento: 437; e Número de servidores capacitados: 270 servidores. (p. 94, 91)
2023	Transparência	Em 2023, o MMA empenhou recursos em TI no montante de 11.850.865,74. Os resultados e produtos entregues estão relacionados a sistemas, portais e aplicativos, bem como suporte e sustentação de infraestrutura, impressão, telefonia, transformação digital, tudo visando ao aprimoramento da Governança, a qualidade e o aumento da segurança da informação, de forma a melhorar os serviços de TI prestados na Instituição. (p. 97)
2020	Conectividade da Informação	Resultados Ambientais: Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 1: promover a melhoria da qualidade ambiental, com ênfase nas áreas urbanas e temas prioritários; Objetivo 5: elaborar e implementar a Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana. Programa do PPA 2020_2023 Relacionado ao 1043 de Qualidade Ambiental Urbana. (p. 27)
2021	Conectividade da Informação	Resultados Ambientais: Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 1: promover a melhoria da qualidade ambiental, com ênfase nas áreas urbanas e temas prioritários; Objetivo 5: elaborar e implementar a Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana. Programa do PPA 2020_2023 Relacionado ao 1043 de Qualidade Ambiental Urbana. (p. 36)

2022	Conectividade_da_Informação	Resultados Ambientais: Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 1: promover a melhoria da qualidade ambiental, com ênfase nas áreas urbanas e temas prioritários; Objetivo 5: elaborar e implementar a Agenda Nacional de Qualidade Ambiental Urbana. Programa do PPA 2020_22023 Relacionado ao 1043 de Qualidade Ambiental Urbana. (p. 36)
2020	Conectividade_da_Informação	Resultados Ambientais: Biodiversidade: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 02: fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos; Objetivo 07: promover a conservação e o manejo de espécies com base em iniciativas que prezem os diversos usos sustentáveis da biodiversidade nacional; Objetivo 10: facilitar e disseminar o uso econômico do Patrimônio Genético, em respeito às disposições previstas na Lei nº 13.123 de 20 de maio de 2015; Objetivo 12: implementar processos de formação e capacitação em temáticas ambientais e induzir práticas de responsabilidade ambiental em consonância com o desenvolvimento socioeconômico; Programa do PPA 2020_22023 Relacionado ao 1041 de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais. (p. 29)
2021	Conectividade_da_Informação	Resultados Ambientais: Biodiversidade: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 02: fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos; Objetivo 07: promover a conservação e o manejo de espécies com base em iniciativas que prezem os diversos usos sustentáveis da biodiversidade nacional; Objetivo 10: facilitar e disseminar o uso econômico do Patrimônio Genético, em respeito às disposições previstas na Lei nº 13.123 de 20 de maio de 2015; Objetivo 12: implementar processos de formação e capacitação em temáticas ambientais e induzir práticas de responsabilidade ambiental em consonância com o desenvolvimento socioeconômico; Programa do PPA 2020_22023 Relacionado ao 1041 de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais. (p. 40)
2022	Conectividade_da_Informação	Resultados Ambientais: Biodiversidade: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 02: fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos; Objetivo 07: promover a conservação e o manejo de espécies com base em iniciativas que prezem os diversos usos sustentáveis da biodiversidade nacional; Objetivo 10: facilitar e disseminar o uso econômico do Patrimônio Genético, em respeito às disposições previstas na Lei nº 13.123 de 20 de maio de 2015; Objetivo 12: implementar processos de formação e capacitação em temáticas ambientais e induzir práticas de responsabilidade ambiental em consonância com o desenvolvimento socioeconômico; Programa do PPA 2020_22023 Relacionado ao 1041 de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais. (p. 40)
2020	Conectividade_da_Informação	Resultados Ambientais: Áreas protegidas e ecoturismo: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 2: fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos; Objetivo 6: viabilizar os serviços ambientais para promover o desenvolvimento sustentável, em especial, em Áreas Protegidas e Comunidades Locais. Programa do PPA 2020_2023 Relacionado ao 1041 de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais. (p. 32)
2021	Conectividade_da_Informação	Resultados Ambientais: Áreas protegidas e ecoturismo: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 2: fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos; Objetivo 6: viabilizar os serviços ambientais para promover o desenvolvimento sustentável, em especial, em Áreas Protegidas e Comunidades Locais. Programa do PPA 2020_22023 Relacionado ao 1041 de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais. (p. 44)
2022	Conectividade_da_Informação	Resultados Ambientais: Áreas protegidas e ecoturismo: Objetivos Estratégicos Relacionados _ Objetivo 2: fortalecer a conservação, o uso sustentável e a repartição de benefícios da Biodiversidade e dos Recursos Naturais, de forma a combater e reverter as suas perdas e a redução dos serviços ecossistêmicos; Objetivo 6: viabilizar os serviços ambientais para promover o desenvolvimento sustentável, em especial, em Áreas Protegidas e Comunidades Locais. Programa do PPA 2020_22023 Relacionado _ 1041 _ Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade e dos Recursos Naturais. (p. 44)

2020	Conectividade_d a_Informação	Resultados Ambientais: Florestas e Serviços Ambientais. Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 03: reduzir o desmatamento e os incêndios nos biomas e aperfeiçoar o controle ambiental; Objetivo 11: promover a conservação e a recuperação da vegetação nativa, reduzir o desmatamento ilegal e os incêndios florestais. Programa do PPA 2020_22023 Relacionado ao 6014 de Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas. (p. 36)
2021	Conectividade_d a_Informação	Resultados Ambientais: Florestas e Serviços Ambientais. Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 03: reduzir o desmatamento e os incêndios nos biomas e aperfeiçoar o controle ambiental; Objetivo 11: promover a conservação e a recuperação da vegetação nativa, reduzir o desmatamento ilegal e os incêndios florestais. Programa do PPA 2020_22023 Relacionado ao 6014 de Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas. (p. 53)
2022	Conectividade_d a_Informação	Resultados Ambientais: Florestas e Serviços Ambientais. Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 03: reduzir o desmatamento e os incêndios nos biomas e aperfeiçoar o controle ambiental; Objetivo 11: promover a conservação e a recuperação da vegetação nativa, reduzir o desmatamento ilegal e os incêndios florestais. Programa do PPA 2020_22023 Relacionado ao 6014 de Prevenção e Controle do Desmatamento e dos Incêndios nos Biomas. (p. 53)
2020	Conectividade_d a_Informação	Resultados Ambientais: Clima e Relações Internacionais: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 4: implementar políticas, ações e medidas para o enfrentamento da mudança do clima e dos seus efeitos, fomentando uma economia resiliente e de baixo carbono; Objetivo 8: fortalecer os arranjos institucionais e os meios de implementação para o combate à mudança global do clima, seus efeitos e dos processos de desertificação e degradação do solo. Programa do PPA 2020_22023 Relacionado ao 1058 de Mudança do Clima. (p. 40)
2021	Conectividade_d a_Informação	Resultados Ambientais: Clima e Relações Internacionais: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 4: implementar políticas, ações e medidas para o enfrentamento da mudança do clima e dos seus efeitos, fomentando uma economia resiliente e de baixo carbono; Objetivo 8: fortalecer os arranjos institucionais e os meios de implementação para o combate à mudança global do clima, seus efeitos e dos processos de desertificação e degradação do solo. Programa do PPA 2020_22023 Relacionado ao 1058 de Mudança do Clima. (p. 60)
2022	Conectividade_d a_Informação	Resultados Ambientais: Clima e Relações Internacionais: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 4: implementar políticas, ações e medidas para o enfrentamento da mudança do clima e dos seus efeitos, fomentando uma economia resiliente e de baixo carbono; Objetivo 8: fortalecer os arranjos institucionais e os meios de implementação para o combate à mudança global do clima, seus efeitos e dos processos de desertificação e degradação do solo. Programa do PPA 2020_22023 Relacionado ao 1058 de Mudança do Clima. (p. 60)
2020	Conectividade_d a_Informação	Resultados Ambientais: Fundos ambientais, Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 08: Fortalecer os arranjos institucionais e os meios de implementação para o combate à mudança global do clima, seus efeitos e dos processos de desertificação e degradação do solo; Objetivo 10: Facilitar e disseminar o uso econômico do patrimônio genético, em respeito às disposições previstas na Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015; Objetivo 15: fortalecer as estruturas de governança do MMA e de suas Entidades Vinculadas, para apoiar a tomada de decisão; e Objetivo 16: Aperfeiçoar a governança dos projetos e recursos de cooperação internacional e nacional, no MMA e vinculada. (p. 43)
2021	Conectividade_d a_Informação	Resultados Ambientais: Fundos ambientais, Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 08: Fortalecer os arranjos institucionais e os meios de implementação para o combate à mudança global do clima, seus efeitos e dos processos de desertificação e degradação do solo; Objetivo 10: Facilitar e disseminar o uso econômico do patrimônio genético, em respeito às disposições previstas na Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015; Objetivo 15: fortalecer as estruturas de governança do MMA e de suas Entidades Vinculadas, para apoiar a tomada de decisão; e Objetivo 16: Aperfeiçoar a governança dos projetos e recursos de cooperação internacional e nacional, no MMA e vinculada. (p. 64)
2022	Conectividade_d a_Informação	Resultados Ambientais: Fundos ambientais, Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 08: Fortalecer os arranjos institucionais e os meios de implementação para o combate à mudança global do clima, seus efeitos e dos processos de desertificação e degradação do solo; Objetivo 10: Facilitar e disseminar o uso econômico do patrimônio genético, em respeito às disposições previstas na Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015; Objetivo 15: fortalecer as estruturas de governança do MMA e de suas Entidades Vinculadas, para apoiar a tomada de decisão; e Objetivo 16: Aperfeiçoar a governança dos projetos e recursos de cooperação internacional e nacional, no MMA e vinculada. (p. 64)



2020	Conectividade_d a_Informação	Desempenhos da Gestão: Gestão de Pessoas: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 18: promover uma gestão de pessoas focada na meritocracia, com desenvolvimento de competências e mobilidade atrelados aos bons resultados e à dedicação profissional. (p. 48)
2021	Conectividade_d a_Informação	Desempenhos da Gestão: Gestão de Pessoas: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 18: promover uma gestão de pessoas focada na meritocracia, com desenvolvimento de competências e mobilidade atrelados aos bons resultados e à dedicação profissional. (p. 69)
2022	Conectividade_d a_Informação	Desempenhos da Gestão: Gestão de Pessoas: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 18: promover uma gestão de pessoas focada na meritocracia, com desenvolvimento de competências e mobilidade atrelados aos bons resultados e à dedicação profissional. (p. 69)
2020	Conectividade_d a_Informação	Desempenhos da Gestão: Tecnologia da Informação: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 19: Promover a transformação digital com foco na qualidade dos serviços de TI e na disponibilização de informações estratégica. (p. 53)
2021	Conectividade_d a_Informação	Desempenhos da Gestão: Tecnologia da Informação: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 19: Promover a transformação digital com foco na qualidade dos serviços de TI e na disponibilização de informações estratégica. (p. 74)
2022	Conectividade_d a_Informação	Desempenhos da Gestão: Tecnologia da Informação: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 19: Promover a transformação digital com foco na qualidade dos serviços de TI e na disponibilização de informações estratégica. (p. 74)
2020	Conectividade_d a_Informação	Desempenhos da Gestão: Licitações e Contratos: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 20: Promover o uso racional e sustentável dos bens e serviços, com foco na gestão eficiente dos recursos públicos. (p. 57)
2021	Conectividade_d a_Informação	Desempenhos da Gestão: Licitações e Contratos: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 20: Promover o uso racional e sustentável dos bens e serviços, com foco na gestão eficiente dos recursos públicos. (p. 78)
2022	Conectividade_d a_Informação	Desempenhos da Gestão: Licitações e Contratos: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 20: Promover o uso racional e sustentável dos bens e serviços, com foco na gestão eficiente dos recursos públicos. (p. 78)
2020	Conectividade_d a_Informação	Desempenhos da Gestão: Infraestrutura e Sustentabilidade: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 20: Promover o uso racional e sustentável dos bens e serviços, com foco na gestão eficiente dos recursos públicos. (p. 60)
2021	Conectividade_d a_Informação	Desempenhos da Gestão: Infraestrutura e Sustentabilidade: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 20: Promover o uso racional e sustentável dos bens e serviços, com foco na gestão eficiente dos recursos públicos. (p. 82)
2022	Conectividade_d a_Informação	Desempenhos da Gestão: Infraestrutura e Sustentabilidade: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 20: Promover o uso racional e sustentável dos bens e serviços, com foco na gestão eficiente dos recursos públicos. (p. 82)
2020	Conectividade_d a_Informação	Desempenhos da Gestão: Gestão Orçamentária e Financeira: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 21: promover uma gestão orçamentária e financeira alinhada ao planejamento estratégico integrado com as Entidades Vinculadas. (p. 63)
2021	Conectividade_d a_Informação	Desempenhos da Gestão: Gestão Orçamentária e Financeira: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 21: promover uma gestão orçamentária e financeira alinhada ao planejamento estratégico integrado com as Entidades Vinculadas. (p. 86)
2022	Conectividade_d a_Informação	Desempenhos da Gestão: Gestão Orçamentária e Financeira: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 21: promover uma gestão orçamentária e financeira alinhada ao planejamento estratégico integrado com as Entidades Vinculadas. (p. 86)
2020	Conectividade_d a_Informação	Desempenhos da Gestão: Recursos Externos: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 16: Aperfeiçoar a governança dos projetos e recursos de cooperação internacional e nacional, no MMA e vinculadas; e Objetivo 21: promover uma gestão orçamentária e financeira alinhada ao planejamento estratégico integrado com as Entidades Vinculadas. (p. 67)
2021	Conectividade_d a_Informação	Desempenhos da Gestão: Recursos Externos: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 16: Aperfeiçoar a governança dos projetos e recursos de cooperação internacional e nacional, no MMA e vinculadas; e Objetivo 21: promover uma gestão orçamentária e financeira alinhada ao planejamento estratégico integrado com as Entidades Vinculadas. (p. 90)

2022	Conectividade_d a_Informação	Desempenhos da Gestão: Recursos Externos: Objetivos Estratégicos Relacionados, Objetivo 16: Aperfeiçoar a governança dos projetos e recursos de cooperação internacional e nacional, no MMA e vinculadas; e Objetivo 21: promover uma gestão orçamentária e financeira alinhada ao planejamento estratégico integrado com as Entidades Vinculadas. (p. 90)
2022	Conectividade_d a_Informação	Resultados Ambientais: Conselho Nacional do Meio Ambiente: Objetivos Estratégicos, Objetivo 15: Fortalecer as estruturas de governança do MMA e de suas Entidades Vinculadas, para apoiar a tomada de decisão. (p. 87)
2023	Coerência_e_Co mparabilidade	Lançamento de chamada pública para pagamentos por resultados de redução do desmatamento e conservação da vegetação nativa em assentamentos que reduziram o desmatamento em 2023 em relação a 2022 nos municípios prioritários. (p. 28)
2023	Conectividade_d a_Informação	Programa: Proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios. Objetivo Conservar, recuperar e valorizar os biomas terrestres e as zonas costeira e marinha, para a manutenção da diversidade biológica, dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos, combatendo o desmatamento, os incêndios e a exploração predatória dos recursos naturais. RESULTADOS ESTRATÉGICOS. (p. 24)
2023	Conectividade_d a_Informação	Programa: Bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade. Objetivo Promover o desenvolvimento de uma economia que estimule as cadeias de valor da biodiversidade, aplicando conhecimento científico e tradicional para seu uso sustentável, e que reconheça o valor e o modo de vida e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais, com repartição justa e equitativa de seus resultados. RESULTADOS ESTRATÉGICOS. (p. 37)
2023	Conectividade_d a_Informação	Programa: Qualidade ambiental nas cidades e no campo . Objetivo Promover o desenvolvimento de uma economia que estimule as cadeias de valor da biodiversidade, aplicando conhecimento científico e tradicional para seu uso sustentável, e que reconheça o valor e o modo de vida e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais, com repartição justa e equitativa de seus resultados . RESULTADOS ESTRATÉGICOS (p. 44)
2023	Conectividade_d a_Informação	Programa: Enfrentamento da emergência climática . Objetivo Fortalecer a ação nacional frente a mudança do clima, enfrentando os desafios da mitigação e adaptação e promovendo a resiliência aos eventos climáticos extremos, viabilizando de forma transversal as oportunidades da transição para a economia de baixo carbono . RESULTADOS ESTRATÉGICOS. (p. 55)
2023	Conectividade_d a_Informação	Programa: Recursos Hídricos . Água em quantidade e qualidade para sempre . Objetivo assegurar a disponibilidade de água em padrões de qualidade e quantidade adequados aos usos múltiplos, por meio de infraestrutura adequada, da conservação, da recuperação e do uso racional dos recursos naturais, promovendo a proteção dos mananciais e revitalização de bacias hidrográficas. . RESULTADOS ESTRATÉGICOS. (p. 60)
2023	Confiabilidade_e _Completo	Dentre as metas dos 16 resultados intermediários previstos para o final do PPA, 15 foram alcançadas, com exceção do aplicativo do SINIR+, que não foi lançado e atualizado, em função da revisão dos instrumentos de logística reversa e da necessidade de estabelecer parceria para desenvolvimento do Sistema Nacional de Logística Reversa. (p. 22)
2023	Confiabilidade_e _Completo	A nova gestão evidenciou que os instrumentos de planejamento que estavam em vigor no MMA não mais atendiam aos desafios e prioridades emergentes, tampouco estavam aderentes à nova forma de organização da instituição. (p. 9)
2022	Clareza	Organograma do ministério (p. 10).
2023	Clareza	Organograma do ministério (p. 5).
2022	Clareza	Gráfico sobre o desempenho dos programas temáticos. Assim, dos 32 resultados intermediários do MMA pactuados para o exercício de 2022, 29 tiveram suas metas integralmente atendidas e 03 de forma parcial. (p. 16 a 26)
2022	Clareza	Infográfico sobre o Modelo de Gestão da Estratégia. (p. 29). Infográfico sobre planejamento estratégico integrado. (p. 31). Infográfico da Cadeia de Valor Integrada. (p. 32)
2022	Clareza	Infográfico sobre as etapas do processo de gestão de riscos. (p. 34)
2022	Clareza	Gráfico sobre resultados divulgados no Sistema de Análise e Monitoramento de Gestão. (p. 57)

2022	Clareza	Gráfico e quadro que ilustram a execução orçamentária do Fundo Nacional do Meio Ambiente no período de 2019 a 2022. Gráfico e quadro que ilustram a execução orçamentária do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima no período de 2019 a 2022. Recursos Não Reembolsáveis. Gráfico e quadro que ilustram a execução orçamentária do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima no período de 2019 a 2022. Recursos Reembolsáveis. (p. 83 e 84)
2022	Clareza	Gráfico com a Evolução do Quadro de Pessoal de 2017 a 2020. Dados sociodemográficos. Distribuição por faixa etária e etnia. Distribuição da Força de Trabalho por Unidade de Exercício. Distribuição por Situação Funcional. Evolução de gastos com Pessoal de 2019 a 2022 (p. 92 a 94)
2022	Clareza	Gráfico com Recursos Aplicados em Tecnologia da Informação (p. 98)
2022	Clareza	Infográfico com número de Chamados Atendidos (p. 99)
2022	Clareza	Gráfico com percentual do valor de Lei+Crédito por Unidade Orçamentária (p. 108)
2022	Clareza	Gráficos sobre a Execução Orçamentária em bilhões. Execução Orçamentária em milhões. Execução Orçamentária por Elemento de Despesa (Empenhado), em milhões. Processos de Gestão Interna. (p. 109 a 111)
2022	Clareza	Gráfico sobre Perfil do gasto por Programa do PPA 2020_2023 (empenhado) em . (p. 111)
2023	Clareza	Infográfico sobre o Mapa estratégico. Planejamento Estratégico (p. 13)
2023	Clareza	Infográfico sobre os programas coordenados pelo MMA e metas para quatro anos. (p. 15 a 21)
2023	Clareza	Gráfico com resultados do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazonia Legal por Satelite. (p. 21)
2023	Clareza	Gráfico sobre Histórico de Acórdãos por ano. (p. 73). Gráfico sobre Histórico de processos por ano. (p. 73)
2023	Clareza	Gráfico Percentual do valor de “Dotação Final 2023 – Todos os RP” por Unidade Orçamentária. (p. 76)
2023	Clareza	Gráficos com a composição do orçamento total por Resultado Primário. (p 77)
2023	Clareza	Gráfico sobre Execução Orçamentária 2023, em milhão. Execução Orçamentária por GND (Empenhado), em milhão. (p. 77 a 79)
2023	Clareza	Gráfico Execução FNMA 2020 a 2023. Execução FNMC 2020 a 2023, recurso Não_Reembolsáveis. Execução FNMC 2020 a 2023, Recurso Reembolsáveis. (p. 84 a 86)
2023	Clareza	Gráfico com a Evolução do Quadro de Pessoal de 2018 a 2023. Dados sociodemográficos. Distribuição por faixa etária e etnia. Distribuição da Força de Trabalho por Unidade de Exercício. Distribuição por Situação Funcional. Evolução de gastos com Pessoal de 2018 a 2023 (p. 91 a 93)
2023	Clareza	Gráfico com Recursos Aplicados em Tecnologia da Informação. Atendimento mensais em TI (p. 98)

**APÊNDICE B – PALAVRAS QUE COMPÕE AS CLASSES DA ANÁLISE**

p_value	CLASSE 1		CLASSE 2		CLASSE 3		CLASSE 4		CLASSE 5	
	chi2	forma	chi2	forma	chi2	forma	chi2	forma	chi2	forma
<0,0001	66.85	projeto	48,26	mma	196.39	resíduo	183.81	objectivo	127.53	empenhado
<0,0001	43.82	espécie	45,48	ministério	143.08	sólido	148.29	relacionado	92.79	cento
<0,0001	29.83	extinção	37,44	novo	106.27	lixo	128.77	promover	89.31	fundo
<0,0001	27.84	nacional	31,56	ano	63.75	reciclagem	125.73	uso	83.7	milhão
<0,0001	27.22	brasil	31,16	servidor	55.66	ar	113.74	objetivo	82.92	crédito
<0,0001	26.84	elaboração	31,13	federal	53.77	qualidade	100.66	sustentável	80.66	orçamentário
<0,0001	26.8	gato	28,95	governança	49.41	tonelada	96.85	estratégico	75.66	gráfico
<0,0001	26.8	fauna	28,88	dar	49.41	limpeza	69.82	desempenho	62.75	contratação
<0,0001	26.8	cão	24,35	dever	48.58	rio	66.4	2020_22023	55.06	disponível
<0,0001	25.35	listar	24,35	modelo	48.58	mar	65.02	relacionar	48.63	pagar
<0,0001	24.56	apoio	22,10	alcance	42.28	praia	64.32	natural	48.63	ilustrar
<0,0001	23.78	técnica	21,69	força	42.28	equipamento	64.22	biodiversidade	48.63	despesa
<0,0001	23.78	estudo	19,85	infográfico	41.55	energia	56.29	resultado	47.79	sair
<0,0001	22.37	adaptação	19,85	prioridade	41.55	limpo	54.92	ppa	46.84	período
<0,0001	20.77	território	19,85	plurianual	41.13	lançamento	51.9	comunidade	45.04	direto
<0,0001	20.77	ameaçado	17,62	decisão	41.13	água	45.79	desmatamento	41.61	quadro
<0,0001	19.41	mitigação	16,94	forma	35.47	consórcio	43.15	conservação	41.61	saldo
<0,0001	19.31	meio	16,76	governo	35.17	versão	42.31	combater	41.61	menor
<0,0001	18.59	parceria	16,34	meta	35.17	adequado	41.76	recurso	41.61	resto
<0,0001	17.77	defesa	16,20	trabalho	35.17	coleta	40.67	bioma	41.61	elemento
<0,0001	17.1	município	16,114	social	28.85	ponto	37.54	reverter	39.09	lei
<0,0001	-	-	16,052	institucional	28.85	reverso	37.15	serviço	36.86	execução

<0,0001	-	-	15,387	número	28.85	logístico	36.34	degradação	36.75	real
<0,0001	-	-	15,387	passar	28.08	litoral	32.79	racional	36.75	caso
<0,0001	-	-	15,387	tomar	28.08	máquina	32.79	ecossistêmico	34.62	percentual
<0,0001	-	-	-	-	28.08	eletrônico	32.79	disseminar	34.62	dotação
<0,0001	-	-	-	-	28.08	disponibilizar	32.54	foco	34.62	constatar
<0,0001	-	-	-	-	28.08	coletado	31.9	fortalecer	34.02	montante
<0,0001	-	-	-	-	26.02	cidade	31.65	perda	34.02	empenho
<0,0001	-	-	-	-	23.15	urbano	31.48	solo	33.37	administração
<0,0001	-	-	-	-	22.59	combate	28.06	economia	31.36	redução
<0,0001	-	-	-	-	22.4	contaminado	28.06	aplicar	27.64	obtido
<0,0001	-	-	-	-	22.4	saneamento	28.06	maio	27.64	homologar
<0,0001	-	-	-	-	22.4	aquisição	28.06	facilitar	27.64	esclarecer
<0,0001	-	-	-	-	21.03	concreto	27.47	patrimônio	27.64	atar
<0,0001	-	-	-	-	21.03	linha	27.47	genético	23.97	incluir
<0,0001	-	-	-	-	21.03	embalagem	27.0	incêndio	23.97	procedimento
<0,0001	-	-	-	-	21.03	tangível	24.11	respeito	22.97	total
<0,0001	-	-	-	-	21.03	sítio	23.34	povo	22.01	reembolsável
<0,0001	-	-	-	-	21.03	recorde	23.18	global	20.7	gasto
<0,0001	-	-	-	-	21.03	puro	22.54	efeito	20.7	acrécimo
<0,0001	-	-	-	-	21.03	medicamento	22.39	alinhar	20.7	retração
<0,0001	-	-	-	-	21.03	encerrado	22.39	responsabilidade	20.7	recorte
<0,0001	-	-	-	-	21.03	eletroeletrônico	21.68	ambiental	20.7	encargo
<0,0001	-	-	-	-	21.03	descarte	21.65	repartição	20.7	crescimento
<0,0001	-	-	-	-	20.92	voluntário	19.0	desertificação	20.7	crescer
<0,0001	-	-	-	-	20.92	implantação	19.0	tradicional	20.7	concentrado

<0,0001	-	-	-	-	18.46	gerar	18.8	implementar	20.7	comparação
<0,0001	-	-	-	-	18.26	lançar	18.64	ilegal	20.7	autarquia
<0,0001	-	-	-	-	16.19	utilizar	18.64	ecoturismo	18.11	focar
<0,0001	-	-	-	-	16.19	diferente	18.64	socioeconômico	-	-
<0,0001	-	-	-	-	16.19	possibilitar	18.19	temático	-	-
<0,0001	-	-	-	-	-	-	18.19	legal	-	-
<0,0001	-	-	-	-	-	-	18.19	disposição	-	-
<0,0001	-	-	-	-	-	-	18.19	eficiente	-	-
<0,0001	-	-	-	-	-	-	18.19	carbono	-	-
<0,0001	-	-	-	-	-	-	18.19	arranjo	-	-
<0,0001	-	-	-	-	-	-	17.84	vegetação	-	-
<0,0001	-	-	-	-	-	-	16.15	tecnologia	-	-

FONTE: Dados da pesquisa (2024).

**APÊNDICE C – REPRESENTAÇÃO VISUAL DO MODELO CONCEITUAL**

